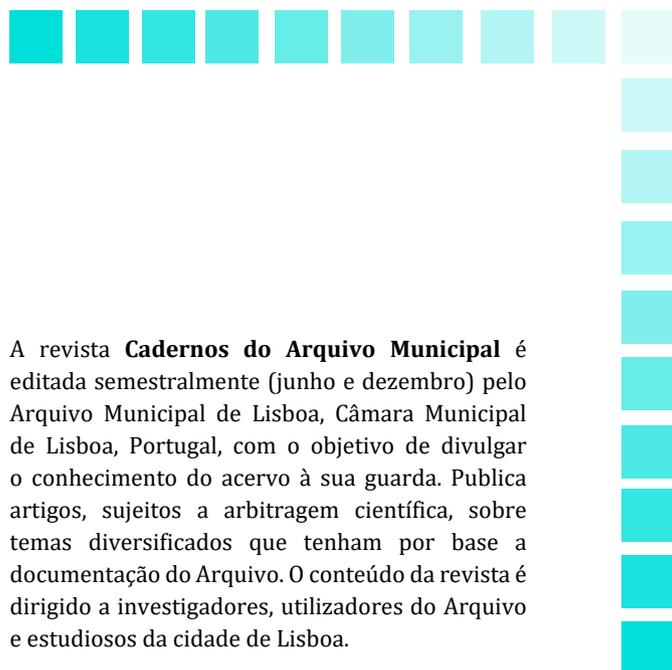


cadernos do arquivo municipal

JULHO - DEZEMBRO 2018

A ESCRITA E OS ATOS: ESTUDOS DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA MUNICIPAIS (SÉCULOS XIII-XVIII)

coordenação Armando Luís de Carvalho Homem

A decorative graphic consisting of a horizontal row of 11 teal squares and a vertical column of 8 teal squares, both in a lighter shade of teal. The squares are arranged in a grid-like pattern, with the horizontal row on top and the vertical column on the right side, partially overlapping the horizontal row.

A revista **Cadernos do Arquivo Municipal** é editada semestralmente (junho e dezembro) pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar o conhecimento do acervo à sua guarda. Publica artigos, sujeitos a arbitragem científica, sobre temas diversificados que tenham por base a documentação do Arquivo. O conteúdo da revista é dirigido a investigadores, utilizadores do Arquivo e estudiosos da cidade de Lisboa.

cadernos do arquivo municipal

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa

2ª série nº 10 julho - dezembro 2018

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Periodicidade semestral

Direção

Helena Neves

Coordenação Científica

Armando Luís de Carvalho Homem

Coordenação Editorial

Marta Gomes

Conselho Editorial

Aurora Almada e Santos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal; IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Marta Cristina Rebelo da Silva Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Gomes Martins (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Sandra Cunha Pires (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal; ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Revisão Bibliográfica

Denise Santos

Fernando Matos

Publicação

Arquivo Municipal de Lisboa

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro

Reproduções Fotográficas

Cláudia Damas

Capa

Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V* (pormenor)
PT/AMLSB/CMLSB/CHR/005/007

Todos os direitos reservados

Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa

Telefone: 213 807 100

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores; Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (FL-Faculdade de Letras, Porto, Portugal; Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École Pratique des Hauts Études, França)

Edite Maria da Conceição Martins Alberto (DPC-Departamento de Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal; CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental, Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal; Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Silvio de Almeida Toledo Neto (DLCV-Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (*peer review*) referenciada e indexada nos seguintes repositórios/bases de dados internacionais:

DOAJ

ERIH PLUS

Catálogo LATINDEX (nº de Fólio 23733)

SciELO

SHERPA/RoMEO

cadernos do arquivo municipal

JULHO - DEZEMBRO 2018

A ESCRITA E OS ATOS: ESTUDOS DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA MUNICIPAIS (SÉCULOS XIII-XVIII)

coordenação Armando Luís de Carvalho Homem

Comissão Externa de Avaliadores

2.º semestre 2018

Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo (CITCEM/Pólo, Universidade do Minho, Portugal)

Carlos Guardado da Silva (Instituto de História Regional e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

Elias Alves de Andrade (Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)

José Manuel Henriques Varandas (CH-Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (UAL-Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

María Del Carmen Hidalgo Brinquis (IPCE-Instituto del Patrimonio Cultural de España, Espanha)

Maria José Azevedo Santos (DHEEAA-Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, FLUC-Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, CHSC-Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal)

Nuno Miguel De Moraes Pestana Tarouca Camarinhas (CEDIS-Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, Faculdade de Direito, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Paulo César Drumond Braga (CIDH-Cátedra Infante D. Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, Cátedra Convidada FCT, Universidade Aberta, Portugal, CLEPUL-Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa, Portugal)

Rita Costa-Gomes (TU-Towson University, Maryland, USA)

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Editorial | 9 |
| Helena Neves | |
| Destaque | |
| Paleografia, Diplomática, Cronologia(s) | 11 |
| Armando Luís de Carvalho Homem | |
| “Esta carta lhe nom guardees se aseellada nom for”. Selos régios medievais do Arquivo Municipal de Lisboa | 25 |
| Maria do Rosário Barbosa Morujão | |
| Artigos | |
| A escrita na legitimação do poder: a letra joanina e a Dinastia de Avis. Contributos paleográficos | 47 |
| Writing in the legitimacy of power: the <i>joanina</i> handwriting and the Avis dynasty. A paleographic contribute | |
| Ana Pereira Ferreira | |
| Abordagem paleográfica ao Livro 1º de fianças de escravos (1549-1556): exercício de análise de grafias | 71 |
| Paleographic approach to the Book 1 of bail bonds of slaves (1549-1556): exercise of graphic analysis | |
| Jorge Ferreira Paulo | |
| A escrita “manuelina” nas provisões régias quinhentistas | 97 |
| “Manueline” scripts in royal provisions at the early sixteenth-century | |
| Maria Teresa Pereira Coelho | |
| Levantamento e caracterização de marcas de água no Arquivo Municipal de Lisboa | 111 |
| Surveying and characterization of watermarks in Arquivo Municipal de Lisboa | |
| Adriana Batista Ferreira Santos, Maria Beatriz de Castro Nunes Lobato de Sousa e Maria Helena Lopes dos Reis Oliveira Nunes | |
| “Se o auees por ydoneo e perteecente”. A propósito da atividade dos Tabeliães de Lisboa nos séculos XIV e XV | 131 |
| “Se o auees por ydoneo e perteecente”. Concerning the activity of the Notaries Public of Lisbon during the 14 th and 15 th centuries | |
| Maria Cristina Cunha e Ricardo Seabra | |
| Anotações de diplomática judicial portuguesa: os tribunais superiores na Lisboa quinhentista | 141 |
| Notes on Portuguese judicial diplomatics: high courts in sixteenth century Lisbon | |
| Jorge Veiga Testos | |
| Documenta | |
| Assinaturas, Selos e Sinais | 165 |
| Sandra Cunha Pires | |
| Varia | |
| Os Filipes em Belém Dois desenhos de Teodósio de Frias (I) para o Mosteiro dos Jerónimos | 235 |
| Miguel Soromenho | |
| La Asociación Hispánica de Historiadores del Papel y su nuevo reto en la organización de los congresos | |
| “Historia del Papel en la Península Ibérica” | 245 |
| A Associação Hispânica de Historiadores de Papel e o seu Novo Desafio na Organização dos Congressos “História do Papel na Península Ibérica” | |
| María del Carmen Hidalgo Brinquis | |
| Recensões | |
| TAVARES, Rui – <i>O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII</i>. Lisboa: Tinta-da-China, 2018. | 259 |
| José Subtil | |
| COELHO, André Madruga – <i>Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média: os Lobo entre a cavalaria e a baronia</i>. Lisboa: Edições Colibri, 2017. | 265 |
| J. A. de Sottomayor-Pizarro | |

Editorial

Helena Neves

Assinala-se este ano o 20º aniversário dos *Cadernos do Arquivo Municipal*. Esta revista contou, na sua primeira série, com a publicação de 10 números, entre 1998 e 2010. Não tendo uma componente científica, estes números contribuíram para divulgar o trabalho realizado no Arquivo e apresentaram artigos muito interessantes sobre o seu acervo.

Com início em 2014, a 2ª Série veio responder às exigências de uma revista científica e reforçar o papel do Arquivo Municipal de Lisboa junto da comunidade académica, promovendo a divulgação de fontes e incentivando o estudo do acervo municipal.

Apresenta-se agora o número 10 desta 2ª Série e, a propósito do seu tema, *A escrita e os atos: estudos de Paleografia e Diplomática Municipais (séculos XIII-XVIII)*, é oportuno lembrar que são os atos, e o seu registo, a razão de ser de qualquer arquivo. Sendo um meio para alcançar o conhecimento da história, a escrita dos atos pode, no entanto, ser em si mesmo um objeto de estudo.

Sob a coordenação científica de Armando Luís de Carvalho Homem, e através dos seis artigos que integram este número, somos conduzidos por alguns dos atos medievais e modernos existentes no Arquivo Municipal de Lisboa e convidados a conhecer as suas formas de escrita, bem como as várias diplomáticas especiais neles representadas.

Carvalho Homem traz-nos também um artigo onde traça um percurso pela história da Paleografia e os seus principais atores, em Portugal, nos últimos 50 anos. Este texto abre a nova secção da revista, Destaque, resultado do convite feito a especialistas nas áreas temáticas de cada número. Ainda nesta nova secção, os selos régios medievais, inestimáveis elementos de segurança e validação dos documentos, são alvo de um estudo feito por Maria do Rosário Morujão. Estes selos são novamente reproduzidos na *Documenta*, bem como as assinaturas e os sinais presentes em alguns documentos do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa.

Finalmente, este número é ainda enriquecido pelo contributo de Miguel Soromenho e Cármen Hidalgo Brinquis na secção *Varia*, e por duas resenhas críticas a obras historiográficas recentemente lançadas.

A todos agradeço a colaboração que deram para a sua edição.

DESTAQUE

Paleografia, Diplomática, Cronologia(s)...

“...les “sciences auxiliaires de l’histoire”, (...)
ces disciplines austères que l’on enseigne à
l’École des chartes...” (Georges Duby)¹

Agosto de 1975. Era o «verão quente». Mas a verdade é que aquela semana de meados do mês em que pela primeira vez trabalhei no Arquivo Municipal de Lisboa (AML) apresentou dias algo nublados e com temperaturas mais primaveris do que estivais.

Quem recorde tais tempos – bem como as duas décadas subseqüentes – sabe bem que a sala de leitura do AML se situava nas traseiras do piso 0 do edifício principal da Câmara Municipal de Lisboa (CML). O recinto compreendia toda a largura do mesmo. Ao centro, uma enorme mesa de leitura, quase elíptica, e rodeada de enormes cadeiras de assento em palhinha. Não eram propriamente incómodas. Mas existia um problema de diferenças de nível: tais cadeiras eram algo baixas, por comparação com a superfície da mesa. Acresce que, em cima desta, estavam colocadas altas estantes de leitura, como que para *repouso* dos códices / volumes medievos ou modernos. Resultado: quem trabalhava tinha que ler de pé os *folios* manuscritos, para depois se sentar e registar nas fichas ou nos *dossiers* aquilo que a sua mente trouxera dos suportes pergamináceos. Enfim uma alternância de posições e uma permanência de movimentos para cima / para baixo, entre a leitura e a escrita, não eram propriamente um modelo de conforto...

De qualquer modo, guardo boas recordações dos anos em que regularmente trabalhei no AML (1975 / ca. 1986).

Começava por ter um horário *com pés e cabeça*: das 9.00 às 17.30 horas, com intervalo para almoço das 12.30 as 14 horas. Não sendo o Arquivo, ao tempo, muito frequentado, jamais se colocava o problema do esgotamento da lotação, por contraste com os *miseros* 20 lugares – ainda por cima algo apertados – da sala de leitura da Torre do Tombo (TT), ao tempo ainda em São Bento. Por outro lado, quem por 15 / 30 minutos abandonasse o lugar, hipoteticamente para tomar um café no exterior², não perdia o direito ao mesmo, contrariamente à referida TT; por maioria de razão, quem se ausentasse para almoçar reencontrava no regresso o seu lugar tal / qual. A sala, bem alta, tinha ainda uma galeria com estantes guardando muitas das existências.

¹ Préface. In BALARD, Michel, ed. – *L’Histoire médiévale en France: bilan et perspectives*. Paris: Seuil, 1991. p. 8; veja-se no mesmo volume o trabalho de GUYOTJEANNIN, Olivier [et al.] – Sciences auxiliaires de l’histoire médiévale. In BALARD, Michel, ed. – *L’Histoire médiévale en France: bilan et perspectives*. Paris: Seuil, 1991. p. 471-499.

² Já que não havia ao tempo qualquer cafeteria pública no interior daquele casarão...

Acrescentarei a simpatia dos funcionários múltiplos que conheci: ainda me lembro, na Direção, da Dr.^a Lia Ferreira do Amaral (1914-1999), bem como da sua sucessora, Dr.^a Manuela (com apelido que não recordo); o mesmo direi do pessoal que conduzia à *grande mesa* as requisições dos leitores. Estes, como já se disse, não eram numerosos: historiadores, nenhum; candidatos a tal, bem poucos. Encontravam-se lá, sobretudo, arquitetos ou futuros arquitetos, na mira da consulta de projetos de construção. Também deste ponto de vista o contraste não podia ser maior relativamente à TT.

O recinto não era somente *Arquivo histórico* mas também *Arquivo corrente* da Câmara. Assim, nas costas dos leitores instalados na *grande mesa* estavam colocadas escrivaninhas de média dimensão, utilizadas pelos agentes do Arquivo comum. Mas apesar das movimentações e de algumas conversas, não se verificava qualquer ambiente de efetiva perturbação auditiva para os leitores, situação bem diferente da testemunhada para décadas anteriores por nomes como os de A. H. de Oliveira Marques (1933-2007) ou de Eduardo Borges Nunes (1924-2008), por exemplo.

Juntarei a isto o relativo bom estado de conservação de pergaminhos e registos. Ou seja, a relativa *penitência de pecador* por que se passava ao tempo na TT pura e simplesmente não existia aqui.

E, depois, os critérios de arrumação das espécies tinham uma lógica que era mesmo *lógica*³, circunstância nada rebarbativa para um então aprendiz de historiador (e, por maioria de razão, de diplomata). Os códices, a ordem de lançamento das espécies (se se tratasse de um *registo de receção*), ou a ordem de colagem (para ulterior encadernação) de pergaminhos originais dirigidos ao conelho, tudo isso apresentava uma situação de *estar tudo no sítio devido*.

E afinal o que é que eu procurava no AML naqueles anos dos decénios de 70 e 80? A Idade Média? As instituições? Os oficiais? Os diplomas? Ou, por outras palavras, os séculos XIV-XV ou a documentação respetiva ali conservada?

O questionamento pode passar por pouco pertinente. Mas atente-se por essa Europa fora:

- Que relação de arrumação entre o Ensino Superior das Histórias Medieval e Moderna e o das *Ciências de Incidência Histórica* que com elas estejam em estreita correlação?
- Olhemos para o país vizinho: incluir a *Paleografia*, a *Diplomática* ou a *Codicologia*, por exemplo, nos departamentos atinentes às épocas em causa?
- Ou criar – e ainda aí com diferentes tipos de articulação – departamentos ou áreas de *Ciências e Técnicas Historiográficas*, onde também tenham lugar a *Epigrafia*, a *Crítica Textual*, a *História da Cultura Escrita*, a *Língua* e a *Linguística Latina and so on*, sendo que uma tal situação força uma por vezes difícil convivência entre historiadores *lato sensu* e gente de formação filológica?⁴

No nosso País, a situação que mais se aproxima das *Ciências e Técnicas Historiográficas* de algumas universidades espanholas é a da Universidade de Coimbra(UC). Com efeito, o Departamento de *História*⁵ possui, no elenco dos seus Institutos⁶, um especificamente de *Paleografia e Diplomática*, fundado em 1975 por Avelino de Jesus

³ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaio de historiografia portuguesa*. Lisboa: Palas, 1998. p. 202-206.

⁴ O que é nomeadamente pouco *cómodo* se tais filólogos forem de formação classicista. Uma solução conservadora, esta última? Por alguma razão um marxista metodológico como José Luis Martín Rodríguez (1937-2004) sempre se opôs a que na U. Salamanca houvesse as ditas *Ciências e Técnicas Historiográficas*, autonomamente em relação à *História Medieval*: «Nós, medievistas, é que temos que ensinar Paleografia, essencialmente visando a inteligência e a transcrição dos diplomas medievos» (testemunho de Ángel Vaca Lorenzo, no Outono de 2012). É evidente que a unanimidade não é assim possível em tal matéria...

⁵ Hoje de *História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes*.

⁶ Instituições hoje semi-desativadas.

da Costa (1908-2000)⁷. Tudo muito bem, sendo que foi este Instituto que passou a reeditar, a partir de então, o *Álbum de Paleografia* do mestre-fundador (a 1.ª ed. remontava a 1966) e outros seus trabalhos dos anos 80 e 90; acolheu e catalogou os espólios legados pelos lentes Isaías da Rosa Pereira (1919-1997), da Universidade de Lisboa (UL)⁸, e António Vasco Poiares Baptista (n. 1927), um lente-dermatologista da Faculdade de Medicina / UC, interessado em temas históricos e genealógicos; expôs e também catalogou a *Colecção Esfragística* da FL/UC; e homenageou, pouco depois da sua morte, a figura emblemática do Doutor Avelino⁹. Mas o dito Instituto não esgota, na FL/UC, o campo de atividades que temos de momento em atenção. Isto porque os Institutos de *História Económica e Social*¹⁰ e de *História e Teoria das Ideias*¹¹ tiveram / têm medievalistas cujo currículo científico inclui também estudos de *Diplomática* aplicada e de edição de fontes¹². O que não deixa de constituir uma apreciável *ambiguidade...* De qualquer modo, a *escola de Coimbra* tem vindo a não *deixar os pergaminhos por mãos alheias*, didaticizando a *Paleografia*, a *História da Escrita*, a *Codicologia*, a *Sigilografia*¹³ e a *Diplomática* geral, e fazendo desenvolver, aos níveis do ensino, dos estudos críticos e das edições de textos, as *velhas e novas Diplomáticas especiais*: régia (Rui de Azevedo¹⁴, Avelino de Jesus da Costa¹⁵, Maria Helena da Cruz Coelho¹⁶, Maria José Azevedo Santos¹⁷, Leontina Ventura / António Resende de Oliveira¹⁸, Maria Rosa Ferreira Marreiros¹⁹), municipal e urbana (Maria Helena da Cruz Coelho²⁰, Maria Alegria Fernandes Marques²¹), pontifical (Avelino de Jesus da Costa, Maria Teresa N. Veloso, Maria Alegria F. Marques²²), episcopal (Maria Helena Coelho, Maria do Rosário Morujão²³), monacal (Saul António Gomes²⁴, Maria José Azevedo Santos²⁵, Maria Alegria Fernandes Marques²⁶, Leontina Ventura²⁷, Maria do Rosário Morujão²⁸, Maria Amélia Campos²⁹), notarial (Maria Helena Coelho, Saul António Gomes), ‘parlamentar’³⁰ (Maria Helena Coelho)³¹. Ou seja, a *Escola*

⁷ Para além do fundador, pertenceram / pertencem a este Instituto nomes como os de Salvador Dias Arnaut (1913-1995), Maria Helena da Cruz Coelho, Maria José Azevedo Santos, Saul António Gomes e Maria do Rosário Barbosa Morujão.

⁸ Onde ensinou *Diplomática*, *História das Instituições* e *História da Inquisição em Portugal*, entre outras unidades curriculares.

⁹ Note-se que este Mestre foi o primeiro membro português da *Commission Internationale de Diplomatie* [CID] (1965 ss.), logo se lhe seguindo Isaías da Rosa Pereira; depois, e a partir de 1990, Maria Helena Coelho, o autor destas linhas (de 1990 a 2016, ano em que renunciou), Maria Cristina Almeida e Cunha, Saul António Gomes e Maria do Rosário Morujão. Também no *Comité International de Paléographie Latine* a FL/UC possui Mestres seus, v.g. Maria José Azevedo Santos.

¹⁰ A que pertenceram / pertencem Maria Helena da Cruz Coelho, Maria Alegria Fernandes Marques, Leontina Domingos Ventura, Maria Teresa Nobre Veloso e Maria Rosa Ferreira Marreiros. E não se esqueça a *proto-História* deste Instituto nas obras de Pierre David (?-?) e de Rui de Azevedo (1889-?).

¹¹ A que pertenceram / pertencem José Sebastião da Silva Dias (1916-1994), Manuel Augusto Rodrigues (1937-2016), José Antunes e João Gouveia Monteiro.

¹² Vejam-se os nomes cit. nas duas nn. anteriores.

¹³ Saul António Gomes, Maria do Rosário Morujão.

¹⁴ *Maxime* os alvares da Chancelaria (do período condal a Afonso II).

¹⁵ Continuidade aos trabalhos do anterior e visões de conjunto dos registos da nossa Chancelaria, até ao segundo quartel de Quatrocentos.

¹⁶ *Maxime* registos de *Chancelaria*, no seu conjunto e na sua evolução, itinerários régios.

¹⁷ Pioneirismo de Afonso II nos registos de *Chancelaria*.

¹⁸ Ed. da *Chancelaria* de Afonso III.

¹⁹ Em curso a ed. da *Chancelaria* de D. Dinis.

²⁰ Forais velhos e novos, capítulos especiais de concelhos em Cortes.

²¹ Forais velhos.

²² Bulário endereçado a alguns dos nossos primeiros monarcas.

²³ Esta última no que tange a Sé de Coimbra, a sua *Chancelaria*, os seus atos diplomáticos e os seus oficiais da escrita.

²⁴ *Maxime* Santa Cruz de Coimbra.

²⁵ Monaquismo cisterciense.

²⁶ *Idem*.

²⁷ A ed., há já quase 30 anos, do *Livro Santo*, de Santa Cruz de Coimbra (VENTURA, Leontina; FARIA, Ana Santiago, ed. – *Livro santo, de Santa Cruz: cartulário do século XII*. Coimbra: INIC, 1990.).

²⁸ *Maxime* Santa Maria de Celas.

²⁹ Colegiada de Santa Justa.

³⁰ Como por certo bem gostaria de dizer Armindo de Sousa (1942-1998), insigne estudioso das nossas Cortes, a que costumava chamar «o Parlamento medieval português».

³¹ Capítulos especiais em Cortes (v. *supra*, n. 20).

paleo-diplomatística de Coimbra bem que tem sabido desenvolver-se em termos de «paradigma» Robert-Henri Bautier (1921-2010), *chartiste* e eminente diplomata francês³², que igualmente praticou a História económica (rural, urbana, comercial, monetária) ou a História da Historiografia medievalista.

Na Universidade de Lisboa, o que há a apontar pode dizer-se que remonta a 1958 e ao assumir da Direção do Centro de Estudos Históricos (anexo à Faculdade de Letras) por Virgínia Rau (1907-1973) e ao receber da regência de *Paleografia e Diplomática* por Oliveira Marques (de 1957 a 1964). No âmbito do dito Centro, procedeu-se a todo um programa de pesquisas, incluindo a edição ou o roteiro de fontes (veja-se neste último caso o *Itinerário de D. Dinis*, coord. e prefaciado por Virgínia Rau [1962])³³; e viria a projetar-se e a lançar-se uma Revista: *Do Tempo e da História* (5 vols. publicados, 1965-1972).

Na disciplina de *Paleografia e Diplomática*, Oliveira Marques viria a produzir um primeiro ensaio de um *Álbum* (1960)³⁴. A cadeira em causa passaria, anos decorridos, para as mãos de Eduardo Alexandre Borges Nunes; que logo pensou em aumentar e diversificar, respetivamente, o número e o tipo de diplomas a ser objeto de leitura e transcrição em aula³⁵, como em preparar uma edição definitiva de um *Álbum*, o que se concretizaria em 1969³⁶. Ao mesmo tempo que ia produzindo mais trabalhos, não raro edições de fontes, por vezes em colaboração com autores como Virgínia Rau ou Martim de Albuquerque³⁷. Também ele alvo, tal como António Cruz, de um «saneamento» de 5 anos (1974-1979), no regresso prestou provas públicas de concurso para professor catedrático³⁸ e retomou a regência de *Paleografia*. Tentou então criar um mestrado na área, o que se concretizou em 1984³⁹. Entre as teses defendidas, análises de grafias, estudos de Diplomática aplicada, monografias de cartórios tabeliônicos, edições diplomáticas, críticas de textos documentais *and so on*.

Borges Nunes aposentou-se em 1993 e o mestrado teve uma primeira interrupção (ainda que se tenham defendido teses das edições anteriores até 1996); iria recomeçar em 1997/1998, quando já estavam marcadas (para 1997, abril) as provas de doutoramento de Bernardo Sá-Nogueira e António J. R. Guerra, ambas bem-sucedidas. Mas a morte súbita do segundo no outono do mesmo ano impediu a retoma. Viria esta já nos alvares do presente século, e tem-se mantido, ainda que com alguma irregularidade nos últimos anos; destaque entretanto para o doutoramento na área de Susana Tavares Pedro (tese: *O género diplomático "notícia" na documentação medieval portuguesa séculos X-XIII*). De salientar também a colaboração na parte escolar e em júris deste mestrado de diversos filólogos, v.g. Ivo Castro ou João Dionísio; para além da presença, como professores visitantes, de Maria Helena da Cruz Coelho ou do autor das presentes linhas (anos letivos de 2003/2004 e 2007/2008).

A Universidade do Porto (UP) apresentou-se durante algum tempo como relativamente incaracterística nesta matéria. E, quando surgiu (1962/63), tal não parecia imaginável: integrava o primitivo Corpo Docente o nome de António Cruz⁴⁰, anteriormente diretor, sucessivamente, do Arquivo Municipal e da Biblioteca Pública Municipal da cidade e era possuidor, já então, de obra respeitável. Obra que, aliás, cedo ampliaria, com a tese de doutoramento

³² Presidiu à CID nos anos 80 e parte dos 90.

³³ Veja-se a relação das publicações da contra-capa do Vol. V (1972) da Revista *Do Tempo e da História*.

³⁴ GOMES, Saul António – Paleografia e Diplomática na obra de A. H. de Oliveira Marques. In HOMEM, Armando Luís de Carvalho; COELHO, Maria Helena da Cruz, coord. – *Na jubilação universitária de Oliveira Marques*. Coimbra: Minerva, 2003: 45-56, com reprodução da capa do dito *Álbum* a p. 48.

³⁵ Passando a incluir, por exemplo, documentação notarial.

³⁶ NUNES, Eduardo Alexandre Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras, 1969.

³⁷ O trabalho de maior fôlego que com este elaboraria foi a edição *das Ordenações del-Rei Dom Duarte*. (ALBUQUERQUE, Martim de; NUNES, Eduardo Borges – *Ordenações del-rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988)

³⁸ Juntamente com Francisco de Sales Loureiro (1919-2000). Foram dos últimos concursos desta natureza a nível nacional, já que em Dezembro seguinte entrou em vigor o primeiro *Estatuto da Carreira Docente Universitária*, que os transformaria em concursos documentais.

³⁹ Primeiros diplomados em 1968 e 1969: Bernardo Sá-Nogueira, António Joaquim Ribeiro Guerra (1945-1997) e Isabel Cid. No primitivo Corpo Docente, e para além do fundador, Isaiás da Rosa Pereira, Manuel C. Díaz y Díaz (1924-2008), Aires Augusto Nascimento, Pedro Barbosa ou Armando L. de Carvalho Homem.

⁴⁰ António Augusto Ferreira da Cruz (1911-1989).

sobre o *scriptorium* medieval de Santa Cruz de Coimbra (1964) e a tese de concurso para professor extraordinário sobre a vida económica e social da Urbe nas vésperas de Alcácer-Quibir (1968). Primeiro doutorado da FL/UP, primeiro professor catedrático da mesma (e do respetivo 4.º Grupo) e primeiro Diretor não interino da Escola (1970-1974), António Cruz iria ter, no entanto, um *interregno* na sua carreira, nos cinco anos imediatamente subsequentes a 1974. Um «saneamento», como se dizia na época. Resultado: ensinou longamente *Paleografia*, trabalhou investigativamente em *Diplomática* e em *Codicologia*, produziu bibliografia⁴¹ – por vezes de carácter didático, v.g., nos anos 60, duas edições provisórias de um *Álbum* de reproduções de manuscritos, para apoio às aulas; mas a sua Obra na área em questão fica-se pelo signo do inacabado, do interrompido, do provisório: jamais saiu uma edição definitiva do *Álbum*; e o livro de 1987 é trabalho de *fim de vida*, com tudo o que tal expressão possa querer dizer. A vida e a instituição bem que foram *madrastas* para quem tanto fez por diversos dos seus melhores alunos...

António Cruz teve um *sucessor* (José Marques, que se lhe seguiu na regência de *Paleografia*, 1976-1979⁴² e 1981-2003), mas não verdadeiramente um *herdeiro*; e já vamos ver porquê. J. Marques fora aluno de Avelino de Jesus da Costa nos Seminários de Braga (ca. 1950). E com ele voltou a contactar em tal situação cerca de um quarto de século decorrido, quando, já licenciado pela FL/UP, foi cursar como futuro *Bibliotecário-Arquivista* na FL/UC. O seu Mestre de então e de agora, já membro da CID, trabalhava na adaptação à língua e à documentação portuguesas dos critérios de transcrição e edição documental em vigor na dita CID. E já ensinava segundo tais parâmetros⁴³. Resultado: José Marques *converteu-se* às «normas do Avelino», deixando o que aprendera no Porto com António Cruz⁴⁴. A cronologia do período 1974-1981 não poderia ter sido mais favorável aos desideratos que estavam em causa; vejamos:

- 1962-1974: regência de António Cruz, inicialmente sozinho, a partir de 1966 com o apoio, nas aulas práticas, de José Vieira de Carvalho (1937-2002) e em 1973/1974 com a participação, igualmente nas práticas, de José Marques, ao tempo monitor;
- 1974-1976: interrupção do funcionamento da disciplina;
- 1976-1978: regência, sozinho, de J. Marques;
- 1978-1979: regência de Humberto Baquero Moreno (1935-2015), com José Viriato Capela nas aulas práticas;
- 1979-1981: regência de António Cruz, com Armindo de Sousa nas aulas práticas;
- 1981 ss.: jubulado António Cruz⁴⁵, regência de J. Marques, sozinho até 1987, com Cristina Cunha nas aulas práticas a partir de então; nos finais da década de 90, com Cristina Cunha em dispensa de serviço pré-doutoral (<1999), Luís Carlos Amaral passa ocasionalmente pelas aulas práticas.

Ou seja: uma *incidenciazinha perversa* da cronologia universitária...É evidente que os resultados práticos acabaram por não ser maus; mas faltou alguma *elegância* em todo o processo...

⁴¹ V.g. CRUZ, António – Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal. *Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto*. I (1966), p. 173-233.

⁴² Entre 1979 e 1981 António Cruz voltou a reger – i.e., entre o termo do «saneamento» e a jubilação, com a colaboração de Armindo de Sousa nas aulas práticas.

⁴³ Veja-se entretanto COSTA, 1993.

⁴⁴ Este praticava uma transcrição / transliteração um pouco na linha de Rui de Azevedo, na edição dos *Documentos Medievais Portugueses* (1958 ss.). Estaria ainda medianamente próximo das normas de Eduardo Borges Nunes (na FL/UL) e mais tarde de Oliveira Marques (e colaboradores) na UNL.

⁴⁵ Nunca se concretizou o convite que lhe chegou a ser dirigido para, uma vez separado do serviço, reger no nascente mestrado em *História Medieval* (1983 ss.) as unidades curriculares de *Crítica Textual* e de *Aperfeiçoamento Paleográfico*.

A Obra de J. Marques é bem extensa, incluindo estudos de fundo e edições de fontes relativas a instituições eclesiásticas (a arquidiocese de Braga, os seus prelados e o seu cabido; mosteiros; fontes tais como *tombos* e *cartulários*...), municípios, *atas* de vereação, povoamento do Noroeste e do Nordeste português...

A sua continuadora Maria Cristina Cunha, depois de uma breve passagem pela investigação sobre Ordens Militares (para a tese de mestrado, apresentada em 1989), volta-se, uma vez ingressada na FL/UP como assistente estagiária (1987), e em termos de investigação destinada à *laurea maxima*, para a *Diplomática episcopal*, e mais concretamente para a *Chancelaria* da *sede* bracarense, objeto de uma tese defendida em 1999 e conhecendo um prémio e uma edição impressa na Galiza poucos anos depois.

A sua discípula Maria João Oliveira e Silva trabalhará sobre *Diplomática episcopal* portuense (tese editada em 2013). Com gente mais jovem (como a referida no período anterior), e ainda André Evangelista Marques, Filipa Lopes, Ricardo Seabra e a ocasional passagem do já mais *velho* Luís Carlos Amaral ou do historiador da *Filosofia Medieval* José Francisco Meirinhos, preparam-se nesta área ou concretizam-se edições de fontes relativas a Paço de Sousa ou ao *Livro da Mumadona* ⁴⁶.

De outra geração é também José Augusto Sottomayor-Pizarro. Discípulo de José Mattoso, doutorado em 1998 com uma tese sobre a nobreza dionisina, anos decorridos dar-nos-á um estudo biográfico sobre o Rei em causa. E na última dúzia de anos tem vindo a editar as *Inquirições* do referido monarca ⁴⁷.

Na UP haverá finalmente que citar a área de investigação e de docência de *Ordens Religioso-Militares*, criada por Luís Adão da Fonseca em finais dos anos 80, no âmbito do mestrado em *História Medieval*. Os múltiplos estudantes que enveredaram por este rumo, alguns procederam também a edição de fontes, autonomamente ou como apêndices. De entre os da primeira situação destaquem-se os editores do *Livro dos Copos*, considerado qual *máximo expoente memorial* de S. Tiago e das Ordens Militares em geral: Luís Adão da Fonseca (dir. e prefácio), Paula Pinto Costa (coord. do empreendimento), Cristina Pimenta, Isabel Morgado Silva e Joel Mata ⁴⁸.

Outras universidades, como a do Minho ⁴⁹, a de Évora ⁵⁰, a dos Açores ⁵¹ e a Autónoma de Lisboa «Luís de Camões» ⁵² deram-nos, na área em apreço, meros esforços individuais (ou pouco mais do que isso).

⁴⁶ AMARAL, Luís Carlos; MARQUES, André Evangelista; MEIRINHOS, José, ed. – *Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães*. Lisboa: Academia das Ciências, 2016.

⁴⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto, ed. – *Inquisitiones: inquirições gerais de D. Dinis, 1284 : a saeculo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv academiae scientiarvm olisiponesis : edita*. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências, 2007. (Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum; 3) e SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto, ed. – *Inquisitiones : inquirições gerais de D. Dinis 1288 : sentenças de 1290 e execuções de 1291*. 1ª ed., Nova série. Lisboa: Academia das Ciências. 2012. (Portugaliae Monumenta Historica. a saeculo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv academiae scientiarvm olisiponesis ; 4).

⁴⁸ V. nomeadamente FONSECA, Luís Adão da, dir. – *Livro dos copos*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006. vol. 1. (Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares; 7).

⁴⁹ Ainda que seja de salientar aqui o nome do modernista José Viriato Capela.

⁵⁰ Pense-se no entanto em Hermínia Vasconcelos Vilar.

⁵¹ Destaque entretanto para Manuel Sílvio Conde.

⁵² Uma referência cabe aqui a Maria Isabel N. Miguéns de Carvalho Homem. Note-se que esta Instituição pertence ao Sector Privado e Cooperativo; no mesmo sector, as Universidades Lusíada / Lisboa e Portucalense há muito que deixaram de incluir a *História* no elenco dos saberes professados.

Pelo que nos sobra a Universidade Nova de Lisboa (UNL), surgida em 1973. Cerca de dez anos mais tarde, criada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e o Centro de Estudos Históricos (CEH), arranca, sob a égide de Oliveira Marques, um ambicioso programa de edição de fontes (máxime *registos* da *Chancelaria Régia* e de capítulos gerais e especiais de Cortes). Passados quase 35 anos, uma visita ao *site* do CEH-UNL⁵³ mostra-nos um acervo de publicações que compreende:

- *Chancelarias portuguesas*: 19 volumes de edição de registos de Chancelaria (de Afonso IV a D. Duarte);
- *Cortes portuguesas*: de Afonso IV a D. Manuel, estão editados 11 tomos de capítulos gerais e especiais;
- *Ordenações Manuelinas*, primeira versão, ed. Valentim Fernandes (1512-1513): disponíveis os 5 livros, em *fac-símile* coord. por João J. Alves Dias;
- *Atlas Históricos*: estão publicados um *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas* (1990, ed. A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Amélia Aguiar Andrade) e um *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português* (2003, por responsabilidade de A. H. de Oliveira Marques e João J. Alves Dias);
- *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas*, com coord. de Iria Gonçalves; saíram já (2005-2013), 5 volumes de Atas de reuniões científicas nesta área temática;
- *Tombos da Ordem de Cristo*: em ed. de Iria Gonçalves *et al.*, estão já disponíveis (2003-2017) 8 tomos de comendas da dita Ordem (sul do Tejo; Santa Maria de Abade de Neiva e São Vicente de Frago [concelho de Barcelos]; Médio Tejo; vale do Mondego; Noroeste; Beira Interior Sul; Beira Interior Centro; Trás-os-Montes e Alto Douro; e Lisboa, Alenquer e Sintra [1505]⁵⁴);
- *Diversos*: inserem-se neste apartado os seguintes volumes:
 - *Ao Serviço da República e do Bem Comum. Os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*, ed. Ângela Beirante, 2014;
 - *Livro de notas de Lopo Vasques tabelião do julgado de Refojos de Riba de Ave (1458-1459, 1469)*, ed. João J. Alves Dias, 2014;
 - *Maria, Catarina e Tantas Outras: Ensaio de Antroponímia Medieval*, de Iria Gonçalves, 2013;
 - *Ordenações Manuelinas 500 anos depois: os dois primeiros sistemas (1512-1519)*, de João J. Alves Dias, 2012;
 - *Cardeal D. Henrique: obra impressa (1512-1580)*, ed. João J. Alves Dias, 2012;
 - *Amato Lusitano e a sua obra: Séculos XVI e XVII*, ed. João Alves Dias, 2011;
 - *Timor: a presença portuguesa (1769-1945)*, de Fernando Augusto de Figueiredo, 2011;
 - *Sob os auspícios de Clio. Jacques Le Quien de La Neufville e a Histoire Générale de Portugal (1700)*, de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, 2010;

⁵³ <http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/publicacoes.html> [Consult. 11/12/2018].

⁵⁴ Esta última publicação não está ainda recenseada no *site* do CES-UNL.

- *Incunábulos e Post-Incunábulos Portugueses (ca. 1488-1518) (Em Redor do Material Tipográfico dos Impressos Portugueses)*, de Helga Maria Justen, 2009;
 - *Missões Diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII. Os Relatos de Frei João de Sousa*, de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, 2008;
 - *A Morte na Região de Lisboa nos Princípios do Século XX*, de Fernando Augusto de Figueiredo, 2006;
 - *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*, de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, 2001;
 - *Portugal, Indien und Deutschland: V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche, Köln 1998: akten / Portugal, Índia e Alemanha V Encontro Luso-Alemão, Colónia 1998: actas*, coord. Helmut Siepmann, 2000;
 - *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas : Loures nos séculos XIV e XV*, de José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, 1999;
 - *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, de Bernardo de Vasconcelos e Sousa, 1990.
- Não sendo da responsabilidade do CEH-UNL, mencione-se ainda o *Álbum de Paleografia* (1987), elaborado por João J. Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues.

Feito este percurso pelas edições do CEH-UNL ao longo de praticamente três décadas e meia (1984-2017), importa fazer notar por um lado a pujança das edições de *Chancelarias* e *atas* de Cortes e, por outro, a diversidade de publicações várias (fontes, estudos, atas de reuniões científicas...). Se a este comentário acrescentarmos a profusão dos títulos, bem poderemos concluir que, cerca de doze anos depois de nos ter deixado, *Oliveira Marques vive!*

* * *

Aproximamo-nos do final. Até que ponto o conteúdo deste número dos *Cadernos do Arquivo Municipal* é o espelho das *virtualidades* e / ou das *ambiguidades* do panorama descrito?

Uma análise do conteúdo respetivo patenteia-nos trabalhos do domínio da *Sigilografia [et alia]* (Maria do Rosário Morujão, Sandra Cunha Pires), da escrita e da legitimação dinástica (Ana Cristina Pereira da Silva Ferreira), da análise de grafias (Jorge Ferreira Paulo), da tipologia das escritas, concretamente a *manuelina* (Maria Teresa Pereira Coelho), da análise de *marcas de água* (Adriana Batista Ferreira Santos / Maria Beatriz de Castro Nunes Lobato de Sousa / Maria Helena Lopes dos Reis Oliveira Nunes), da Diplomática notarial (Maria Cristina Cunha / Ricardo Seabra), da Diplomática judicial quinhentista (Jorge Veiga Testos) e da *Associação Hispânica de Historiadores do Papel* (Maria del Carmen Hidalgo Brinquis); acrescentam duas resenhas críticas a obras de tomo (José Subtil, José Augusto Sottomayor-Pizarro) e um texto de Miguel Soromenho.

O volume que tenho a honra de coordenar é o que é: um número de Revista, e não propriamente um **tratado** de *Ciências de Incidência Histórica* na recente Historiografia portuguesa. Face ao panorama nacional que fomos descrevendo (pouca gente, diversas universidades com escassa posição na área, não muita variedade de temas cultivados...), o N.º 10 dos *Cadernos do Arquivo Municipal* acaba por ser, creio-o, uma amostragem significativa e de valor do que se vai elaborando entre nós.

O AML está hoje bem longe da Casa onde o conheci a partir do ano de 1975. Apesar das precaridades do atual edifício e seus acessos, os acervos têm outra organização, edita-se uma *Revista* com *referees*, há pessoal competente e em maior número e há também, talvez acima de tudo, mais leitores e mais investigação. Mas não esqueço o magno *salão* do edifício-sede da Câmara. Nem a tristeza que senti naquele primaveril fim-de-tarde do Outono de 1996, quando soube que um incêndio estava a conduzir à retirada dos fundos do Arquivo. Até hoje... Para sempre?

O coordenador científico do presente volume
Armando Luís de Carvalho HOMEM

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Martim de; NUNES, Eduardo Borges – *Ordenações del-rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

AMARAL, Luís Carlos; MARQUES, André Evangelista; MEIRINHOS, José, ed. – *Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães*. Lisboa: Academia das Ciências, 2016.

AZEVEDO, Pedro de – A Paleografia em Portugal. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. I (1920), p. 139-147.

AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Lisboa: Academia das Ciências, 1915.

AZEVEDO, Pedro de – Linhas gerais da História da Diplomática em Portugal. *O Instituto*. 4.^a S. V. 74 (1927), p. 226-242.

AZEVEDO, Ruy de – A Chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Académica. Nº14 (1938). Separata.

AZEVEDO, Ruy de – Observações de Diplomática. *Revista Portuguesa de História*. XII (1969), p. 125-182.

BALARD, Michel, ed. – *L'Histoire médiévale en France: bilan et perspectives*. Paris: Seuil, 1991.

BAUTIER, Robert-Henri – *Chartes, sceaux et chancelleries: études de diplomatique et de sigillographie médiévales*. Paris: École des Chartes, 1990.

BAUTIER, Robert-Henri – Diplomatie et histoire politique: ce que la critique diplomatique nous apprend sur la personnalité de Philippe le Bel. *Revue Historique*. A. 102 T. 259 (1978), p. 3-27.

BAUTIER, Robert-Henri – Leçon d'ouverture du cours de Diplomatie à l'École des Chartes (20 octobre 1961). *Bibliothèque de l'École des Chartes*. 119 (1961), p. 194-225.

BAUTIER, Robert-Henri – Les demandes des historiens à l'informatique: la forme diplomatique et le contenu juridique des actes. In COLLOQUE INFORMATIQUE ET HISTOIRE MÉDIÉVALE, Roma, 1977 – *Actes*. Rome: École Française de Rome, 1977. p. 179-186.

BAUTIER, Robert-Henri – Recherches sur la chancellerie royale au temps de Philippe VI. *Bibliothèque de l'École des Chartes*. CXII, CXXII (1964-1965), p. 89-176, 313-459.

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Como fazer análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BRUNEL, Ghislain; LALOU, Élisabeth, dir. – *Sources d'Histoire médiévale*. Paris: Larousse, 1992.
- CANELLAS LÓPEZ, Ángel – La investigación diplomática sobre cancellerías y oficinas notariales: estado actual. In JORNADAS DE METODOLOGIA APLICADA DE LAS CIÊNCIAS HISTÓRICAS, 1, Santiago de Compostela, 1975 – *Actas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones, 1975. vol. 5, p. 201-222.
- CARBONELL, Charles-Olivier; WALCH, Jean, dir. – *Les sciences historiques de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Larousse, 1994.
- CÁRCEL ORTÍ, María Milagros – *La enseñanza de la Paleografía y Diplomática: centros y cursos*. Valencia: Artes Gráficas Soler, 1996.
- CÁRCEL ORTÍ, María Milagros, ed. – *Vocabulaire international de la Diplomatie*. Valencia: Generalitat Valenciana, 1994.
- CAZELLES, Raymond – *Lettres closes, lettres "de par le roy" de Philippe de Valois*. Paris: Société de l'Histoire de France, 1958.
- CAZELLES, Raymond – Une chancellerie privilégiée: celle de Philippe VI de Valois. *Bibliothèque de l'École des Chartes*. T. 124 L.2 (1966), p. 355-381.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa (1974-1994)*. Coimbra: Instituto Camões, 1995.
- COELHO, Maria Helena da Cruz [et al.] – *Estudos de Diplomática portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2001.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Origines et évolution du registre de la Chancellerie Royale portugaise (XIII^e-XV^e siècles). *Revista da Faculdade de Letras: História*. S. II V. XII (1995), p. 47-76.
- CONDE Y DELGADO, Rafael – Análisis de la tipología documental del siglo XV: fuentes de la Corona de Aragón. In UDINA MARTORELL, Federico, dir. – *Mutación de la segunda mitad del siglo XIV en España*. Madrid: Instituto Jerónimo Zurita, 1977. p. 47-69.
- COSTA, Avelino de Jesus da – A Chancelaria Real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. *Revista da Faculdade de Letras: História*. S. II V. XIII (1996), p. 71-101.
- COSTA, Avelino de Jesus da – *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.
- COSTA, Avelino de Jesus da – La Chancellerie Royale portugaise jusqu'au milieu du XIII^e siècle. *Revista Portuguesa de História*. XV (1975), p. 143-169.
- COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra, 1993.
- COSTA, Paula Pinto – As Visitações: as ordens militares portuguesas entre poderes?. In ENCONTRO SOBRE ORDENS MILITARES, 6, Palmela, 2012 – *Freires, guerreiros, cavaleiros: actas*. Palmela: Câmara Municipal, 2012. p. 415-437.
- CRUZ, António – Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal. *Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto*. I (1966), p. 173-233.
- CRUZ, António – *Paleografia portuguesa: ensaio de manual*. Porto: Universidade Portucalense, 1987.
- DIAS, João José Alves – *Paleografia e Diplomática geral (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997. Relatório policopiado.

ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES: *histoire de l'école depuis 1821*. Paris: G. Klopp, 1997.

FAVIER, Jean – *Les palais de l'Histoire*. Paris: Seuil, 2016.

FAVIER, Jean – Quand l'erudition s'appuie sur les techniques. In *Découvertes et événements culturels remarquables du dernier siècle : séance publique annuelle des cinq académies, mardi 24 octobre 1995, Institut de France*. Paris: Palais de l'Institut, 1995. p. 13-20

FAVIER, Jean, dir. – *Archives de l'occident*. Paris: Fayard, 1992-1995.

FAVIER, Jean; FAVIER, Lucie – *Archives nationales: quinze siècles d'histoire*. Paris: Nathan, 1988.

FLORIANO CUMBREÑO, António C. – *Curso general de Paleografía: Paleografía y Diplomática españolas*. Oviedo: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1946.

FONSECA, Luís Adão da, dir. – *Livro dos copos*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006. vol. 1. (Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares; 7).

FOSSIER, Lucie; VAUCHEZ, André; VIOLANTE, Cinzio ed. – *Informatique et Histoire médiévale*. Roma: École Française de Roma, 1977.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *A burocracia do "Eloquente" (1433-1438): os textos, as normas, as gentes*. Cascais: Patrimonia, 1996.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *Temos por bem e mandamos: a burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia, 2001. GARCÍA MARIN, José M. – *El oficio público en Castilla durante la baja Edad Media*. 2ª ed.. Madrid: Instituto Nacional de Administracion Pública, 1987.

GÉNICOT, Léopold – *Les actes publics*. Turnhout: Brepols, 1972.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

GUALDO, Germano, ed. – *Cancellaria e Cultura nel Medio Evo*. Città del Vaticano: Archivio Segreto Vaticano, 1990.

GUYOTJEANNIN, Olivier – *Les sources de l'histoire médiévale*. Paris: Librairie Générale Française, 1998.

GUYOTJEANNIN, Olivier [et al.] – *Diplomatique medieval*. Turnhout: Brepols, 1993.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Central power: institutional and political History in the thirteenth-fifteenth centuries. In MATTOSO, José, dir. - *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2011. p. 179-208.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Da diplomática régia à história do estado dos fins da Idade Média: um rumo de investigação. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa. Sá da Costa. 8 (1981), p. 11-25.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Jean Favier (1932-2014). *Medievalista* [Em linha]. 20 (Julho-Dezembro 2016) [Consultado em 15.04.2017]. Disponível na Internet: <http://www2.fch.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA20/homem2011.html>

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC/CHUP, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O rei e a lei: estudos de História Institucional da Idade Média portuguesa (1279-1521)*. Porto: U. Porto Edições, 2017.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política*. Lisboa: Horizonte, 1990.

- HOMEM, Armando Luís de Carvalho; COELHO, Maria Helena da Cruz, coord. – *Na jubilação universitária de Oliveira Marques*. Coimbra: Minerva, 2003.
- JORNADAS DE METODOLOGIA APLICADA DE LAS CIÊNCIAS HISTÓRICAS, 1, Santiago de Compostela, 1975 – *Paleografía y Archivística: actas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones, 1975. vol. 5.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – Diplomática. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1975. vol II, p. 309-314.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaios de historiografia portuguesa*. Lisboa: Palas, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do estudante de História medieval portuguesa*. 3ª ed.. Lisboa: Estampa, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – Paleografia. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1975. vol IV, p. 528-534.
- MARQUES, A. H. de Oliveira ed. – *Antologia da historiografia portuguesa*. 2ª ed.. Mem Martins: Europa-América, 1975.
- MARQUES, José – L'Écriture de Francesco Cavalcanti, une nouveauté au Portugal: 1482. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Universidade do Porto. S. II V. XII (1995), p. 151-182.
- MARQUES, José, coord. – *Diplomatique royale du Moyen Âge: XIII^e-XIV^e siècles*. Porto: Faculdade de Letras/Universidade do Porto, 1996.
- MATTOSO, José, dir. - *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2011.
- MERDRIGNAC, Bernard; CHÉDEVILLE, André – *Les sciences annexes en histoire du Moyen âge*. Rennes: Presses Universitaires, 1998.
- MILLARES CARLO, Agustín – Breves consideraciones sobre sobre la documentación real en pergamino entre los siglos XIII y XV. In *Miscelania de Estudios dedicados al professor António Marín Ocete*. Granada: Universidad de Granada, 1974. t. II, p. 739-753.
- MORENO, Humberto Carlos Baquero – Subsídios para o estudo da adopção em Portugal na Idade Média (D. Afonso IV a D. Duarte). *Revista dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique*. Lourenço Marques: Universidade de Moçambique. V. III S. V (1966). Separata.
- MORENO, Humberto Carlos Baquero – Subsídios para o estudo da legitimação em Portugal na Idade Média (D. Afonso III a D. Duarte). *Revista dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique*. Lourenço Marques: Universidade de Moçambique. V. IV S. V (1967). Separata.
- NICOLAJ, Giovanna – *Lezioni di diplomatica generale: Istituzioni*. Roma: Bulzoni, 2007. vol. 1.
- NICOLAJ, Giovanna – Lineamenti di diplomatica generale. *Scrineum Rivista*. (Jan 2013), p. 5-112.
- NICOLAJ, Giovanna, ed. – *La Diplomatica dei documenti giudiziari (dai placiti agli acta - sec. XII-XV)*. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2004.
- NUNES, Eduardo Alexandre Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras, 1969.
- NUNES, Eduardo Alexandre Borges – Varia Palæographica: Maiora ac Minora. In *Portugalix Historica*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique. V. 1 (1973), p. 223-232.
- PARDO RODRÍGUEZ, María Luísa; OSTOS SALCEDO, Pilar; RODRÍGUEZ DIAZ, Elena e, ed. – *Vocabulario de Codicología*. 2.ª ed.. Madrid: Arco Libros, 2011.

- PASSOS, Carlos de – Nomenclatura diplomática portuguesa. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. T. III N.º 12 (1922), p. 277-288.
- PREVENIER, Walter; HEMPTINNE, Thérèse de, ed. – *La Diplomatie urbaine en Europe au moyen âge*. Lovaina: Garant, 2000.
- RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e críticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. 2.ª ed.. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1857-1896.
- SAMARAN, Charles, dir. – *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: NRF, 1961.
- SANTOS, Maria José Azevedo – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000.
- SANZ FUENTES, María Josefa – Tipología documental de la Baja Edad Media castellana: documentación concejil: un modelo andaluz: Écija. In *Archivística. Estudios Básicos*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1981.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto, ed. – *Inquisitiones: inquirições gerais de D. Dinis, 1284 : a saecvlo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv academiae scientiarvm olisiponesis : edita . Nova série*. Lisboa: Academia das Ciências, 2007. (Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum; 3).
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto, ed. – *Inquisitiones : inquirições gerais de D. Dinis 1288 : sentenças de 1290 e execuções de 1291*. 1ª ed., Nova série. Lisboa: Academia das Ciências. 2012. (Portugaliae Monumenta Historica. a saecvlo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv academiae scientiarvm olisiponesis ; 4).
- TESSIER, Georges – *Diplomatique royale française*. Paris: Picard, 1962.
- TESSIER, Georges – Diplomatie. In SAMARAN, Charles, dir. - *L'Histoire et ses methods*. Genève: Gallimard Pléiade, 1961. p. 633-676.
- TESSIER, Georges – *La Diplomatie*. Paris: PUF, 1952.
- VENTURA, Leontina; FARIA, Ana Santiago, ed. – *Livro Santo, de Santa Cruz: cartulário do século XII*. Coimbra: INIC, 1990.
- VIEGAS, Inês Morais – O Arquivo Municipal de Lisboa no tempo: modelos de gestão e organização. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. N.º 6 (2002) [Consult. 07/12/2018]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/66.pdf>
- VIEGAS, Inês Morais; MARTINS, Miguel Gomes, coord. – *Documentos medievais portugueses (1179-1383): catálogo*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2003.

Armando Luís de Carvalho Homem, DHEPI - Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais,
Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 4150-564 Porto, Portugal;
DHAH - Departamento de História, Artes e Humanidades, Universidade Autónoma de Lisboa, 1169-023 Lisboa, Portugal;
antigo membro da *Commission Internationale de Diplomatie* (1990-2016).

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Paleografia, Diplomática, Cronologia(s)....
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série N.º 10 (julho-dezembro 2018), p. 11 – 23.

DESTAQUE

“Esta carta lhe nom guardees se aseellada nom for”: selos régios medievais do Arquivo Municipal de Lisboa*

“Esta carta lhe nom guardees se aseellada nom for”: royal medieval seals of the Arquivo Municipal de Lisboa

Maria do Rosário Barbosa Morujão

RESUMO

Este artigo tem como objetivo o estudo dos selos régios medievais conservados no Arquivo Municipal de Lisboa, onde a maioria dos selos, tal como nos restantes arquivos portugueses, desapareceu. Analisam-se os fragmentos dos selos dos reis desde D. Afonso IV a D. Afonso V, procurando recuperar, na medida do possível, a sua memória e integrando-os no contexto das práticas sigilográficas de cada um dos monarcas em causa. Além disso, reflete-se acerca da importância dos selos e do seu estudo, e chama-se a atenção para a necessidade premente de os salvaguardar, não apenas enquanto fontes históricas, mas também como parte do património cultural português em risco de se perder.

ABSTRACT

This article aims to study the royal medieval seals preserved in the *Arquivo Municipal de Lisboa*, where as in all the other Portuguese archives most of the seals disappeared. The royal seals fragments from D. Afonso IV to D. Afonso V are analysed, trying to recover as far as possible the memory of these seals and to place them within the context of the sigillographic practices of each of the Kings in question. In addition, the importance of seals and of their study is considered, and attention is drawn to the urgent need to safeguard them not only as historical sources but also as part of the Portuguese cultural heritage at risk of being lost.

PALAVRAS-CHAVE

Selos / Sigilografia / Reis de Portugal / Arquivo Municipal de Lisboa / Idade Média

KEYWORDS

Seals / Sigillography / Kings of Portugal / *Arquivo Municipal de Lisboa* / Middle Ages

* Este trabalho só foi possível graças ao convite que expressamente me endereçou o Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, a quem me liga uma grande estima nascida nos anos em que foi meu professor no Mestrado em História da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos anos letivos de 1987/1988 e 1988/1989, e a quem devo uma grande parte da minha formação como investigadora, e à ajuda preciosa da Dra. Marta Gomes e do Doutor Nuno Martins, do Arquivo Municipal de Lisboa, que me forneceram todos os elementos para o poder realizar e me acolheram no seu local de trabalho com uma atenção e afabilidade inextinguíveis, e a quem quero deixar expresso o meu sincero agradecimento.

A riqueza dos fundos documentais medievais conservados no Arquivo Municipal de Lisboa é extraordinária, em especial se comparada com muitos arquivos de municípios criados na Idade Média onde, por motivos vários, os documentos anteriores ao século XVI desapareceram ou são em número muito diminuto¹. Em Lisboa, pelo contrário, houve o cuidado de preservar essa documentação, o que se traduziu na existência, ainda hoje, de muitas centenas de diplomas medievais².

Como em tantos outros arquivos, tanto de leigos como de eclesiásticos, um dos processos que neste Arquivo se encontrou durante a Época Moderna para conservar a documentação foi o fabrico de códices factícios, ou seja, a compilação de documentos avulsos que foram cosidos uns aos outros e encadernados como se de livros se tratasse³. Assim se constituíram os chamados *Livros dos Reis* que integram o fundo da Chancelaria Régia, e que terão começado a ser organizados a partir de finais do século XVI, a avaliar pela letra dos seus índices⁴. Contêm exclusivamente documentação régia relacionada com o município de Lisboa, e têm estado a ser pacientemente desfeitos, de modo a recuperar os documentos, que, depois de restaurados, são guardados, planificados, em embalagens adequadas⁵.

Se os velhos pergaminhos e papéis sobreviveram, a mesma sorte não tiveram, porém, os selos que os autenticavam ou fechavam. Na sua maioria, eram selos pendentes, frágeis por natureza, dado serem feitos de cera, e a sua permanência nesses códices, desprotegidos, a roçar uns nos outros ou, pior, nas estantes onde os livros estavam colocados, levou a que se partissem, deteriorassem, ficassem reduzidos a fragmentos ou mesmo a coisa nenhuma. Desapareceu assim um dos principais elementos que garantiam a autenticidade dos documentos a que estavam apensos, senão mesmo o único⁶.

Por seu turno, os selos de chapa, apostos diretamente sobre os suportes, presos apenas por uma fina camada de cera, de lacre ou de uma massa de farinha e água, que os colava e sobre a qual era colocado um papel onde se gravava a matriz sigilar⁷, são ainda mais frágeis e sujeitos, pois, a perdas. Ressequidos com o correr do tempo, facilmente se quebravam e soltavam. Muitos deles eram colocados nas costas dos documentos e, mais ainda do que validar, garantiam a inviolabilidade do seu conteúdo até chegar às mãos dos destinatários. Estes, para abrirem as cartas assim fechadas, tinham de levantar os selos, que quase sempre se partiam e podiam também descolar-se. Não admira, pois, que a sua larguíssima maioria desaparecesse, e os documentos régios do Arquivo Municipal de Lisboa não foram uma exceção.

Examinemos um dos códices factícios que subsistem, o *Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V*, que integra 58 “fólios” constituídos por documentos em pergaminho e papel, mais o respetivo índice⁸. Metade dos documentos que o

¹ Para verificar esta situação, basta passar os olhos pelas indicações sobre a cronologia dos documentos que compõem os acervos destes arquivos, referidas em qualquer dos catorze volumes do MARIZ, José, coord. – *Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. Inventário do Património Móvel*. Lisboa: Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 1995-2000. 14 vols.

² Não dispomos de números exatos senão para os documentos medievais até 1383 conservados no Arquivo, que somam 332, de acordo com VIEGAS, Inês Morais; MARTINS, Miguel Gomes, coord. – *Documentos medievais (1179-1383). Arquivo Municipal de Lisboa. Catálogo*. Lisboa: Câmara Municipal, 2003. Para os restantes anos do século XIV e para o século XV, os documentos não estão contabilizados, mas constituem mais várias centenas, conservados em vários fundos.

³ Assim sucedeu nos arquivos de numerosas instituições, como, por exemplo, o cabido da Sé do Porto, dando origem aos trinta volumes dos chamados *Livros dos Originais*, hoje conservados no Arquivo Distrital do Porto, ou o Mosteiro de Odivelas, que tem praticamente toda a sua documentação encadernada neste tipo de códices, de que o Arquivo Nacional Torre do Tombo tem a custódia.

⁴ Apesar de as informações existentes apontarem para o século XVIII como data de elaboração destes livros, o índice do livro que pude examinar, o Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, nos f. 59-84, apresenta uma letra que pode ser datada dos finais do século XVI.

⁵ Assim se passa, por exemplo, com o Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro, Livro 2º de D. Fernando, Livro 1º de D. João I e Livro 2º de D. João I.

⁶ Efetivamente, o selo era com frequência o único processo de validação usado; vejamos os dados a este respeito relativos à Sé de Coimbra apresentados por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010. p. 609.

⁷ Acerca deste tipo de selos, ver MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Pergaminhos do Museu de Lamego (séculos XV a XIX). Características e conteúdos. In RIBEIRO, Agostinho; BRAGA, Alexandra, coord. – *Museu de Lamego. Pergaminhos*. Lamego: IPM, 2002. p. 29-46.

⁸ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V.

compõem, num total de 29, nunca foi selada; a outra metade foi, quer com selos pendentes (a maioria) ou de chapa (um pequeno número). Desses 29 documentos, porém, apenas oito conservam fragmentos dos seus selos; os restantes desapareceram, em alguns casos percebendo-se que as suspensões foram cortadas propositadamente, noutros tendo o tamanho dos pergaminhos levado a que a sua parte inferior, onde o selo estava apenso, tenha sido sacrificada para que o documento tivesse as dimensões adequadas à encadernação prevista⁹.

Surpreende-me sempre a extrema falta de cuidado que houve ao longo dos séculos com a preservação dos selos na maioria dos arquivos portugueses, tendo em conta a importância que tinham, ao garantir a autenticidade dos atos escritos. Um documento que foi selado e perdeu o seu selo é um documento amputado de um elemento validatório da máxima importância, de uma das suas partes integrantes que assegura a confiança que nele se pode depositar. A presença do selo e a certeza de que efetivamente pertencia à pessoa ou entidade que o documento indicava eram elementos de que um qualquer notário, já mesmo na Idade Média, se certificava para poder fazer fé num ato escrito¹⁰. Da importância fundamental dos selos fala, também, explicitamente, a referência que por vezes surge no próprio texto dos documentos, de que estes não serão válidos senão estiverem selados. Assim sucede com um dos documentos de D. Afonso V conservados no Arquivo Municipal de Lisboa, que contém a frase que figura no título deste trabalho: “esta carta lhe nom gardees se aseellada nom for”¹¹. Não se podia ser mais claro no que toca ao valor intrínseco do selo – que o diploma em causa, porém, já não conserva. E, como este, muitos outros.

Os dados que apresentam os estudos sigilográficos levados a cabo nas últimas décadas apontam para que mais de metade dos selos medievais se tenha perdido, e que boa parte dos que subsistem se encontram em mau estado, muitas vezes reduzida a fragmentos de maior ou menor dimensão¹². Isso sucede mesmo com documentos de grande importância na história portuguesa; dois exemplos apenas: a bula *Manifestis Probatum* já não tem o selo de chumbo do papa Alexandre III que ostentava¹³, e o original do Tratado de Alcanices perdeu os seus cinco selos pendentes¹⁴.

Talvez o cuidado na preservação dos selos fosse maior no tempo em que os documentos tinham valor jurídico e podiam ser apresentados em juízo para comprovar direitos, privilégios ou obrigações. Mas durante a Época Moderna esse valor jurídico continuava a existir, e foi nesse mesmo período que se produziram os códices factícios referidos, que tantas vezes condenaram os selos à destruição. Foi nesses séculos, também, que mãos

⁹ O caso mais flagrante encontra-se no doc. 25, de 19 de janeiro de 1442, Lisboa, de D. Afonso V, cuja corroboração indica a presença de um selo inexistente, e tem a parte inferior cortada precisamente à medida do livro em que se integra.

¹⁰ Muitos dos documentos conservam o registo dessa prática mesmo na Idade Média, ao referirem como o tabelião verificava esses elementos. Ver, por exemplo, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, DR, m. 2, nº 39, de 28 de abril de 1312, Coimbra, onde o tabelião de Coimbra Pedro Salvador copia em pública-forma, a pedido do deão da Sé dessa cidade, um diploma de D. Afonso II de dezembro de 1217, Santarém, depois de verificar que se encontrava “selado do seu verdadeiro seelo pendente chumbado”. Um outro exemplo encontra-se em ANTT, Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, DR, m. 2, nº 50, de novembro de 1404, Coimbra, no qual o tabelião da cidade Rodrigo Afonso copia duas cartas de D. Afonso III, que verifica estarem “escritas per latim em purgaminhos abertas seelladas de seu verdadeiro seello das quinas de çera vermelha huum colgado em cordam de retors branco de fiios brancos e outro em crena de retors de fiios pretos segundo em ellas e em cada hũa dellas pareçia”.

¹¹ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 29, de 26 de dezembro de 1449, Lisboa.

¹² Refiro-me, especialmente, aos dados apresentados por GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: CHSC/Palimage, 2007 e *Imago & Auctoritas. Selos medievais da chancelaria do Mosteiro de Alcobça*. Coimbra: CHSC/Palimage, 2008; também por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010 e The SIGILLVM project – the Portuguese sigillographic heritage in the light of a project’s results. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 5, Barcelos, 2016 – *Heritage 2016: proceedings*. Barcelos: Greenlines Institute for Sustainable Development, 2016. vol 1, p. 957-965.

¹³ ANTT, Bulas, m. 16, nº 20.

¹⁴ ANTT, Gavetas, Gaveta 18, m. 9, nº 13.

pacientes e anónimas coseram saquinhos de tecido em torno de selos pendentes, com o intuito de os preservar; as dimensões e feitios de alguns deles mostram, no entanto, que, quando foram elaborados, os selos já se encontravam fragmentados¹⁵.

A deterioração dos selos medievais iniciou-se, portanto, cedo; e não era por acaso que em algumas chancelarias havia a noção de que um documento que se pretendia perene devia ser selado com chumbo e não com cera, mais frágil¹⁶. Essa deterioração foi apressada, por certo, a partir do momento em que os documentos medievais passaram a ter apenas valor histórico, ou seja, de um modo geral, após as revoluções liberais que puseram fim ao Antigo Regime¹⁷. De tal forma se desvalorizou esse papel probatório da documentação medievá que foi prática corrente, em diversos arquivos pelo mundo fora, cortar os selos pendentes e fazer com eles coleções onde fossem preservados, como se se tratasse de objetos, autónomos e não parte integrante dos documentos¹⁸.

No que toca aos selos régios, o panorama parece ser ainda mais negro do que o acima apontado. Um balanço acerca da documentação emanada dos reis medievais portugueses – meramente impressionístico, por ora, pois ainda não dispomos de dados quantitativos a este respeito – aponta para perdas ainda mais importantes, superiores, pois, aos 50% dos espécimes¹⁹. Talvez porque esses selos existiam em tal abundância e eram todos tão parecidos que se tornavam banais e não eram, por isso, devidamente valorizados? Talvez devido à falta de organização dos arquivos, já visível em muitos cartórios monásticos e municipais nos séculos XVIII e XIX e que em tantos casos chegou aos nossos dias²⁰? Talvez devido à avidez de colecionadores, que aproveitaram essa falta de organização e os roubaram, como fizeram a tantas iluminuras, cortadas dos livros para vender separadamente? Sejam quais forem as razões que explicam o desaparecimento dos selos, certo é que a maior parte deles já não existe, pelo menos intacta, o que torna cada fragmento mais precioso, como testemunho das práticas sigilográficas das várias entidades que selavam os seus documentos, nomeadamente a Chancelaria Régia.

¹⁵ Entre outros exemplos possíveis, veja-se o caso do Mosteiro de Lorvão, cujo cartório conserva diversos saquinhos, incluindo alguns, bordados, em forma de sapatinho, cujas dimensões demonstram o estado fragmentar em que o selo se encontrava quando foi protegido desta forma. Cf. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes féminines du Portugal au Moyen Âge. In BAUDIN, Arnaud; MORELLE, Laurent, ed. – *Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e-milieu du XVI^e siècle)*. Paris: Archives départementales de l'Aube-Conseil départemental de l'Aube/Somogy éditions d'Art, 2016. p. 99-111.

¹⁶ Cf. GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Lisboa: FLUC, 2008. p. 95, que assim afirma, e que cita o caso do mestre da Ordem de Avis que solicita ao rei a reelaboração de um documento autenticado erradamente com o *sigillum cereum*, que devia ser feito e validado com o *sigillum plumbeum* (ANTT, Ordem de Avis, m. 2, nº 83, de 5 de novembro de 1271).

¹⁷ Sobre esta transformação, veja-se, por exemplo, e para citar apenas uma obra portuguesa, SILVA, Armando Malheiro da [et. al.] – *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. 2^a ed. Porto: Ed. Afrontamento, 2002. Vol. 1.

¹⁸ Assim se passou, por exemplo no Archivo Histórico Nacional de Espanha; cf. GUGLIERI NAVARRO, Araceli – *Catálogo de sellos de la Sección de Sigilografía del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Servicio de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia, 1974. 3 vol. O Marquês de Abrantes, investigador que dedicou tanto do seu labor ao estudo dos selos, advogava essa prática ainda na década de 1980, se bem que restringindo-a aos casos de espécimes sigilográficos raros; cf. TÁVORA, Luíz Gonzaga de Lancastre e – *Estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1983. p. 64.

¹⁹ Os selos régios não tiveram, ainda, o estudo aprofundado que merecem. Um dos mais importantes trabalhos a seu respeito, que não ultrapassa, porém, D. Sancho II, foi levado a cabo por TOVAR, [Pedro] Conde de – *Esfragística medieval portuguesa*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1937. Encontramos uma breve síntese acerca da sigilografia dos reis portugueses em GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa*. Coimbra: FLUC, 2008. p. 88-102. Os selos dos reis da Primeira Dinastia foram analisados por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Sceau et pouvoir: l'usage du sceau par les rois du Portugal au Moyen Âge. In MANEUVRIER, Christophe; CHASSEL, Jean-Luc; BLANC-RIEHL, Clément, ed. – *Apposer sa marque: le sceau et son usage*. Caen: CRAHAM. No prelo; uma versão portuguesa deste trabalho, com o título *Os selos dos reis de Portugal (Primeira Dinastia)*, sairá no próximo número da revista *Armas & Troféus*. Refira-se ainda, sobre os selos das rainhas da Primeira Dinastia, MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A imagem do poder no feminino: selos de rainhas portuguesas da Idade Média. In GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel; CERNADAS MARTÍNEZ, Silvia, coord. – *Reginae Iberiae. El poder regio femenino en los reinos medievales peninsulares*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015. p. 89-110.

²⁰ Do estado desolador em que encontrou muitos cartórios pelo país fora em finais do século XVIII testemunha, melhor do que ninguém, RIBEIRO, João Pedro – Sobre o estado actual dos cartórios do Reino e necessidade de acautelar pelos meios oportunos a sua total ruína. In *Observações históricas e críticas para servirem de memorias ao systema da Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1798. p. 1-58. Acerca do estado dos arquivos portugueses no último quartel do século XX, veja-se REAL, Manuel Luís – Gestão do património arquivístico nacional. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIO, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 – *A integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva, 1987. p. 207-246 e SOUSA, Fernando de – Relatório dos arquivos a norte do Douro. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa. 3 (janeiro-julho 1979), p. 109-119.

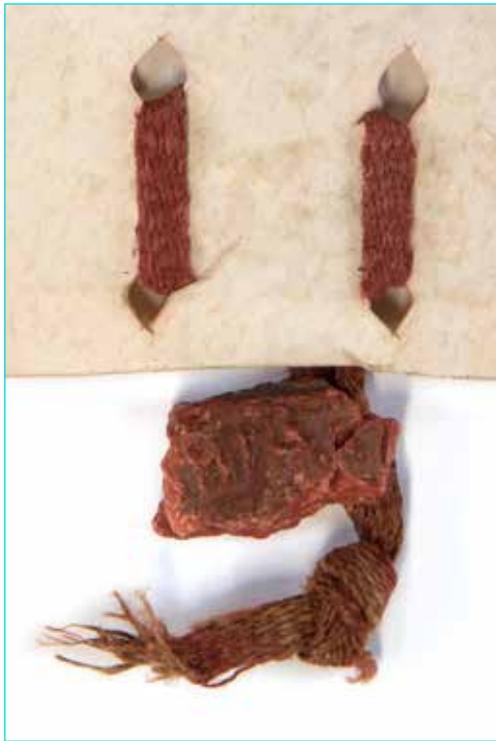


Figura 1 Fragmento de selo de D. Afonso IV (1350). Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro, doc. 29.

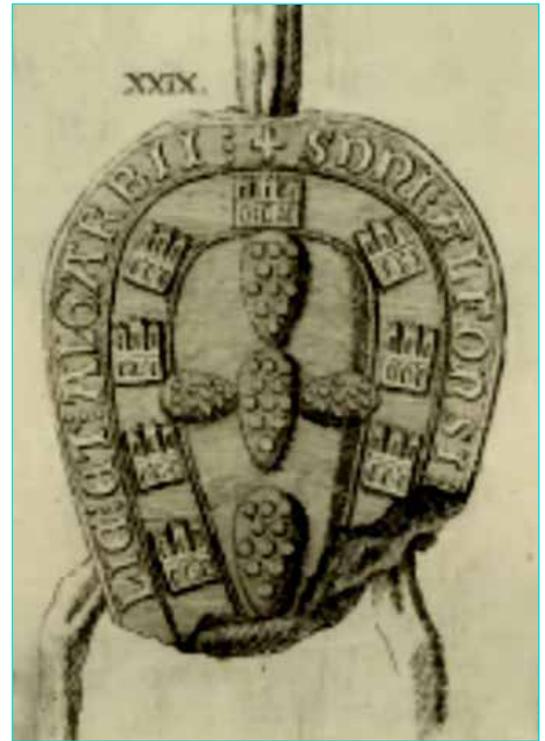


Figura 2 Selo de D. Afonso IV (SOUSA, António Caetano de – *História genealógica...*, t. 4, nº XXIX).

Dos selos régios medievais ainda existentes no Arquivo Municipal de Lisboa, o mais antigo pertenceu a D. Afonso IV e data de 1350²¹, e o mais recente, de D. Afonso V, é de 1478²². Dos selos pendentes, nenhum se encontra em bom estado, nem sequer inteiro; quase todos são meros fragmentos de maior ou menor dimensão (nunca correspondendo sequer a metade da impressão), vários dos quais estão praticamente a desfazer-se. Dos selos de chapa, um só, de D. Afonso V, sobreviveu, igualmente muito danificado²³. Por ordem cronológica, analisemo-los, procurando perceber que selos são e, na medida do possível, recuperar a memória destas impressões e integrando-as nas práticas sigilográficas de cada um dos monarcas em causa.

De D. Afonso IV resta apenas o pequeno fragmento mencionado, suspenso por uma fita vermelha de uma carta outorgada em Santarém, a 22 de julho de 1350²⁴. De cera vermelha, com escassos 22x20 mm, este fragmento pertence à parte superior do selo, e permite ver somente uma pequena parte da legenda: numa face, os *II* finais de *Algarbii*, seguidos da pequena cruz habitualmente usada no início das legendas sigilares e da letra *S* de *sigillvm*; na outra, a mesma cruz e o *S* inicial, apenas (fig. 1). Era uma impressão da matriz sigilar usada com mais frequência pelo monarca, que tinha, como era tradicional, a forma de escudo normando, que continuou a ser utilizada reis portugueses muito para além do tempo em que este tipo de escudo esteve na moda²⁵. Essa forma reproduz,

²¹ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro, doc. 29, de 22 de julho de 1350, Santarém.

²² AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 55, de 9 de agosto de 1478.

²³ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 33, de 6 de outubro de 1450.

²⁴ Referenciado *supra*, nota 21, e reproduzido na fig. 1.

²⁵ Assim se pode ver nas reproduções dos selos régios apresentados por SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de ALMEIDA e César PEGADO. Coimbra: Atlântida, 1947. tomo 4, p. 48-86.

assim creio, o próprio escudo de D. Afonso Henriques, sobre o qual o infante terá sido aclamado rei pelos seus companheiros na batalha de Ourique, e que por isso foi adotado como símbolo da sua realeza²⁶.

Caetano de Sousa, cujas gravuras continuam a ser uma fonte imprescindível para o estudo dos selos régios portugueses, apenas fornece um exemplo danificado deste selo²⁷ (fig. 2). Outros espécimes existentes estão também incompletos, mas permitem reconstituir o selo na totalidade²⁸. Com as duas faces iguais, apresentava a legenda + *S(igillvm) D(om)NI ALFONSI REGIS PORTVGALIE ET ALGARBII*²⁹ na orla de cada uma delas. No centro do campo, tinha as cinco quinas, de forma amendoada, posicionadas em cruz, com as duas que formam o braço horizontal da cruz deitadas e carregadas com besantes, cujo número se vê mal nos exemplares que nos chegaram; de acordo com o erudito setecentista, seriam onze. À volta da cruz formada pelas quinas, situava-se a habitual bordadura de castelos, estes num total de dez.

O número de castelos era variável, quer de rei para rei, quer de matriz para matriz, dependendo do tamanho do escudo com as armas reais, bem como do formato e das dimensões do selo. No de cera normalmente usado por D. Afonso IV, como acabámos de ver, eram dez. No seu selo grande, redondo, equestre no anverso e heráldico no reverso³⁰, estavam representados catorze. Já o selo de chumbo, seguindo o modelo circular que o avô definira³¹, ostentava doze castelos.

Estes três selos são todos os que se sabe ter usado o Bravo. No selo grande, a legenda não se consegue ler na íntegra, mas parece ter sido igual à daquele que estamos a estudar. No de chumbo, a inscrição não menciona o Algarve, apesar de o exemplar que serve como base para a leitura datar de muitos anos após a sua integração nos domínios portugueses³²; mas, curiosamente, refere tratar-se do terceiro rei de nome Afonso³³, o que não tinha sucedido ainda em nenhum selo régio anterior que conheçamos.

De D. Pedro I, o Arquivo Municipal de Lisboa conserva também um único selo, igualmente em mau estado. Pendente de fita tecida vermelha escura, impresso em cera castanha escura, autentica uma carta de 24 de agosto de 1362,

²⁶ Esta hipótese é desenvolvida por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Sceau et pouvoir: l'usage du sceau par les rois du Portugal au Moyen Âge. In MANEUVRIER, Christophe; CHASSEL, Jean-Luc; BLANC-RIEHL, Clément, ed. – *Apposer sa marque: le sceau et son usage*. Caen: CRAHAM. No prelo, e tinha sido já apresentada pela mesma autora em: A sigilografia portuguesa em tempos de D. Afonso Henriques. *Medievalista* [Em linha]. 11 (janeiro-junho 2012) [Consult. 25/11/2018]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\morujao1103.html>

²⁷ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântica, 1947. t. 4, n.º XXIX.

²⁸ Usámos para tal, sobretudo, os selos dos documentos com as seguintes cotas: ANTT, Mosteiro de Alcobaça, DR, m. 4, n.º 5, de 24 de setembro de 1331, Coimbra, reproduzido em COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas. Estampas*. 6.ª ed. Coimbra: FLUC, 1997. Estampa 307-16 e ANTT, Mosteiro de Celas, m. 1, n.º 14, de 23 de dezembro de 1334, Coimbra.

²⁹ Sigo, na transcrição das legendas, os critérios indicados por GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: CHSC/Palimage, 2007. p. 1008: mantive as letras maiúsculas e desdobrei as abreviaturas colocando as letras que faltam entre parênteses curvos e em minúsculas, sendo as reconstituições escritas, em maiúsculas, entre parênteses retos.

³⁰ Este selo, de que a melhor impressão conhecida, muito estragada embora, se encontra nos arquivos nacionais franceses (Archives Nationales de France, Service des Sceaux, Collections de Moulages, D11577), foi reproduzido por SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântica, 1947. tomo 4, n.º XXVIII, por COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas: Estampas*. 6.ª ed. Coimbra: FLUC, 1997. Estampa 306 e por GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Coimbra: FLUC, 2008. p. 239, e foi estudado por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Sceau et pouvoir: l'usage du sceau par les rois du Portugal au Moyen Âge. In MANEUVRIER, Christophe; CHASSEL, Jean-Luc; BLANC-RIEHL, Clément, ed. – *Apposer sa marque: le sceau et son usage*. Caen: CRAHAM. No prelo.

³¹ Foi D. Afonso III quem introduziu o selo redondo de chumbo, alterando a forma amendoada que tinha tido com D. Afonso II. Sobre este selo, ver MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Sceau et pouvoir: l'usage du sceau par les rois du Portugal au Moyen Âge. In MANEUVRIER, Christophe; CHASSEL, Jean-Luc; BLANC-RIEHL, Clément, ed. – *Apposer sa marque: le sceau et son usage*. Caen: CRAHAM. No prelo; há reproduções em várias obras, de entre as quais destacamos COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas: Estampas*. 6.ª ed. Coimbra: FLUC, 1997. Estampas 302-11 (selo de D. Afonso III) e 303-13 (selo de D. Dinis) e MATOS, Maria Antónia Pinto de, coord. – *Nos confins da Idade Média: arte portuguesa séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1992. p. 188-189, n.º 86-87 (D. Afonso III) e n.º 89-90 (D. Afonso IV). Uma gravura com a representação do selo plúmbeo de D. Afonso IV é apresentada por SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântica, 1947. t. 4, n.º XXX.

³² ANTT, Mosteiro de Alcobaça, DR, m. 2, n.º 6, de 23 de novembro de 1271, Lisboa.

³³ A legenda é a seguinte, igual em ambas as faces do selo: + *S(igillvm) ALFONSI III REGIS PORTVGALIE*.



Figura 3 Selo de D. Pedro I (1362). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro, doc. 32.



Figura 4 Selo de D. Pedro I (SOUSA, António Caetano de - História genealógica..., t. 4, nº XXXIV).

dada em Sintra³⁴ (fig. 3). Trata-se da parte superior do selo, muito delida e fragmentada em três pedaços que alguém procurou consolidar sem grande sucesso. Num dos lados, o rebordo contém restos ilegíveis da legenda, e vêem-se, mal, três escudetes, o superior e os laterais, sendo a parte mais nítida o filete pontilhado que separa as quinas dos castelos; na outra face, estes vêem-se um pouco melhor, e ainda se conseguem decifrar algumas letras da parte superior da legenda: a cruz inicial, o S de *S(igillvm)* e o D e o I de *D(om)ni*, assim como o P do nome do rei.

Esta impressão corresponde ao selo de formato oblongo de D. Pedro, que foi o único selo de cera que usou, tanto quanto se sabe³⁵. São raros e em mau estado os exemplares subsistentes; Caetano de Sousa reproduziu um deles “excellentemente conservado”³⁶ (fig. 4), mas até agora não foi possível localizá-lo, se é que existe ainda³⁷. Era, tal como o de seu pai, bifacial, igual de ambos os lados, e com as quinas, amendoadas, carregadas com quinze besantes, mais cinco do que os presentes no selo de chumbo do mesmo rei, que segue o mesmo modelo dos selos plúmbeos dos seus antecessores; a bordadura comporta doze castelos, tantos quantos surgem nesse outro selo seu³⁸. No que toca à legenda, seguia o modelo habitual, igual em ambas as faces: + *S(igillvm) D(om)NI PETRI REGIS PORTVGALIE ET ALGARBII*; o selo de chumbo do rei apresenta uma legenda igual.

³⁴ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro, doc. 32.

³⁵ É possível que D. Pedro tenha usado, como os seus antecessores e, depois, seu filho D. Fernando, um selo grande, com uma face equestre e a outra heráldica. Não se conhece, porém, nenhum vestígio da sua existência. Cf. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - Sceau et pouvoir: l’usage du sceau par les rois du Portugal au Moyen Âge. In MANEUVRIER, Christophe; CHASSEL, Jean-Luc; BLANC-RIEHL, Clément, ed. - *Apposer sa marque: le sceau et son usage*. Caen: CRAHAM. No prelo.

³⁶ SOUSA, António Caetano de - *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, p. 28 e nº XXXIV.

³⁷ Caetano de Sousa indica que se encontrava no cartório do Mosteiro de Odivelas, hoje no Arquivo Nacional Torre do Tombo, composto maioritariamente por códices factícios, como disse já, que, devido ao seu estado de conservação, não vêm todos à consulta. Não existe nenhum catálogo que permita saber que documentos neles se encontram, o que torna difícil a investigação.

³⁸ Vejam-se reproduções do selo de chumbo de D. Pedro I em COSTA, Avelino de Jesus da - *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas. Estampas*. 6ª ed. Coimbra: FLUC, 1997. Estampa 305-17 e MATOS, Maria Antónia Pinto de, coord. - *Nos confins da Idade Média: arte portuguesa séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1992. p. 190, nº 91, e a gravura com a sua reprodução em SOUSA, António Caetano de - *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº XXXIII.



Figura 5 Selo de D. Fernando (1376). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Fernando, doc. 12.



Figura 6 Selo de D. Fernando (SOUSA, António Caetano de - *História genealógica...*, t. 4, nº XXXVIII).

Também de D. Fernando resta neste Arquivo um só selo, reduzido a pequeníssimos fragmentos de cera castanha delidos, colados à fita tecida vermelha suspensa de um ato escrito do rei dado em Leiria, a 24 de novembro de 1376³⁹ (fig. 5). Tratando-se de um documento que regulamenta o ofício de tabelião, não é provável que fosse o selo redondo que D. Fernando usou em diplomas de impacto internacional, como tratados, e que era equestre no anverso e heráldico no reverso, como os de seu avô e outros antecessores, já referidos⁴⁰. Deveria ser o selo de cera usual, de que conhecemos apenas alguns exemplares em mau estado, a maioria dos quais reduzidos a fragmentos de menor ou maior dimensão⁴¹. É forçoso recorrermos, de novo, a Caetano de Sousa para encontrarmos um desenho que mostre um selo intacto (fig. 6)⁴².

O selo fernandino apresenta o mesmo formato amendoado dos espécimes já analisados. As quinas ao centro encontram-se carregadas com dez besantes, e a bordadura, com doze castelos, é interrompida pelos escudetes deitados que formam o braço da cruz. A legenda não apresenta qualquer abreviatura, e remete para o final a palavra *regis*, ao contrário do que fora a regra até então: + *SIGILLVM DOMINI FERNANDI PORVGALIE ET ALGARBII REGIS*. A legenda é igual quer no selo equestre já referido, quer no de chumbo (que, contudo, abrevia as duas

³⁹ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Fernando, doc. 12, de 24 de novembro de 1376, Leiria.

⁴⁰ Deste selo parece não restar nenhum exemplar em Portugal, sendo conhecido através de um espécime conservado em Inglaterra, que autentica um documento de procuração ao embaixador do monarca encarregado de ir pedir ao duque de Lencastre a confirmação de um tratado: United Kingdom National Archives, SC 13/H59, de 27 de novembro de 1372; cf. GOMES, Saul António - *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Lisboa: FLUC, 2008. p. 91, nota 128 e p. 239, onde reproduz o selo a partir das fotografias publicadas por VAZ, Joaquim Ferraro - *Numária medieval portuguesa: 1128-1383*. Lisboa: ed. autor, 1960. tomo 1, fig. 40.

⁴¹ Os selos ainda existentes foram elencados por NEVES, João António Mendes - *A "Formosa" chancelaria: estudo dos originais da chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Coimbra: [s.n.], 2005. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Universidade de Coimbra. p. 101. Pode-se ver um desses selos, fragmentado, em COSTA, Avelino de Jesus da - *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas. Estampas*. 6ª ed. Coimbra: FLUC, 1997. Estampa 307-19.

⁴² SOUSA, António Caetano de - *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº XXXVIII. Note-se que, na p. 28, este selo é descrito sob o nº XXXVII, que corresponde, porém, a um selo de D. Leonor Teles, descrito erradamente na p. 29 sob o nº XXXVIII. Este selo encontrava-se, à altura, no arquivo do Mosteiro de Odivelas, onde o autor da dissertação de mestrado sobre a chancelaria de D. Fernando mencionada na nota anterior já não o encontrou.

primeiras palavras), que continua a seguir o modelo usado pelos seus antecessores⁴³. O número de besantes de cada escudete era o mesmo no selo metálico⁴⁴, sendo impossível aferir através das reproduções ao nosso dispor quantos apresentava o selo redondo do rei. Quanto aos castelos, são também doze no selo de chumbo, mas dezasseis no redondo.

Dos reis seguintes conservam-se mais espécimes sigilares no Arquivo Municipal de Lisboa, nenhum, porém, infelizmente, em bom estado. São três de D. João I, outros tantos de D. Duarte, e cinco de D. Afonso V, aos quais se podem acrescentar os vestígios de alguns selos de chapa. Os quatro selos que restam de D. João I datam dos anos de 1409, 1410, 1414 e 1416⁴⁵ (figs. 7 a 10). Os três mais recentes encontram-se reduzidos a fragmentos com dimensões não superiores a 30 mm; o mais antigo é um pouco maior (40x55 mm), mas corresponde a menos de um quarto do selo total. Nenhum deles permite qualquer leitura, mas é possível perceber que todos foram impressos pela mesma matriz, de formato oblongo, que conhecemos graças a outros exemplares e, em especial, à gravura de Caetano de Sousa (fig. 11)⁴⁶, e que é a única usada em selos de cera que se conhece deste rei, embora seja provável que tenha tido outras durante o seu longo reinado⁴⁷.



Figura 7 Selo de D. João I (1409). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 20.



Figura 8 Selo de D. João I (1410). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 21.



Figura 9 Selo de D. João I (1414). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 31.

⁴³ Reproduzido por COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas. Estampas*. 6ª ed. Coimbra: FLUC, 1997. Estampa 307-20 e MATOS, Maria Antónia Pinto de, coord. – *Nos confins da Idade Média: arte portuguesa séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1992. p. 190, nº 92, e em gravura por SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº XXXVI.

⁴⁴ Este é um dos poucos aspetos em que as gravuras apresentadas por SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947 falham na reprodução escrupulosa das características dos selos que temos estado a analisar, pois coloca apenas cinco besantes em cada escudete deste selo.

⁴⁵ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 20, de 12 de novembro de 1409; doc. 21, de 1 de novembro de 1410; doc. 31, de 3 de abril de 1414; e doc. 33, de 10 de setembro de 1416.

⁴⁶ Recorremos às reproduções de SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº XLIII e de COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas. Estampa*. 6ª ed. Coimbra: FLUC, 1997. Estampas 308-21, e aos selos de D. João I conservados em Arquivo do Museu Grão Vasco, Pergaminhos, nº 35 e Arquivo Distrital de Viseu, Pergaminhos Devolvidos, m. 3, nº 100.

⁴⁷ Enquanto defensor e regedor do reino, D. João usou um selo próprio de que, infelizmente, ainda não foi possível encontrar qualquer exemplar, e que nenhum autor de séculos passados reproduz ou descreve. Outros selos podem ter tido a mesma sorte e desaparecido por completo.



Figura 10 Selo de D. João I (1416). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 33.



Figura 11 Selo de D. João I (SOUSA, António Caetano de – *História genealógica...*, t. 4, nº XLIII).

Este selo inclui algumas novidades relativamente aos dos seus antecessores do mesmo género. A principal é o facto de o escudo das quinas estar colocado sobre uma cruz flordelisada de que se veem apenas as extremidades, saindo dos escudetes exteriores. É a cruz de Avis, insígnia da ordem militar de que D. João fora mestre e que incorporou nas suas armas – como diferença heráldica. Pela segunda vez na história portuguesa, as armas régias foram alteradas com a introdução de uma diferença; a primeira sucedeu com D. Afonso III, filho segundo que sucedeu ao irmão, e que introduziu a bordadura de castelos quando subiu ao trono⁴⁸; a nova quebra da sucessão de pai para filho, com a ascensão de D. João I, deu lugar à segunda⁴⁹. Mas, enquanto o primeiro acrescento permaneceu para sempre, o segundo foi revogado por D. João II⁵⁰, o que deve ser entendido como mais um passo

⁴⁸ Sobre a problemática da bordadura dos castelos e das diversas explicações para a sua introdução nas armas de D. Afonso III, ver, por todos, a excelente síntese apresentada em SEIXAS, Miguel Metelo de – El simbolismo del territorio en la heráldica regia portuguesa. En torno a las armas del Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves. *Emblemata: revista aragonesa de emblemática*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. 16 (2010), p. 285-329. A manutenção dessa bordadura nas armas régias é interpretada por Miguel Metelo de Seixas da seguinte forma: “la perpetuación de la bordadura refleja la interferencia de la dimensión dinástica en la simbólica de la Casa Real, en la que se incorpora para siempre (hasta nuestros días) un elemento de origen genealógico en la simbólica del Estado” (p. 297). É indispensável referir também, como obra de base profusamente ilustrada, o grande estudo levado a cabo por LIMA, João Paulo de Abreu e – *Armas de Portugal: origem, evolução, significado*. Lisboa: Inapa, 1998, cujas conclusões acerca da origem da bordadura têm sido contestadas, porém, nomeadamente por Miguel Metelo de Seixas, cuja tese considero a mais correta à luz dos dados sobre o assunto existentes nos dias de hoje.

⁴⁹ Acerca da introdução da cruz de Avis nas armas régias, veja-se também, por todos, SEIXAS, Miguel Metelo de – El simbolismo del territorio en la heráldica regia portuguesa. En torno a las armas del Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves. *Emblemata: revista aragonesa de emblemática*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. 16 (2010), p. 301-303.

⁵⁰ A cruz de Avis foi retirada por D. João II em 1485, na mesma altura em que ordenou que todos os escudetes fossem colocados em posição vertical. Acerca do significado desta alteração e das suas consequências, veja-se de novo SEIXAS, Miguel Metelo de – El simbolismo del territorio en la heráldica regia portuguesa. En torno a las armas del Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves. *Emblemata: revista aragonesa de emblemática*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. 16 (2010), p. 305-307, e, do mesmo autor, As armas e a empresa do rei D. João II. Subsídios metodológicos para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. In COLÓQUIO DE ARTES DECORATIVAS, 2, Coimbra, 1987 – *As artes decorativas e a expansão portuguesa: imaginário e viagens: actas*. Lisboa: Escola Superior de Artes Decorativas/Centro Científico e Cultural de Macau, 2010. p. 46-82.

na legitimação da Dinastia de Avis, que o próprio rei de Boa Memória iniciou e a que seu filho D. Duarte se dedicou com especial empenho⁵¹.

As quinas do selo joanino mantêm o formato amendoado habitual e, tal como sucedia no selo de D. Fernando, as que constituem o braço da cruz ultrapassam o espaço central do campo, entrando na bordadura. Esta inclui quinze ou dezasseis castelos⁵², interrompidos pelas quinas e pela flor de lis superior da cruz de Avis. A legenda é também dividida pelas flores de lis laterais. A leitura da inscrição é difícil, não apenas por se encontrar praticamente ilegível nos exemplares subsistentes, mas também por ter sido escrita na gótica minúscula tão característica das grafias dos primeiros reis da Segunda Dinastia⁵³, difícil de decifrar, em especial quando, como é o caso, só subsiste a parte inferior das letras. De acordo com Caetano de Sousa, a inscrição da face do selo que reproduz diz o seguinte: *Sigillvm domini Joannis ... Regis Portugalie*⁵⁴. A continuação da intitulação (que no selo em causa já deveria incluir, além do Algarve, o senhorio de Ceuta, pois data de 1422), estaria decerto no reverso, cuja reprodução o autor não apresenta, e que em nenhum dos originais ao meu dispor é legível.

De acordo com o desenho da *História Genealógica*, existiria alguma decoração em torno do escudo real, com elementos de natureza vegetalista, não visíveis, porém, nos espécimes fragmentados que nos chegaram. Motivos decorativos do mesmo género, ou geométricos, existem também nos selos dos sucessores do rei de Boa Memória.

De D. Duarte conserva o Arquivo Municipal de Lisboa três fragmentos de selos, um de 1434, dois de 1437 (figs. 12 a 14)⁵⁵. Uma vez mais, pouco ou nada se consegue ver, para além de um pedacinho do campo central, um ou dois castelos, nada da legenda. O recurso a Caetano de Sousa (fig. 15) e a outros exemplares⁵⁶ é, de novo, necessário para conhecer este selo, partindo do princípio de que os três saíram da mesma matriz.

⁵¹ Sobre esse papel fundamental desempenhado por D. Duarte na legitimação da Dinastia de Avis, continua a ser indispensável o estudo fundador de SOUSA, Armindo – A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica. In *Lucerna. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984. p. 417-487. Ver também as sínteses a este respeito apresentadas por DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte. Requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 213-219 e VENTURA, Margarida Garcez – *A Corte de D. Duarte. Política, cultura e afectos*. Vila do Conde: Verso da História, 2013. p. 191-201.

⁵² Nenhum dos selos analisados, nem mesmo o reproduzido por Caetano de Sousa, possuem a parte inferior intacta, não sendo possível, por isso, saber quantos castelos nela existiam.

⁵³ Esta letra do tempo de D. João I foi estudada por FERREIRA, Ana Cristina Pereira da Silva – *Análise paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra joanina, 1370-1420*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Universidade de Lisboa.

⁵⁴ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, p. 30 e nº XLIII. Na transcrição das legendas dos selos em escrita minúscula, optei por usar minúsculas, para ser mais fiel ao original.

⁵⁵ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 4, de 8 de abril de 1434, Santarém; doc. 11, de 28 de janeiro de 1437, Santarém; doc. 13, de junho de 1437.

⁵⁶ De novo, recorremos a SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº LX e a COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas. Estampa*. 6ª ed. Coimbra: FLUC, 1997. Estampas 308-22, assim como ao original em melhor estado até hoje conhecido, conservado no Arquivo Distrital de Viseu, Pergaminhos Devolvidos, m. 4, nº 126.



Figura 12 Selo de D. Duarte (1434). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 4.



Figura 13 Selo de D. Duarte (1437). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 11.



Figura 14 Selo de D. Duarte (1437). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 13.



Figura 15 Selo de D. Duarte (SOUSA, António Caetano de – *História genealógica...*, nº LX).

O selo apresenta diversas alterações face aos dos reis anteriores: no escudo de armas, não só as quinas perderam o formato oblongo em favor do de escudo peninsular, como o número de besantes em cada escudete diminuiu, passando a ser apenas cinco, colocados em aspa. Os castelos da bordadura são dez, interrompidos nos quatro lados pela flor de lis da cruz de Avis, que se mantém, e o escudo passou a ser encimado por uma coroa aberta com florões, símbolo da realeza que doravante, estará associada ao escudo do rei, constituindo um conjunto que pode ser considerado como um verdadeiro “retrato alegórico do rei de Portugal”⁵⁷. As armas reais já não ocupam todo o campo do selo, como até então, mas inscrevem-se num escudo de tipo gótico ou francês, sendo o espaço entre ele e a legenda preenchido por um padrão decorativo formado por losangos.

A legenda, em gótica minúscula, preservou-se mal, tal como sucedera com a de seu pai; já Caetano de Sousa teve dificuldade em decifrá-la⁵⁸. Desta feita, foi a João Pedro Ribeiro⁵⁹ que tivemos de recorrer para conseguir a sua leitura integral. Também a este nível existem novidades, a primeira das quais diz respeito ao local onde a legenda tem início. De facto, em lugar de começar, como era usual, a meio da parte superior do selo e com uma cruz, principia do lado esquerdo, sem cruz, característica que se irá manter nos selos dos reis seguintes. A segunda novidade é a designação que a legenda dá ao próprio selo, chamando-lhe curial: *S(igillvm) curiale d(om)-ny Eduardy Dey gratia regis Portugalie et Algarbiy Cepteque domini ejus*.

As designações dos selos frequentes já usuais por esta altura, conhecendo-se não só as mais comuns que referem o material de que eram feitos (cera ou chumbo), mas outras que tinham como base a sua importância e o seu tamanho. Por exemplo, alguns bispos tinham um selo denominado pontifical (o maior) e um outro de camafeu (de menores dimensões, cuja matriz seria um sinete ou um anel sigilar)⁶⁰. A denominação curial, porém, é nova, e será adotada tanto pelo sucessor de D. Duarte, D. Afonso V, de cujos selos conservados no Arquivo Municipal de Lisboa iremos falar de seguida, como por D. João II, de quem já não existe nenhum selo neste Arquivo.

O adjetivo curial vem de cúria, termo que surge, na documentação medieval, como sinónimo quer de Corte, quer de audiência. Em qualquer dos casos, relaciona-se com a governação medieval do reino, com o despacho régio e a audiência dos súbditos que traziam pedidos ou reclamações à Corte do monarca, tarefas a que D. Duarte se dedicou desde antes de ser rei, por ter sido associado pelo pai às tarefas de governo. No seu *Livro dos Conselhos*, deixou-nos a planificação dos seus dias, com a indicação do tempo que, todos os dias, exceto ao domingo, ocupava com estes deveres⁶¹. Seria o selo curial aquele que usava para tratar dos assuntos que resolvia na Corte? Poderiam os seus oficiais do Desembargo utilizá-lo em seu nome? Eis um tema para explorar mais aprofundadamente num futuro próximo.

Dos selos de D. Duarte conserva-se ainda no Arquivo Municipal lisboeta a memória de um outro, de chapa, redondo, de que resta apenas a marca nas costas de um pergaminho⁶². Tinha 58 mm de diâmetro, e dele não faz menção Caetano de Sousa, nem conhecemos ainda exemplares que permitam saber como seria.

⁵⁷ SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Elementos de uma cultura dinástica e visual: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de, coord. – *D. Duarte e a sua época. Arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: IEM, 2014. p. 266.

⁵⁸ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, p. 34.

⁵⁹ RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1810. t.1. p. 115.

⁶⁰ Era o caso de D. Martinho Afonso de Miranda que, enquanto bispo de Coimbra (cargo que exerceu entre 1385 e 1398) usou dois tipos de selos assim designados; ver MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O selo: símbolo de representação e de poder no mundo das catedrais portuguesas. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa e; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, ed. – *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Lisboa: CEHR-UCP, 2014. p. 232.

⁶¹ *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Edição diplomática*. Transcrição de João José Alves DIAS. Lisboa: Estampa, 1982. p. 11-13; a partir destas indicações fez Luís Miguel Duarte uma tabela com o horário do rei, que se pode ver em DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 174.

⁶² AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 9.

Apesar de não existir nenhum selo de chumbo de D. Duarte no Arquivo, é importante referi-lo, não apenas para termos uma panorâmica geral da sua sigilografia, como porque o Eloquentemente promoveu também a renovação deste selo, que desde D. Afonso III mantinha as mesmas características. D. João I acrescentara-lhe as flores de lis sob o escudo, fruto da alteração que introduzira nas armas reais; mantivera, contudo, e ao contrário do que fizera no selo de cera, a legenda em maiúsculas góticas⁶³. D. Duarte conservou o seu formato redondo, mas tornou-o mais parecido com o selo curial, integrando as armas num escudo francês encimado por uma coroa, cujos florões interrompem a legenda⁶⁴. Também neste selo o espaço entre o escudo central e a inscrição foi preenchido por decoração, mas de tipo vegetalista. Quanto à legenda, é semelhante à do selo de cera, exceto no adjetivo que o designava, e que não tem nenhum outro em seu lugar.

O rei com maior número de selos ou de vestígios de selos no Arquivo Municipal de Lisboa é D. Afonso V. São quatro selos pendentes, todos reduzidos a fragmentos praticamente delidos e com restos de legenda ilegíveis⁶⁵, um selo de chapa que subsiste⁶⁶, embora em mau estado, e seis outros, de chapa também, de que resta somente a marca⁶⁷.



Figura 16 Selo de D. Afonso V (1445). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 28.



Figura 17 Selo de D. Afonso V (1450). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 30.



Figura 18 Selo de D. Afonso V (1454). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 37.

⁶³ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº LIX.

⁶⁴ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº LIX; a reprodução de um original encontra-se em DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. gravura 2.

⁶⁵ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 28, de 8 de novembro de 1445, Palmela; doc. 30, de 16 de março de 1450, Évora; doc. 37, de 9 de agosto de 1454, Sintra; doc. 44, de 27 de setembro de 1461, Lisboa.

⁶⁶ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 33, de 6 de outubro de 1450, Sintra.

⁶⁷ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 40, de 29 de maio de 1458, Estremoz (marca redonda vermelha no verso); doc. 41, de 30 de maio de 1458, Estremoz (marca redonda vermelha no verso); doc. 47, de 1474 (marca vermelha em forma de estrela de quatro pontas no verso); doc. 49 (marca vermelha em forma de estrela de quatro pontas no verso, maior do que a anterior); doc. 50, de abril de 1478, Lisboa (marca vermelha em forma de estrela de quatro pontas no verso, como a anterior); doc. 55, de 9 de agosto de 1478, Évora (igual às anteriores).



Figura 19 Selo de D. Afonso V (1461). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 44.

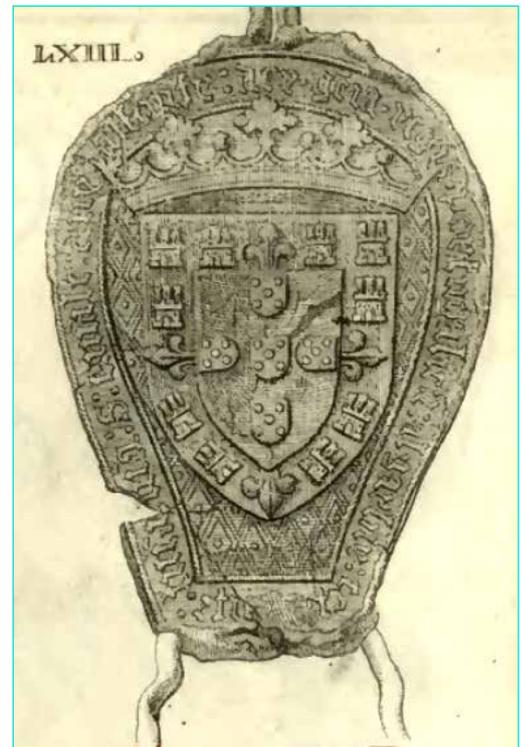


Figura 20 Selo de D. Afonso V (SOUSA, António Caetano de – *História genealógica...*, t. 4, nº LXIII).

Os selos pendentes, de cera, parecem ser impressões da matriz de formato oblongo usualmente utilizada por este rei (figs. 16 a 19), e de que a gravura de Caetano de Sousa nos dá, de novo, a melhor imagem (fig. 20)⁶⁸. Segue de perto o selo do mesmo tipo de D. Duarte, mantendo todas as inovações que este introduzira, incluindo a designação de selo curial e a legenda a começar do lado esquerdo do selo: *S(igillvm) curiale d(om)ny Alfonsy Dey gratia regis Portugalie et Algarbiy Cepte[que domini]*⁶⁹.

Já uma carta dada em Sintra, a 6 de outubro de 1450, destinada à Câmara de Lisboa, foi validada com um selo diferente, de chapa em lugar de pendente (fig. 21). Redondo, com 60 mm de diâmetro, encontra-se em bastante mau estado, com a maior parte da impressão em papel sobre cera vermelha desaparecida. Quando Caetano de Sousa a viu, no século XVIII, estava quase completo, apesar de o autor da *História Genealógica* já não ter sido capaz de decifrar a legenda, que aparece em branco na gravura que publica (fig. 22)⁷⁰.

⁶⁸ Reproduzido em SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº LXIII. Note-se que D. Afonso V possuiu, além deste, um outro selo de cera, redondo e sem coroa, reproduzido pelo mesmo autor com o nº LXII, mas nenhum dos selos deste Arquivo parece ter sido igual a ele. Usámos também outros exemplares de selos de D. Afonso V, nenhum, porém, intacto: Arquivo do Museu Grão Vasco, Pergaminhos, nºs 47, 48, 54 e 55, ANTT, Mosteiro de Almoester, m. 7, nº 42, este a partir da fotografia publicada por GOMES, Saul António – *D. Afonso V: o Africano*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. gravuras 14a e 14b.

⁶⁹ Caetano de Sousa não oferece nenhuma leitura desta legenda, ao contrário do que é habitual. GOMES, Saul António – *D. Afonso V: o Africano*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. p. 275 lê, com dúvidas, *serenissimi* em lugar de *curiale*, e sugere o final que deixámos entre parênteses retos, assinalando uma leitura reconstituída, pois as palavras finais não se vêem bem em nenhum dos originais conhecidos que as conservou, nem na gravura da *História Genealógica*.

⁷⁰ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. t. 4, nº LXIV. GOMES, Saul António – *D. Afonso V: o Africano*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. gravura 16 reproduz um outro exemplar deste selo, em bastante bom estado mas com a legenda demasiado apagada para se conseguir ler, que se conserva em ANTT, Sé de Coimbra, 2ª incorporação, m. 57, nº 2137.



Figura 21 Selo de chapa de D. Afonso V (1450). AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 33.



Figura 22 Selo de chapa de D. Afonso V (SOUSA, António Caetano de – *História genealógica...*, t. 4, nº LXIV).

Este é um selo com uma exuberância heráldica típica do derradeiro século medieval, apresentando o escudo real *au ballon* (ou seja, inclinado para a esquerda), com o elmo coroadado e uma serpe alada por timbre. A serpe surgira na heráldica dos reis de Portugal provavelmente ainda no reinado de D. Fernando, mas foi com a Dinastia de Avis que passou a ser representada com regularidade, em especial na escultura⁷¹. Este é o primeiro selo de que temos notícia em que tal elemento externo surge. Curiosamente, a legenda em letra gótica minúscula inicia-se como uma filacteria saindo da boca da serpe, desenrolando-se depois em torno da orla sigilar. Não se consegue, porém, ler com o mínimo de certezas que permita propor uma transcrição.

A sigilografia do Africano era ainda mais rica e vasta. O mais recente biógrafo do rei, Saul António Gomes, elenca cinco selos diferentes: os dois que acabámos de ver; um outro de cera, redondo, sem a coroa; o de chumbo (que seguia o modelo reformulado por D. Duarte); e um outro ainda, de chapa, em que D. Afonso se assumia como rei de Castela, Leão e Portugal, usado no período do final do reinado em que reivindicou para si o trono do reino vizinho⁷². Destes selos não existem testemunhos no Arquivo Municipal de Lisboa, que conserva, porém, ainda mais vestígios sigilares deste rei: as marcas de dois selos de chapa redondos, que, pelas suas dimensões, poderiam corresponder ao selo desse tipo acima descrito, e as de três outros selos, cujas dimensões e formato se desconhecem, porque o que ficou marcado foi o contorno do papel que o cobria, em forma de estrela de quatro pontas, sobre o qual foi aposta a matriz. Estes últimos vestígios evocam muitos outros selos que terão existido, deste e de outros monarcas, e que se destinavam, essencialmente, a fechar os documentos e a garantir que se mantinham, inviolados, até chegarem ao seu destinatário; quando eram abertos, facilmente se partiam ou soltavam – já tinham cumprido a sua missão, podiam ser descartados.

⁷¹ Ver a este respeito SEIXAS, Miguel Metelo de – El simbolismo del territorio en la heráldica regia portuguesa. En torno a las armas del Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves. *Emblemata: revista aragonesa de emblemática*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. 16 (2010), p. 299 e 301 e SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – A pedra de armas do paço dos alcaides-mores de Óbidos: uma memória heráldica. In *Casa nobre: um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de, 2011. p. 125-174.

⁷² GOMES, Saul António – *D. Afonso V: o Africano*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. p. 275.

CONCLUSÃO

Ao longo destas páginas, apresentei o estudo dos selos dos seis reis medievais, entre meados do século XIV e o último quartel do século XV, que ainda existem no Arquivo Municipal de Lisboa, procurando identificá-los e reconstituí-los, na medida em que tal se mostrou possível. Analisei todos aqueles que me foram sinalizados pelos técnicos superiores deste Arquivo, mas o tempo de que pude dispor para a realização deste artigo não me permitiu observar, integralmente, senão um dos códices factícios ali conservados, no qual foram detetados todos os vestígios de selos de chapa descritos. Estou certa de que muitas outras marcas de selos desaparecidos subsistem nos restantes livros, esperando que alguém faça o seu levantamento. E esse levantamento é importante porque, como espero ter demonstrado, mesmo esses meros vestígios dão testemunho das práticas sigilográficas dos séculos medievais, e permitem alargar o nosso conhecimento a seu respeito.

Foi minha intenção, através deste estudo, devolver a identidade a estes selos fragmentados e delidos que, mau grado as vicissitudes de que foram alvo, conseguiram sobreviver ao passar dos séculos e aos maus tratos de que foram alvo. Mas é também objetivo deste trabalho chamar a atenção para a necessidade premente de salvaguardar os selos, que, neste como em todos os outros arquivos portugueses conservando documentação medieval, estão, pouco a pouco, a desaparecer. Medidas de conservação preventiva corretas e implementadas de forma sistemática, mas também procedimentos de restauro são absolutamente necessários para permitir que os selos ainda hoje existentes subsistam no futuro. Os selos fazem parte do nosso património cultural, tanto enquanto parte integrante dos documentos a que foram apostos, como enquanto testemunhos, por si próprios, de múltiplos aspetos da vida dos nossos antepassados medievos, no campo da arte, da simbologia, e também, o que é muitas vezes esquecido, das técnicas de trabalho dos materiais de que são feitos, tanto a cera, o metal e o papel como também os materiais, sobretudo têxteis, usados nas suspensões.

Relativamente a estas, por impossibilidade de mais me alongar, apenas as referi, de quando em quando. Merecem um estudo específico, levado a cabo por especialistas em têxteis, que identifiquem a sua composição, os produtos usados para as colorir, as técnicas aplicadas na sua confeção. Os fios das suspensões sigilares constituem, provavelmente, o mais vasto e variado testemunho de produtos têxteis fabricados na Idade Média, com a vantagem suplementar de poderem ser datados com precisão – é tempo de serem estudados.

E é tempo, sem dúvida, de se dar a devida importância aos selos, quer por parte das instituições que têm à sua guarda a documentação medievla, mas também dos investigadores, que os devem estudar nas suas diversas dimensões. O projeto SIGILLVM PORTVGALIAE, que coordeno, e teve início em 2014, propondo-se numa primeira fase levar a cabo a inventariação e catalogação dos selos do clero secular medieval português⁷³, pretende continuar e avançar, numa segunda etapa, para os selos dos monarcas portugueses, inventariando-os e catalogando-os também. Este trabalho é o primeiro verdadeiro passo nessa direção.



⁷³ Sobre este projeto, sediado no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, e que teve nessa primeira fase o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, através do seu Programa de Apoio à Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais, existem já alguns trabalhos, a saber: MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – SIGILLVM: *corpus* dos selos portugueses. *Invenire. Revista de Bens Culturais da Igreja*. 11 (2015), p. 72-73; Sigillvm Portvgaliae: o *corpus* dos selos portugueses a tomar forma. *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*. 9ª série 18 (2016), p. 29-33; The SIGILLVM Project – the Portuguese sigillographic heritage in the light of a project's results. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 5, Barcelos, 2016 – *Heritage 2016: proceedings*. Barcelos: Greenlines Institute for Sustainable Development, 2016. vol 1, p. 957-965; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa [et. al.] – The Portuguese sigillographic heritage: SIGILLVM, a new research project on a remarkable and mostly neglected heritage. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 4, Barcelos, 2014 – *Heritage 2014: Proceedings*. Barcelos: Green Lines Institute for Sustainable Development, 2014. p. 583-590. SANTOS, Marta Manuel; VIDAL, Alexandra – The SIGILLVM project: the northern and central archival research. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 5, Barcelos, 2016 – *Heritage 2016: proceeding*. Barcelos: Greenlines Institute for Sustainable Development, 2016. vol.1, p. 1065-1071. Veja-se também o *website* do projeto, em <http://portugal-sigillvm.net> [consult. 31/10/2018].

BIBLIOGRAFIA

FONTES

Archives Nationales de France

Service des Sceaux, Collections de Moulages, D11577.

Arquivo Distrital de Viseu

Pergaminhos Devolvidos, m. 3, nº 100; m. 4, nº 126.

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro.

Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Fernando.

Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I.

Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I.

Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V.

Arquivo do Museu Grão Vasco

Pergaminhos, nºs 35, 47, 48, 54, 55.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Bulas, m. 16, nº 20.

Gavetas, Gaveta 18, m. 9, nº 13.

Mosteiro de Alcobaça, DR, m. 2, nº 6; m. 4, nº 5.

Mosteiro de Almoester, m. 7, nº 42.

Mosteiro de Celas, m. 1, nº 14.

Ordem de Avis, m. 2, nº 83.

Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, DR, m. 2, nºs 39 e 50.

United Kingdom National Archives

SC 13/H59.

ESTUDOS

COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas: estampas*. 6ª ed.. Coimbra: FLUC, 1997.

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

FERREIRA, Ana Cristina Pereira da Silva – *Análise paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra joanina, 1370-1420*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Universidade de Lisboa.

GOMES, Saul António – *D. Afonso V. o Africano*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

GOMES, Saul António – *Imago & Auctoritas: selos medievais da chancelaria do Mosteiro de Alcobaça*. Coimbra: CHSC-UC/Palimage, 2008.

GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: CHSC-UL/Palimage, 2007.

GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Coimbra: FLUC, 2008.

GUGLIERI NAVARRO, Araceli – *Catálogo de sellos de la Sección de Sigilografía del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Servicio de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia, 1974.

LIMA, João Paulo de Abreu e – *Armas de Portugal: origem, evolução, significado*. Lisboa: Inapa, 1998.

MARIZ, José, coord. – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias: inventário do património móvel*. Lisboa: Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 1995-2000.

MARTÍNEZ, Silvia, coord. – *Reginae Iberiae: el poder regio femenino en los reinos medievales peninsulares*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015. p. 89-110.

MATOS, Maria Antónia Pinto de, coord. – *Nos confins da Idade Média: arte portuguesa séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1992.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A imagem do poder no feminino: selos de rainhas portuguesas da Idade Média. In GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel; CERNADAS MARTÍNEZ, Silvia, coord. – *Reginae Iberiae: el poder regio femenino en los reinos medievales peninsulares*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A sigilografia portuguesa em tempos de D. Afonso Henriques. *Medievalista* [Em linha]. 11 (janeiro-junho 2012) [consult. 25/11/2018]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\morujao1103.html>.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa [et. al.] – The Portuguese sigillographic heritage: SIGILLVM, a new research project on a remarkable and mostly neglected heritage. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 4, Barcelos, 2014 – *Heritage 2014: proceedings*. Barcelos: Green Lines Institute for Sustainable Development, 2014. p. 583-590.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes féminines du Portugal au Moyen Âge. In BAUDIN, Arnaud; MORELLE, Laurent, ed. – *Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e-milieu du XVI^e siècle)*. Paris: Archives départementales de l'Aube/Conseil départemental de l'Aube/Somogy éditions d'Art, 2016. p. 99-111.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Sceau et pouvoir: l'usage du sceau par les rois du Portugal au Moyen Âge. In MANEUVRIER, Christophe; CHASSEL, Jean-Luc; BLANC-RIEHL, Clément, ed. – *Apposer sa marque: le sceau et son usage*. Caen: CRAHAM. No prelo.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Os selos dos reis de Portugal (Primeira Dinastia). *Armas & Troféus*. No prelo.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – SIGILLVM: corpus dos selos portugueses. *Invenire: Revista de Bens Culturais da Igreja*. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa. 11 (2015), p. 72-73.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Sigillvm Portvgaliae: o corpus dos selos portugueses a tomar forma. *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica. 9^a Série 18 (2016), p. 29-33.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O selo: símbolo de representação e de poder no mundo das catedrais portuguesas. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, ed. – *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Lisboa: CEHR-UCP, 2014. p. 205-264.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Pergaminhos do Museu de Lamego (séculos XV a XIX): características e conteúdos. In RIBEIRO, Agostinho; BRAGA Alexandra, coord. – *Museu de Lamego: pergaminhos*. Lamego: IPM, 2002. p. 29-46.

NEVES, João António Mendes – *A “Formosa” chancelaria: estudo dos originais da chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Coimbra: [s.n.], 2005. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Universidade de Coimbra.

REAL, Manuel Luís – Gestão do património arquivístico nacional. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 – *A integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva, 1987. p. 207-246.

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1810. tomo 1.

RIBEIRO, João Pedro – Sobre o estado actual dos cartorios do Reino e necessidade de acautelar pelos meios oportunos a sua total ruina. In *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica Portugueza*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1798. p. 1-58.

SANTOS, Marta Manuel; VIDAL, Alexandra – The SIGILLVM project: the northern and central archival research. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 5, Barcelos, 2016 – *Heritage 2016: proceedings*. Barcelos: Greenlines Institute for Sustainable Development, 2016. vol. 1, p. 1065-1071.

SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II: subsídios metodológicos para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. COLÓQUIO DE ARTES DECORATIVAS, 2, Coimbra, 1987 – *As artes decorativas e a expansão portuguesa: imaginário e viagens: actas*. Lisboa: Escola Superior de Artes Decorativas/Centro Científico e Cultural de Macau, 2010. p. 46-82.

SEIXAS, Miguel Metelo de – El simbolismo del territorio en la heráldica regia portuguesa: en torno a las armas del Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves. *Emblemata: revista aragonesa de emblemática*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. 16 (2010), p. 285-329.

SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – A pedra de armas do paço dos alcaides-mores de Óbidos: uma memória heráldica. In *Casa nobre: um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município, 2011. p. 125-174.

SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Elementos de uma cultura dinástica e visual: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de, coord. – *D. Duarte e a sua época. Arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: IEM, 2014. p. 257-283.

SILVA, Armando Malheiro da [et. al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed.. Porto: Ed. Afrontamento, 2002.

SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa real portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1947. tomo 4.

SOUSA, Armindo – A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica. In *Lucerna: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984. p. 417-487.

SOUSA, Fernando de – Relatório dos arquivos a norte do Douro. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa. 3 (janeiro-julho 1979), p. 109-119.

TÁVORA, Luíz Gonzaga de Lancastre e – *Estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1983.

The SIGILLVM project – the Portuguese sigillographic heritage in the light of a project’s results. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 5, Barcelos, 2016 – *Heritage 2016: proceedings*. Barcelos: Greenlines Institute for Sustainable Development, 2016. vol 1, p. 957-965.

TOVAR, [Pedro] Conde de – *Esfragística medieval portuguesa*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1937.

VAZ, Joaquim Ferraro – *Numária medieval portuguesa: 1128-1383*. Lisboa: ed. autor, 1960. tomo 1.

VENTURA, Margarida Garcez – *A Corte de D. Duarte: política, cultura e afectos*. Vila do Conde: Verso da História, 2013.

VIEGAS, Inês Moraes; MARTINS, Miguel Gomes, coord. – *Documentos medievais (1179-1383)*. *Arquivo Municipal de Lisboa: catálogo*. Lisboa: Câmara Municipal, 2003.

Maria do Rosário Barbosa Morujão, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra / CHSC – Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 3004-530 Coimbra, Portugal / CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 1649-023 Lisboa, Portugal. rmorujao@gmail.com

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – “Esta carta lhe nom guardees se aseellada nom for”. Selos régios medievais do Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 10 (julho-dezembro 2018), p. 25 – 45.

A escrita na legitimação do poder: a letra joanina e a Dinastia de Avis. Contributos paleográficos

Writing in the legitimacy of power: the *joanina* handwriting and the Avis Dynasty. A paleographic contribute

Ana Pereira Ferreira

RESUMO

■ Numa época de mudanças, o surgimento de uma nova dinastia a necessitar de legitimação e afirmação faz-se de várias formas: a escrita é mais uma das hipóteses de demonstrar a mudança em relação ao paradigma anterior de governação e sobre a configuração de poder do novo monarca, com uma mudança nos cargos de Chancelaria e da escrivania.

Com a subida ao trono de D. João I e a inauguração do poder de Avis, verificamos uma mudança quase imediata no *ductus* das letras dos documentos feitos na Chancelaria Régia. Também no assento de quem escreve há alterações: novos homens numa nova administração, todos sem muita experiência nos cargos.

A escrita torna-se um veículo essencial de poder, confirmando o que se fazia sentir desde o século XIII, com o aumento da burocracia e da importância do registo documental. A análise paleográfica desta nova grafia (que por surgir no reinado de D. João I apelidamos de joanina), a demonstração de semelhanças e influências da escrita *bâtarde*, a ação que a diplomacia e corte inglesas podem ter tido com a vinda, para o reino, da mãe da Ínclita Geração como tentativa de unidade e Corte com a dinastia anterior, bem como a legitimação de poder levada a efeito pelo Mestre de Avis é o que nos propomos neste breve artigo.

PALAVRAS-CHAVE

Poder / Chancelaria Régia / Letra joanina / Paleografia / Dinastia de Avis

ABSTRACT

During a time of changing governance, crisis, hunger, plague and war, the emergence of a new dynasty strives for legitimation and affirmation. The official style in writing is one more vehicle for such assertion, expressing a paradigm shift in governance and the power dynamics surrounding the new monarch, complete with a change in its Chancellery and Notarial Desk.

With the ascension to the throne of D. João I and the beginning of the Avis Dynasty, we verify an almost immediate change in the *ductus* of the characters drawn in the documents made in the Royal Chancellery. Further, we find changes in the writers' offices: fresh faces for a renewed administrative apparatus.

Writing thus becomes an essential vehicle of power, a trend that can be asserted for since the 13th century with the growing bureaucracies and importance of written record. On this article we intend to propose a paleographic analysis of the abovementioned renewed style of writing.

KEYWORDS

Power / Royal Chancellery / Joanina handwriting / Paleography / Avis Dynasty

INTRODUÇÃO

A Paleografia, que segundo Cencetti “é lo studio critico delle antiche scrittura ed e suo scopo non solo interpretare esattamente i manoscritti, ma anche datarli, localizzarli e, in generale, trarre dalle loro aspetto esteriori...”¹, tem sido uma ciência auxiliar da História nem sempre tida em consideração no panorama historiográfico nacional.

De Coimbra, além dos sempre úteis contributos de Maria Helena Cruz Coelho, surge-nos ainda o legado do padre Avelino Jesus da Costa, responsável pela regência da disciplina de Paleografia na Universidade do Mondego e pelo Instituto de Paleografia, sendo ainda responsável pela edição do *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*², guiando centenas de *alumni* nos seus primeiros passos na disciplina.

De notar ainda os esforços de Maria José Azevedo Santos³, que analisou a evolução da escrita entre os séculos IX e XII, apurando não só características de suporte e materiais da escrita, mas também a evolução cultural das próprias grafias.

Não podemos deixar de recordar o contributo de A. H. de Oliveira Marques, que lecionou a disciplina de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras de Lisboa e mais tarde, na década de 80, a sua presença na Universidade Nova de Lisboa, cujo contributo levou à transcrição e publicação através do Centro de Estudos Históricos de importantes fontes documentais, como as Cortes Portuguesas e as Chancelarias Régias. De referir também Eduardo Borges Nunes⁴ não só pelo que nos deixou publicado, mas também pela regência que teve a seu cargo da disciplina de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras de Lisboa.

Desta mesma instituição, temos a tese de doutoramento de António Guerra⁵, que procura tratar os instrumentos privados portugueses medievais; já na Universidade do Porto, não podemos deixar de considerar o padre José Marques⁶ que deu o seu contributo à Paleografia na historiografia nacional, tendo sido o responsável e fundador do Curso de Especialização em Ciências Documentais e coordenador da sua Secção de Ciências Documentais. Mais recentemente, de frisar a tese defendida por Maria João Oliveira e Silva sobre a Chancelaria episcopal da Catedral do Porto⁷.

Desde 2006, contamos com as dissertações do mestrado em Paleografia e Diplomática, lecionado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob égide de Bernardo Sá-Nogueira, como o caso da análise da grafia manuelina por Teresa Coelho⁸, o contributo no mesmo mestrado de Mário Costa⁹ e ainda a análise da escrita humanística de Jorge Paulo¹⁰ ou a nossa própria dissertação sobre a grafia que agora aqui expomos.

¹ CENCETTI, Giorgio – *Lineamenti di storia della scrittura latina*. Bolonha: Casa Editrice prof. Riccardo Patron, 1954. p. 5.

² COSTA, Avelino Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 1990.

³ SANTOS, Maria José Azevedo – *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Coimbra: [s.n.], 1988. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁴ NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. vol. I; NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: [Faculdade de Letras da Universidade], 1981.

⁵ GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII*. Lisboa: CH-Universidade de Lisboa, 2003.

⁶ MARQUES, José – *Práticas paleográficas em Portugal no século XV. Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade. I Série Vol. I (2002), p. 73-96.

⁷ SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2013.

⁸ COELHO, Teresa – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção de escrivães da Corte portuguesa 1490-1530*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁹ COSTA, Mário Fernando da Silva – *Estudo paleográfico de um manuscrito quinhentista da Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*. Lisboa: [s.n.], 2006.

¹⁰ PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia portuguesa de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

No panorama internacional, chega-nos em maior número o contributo dado por variados autores: é o exemplo das obras publicadas por Armando Petrucci¹¹, Edmond Reusens¹², Paola Martini¹³, Agustín Millares Carlo¹⁴, Jean Mallon¹⁵, Vittorio Lazzarini¹⁶, entre outros.

Contudo, mais que uma análise simples de grafia, interessa-nos compreender e relacionar essa análise com a influência que essa mesma escrita pode ter sofrido e as causas e consequências do seu surgimento. É nesse contexto que pretendemos aqui abordar a letra joanina: quais as suas características; como e quando surgiu; com que propósitos; que influências sofreu; que consequências trouxe ao panorama cultural de então. Estas são algumas das questões a que pretendemos dar respostas nas próximas páginas, tornando possível, por meio da Paleografia, analisar a política de legitimação de uma dinastia.

Pretendemos por isso comparar a grafia que apelidámos de joanina, por ter surgido aquando da subida ao trono de D. João I como veremos, com aquela que existiu antes dela, no reinado de D. Fernando. Para isso, utilizaremos como ponto de partida e observação elementos característicos de uma e outra grafia, mais visíveis em determinadas letras.

Para podermos caracterizar a grafia temos, além dos contributos de Jean Mabillon¹⁷ para definir a feitura das letras, os apoios que Borges Nunes nos fornece na “Introdução” ao seu *Álbum de Paleografia*¹⁸ e os contributos de Coimbra, já nomeados.

A ideia de que de facto existia uma letra joanina herdeira da *bâtarde* francesa, não era nova aquando da nossa investigação de mestrado: já Borges Nunes tinha avançado com essa possibilidade e com essa denominação, ainda que nunca tenha seguido para a análise paleográfica e comparação de grafias de forma a comprovar tal facto. Através da análise paleográfica de um conjunto de grafemas e manchas de texto, seguindo uma metodologia anteriormente aplicada em teses em Paleografia por outros autores, cabe-nos a tarefa de o comprovar cientificamente e descortinar em que medida foi uma forma de legitimação.

Desde sempre e para uma melhor compreensão das grafias, houve uma tentativa dos historiadores e em particular dos paleógrafos, em tentar classificar as escritas, fosse segundo critérios geográficos, cronológicos, culturais, fosse de acordo com a morfologia dos grafemas ou ainda com a tipologia documental que pretendem originar. Exemplo disso foram os esforços encetados por Cesare Paoli¹⁹, dividindo a evolução das escritas em três períodos, assentes em critérios essencialmente cronológicos e geográficos. Já Battelli²⁰ partiu dos locais produtores de cultura para fazer uma divisão baseada também ela em três períodos. Por seu turno, Maurice Prou recorreu aos critérios morfológicos para dividir as escritas em Maiúsculas, Minúscula e Assentada²¹.

Dentro das questões morfológicas poderemos ainda considerar um conjunto de variáveis como o *ductus*, a rapidez de escrita (cursiva ou caligráfica), entre outras considerações. Por fim, no que respeita à caracterização

¹¹ PETRUCCI, Armando – Funzione della scrittura e terminologia paleografica. In *Palaeographica Diplomatica et Archivistica. Studi in Onore di Giulio Battelli*. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 1979. I.

¹² REUSENS, Edmond – *Éléments de Paléographie*. Louvain: Chez L'Auteur, 1892.

¹³ MARTINI, Paola Supino – La Paleografia latina in Itália da Giorgio Cencetti ai giorni nostri. In *Un secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986)*. Roma: Gela, 1988. p. 37-80.

¹⁴ MILLARES CARLO, Agustín – *Paleografia española. Ensaio de una historia de la escritura en España desde el siglo VIII al XVII*. Barcelona: Editorial Labor, 1929. vol I.

¹⁵ MALLON, Jean – *De l'écriture, recueil d'études publiées de 1937 a 1981*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1986 e MALLON, Jean – *Paléographie romaine*. Madrid: [s.n.], 1952.

¹⁶ LAZZARINI, Vittorio – *Scritti di Paleografia e Diplomatica*. 2ª ed. Padova: Antenore, 1969.

¹⁷ MABILLON, Jean – *De re diplomatica libri V*. Paris: Lutecina-Parisiorum, 1681.

¹⁸ NUNES, Eduardo Borges – Introdução. In *Álbum de Paleografia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. p. 18.

¹⁹ BATTELLI, Giulio – *Lezioni di Paleografia*. 3ª ed. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1986. p. 46.

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 47-48.

²¹ PROU, Maurice – *Manuel de Paleographie latine et française*. Paris: Auguste Picard, 1924.

da escrita com base na tipologia documental que vai originar, não podemos deixar de considerar por exemplo a escrita livresca e a escrita documental, as mais usuais.

Pretendendo por isso desenvolver uma comparação de grafias, de forma a determinar o surgimento de um novo tipo de letra e delimitar quando tal sucedeu, teríamos de recuar cronologicamente ao período onde ainda não se fazia notar o novo cânone que pretendemos analisar, e como tal ao reinado fernandino.

Tendo este tido o seu término em 1383, considerámos por bem recuar até ao início da década anterior, de forma a termos temporalmente um período confortável de análise. A definição do termo cronológico da nossa análise afigurava-se mais complexa, pois pretendíamos apurar quando esta escrita deixa de ser apenas uma letra de Chancelaria Régia e passa a ser usada também nos diplomas privados, lavrados por tabeliães.

Para isso teríamos de ir ao início do século XV, mas achámos que não seria necessário ir até ao final do reinado de D. João I. Rapidamente a documentação compulsada nos demonstrou que, nos primeiros anos de Quatrocentos, a influência da letra de Chancelaria nos registos particulares era uma realidade e por isso determinamos analisar a documentação até 1420.

Quanto ao *corpus* documental a analisar, em primeira observação teríamos de nos focar nos documentos emanados da Chancelaria Régia, escritos por escrivães régios. Era aí que eram feitos os documentos a mando do rei e era aí que se notavam as alterações referidas por Carvalho Homem, no Desembargo²². Desta forma, todos os arquivos que tivessem documentação régia, seriam profícuos à nossa investigação, entre eles o Arquivo Municipal de Lisboa.

Como refere Teresa Pereira Coelho, “cada estilo de escrita tem um significado histórico que reflete as ideias diretrizes dominantes no meio intelectual ou no espírito da época”²³, e é precisamente esse o propósito que aqui queremos demonstrar.

LISBOA E O REINO NA TRANSIÇÃO DE TREZENTOS PARA QUATROCENTOS

O século XIV no reino de Portugal, ainda que conturbado social, demográfica e economicamente, foi um tempo de estabilização do ponto de vista cultural: particularmente na língua falada na medida em que a escrita, ainda que tivesse conhecido um grande aumento no uso quotidiano, fruto também da burocracia da governação, era ainda – e continuaria a ser por longo período – instável na forma e no ponto de vista gramatical²⁴.

A partir do século XV, um pouco por toda a Europa registou-se um incremento do dinamismo como que em resposta aos tempos pouco abonatórios que se fizeram sentir na centúria anterior²⁵. Deste vigor resultaram repercussões a vários níveis, não sendo a escrita uma exceção: o desenvolvimento demográfico nas cidades pela população que fugia dos campos e da fome, o desenvolvimento das trocas comerciais e com elas a necessidade de passar a escrito e registar, de contabilizar e o crescimento e estabilização dos Estudos Gerais na cidade de Lisboa, depois de um século de itinerância entre Coimbra e a “sempre nobre e leal cidade”.

²² HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

²³ COELHO, Maria Teresa – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção de escrivães da Corte Portuguesa 1490-1530*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 11.

²⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na crise do século XIV. In MARQUES, A. H. Oliveira; SERRÃO, Joel, dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. vol. IV, p. 402.

²⁵ COELHO, Maria Helena Cruz – O campo na crise do século XIV. In MEDINA, João, dir. – *História de Portugal*. Alfragide: Ediclube, 2004. vol. IV, p. 104.

Surge uma necessidade cada vez mais premente do uso do documento escrito, do registo, promovido também pela estabilização da Universidade e um aumento dos escolares²⁶, o que permitiu igualmente o desenvolvimento da escrita joanina e do Desembargo. O Estudo Geral viria a ser, como referiu Marcello Caetano, o “centro intelectual da Revolução”²⁷.

Se a morte de D. Fernando trouxe um período conturbado de Crise de Sucessão, criou por oposição a possibilidade do surgimento de uma nova dinastia e de um novo governo, mais preparado, constituído por letrados e mercadores na sua maioria ligados a interesses estabelecidos em Lisboa. O Dr. João das Regras, João Afonso d’ Azambuja, Martim Afonso, João Gil, Martim da Maia, entre outros²⁸ são apenas alguns dos nomes sonantes que surgem com a nova governação.

Estas mudanças são sinal da necessidade de D. João I rodear-se de homens competentes e da sua confiança, ainda mesmo enquanto regente e defensor do reino e apesar da inexperiência de todos da administração central²⁹. O novo monarca procurou manter as boas relações com os homens-bons de Lisboa, através de um conjunto de privilégios: exemplo disso foram as missões diplomáticas atribuídas ao antigo chanceler-mor, Lourenço Eanes Fogaça, de modo a controlar de alguma forma o acesso ao poder.

De reter também que no seu reinado aumenta o número de tabeliães³⁰ e escrivães, muitos deles acedendo ao cargo não só pelos seus conhecimentos de escrita, mas por questões de vassalidade e clientelismos³¹.

O casamento de D. João I não pode ser alheado desta realidade de legitimação do poder e mudança política, social e cultural: D. Filipa de Lencastre trazia da Corte inglesa a cultura, a diplomacia e outras influências que passou para a sua nova Corte e para os seus descendentes. A transmissão da memória escrita, a organização de arquivos, a cópia de manuscritos, que noutros reinos como Inglaterra se fez a partir dos séculos XI e XII³², em Portugal tomou um novo fôlego com a Ínclita Geração, elevando a cultura da Corte e do reino, tornando-se numa dinastia de homens cultos, educados e preparados a governar e transmitir a sua cultura a outros, com novos ideais, valores e doutrinas políticas e morais.

Aos novos membros do Desembargo, juntava-se um oficialato moldado à imagem do rei. É neste contexto que terá surgido a nova grafia, a joanina.

Se, de início, com o aumento do oficialato, o Desembargo esteve um pouco sem rumo³³, numa fase posterior verificamos o desenvolvimento das funções dos desembargadores de forma independente e idónea³⁴. Como refere Maria Helena da Cruz Coelho³⁵, com o novo monarca, a máquina burocrática tornava-se mais operante. Com a importância cada vez maior dos Estudos Gerais no reino e a frequência, essencialmente de religiosos, da Universidade, o clero começava a estar mais presente no Desembargo³⁶.

²⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na Crise do século XIV. In MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. vol. IV, p. 419.

²⁷ CAETANO, Marcello *apud* HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Uma crise que sai d’«a crise», ou o Desembargo Régio na década de 1380. In *Portugal nos finais da Idade Média. Estado, instituições, sociedade e política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 192.

²⁸ *Idem*, *Ibidem*. p. 194 e 197.

²⁹ COELHO, Maria Helena Cruz – *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 38.

³⁰ Temos a este respeito, e no seguimento de uma investigação no âmbito do doutoramento, dados sobre a existência de mais de 130 tabeliães diferentes só para Lisboa no reinado joanino, face aos 60 tabeliães existentes entre 1370 e o fim do reinado de D. Fernando e apesar da tentativa de diminuição do número de oficiais, sendo que destes 60 apenas 30 deles transitam de um reinado para o outro. Dados atualizados em maio de 2018.

³¹ HOMEM, Armando Luís Carvalho – Gama Barros, historiador das instituições administrativas. In *Portugal nos finais da Idade Média. Estado, instituições, sociedade e política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 43.

³² CLANCHY, Michael T. – *From memory to writing record. England 1066-1307*. 2ª ed. Oxford: Blackwell Publishing, 1993.

³³ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Gama Barros, historiador das instituições administrativas. In *Portugal nos finais da Idade Média. Estado, instituições, sociedade e política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 36.

³⁴ *Idem*, *Ibidem*. p. 39.

³⁵ COELHO, Maria Helena Cruz – *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p. 154.

³⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990. p. 243.

Todos estes fatores seriam essenciais à legitimação do novo monarca e do novo modelo de governação, continuado pelo príncipe herdeiro, D. Duarte.

A Dinastia de Avis foi de resto uma Corte culta, facto para o qual a ideia de unicidade em redor de uma língua única e comum foi fundamental.

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DA LETRA JOANINA

No território português, desde o século VIII até ao século XIII, podemos contar com escritas “nacionais”, escritas que foram comuns a vários espaços: a escrita visigótica, seguida da escrita carolina. Posteriormente, dar-se-ia uma transição para a escrita gótica. Esta, por sua vez, teria algumas variáveis em Duzentos e Trezentos. Refere inclusive Borges Nunes³⁷, que em Portugal viríamos a ter influências da gótica até aos séculos XVI e XVII. A gótica traz consigo a solenidade exigida aos livros sagrados de luxo, angulosa, cuidada, com contrastes entre traços grossos e finos. Refere o mesmo autor que em Portugal a gótica foi mais comum em títulos e não tanto no corpo de texto.

Em alguns países, como Itália, a escrita gótica foi de resto um estilo que variava conforme o ambiente em que era feito: na chancelaria, no notariado, no uso comercial... Em Portugal tal não se fez sentir desta forma, mas sim com o fenómeno que Borges Nunes apelida de original da gótica: o surgimento das “bastardas”, traços que segundo o autor se caracterizam por serem caligráficos derivados de cursivos.

Ao longo do século XIV começa a surgir um conjunto de registos mais cursivos, abandonando algumas tendências que até então se faziam sentir de caligráficas menos solenes. Assim, as hastes e caudas começam a dar lugar a laçadas mais prolongadas, imprimindo um tom de velocidade à escrita.

Com o fim da Crise de Sucessão de 1383-85, mas particularmente e de forma definitiva com o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, é visível uma mudança na escrita usada na Chancelaria Régia, com o aparecimento daquela que apelidamos de letra joanina – influência da letra *bâtarde* mas também da grafia gótica – e que perdurará por cerca de um século.

Já no final do século XV e início do século XVI veríamos surgir uma vez mais uma nova forma gráfica, a escrita manuelina, de acordo com o que foi comprovado pela dissertação de mestrado de Teresa Coelho³⁸. Com este novo cânone têm início as escritas humanísticas, letra sobre a qual podemos ter mais informes na dissertação de Jorge Paulo³⁹.

Levar a bom termo a nossa pesquisa pela mudança de paradigma na letra com o novo reinado de D. João I, implica, como já referimos, começar a análise da grafia uns anos antes, ainda no reinado do Formoso, de forma

³⁷ NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. p. 20 e seguintes.

³⁸ COELHO, Maria Teresa – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção de escritas da Corte Portuguesa 1490-1530*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

³⁹ PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia portuguesa de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

a podermos contemplar as alterações do ponto de vista paleográfico que se fizeram notar na grafia usada na Chancelaria Régia.

Neste breve ensaio que aqui fazemos, não podemos abordar letra a letra⁴⁰ todo o alfabeto, pelo que iremos escolher alguns grafemas mais ilustrativos da mudança, como o caso das letras **h, m, z, g, s e r**.

Não poderemos também fazer uma análise exaustiva das abreviaturas usadas e da numeração, mas interessa-nos particularmente recorrer à novidade que surge neste período e, segundo Borges Nunes⁴¹, prática que surgiu no nosso reino: o uso do **R** para simbolizar o número **40** e o **b** como forma de determinar o número **5**, que deveria ser representado com um **v**, de acordo com a numeração romana.

Terminada esta tarefa, passaremos a uma breve análise comparativa de três excertos documentais: um de letra não joanina, um de semi-joanina e um de joanina. Por fim, restar-nos-á caracterizar a nova grafia com base nas comparações que realizámos da análise letra a letra e da análise de excertos, e retirar algumas conclusões.

Antes da análise das letras que referimos anteriormente, queremos dar a conhecer o *corpus* documental e os intervenientes na escrita: interessam-nos particularmente os documentos régios emanados da Chancelaria, como já exposto. Um conjunto de razões levam à preferência por esta documentação, a começar pelo facto de terem explicitamente a indicação no *escatocolo* de quem os escreveu (“*escrivão a fez*”), permitindo-nos detetar grafias, tendências e continuidades ou ruturas no manejo da pena. Além disso, a haver uma ordem de alteração da grafia, esta começaria pela escrita que saía da Chancelaria e pelo novo corpo de desembargadores.

Deste modo, a tipologia documental à nossa análise pouco significa, na medida em que não se observam alterações nas grafias conforme os tipos de documentos a lavrar.

Porém, alguns problemas podem afigurar-se, nomeadamente a divergente distribuição de documentação em cada fundo, resultante de vicissitudes variadas, corolário do passar dos séculos. Outro problema é a dificuldade de identificar os protagonistas da escrita: se no tabelionato temos o sinal que nos permite associar a um nome, no caso da escrivãzinha régia apenas temos o nome do escrivão e quando nos aparecem nomes comuns – como por exemplo Álvaro Gonçalves – é difícil determinarmos carreiras, formação e informações de cariz social e económico, sendo que temos apenas à nossa disposição a análise paleográfica da escrita de cada um para os diferenciar.

Começando a análise no início da década de 70 do século XIV e considerando os fundos de que dispomos no Arquivo Municipal de Lisboa, podemos contar com documentos de grande utilidade aos nossos propósitos no *Livro 2º de D. Fernando* (19 documentos), *Livro 1º de D. João I* (70), *Livro 2º de D. João I* (31), *Livro de provimento de ofícios* (11), *Livro 1º de Cortes* (9), *Livro 1º do alqueidão* (5), *Livro 1º de emprazamentos* (4), *Livro 1º de sentenças* (3), *Livro 1º dos místicos de reis* (1), *Livro 1º de quitações e desistências* (1), *Livro 1º do Hospital de S. Lázaro* (1).

Nestes fundos compulsámos um conjunto de 156 documentos que se mostram úteis ao nosso estudo sobre a mudança da letra. Destes registos, 112 são de letra já joanina, conquanto 17 são de letra não-joanina e os restantes de uma grafia que demonstra a transição do modelo utilizado no reinado de D. Fernando para o novo modelo do novo monarca, à qual chamámos semi-joanina.

⁴⁰ A este respeito, para uma análise de todo o alfabeto, abreviaturas e numerais, remetemos para a nossa tese de mestrado, intitulada *Análise paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra joanina, 1370-1420* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2012. [Consult. 17/07/2018]. Disponível na Internet: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6951>

⁴¹ Ainda que nunca tenha publicado, Borges Nunes deixou no seu espólio “um exercício de metodologia para a história da escrita em Portugal: as origens da letra numeral b (=5)”. O referido artigo foi-nos facultado por Bernardo Sá-Nogueira e o original julgamos estar nas mãos de familiares de Borges Nunes.

Os registos de letra não-joanina dizem respeito essencialmente ao *Livro 2º de D. Fernando*, particularmente instrumentos datados na década de 70 da centúria de Trezentos. Existem apenas 2 documentos de cânone não-joanino a estarem presentes no *Livro 1º de D. João I*. Quanto à grafia de transição, a semi-joanina, esta aparece não só no *Livro 2º de D. Fernando*, como no *Livro 1º de D. João I*, na sua maioria para os anos de transição e da Crise Sucessória.

Destes 156 registos documentais, apenas 46 não são despachados por desembargadores régios, sendo portanto os restantes 110 alvo de subscrição do Desembargo; aqui contamos com duplas habituais de trabalho, como Rui Lourenço e João Afonso (8 documentos), Fernão Gonçalves e Vasco Gil Pedroso (4), Álvaro Gonçalves e Martim da Maia (3), Diogo Martins e Vasco Gil Pedroso (3), Martim da Maia e Gonçalo Peres (2), Gonçalo Peres e Martim da Maia (2), João Afonso d'Azambuja e João Afonso de Santarém (2), Vasco Gil de Pedroso e Diogo Afonso d'Alvernaz (1), ou ainda Rui Lourenço e Álvaro Peres (1).

A solo temos como nomes que mais aparecem Fernão Gonçalves (13 documentos), Fernão Martins (7), Lourenço Eanes Fogaça (6), Rui Lourenço (6), João Afonso (escolar em leis) (5), Vasco Gil de Pedroso (4), Gil Martins (3), Rodrigo Eanes (ouvidor) (2), Álvaro Rodrigues (2), entre outros.

No que respeita a escritvões a lavar nestes pergaminhos, temos 65 homens diferentes a produzir, destacando-se pela quantidade documental Álvaro Gonçalves (20 documentos), Gonçalo Caldeira (18), Vasco Eanes (9), Álvaro Eanes (7), Lançarote (6) e Fernão Peres (6), todos eles com grafia joanina e a produzirem apenas eles mais de 1/3 da documentação em análise. Estêvão Domingues (5) e Vasco Vicente (4) estão entre os de letra não-joanina e semi-joanina que mais produzem, respetivamente.

Querendo dar particular destaque aos fundos do Arquivo Municipal de Lisboa, não podemos deixar de frisar que também no Arquivo Nacional Torre do Tombo poderíamos recorrer a vários fundos que nos permitiriam detetar a mudança repentina na grafia logo com a regência, mas principalmente com a subida ao trono de D. João I. É o caso de fundos como as *Gavetas* e a *Coleção Especial* em particular, mas ainda fundos como a *Sé de Viseu*, *Mosteiro de Alcobaca* ou *Cabido da Sé de Coimbra*.

ANÁLISE – LETRAS G, H, M, R, S E Z

A seleção destes exemplos, além de se justificar com a impossibilidade de neste espaço fazermos uma análise mais exaustiva e de mais letras, relaciona-se também com o facto de serem estes os exemplos mais notáveis da mudança que existiu na grafia do reinado de D. Fernando para o de D. João I; deste modo, colocaremos lado a lado exemplos de letras de um e outro tempo e explicaremos o *ductus* da letra e as alterações que sofreu.

Ao analisar uma grafia, deparamo-nos com algumas dificuldades na forma de adjetivar os seus traços constitutivos, promovendo o uso de expressividades como “cauda”, “barriga”, “cabeça”, expressões que, não sendo especialmente científicas, se tornam uma necessidade de linguagem.

| Letra <i>g</i> | Reinado D. Fernando | Reinado D. João I |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| |  meio de reinado |  início de reinado |
| |  fim de reinado |  meio de reinado |

Figura 1 Exemplos de letra *g*. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

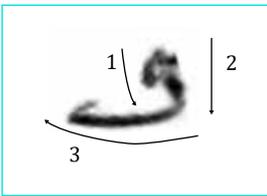


Figura 2 Ductus da letra g joanina. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa.

Nestes exemplos da letra **g**, podemos analisar (fig. 1) as diferenças na forma de fazer o grafema no reinado de D. Fernando para o reinado do rei de Boa-Memória. A principal diferença com que nos deparamos nos **g**'s anteriores a 1383 é a cauda, muito mais fechada no tempo de D. Fernando em relação aos **g**'s do reinado joanino, em que é feito um só traço, da direita para a esquerda, terminando com um leve remate ascendente.

O **g** do reinado fernandino conta na sua constituição com 4 traços principais, conquanto no reinado joanino a letra passa a ter apenas 3 lineamentos.

De frisar ainda que há um maior contraste de traços grossos e finos nas letras que são feitas no tempo da Segunda Dinastia, bem como uma maior verticalidade e angulosidade das três partes constitutivas do traço da letra (fig. 2).

| Letra h | Reinado D. Fernando | Reinado D. João I |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| |  meio de reinado |  meio de reinado |
| |  fim de reinado |  início de reinado |

Figura 3 Exemplos de letra h. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

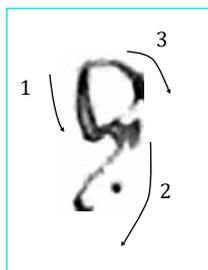


Figura 4 Ductus da letra h - reinado D. Fernando. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa.

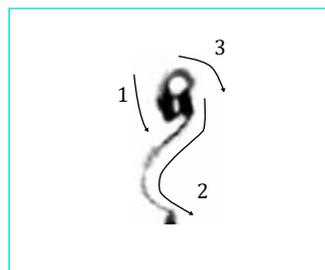


Figura 5 Ductus da letra h - letra joanina. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa.

No conjunto de figuras acima impressas (fig. 3, 4 e 5), podemos observar em comparação os **h**'s do reinado fernandino, com os do reinado joanino. As diferenças nesta comparação de meio e fim de reinado do Formoso ou de início e meio do de Boa-Memória são notáveis, na nitidez do *ductus* do traçado da letra.

Ainda que, tal como podemos observar nas figs. 4 e 5, quer num quer no outro reinado as letras sejam feitas com três traços constitutivos, ressalta à observação a angulosidade e tamanho da cauda do **h** do tempo de D. João I. Efetivamente, no **h**, mesmo que seja esta uma letra essencialmente de meio de palavras, notamos uma imponente cauda, que desce na linha, colocando-se no espaço entrelinhas ou interpondo-se muitas vezes na linha inferior de texto, num traço (nº 2, fig. 5) que começa a ser ligeiramente curvo da esquerda para a direita, continuando em sentido descendente para a esquerda, rodando depois em contracurva, formando a cauda da esquerda para a direita.

Letra *m*

Reinado D. Fernando

-  *m* de início de palavra, meio de reinado
-  *m* de final de palavra, meio de reinado
-  *m* de início de palavra, fim de reinado
-  *m* de final de palavra, fim de reinado

Reinado D. João I

-  *m* de início de palavra, início de reinado
-  *m* de final de palavra, início de reinado
-  *m* de início de palavra, meio de reinado
-  *m* de final de palavra, meio de reinado

Figura 6 Exemplos de letra *m*. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

A letra *m* é porventura aquela em que mais se denota a angulosidade e verticalidade da letra joanina, à semelhança da letra *n*, que pelos motivos já expostos anteriormente, aqui não analisaremos. A grande disparidade entre os *m*'s de D. Fernando e de D. João I é a aparente descoordenação na feitura do grafema na letra fernandina, com traços de tamanhos díspares.

Ainda que divirja a letra *m* de início/meio e fim de palavras (fig. 6), todas elas são feitas, no reinado joanino, a partir de três traços com arranque de traço oblíquo da esquerda para a direita em sentido ascendente, descendo depois até à linha, onde se inicia o traço seguinte, com a mesma lógica de escrita. Os traços além de mais verticais que no reinado fernandino, que apareciam até de forma mais arredondada na parte superior da letra, aparecem agora de forma muito mais paralela entre si, denotando a ideia de angulosidade.

Por fim, de frisar, à semelhança da letra *h* e outras (como o caso da letra *z*), no que respeita aos *m* de final de palavras, que terminam com uma sumptuosa cauda que se inicia no terceiro traço constitutivo do *m* (fig. 7), e tal como o *h*, é feito um traço oblíquo descendente da direita para a esquerda, ocupando o espaço interlinear ou até da linha inferior, com contracurva da esquerda para a direita, ainda em sentido descendente.

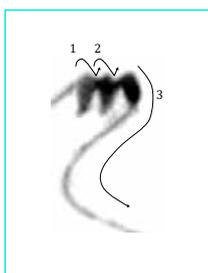


Figura 7 Ductus da letra *m* – letra joanina. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa.

Letra *r*

Reinado D. Fernando

-  *r* de início de palavra, meio de reinado
-  *r* de fim de palavra, meio de reinado
-  *r* de meio de palavra, fim de reinado
-  *r* de fim de palavra, fim de reinado

Reinado D. João I

-  *r* de meio de palavra, início de reinado
-  *r* de fim de palavra, início de reinado
-  *r* de meio de palavra, meio de reinado
-  *r* de fim de palavra, meio de reinado

Figura 8 Exemplos de letra *r*. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

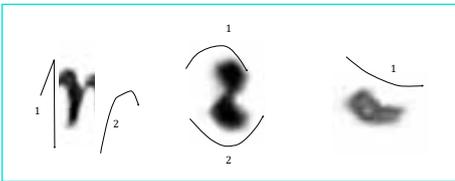


Figura 9 *Ductus* da letra r – letra joanina (dois primeiros exemplos) e do reinado de D. Fernando. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

Tal como a letra *m*, também o *r* se comporta de forma diferente se analisarmos o grafema a início/meio ou final de palavra (fig. 8). De notar que os *r*'s de meio de palavra joaninos são bastante mais semelhantes aos *r*'s de imprensa que utilizamos hoje, com o segundo traço que o constitui (fig. 9) a fazer a ligação e início da letra seguinte. Por oposição, os *r*'s de final de palavra fernandinos aparentam a um til (~), conquanto os do reinado joanino parecem um **Z**, extremamente angulosos nos dois traços que o constituem (fig. 9), por oposição ao traço singular que caracteriza o *r* de final de palavra fernandino.

Uma vez mais, as letras joaninas têm uma maior verticalidade e contraste de traços grossos e finos em relação às fernandinas.

De referir ainda que, ainda que por vezes surjam *r*'s compridos a ocupar o espaço entrelinhas nos pergaminhos joaninos, sucede com menos frequência do que nos habituam as peles do reinado anterior.

| Letra <i>s</i> | | | |
|----------------|------------------------------------------------|-------------------|--------------------------------------------------|
| | Reinado D. Fernando | Reinado D. João I | |
| | <i>s</i> de fim de palavra, meio de reinado | | <i>s</i> de fim de palavra, início de reinado |
| | <i>s</i> de início de palavra, meio de reinado | | <i>s</i> de início de palavra, início de reinado |
| | <i>s</i> de fim de palavra, fim de reinado | | <i>s</i> de fim de palavra, meio de reinado |
| | <i>s</i> de início de palavra, fim de reinado | | <i>s</i> de início de palavra, meio de reinado |

Figura 10 Exemplos de letra *s*. Pergaminho (vários). Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

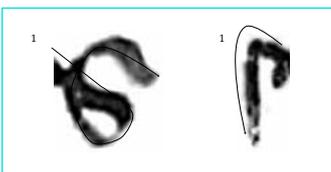


Figura 11 *Ductus* da letra *s* – reinado D. Fernando. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

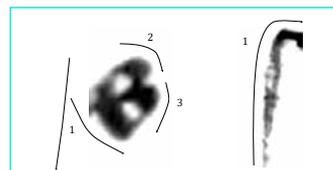


Figura 12 *Ductus* da letra *s* – letra joanina. Arquivo Municipal de Lisboa.

A letra *s* demonstra uma grande evolução nos traços constitutivos do grafema de um para o outro reinado. No caso dos *s*'s de início e meio de palavra, somos confrontados com a mudança de um traço constitutivo no reinado fernandino (segundo exemplo da fig. 11), para dois traços constitutivos no reinado joanino (segundo exemplo da fig. 12), ainda que ambos sejam compostos por um traço descendente. De referir ainda que o *s* de início ou meio de palavra joanino é muito mais comprido que o fernandino, ocupando, à semelhança do que já verificámos anteriormente, o espaço entrelinhas ou até a linha inferior.

É, no entanto, no *s* de final de palavra que melhor notamos as alterações no grafema, com um aumento da angulosidade e do contraste de grossos e finos da letra: se o *s* do reinado fernandino (primeiro exemplo da fig. 11) é composto de um só traço, com uma laçada invertida, da esquerda para a direita, subindo, faz depois uma curva para a direita. Por sua vez, o *s* de final de palavra joanino (primeiro exemplo fig. 12) assemelha-se a um *B* atual, sendo caracterizado por três traços constitutivos, o primeiro deles descendente a curvar junto à linha ligeiramente para a direita; o segundo traço deste *s* inicia-se junto do começo do primeiro traço, com sentido descendente e curvando esquerda-direita-esquerda, terminando na direção de onde começou, mas a meio do primeiro traço; por fim, neste ponto inicia-se a terceira parte da letra, com movimento igual ao segundo traço, mas cujo término se dá junto à linha, ligando num traço mais fino com o final do primeiro traço.

| Letra <i>z</i> | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Reinado D. Fernando | | Reinado D. João I | |
|  | <i>z</i> de fim de palavra, meio de reinado |  | <i>z</i> de fim de palavra, início de reinado |
|  | <i>z</i> de fim de palavra, meio de reinado |  | <i>z</i> de fim de palavra, início de reinado |
|  | <i>z</i> de fim de palavra, fim de reinado | | |

Figura 13 Exemplos de letra *z*. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

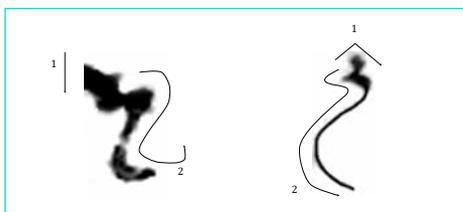


Figura 14 *Ductus* da letra *z* – letra do reinado D. Fernando (esquerda) e letra joanina (direita). Pergaminhos. Arquivo Municipal de Lisboa. Várias cotas.

A última letra por nós escolhida para esta breve análise é o *z*. A escolha deste grafema prende-se com a particularidade que tem na semelhança a outras letras joaninas no que respeita à cauda da letra que ocupa o espaço entrelinhas. Assim sendo, no caso do *z* poucas diferenças notamos nas letras que compõem o meio ou fim de palavra no que respeita a esta cauda, contudo, a diferença entre o meio e fim de palavra dizem respeito ao corpo da letra, que por vezes aparece “deitado” sobre a linha, assemelhando-se a um *n* com uma cauda (fig. 13).

Quer num, quer noutro reinado, as letras caracterizam-se por terem dois traços constitutivos, conforme podemos analisar na fig. 14. O traço descendente que constitui a cauda do *z* no caso joanino é, contudo, de maior sumptuosidade que no caso fernandino. Também no corpo principal da letra, o *z* joanino é mais anguloso e retilíneo nos traços que o constituem.

Neste conjunto de seis letras analisadas e comparadas, verificamos que, no caso dos **h**, **m** e **z**, todos são constituídos por uma cauda que se inicia com um traço oblíquo descendente da direita para a esquerda, curvando em seguida da esquerda para a direita, sendo mantido sempre em aberto e ocupando todo o espaço entrelinhas ou inclusive muitas das vezes ocupando o espaço da linha seguinte, colidindo por vezes com traços de outras palavras.

No que respeita aos **r** e **s**, de frisar principalmente as alterações nos de final de palavra, com mais traços na sua execução e uma maior angulosidade e paralelismo entre traçado.

ANÁLISE COLETIVA DA LETRA

Se a análise letra-a-letra nos permite entender o *ductus* da grafia e verificar as diferenças traço-a-traço, ela não nos permite ter, contudo, uma visão global da letra no documento; por isso, urge fazer uma análise de alguns excertos com várias linhas, para que possamos ter uma perceção do espaço que a grafia ocupa no pergaminho, o espaço entre linhas, as margens e a sua angulosidade.

Para isso, serão usados os mesmos documentos de onde foram retiradas as letras que analisámos anteriormente, recorrendo a exemplos do reinado de D. Fernando, e por conseguinte não-joanina, exemplos de documentos do período de interregno e regência (aquilo que apelidamos de semi-joanina), e por fim, exemplos do reinado de D. João I, já do cânone joanino:

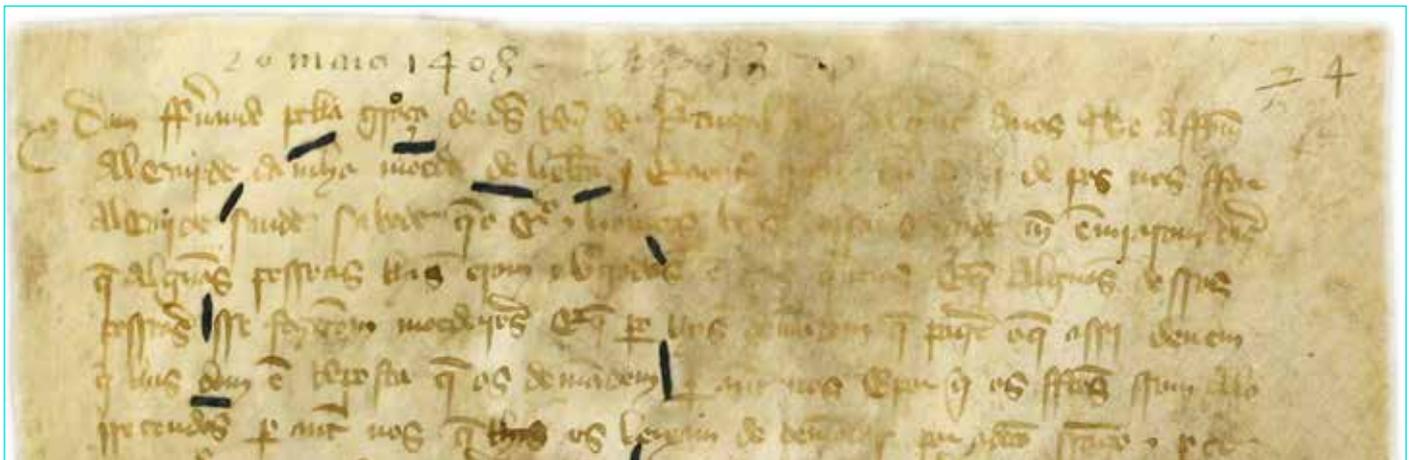


Figura 15 Letra do escrivão: Estêvão Eanes. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Fernando, doc. 4 (1370) – letra não-joanina.

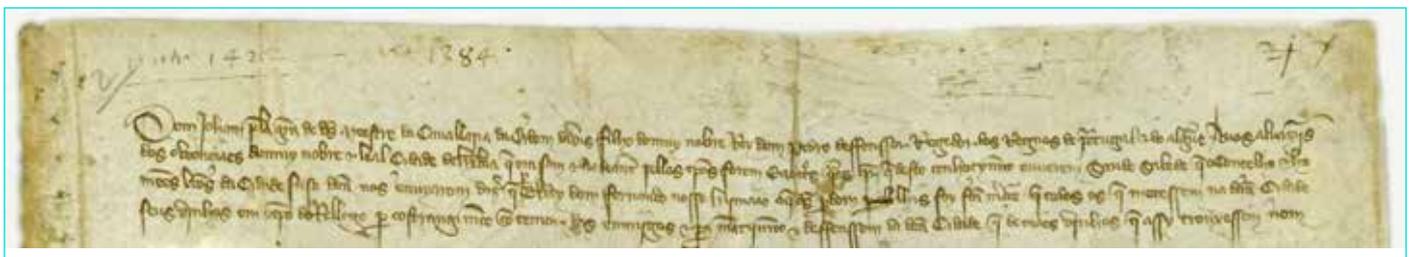


Figura 16 Letra do escrivão: Vasco Vicente. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 2 (1384) – letra semi-joanina.

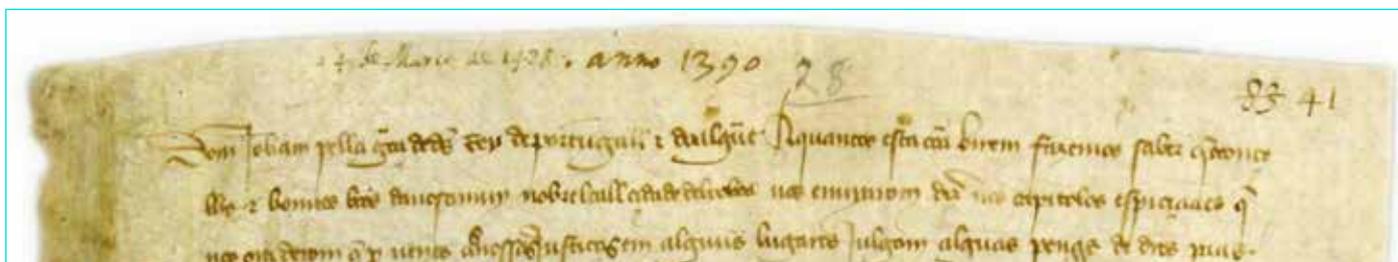


Figura 17 Letra do escrivão: Vasco Eanes. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 28 (1390) – letra joanina.

Se analisarmos os documentos expostos *supra*, verificamos que, imediatamente quando D. João I chega ao poder, mesmo que ainda na regência, há uma alteração no aspeto dos pergaminhos e na grafia. É o que sucede quando comparamos os documentos das figs. 15 e 16.

Na fig. 16, documento lavrado em 1384 e como tal na regência do Mestre de Avis, a angulosidade da letra em relação ao documento da fig. 15, ainda no reinado de D. Fernando, é evidente. Neste último, a letra caracteriza-se por ser bastante mais arredondada, com uma menor verticalidade do traçado.

Também no que respeita ao espaço ocupado pela escrita no documento da fig. 16 verificamos disparidades para o documento de 1370, uma vez que o corpo da letra no primeiro é mais fino e pequeno que no segundo, dando uma falsa perceção de uma letra mais caligráfica. Também o espaço entrelinhas aparenta ser diferente em ambos os exemplos por o corpo da letra ser mais pequeno, ainda que haja já algumas hastes e caudas a ocupar o espaço entrelinhas.

Ainda que nestas imagens não se consiga ter a perceção, se analisarmos os documentos que estão disponibilizados *online* pelo Arquivo Municipal, verificamos que ainda não existem grandes alterações no tamanho e no espaço deixado nas margens, sendo ligeiramente maior no caso da fig. 16, em relação ao documento do reinado fernandino, mas com pouca diferença face ao que se irá detetar a partir de 1385. Há ainda uma maior concentração de palavras por linha no documento de 1384, havendo menos espaço entre elas.

Nos exemplos das letras **s** e **r**, ainda não se detetam alterações significativas, verificando-se, contudo, já uma alteração na angulosidade, verticalidade e caudas dos **m**, **h** e **z**'s.

A partir de 1385, coincidindo com a subida ao trono de D. João I e por isso já como rei e não como regente, com as alterações fomentadas no Desembargo e nos homens que estão na escrivania como já referido no início deste texto, e após o matrimónio e o estabelecimento de relações diplomáticas com Inglaterra, verificamos o estabelecimento por completo do novo cânone.

Ainda que alguns nomes do Desembargo de D. Fernando se tenham mantido em funções, aos oficiais de carreiras de pouca duração sucediam novos homens, com formação universitária e que iriam firmar longas carreiras na administração do reino⁴².

Como forma de comprovar o novo cânone, podemos analisar a fig. 17, um documento produzido cinco anos após o início do reinado e em que várias alterações são visíveis face à fig. 16 e, principalmente, face ao documento da fig. 15, do reinado de D. Fernando: se por um lado começam a surgir letras maiúsculas a meio das palavras e linhas, uma característica da letra e da documentação escrita com o novo cânone joanino, começam também a surgir margens de 4 a 6 cm de cada lado, acompanhadas de espaço superior e inferior do documento também superior, a rondar os 2 a 4 cm no cabeçalho e chegando aos 10 ou mais cm de rodapé, onde passa a constar a assinatura régia, com a palavra *El Rey*, ao contrário do habitual na década e reinado anteriores.

⁴² HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos finais da Idade Média. Estado, instituições, sociedade e política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 182.

O aumento das margens e o facto de não se aproveitar todos os centímetros de um material caro e precioso como era o pergaminho, denota uma maior importância dada aos documentos oficiais emanados da Chancelaria Régia e também transmite a ideia de sumptuosidade, riqueza e poder do novo rei.

No que diz respeito ao espaço entrelinhas, também ele se torna maior nos pergaminhos joaninos, frequentemente com espaçamentos de 1 cm, ocupados pelas aparatosas caudas e hastes que caracterizam a nova grafia, em contraste com o corpo de letra mais pequeno, como referido *supra*.

A própria escrita é agora feita em linhas mais direitas, com as palavras mais concentradas e juntas entre si, e denota-se um maior cuidado na preparação dos pergaminhos, bem como na cor da tinta utilizada, frequentemente mais acastanhada escura, sendo por isso dado um maior cuidado e atenção ao aparato dos suportes e aspetos formais, numa maior teatralidade da produção oficial, quando comparada com o reinado anterior.

Como já referido, na análise letra-a-letra, os *r*'s de meio de palavra já não são compridos a ocupar o espaço entrelinhas, passando a ser curtos e a fazer a ligação com a letra seguinte e, no fim de palavra, a assemelharem-se a **z** e não a um *~*. Os *s* passam a ter um aspeto de **B**, continuando compridos a ocupar o espaço interlinear a meio de palavra, à semelhança dos *i*, que são cada vez mais longos no reinado joanino.

Uma escrita de Chancelaria nunca poderá ser uma escrita caligráfica, uma vez que há demasiados documentos para serem despachados. Tem por isso de ser necessariamente uma escrita cursiva. Contudo, a angulosidade dada à escrita joanina e a inclinação dos grafemas dão-lhe um aspeto caligráfico, apenas contrariado quando observamos a sua ligeira inclinação para a direita, indício de velocidade na escrita.

Deste modo, podemos sintetizar as características das três etapas que aqui descrevemos como letra do reinado fernandino (até 1380), semi-joanina (1380-84) e joanina (a partir de 1385) na seguinte tabela:

Tabela 1. Síntese das características das três grafias.

| Reinado Fernandino (até 1380) | Letra Semi-joanina (1380-84) | Letra Joanina (1385 em diante) |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Escrita arredondada, pouco angular | Maior angulosidade da escrita | Escrita cursiva: inclinada para a direita |
| Corpo da escrita voluptuoso | Traçado mais fino | Traçado fino, limpo, corpo da letra pequeno e compacto |
| Entrelinhas e margens pequenas | Entrelinhas e margens ligeiramente maiores | Margens e espaço entrelinhas significativamente maiores |
| Poucas hastes e caudas | Ligeiro aumento das caudas e hastes | Maior sumptuosidade das hastes e caudas e um corpo de letra mais pequeno |
| Escrita pesada | Menor contraste cheios-finos | Escrita mais fina |
| ----- | Pequenas alterações em alguns grafemas | Alteração profunda do <i>ductus de</i> letras como o m , z , h , x e o g que ganham caudas maiores e o s e r de fim de palavra |
| Fácil distinção entre v e b | Alguma confusão entre v e b | Maior confusão no uso de v e b em que o b é usado no lugar da letra v , tal como a letra u |

Em síntese do que já foi sendo demonstrado, sobre as novidades implementadas pela escrita joanina e pela nova documentação emanada da Chancelaria Régia, temos a notar os seguintes elementos:

- alteração da forma de datação dos documentos;
- o rei assina a documentação de forma consistente, no espaço inferior do pergaminho, onde é aposto o selo da Chancelaria e cujo espaço de margens é significativamente superior;
- aparecimento de letras maiúsculas a meio de palavras;
- aparecimento de novas formas de abreviar, principalmente as abreviaturas de traço sobreposto para indicar nasal ou vogal e abreviaturas de **-ar/-ra**, **-er/-re**, **-ir/-ri**, **com-/-us**, e de **o** sobrescrito;
- a pontuação continua a ser pouco frequente, ainda que apareça mais vezes o / como valor de vírgula;
- numeração utilizada apenas na *datatio* e em numeração romana;
- peles usadas no pergaminho com um tratamento mais cuidado, mais geométrico, com tinta mais carregada a contrastar com o fundo do suporte.

O facto da nova grafia ser cursiva, ainda que com aspeto caligráfico como já mencionado, faz com que divirja da *bâtarde*, que tem um cariz caligráfico. Contudo, não podemos deixar de notar que a letra joanina vai ser influenciada por aquela grafia.

Ainda que não tenhamos nenhuma prova escrita de ordenação régia sobre a obrigatoriedade de alteração do cânone da letra na Chancelaria, somos levados a acreditar que tenha havido uma imposição da alteração, na medida em que a mudança é total e imediata com o novo monarca. Provavelmente, tal deveu-se à necessidade de marcar a diferença entre a dinastia que cessava e a que se iniciava, através de uma mudança formal na documentação oficial régia, fruto também da nova organização da Chancelaria e do novo engenho administrativo.

OS NUMERAIS *B=5* E *R=40*

Num exercício não publicado, Borges Nunes⁴³ dá alguma importância à sobreposição gráfica entre **v** e **b**, que surge com o reinado de D. João I, e a nova letra utilizada na Chancelaria Régia. Ademais, além desta troca de **v** por **b**, também na numeração romana o número **5** passar a ser escrito com **b**, em vez de **v**.

O facto de atribuímos esta característica à letra joanina deve-se a não encontrarmos nas escritas de outras chancelarias régias contemporâneas esta confusão e utilização de **b** em vez de **v** para designar **5** (à exceção de França, em que a escrita *bâtarde* tem esta tendência, ainda que nunca haja uma confusão total entre o **b** e o **v**, tal como em Inglaterra, provavelmente pela mesma influência da *bâtarde*, fruto de relações político-diplomáticas que se faziam notar). A joanina apresenta desde início as letras **b** e **v** muito semelhantes, e essa é a sua novidade e o que de mais importante nos traz em relação a outras grafias da época.

No final do século XIV, o **v** começa a ser feito com um traço de arranque, da esquerda para a direita, em ângulo consigo próprio, tornando-se cada vez mais semelhante ao **b**, ainda que seja uma confusão apenas do ponto de vista gráfico e não fonético. A disseminação da confusão entre **v** e **b** vai ser dominante no início do século XV, na

⁴³ NUNES, Eduardo Borges – *Um exercício de metodologia para a história da escrita em Portugal: as origens da letra numeral b(=5)*. Lisboa: [s.n.], 1979. Exercício não publicado que consta do espólio de Borges Nunes, ao qual tivemos acesso aquando da investigação de mestrado, possibilitado pelo professor Bernardo Sá-Nogueira.

universalidade dos escrivãos da Chancelaria, com algumas reações numa minoria mais culta. O **5** transforma-se então em **b** e não num **v** semelhante a **b**, como até então, uma vez que no final do reinado fernandino já os traços de ataque dos **v** deixam de ser simples traços de ataque e passam a ser traços constitutivos da própria letra, ainda que de forma inconsciente, segundo Borges Nunes.

Entre 1410 e 1440, não conseguimos detetar se há ou não regra no uso entre **b** e **v**, pelo que “temos de concluir que as duas figuras se tornaram formalmente idênticas e indistinguíveis como tais. Só como figuras, note-se; não como significantes”, como refere Borges Nunes⁴⁴.

Esta confusão vai estar presente na documentação apenas até cerca de 1460, com exceção da confusão em termos do número **5**, como ressalva o professor já citado: “o período de ambiguidade **b/v** produzirá, a certa altura, na mente dos escrivães, a trasladação do **v** para o **b** como figura significante de **5** (...) a letra numérica de cinco passa, em Portugal, a ser vista mentalmente como **b** e não como **v**”, o que se encontrará na documentação até ao final do século XVII, ainda que, com o surgimento dos numerais em árabe, comece a ser cada vez menos comum. Este fenómeno de confusão entre **b** e **v** não é, contudo, caso único a nível nacional: basta retermos os exemplos da confusão que por vezes surge entre o **c** e o **t**.

No que respeita à problemática do **R=40**, esta derivou de uma passagem do **X** aspado para o **R**. Dúvidas houvesse, uma vez mais a paleografia portuguesa deste período, e sob o cânone joanino, demonstra uma assaz originalidade.

Por outro lado, podemos admitir não só a influência do **X** aspado mas também do **XL** que significava **40**. A questão do **X** aspado é de origem peninsular e não meramente portuguesa, estando presente a partir da centúria de Quatrocentos nos documentos oficiais. Ainda assim, a passagem do **X** aspado para o **R** a significar **40**, é unicamente portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escrita de Chancelaria Régia pressupõe a necessidade de não se perder muito tempo na redação documental – pretende na verdade assegurar a autenticidade dos documentos públicos – e, como tal, a necessidade de uma escrita rápida; é aqui que a letra joanina ganha a sua característica particular e diferente da letra *bâtarde*, utilizada na época na região do Ducado de Borgonha. Não podemos por isso deixar de relacionar tal facto com as relações diplomáticas com Inglaterra, de onde vinha Filipa de Lencastre, bem como com a aliança com o Ducado de Borgonha.

É legítimo afirmarmos por isso que, influenciada pelas políticas de alianças e relações diplomáticas encetadas por D. João I, poderia estar a adoção da nova grafia.

Ainda que a joanina possa ter tido influência da *bâtarde*, também tem diferenças, nomeadamente na questão caligráfica-cursiva e no material que era preparado para a escrita: o “talhe da pena, que é oblíquo, torna-a numa escrita também mais comprida, pontiaguda e inclinada para a direita”⁴⁵, proporcionando ainda assim uma leitura clara, apesar das caudas e haste no espaço entrelinhas.

Se na Chancelaria a mudança de grafia se fez de forma muito rápida, essencialmente no período de transição da regência do Mestre de Avis, o mesmo não podemos referir em relação à sua influência nos meios externos à Chancelaria, nomeadamente no tabelionato; no notariado apostólico a adoção da joanina foi relativamente

⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

⁴⁵ NUNES, Eduardo Borges – *Um exercício metodológico para a história da escrita em Portugal: as origens da letra numeral b (=5)*. Lisboa: [s.n.], 1979. Exercício não publicado, espólio de Borges Nunes.

rápida. Contudo, os tabeliões apenas na primeira década de 1400 começam a recorrer à nova grafia, demorando uma média de 20 anos para a utilizar.

Sendo a legitimação de uma nova dinastia um processo de comunicação política, longo e constante, pode concretizar-se de várias formas e revestir-se de variados argumentos. Se, por um lado, a tentativa de retirar crédito aos principais opositores, nomeadamente o rei de Castela, é uma dessas faces do processo de tornar lícita a nova governação, de outras formas se reveste este procedimento de validação, como o encontramos na crónica de Fernão Lopes: o apoio do povo ao Mestre expresso nos acontecimentos que tiveram lugar em Lisboa ou em Cortes, e tão bem mostrado na obra do guarda-mor da Torre do Tombo, ou a própria “vontade de Deus”, com as vitórias bélicas, são outros elementos de tornar legítimo o novo monarca e os seus sucessores. Como bem sabemos, Fernão Lopes e as suas crónicas não podem, de todo, ser vistos como insuspeitos, mas são sem sombra de dúvida parte do processo de comunicação e legitimação da nova dinastia.

Além dos processos orais de legitimação, temos aqui presente, na alteração brusca do funcionalismo e oficialato do Desembargo e na grafia lá utilizada, uma face visível do processo de legitimação, desta feita por meio da escrita, formal, perdurável no tempo, objetiva.

Nesta mudança no tipo de letra temos a presença do simbolismo e da mensagem que tal acarreta, enviada pelo rei a todos os membros do seu reino que da documentação emanada da Chancelaria dependessem. Assim, a mensagem enviada pelo rei de mudança, de poder e controlo chegava a todo o reino e a vários tipos de recetores: ao clero, à nobreza, aos concelhos, à universidade.

O documento escrito torna-se por si só num espelho do plano de consagração levado a efeito pelo novo monarca. A comunicação e o processo de legitimação continuaram por todo o reinado e exemplo disso foram as expedições para o Norte de África, demonstrando todo o potencial da nova dinastia, com os infantes a encabeçar o projeto régio.

Documentos completos exemplificativos:

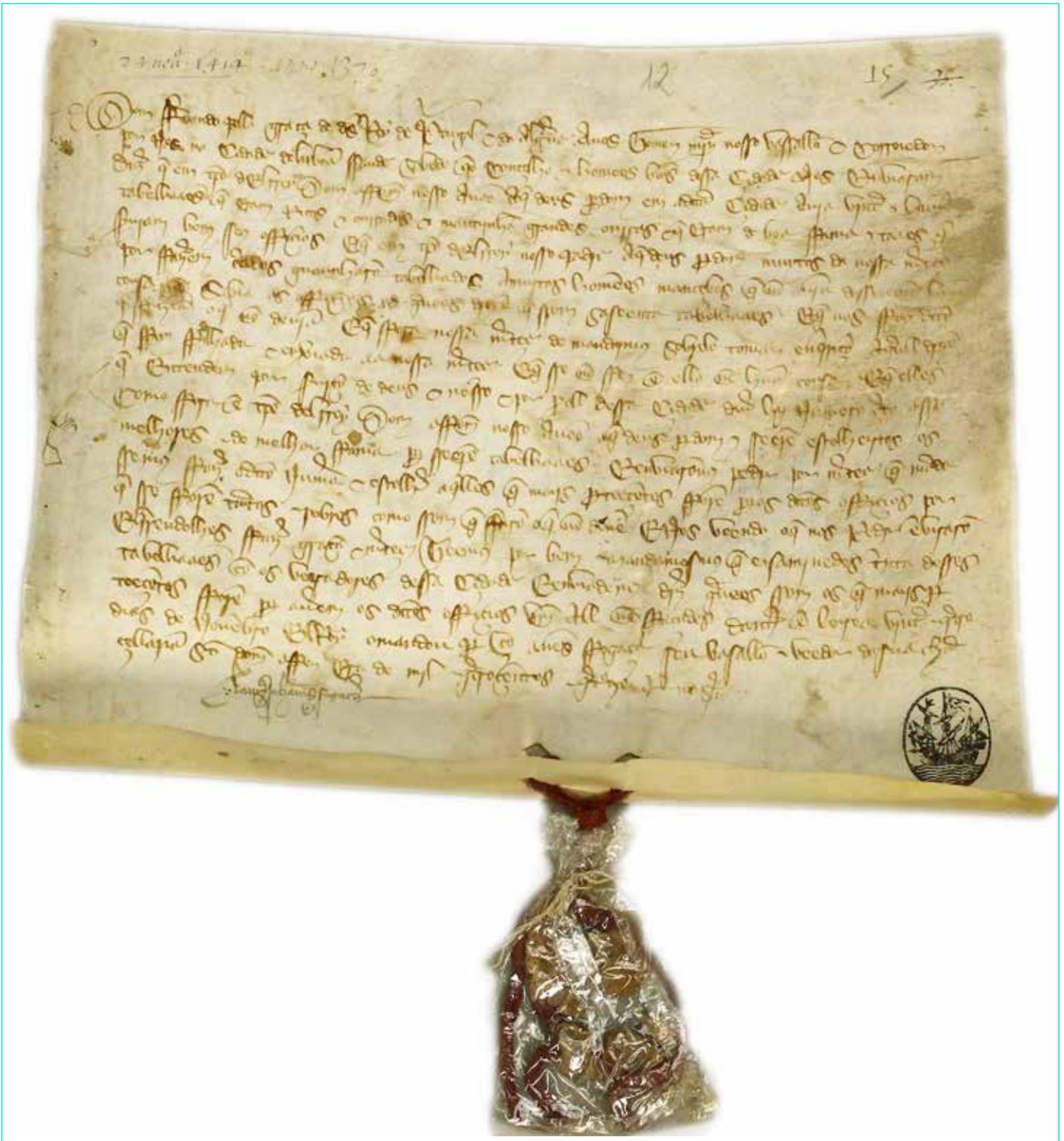


Figura 18 Letra do escrivão: Estêvão Domingues. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Fernando, doc. 12 (1976) – letra não joanina.



Figura 19 Letra do escrivão: Vasco Vicente. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 2 (1384) – letra semi-joanina.

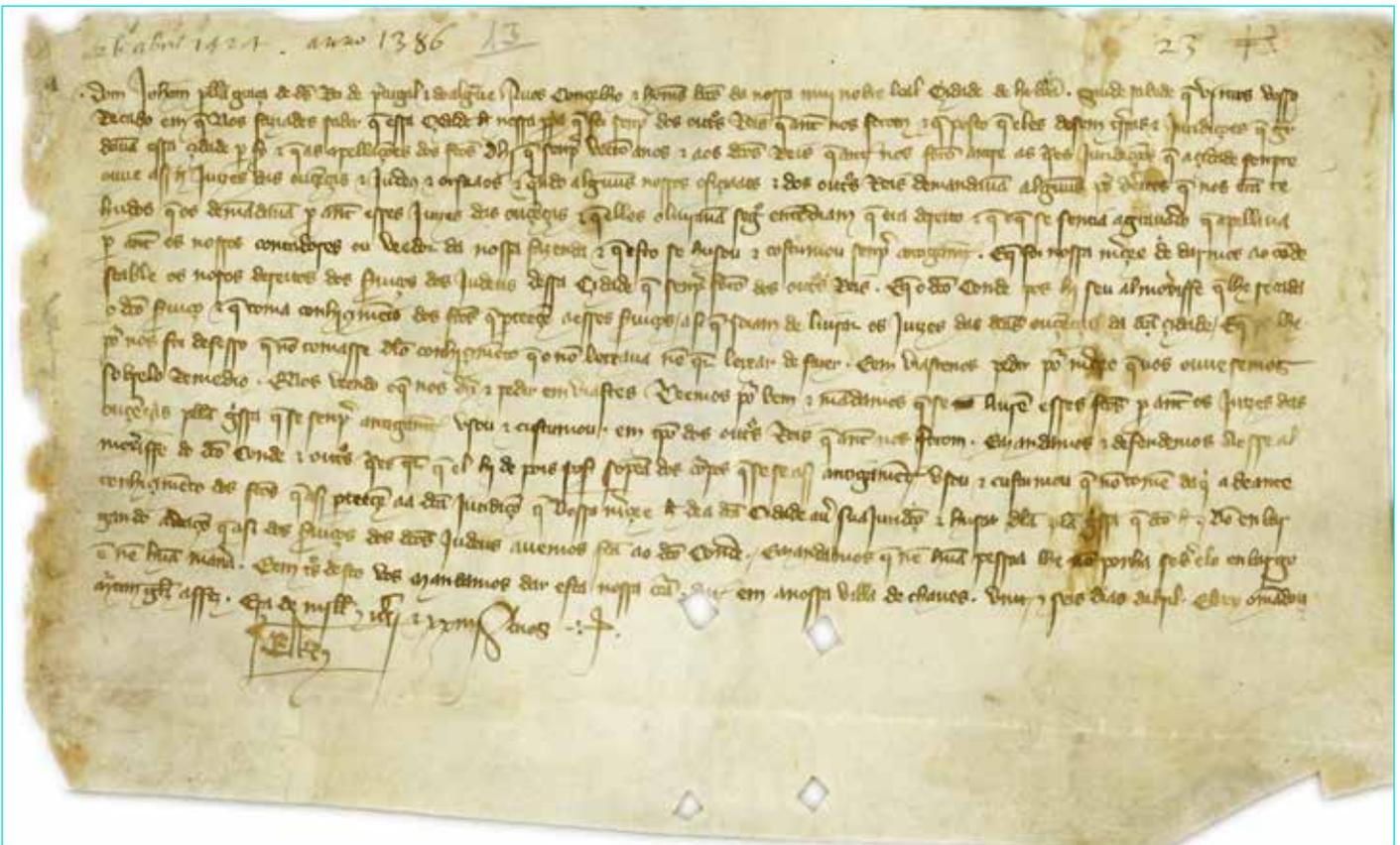


Figura 20 Letra do escrivão: Martim Gonçalves. Pergaminho. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 13 (1386) – letra joanina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Fernando.

Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I.

Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I.

Chancelaria Régia, Livro 1º de sentenças.

Chancelaria Régia, Livro 1º dos místicos de reis.

Chancelaria Régia, Livro 1º de Cortes.

Chancelaria da Cidade, Livro de provimento de ofícios.

Chancelaria da Cidade, Livro 1º de quitações e desistências.

Casa de Santo António, Livro 1º do alqueidão.

Casa de Santo António, Livro 1º do Hospital de S. Lázaro.

Administração, Livro 1º de emprazamentos.

Espólio Particular

NUNES, Eduardo Borges – *Um exercício metodológico para a história da escrita em Portugal: as origens da letra numeral b (=5)*. Lisboa: [s.n.], 1979. Exercício não publicado, espólio de Borges Nunes.

ESTUDOS

AMADO, Teresa – Contexto europeu da Lisboa de Fernão Lopes. In *A NOVA LISBOA MEDIEVAL*, 1, Lisboa, 2002 – *Actas do I encontro*. Lisboa: Ed. Colibri, 2005. p. 97-109.

BATTELLI, Giulio – *Lezioni di Paleografia*. 3ª ed. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1986.

CALLEJA-PUERTA, Miguel – Cartularios y construcción de la memoria monástica en los reinos de León y Castilla durante el siglo XII. In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique; RAMÍREZ-VAQUERO, Eloisa, dir. – *Los cartularios medievales: escribir y conservar la memoria del poder, el poder de la memoria*. Pau: Presses de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2013. p. 187-197.

CAMIÑO MARTINEZ, Carmen del – La escritura al servicio de la administración concejil. *Historia, instituciones, documentos*. Logroño: Universidad de La Rioja. Nº 31 (2004), p. 97-112.

CARRUTHERS, Mary J. – *The book of memory: a study of memory in medieval culture*. 2º ed. Cambridge: Cambridge Press University, 2008.

CASAMASSIMA, Emanuele – *Trattati di Scrittura del Cinquecento Italiano*. Milano: Il Polifilo, 1966.

CENCETTI, Giorgio – *Lineamenti di storia della scrittura latina*. Bolonha: Casa Editrice prof. Riccardo Patron, 1954.

CLANCHY, Michael T. – *From memory to writing record. England 1066-1307*. 2ª ed. Oxford: Blackwell Publishing, 1993.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

COELHO, Maria Helena da Cruz – O campo na crise do século XIV. In MEDINA, João, dir. – *História de Portugal*. Alfragide: Ediclube, 2004. vol. IV, p. 233-248.

COELHO, Maria Helena da Cruz – A escrita no mundo urbano. *História*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Vol. 34 Nº1 (2015), p. 16-34.

COELHO, Maria Teresa – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção de escriturais da Corte Portuguesa 1490-1530*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTA, Avelino Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas*. Coimbra: Faculdade de Letra da Universidade, 1990.

COSTA, Mário Fernando da Silva – *Estudo paleográfico de um manuscrito quinhentista da Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*. Lisboa: [s.n.], 2006.

- FERREIRA, Ana Cristina Pereira da Silva – *Análise paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra joanina, 1370-1420* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2012. [Consult. 17/07/2018]. Disponível na Internet: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6951>
- FIALHO, Manuel – *A mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FRANCESCONI Giampaolo; SALVESTRINI, Francesco - La scrittura del confine nell'Italia comunale. Modelli e funzioni. In EUROPEAN CONGRESS OF MEDIEVAL STUDIES, 3, Jyväskylä (Finland), 2003 – *Frontiers in the Middle Ages: proceedings*. Louvain-la-Neuve: Ed. O. Merisalo e P. Pahta, 2006. p. 197-221.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Raúl – *Élites urbanas y relaciones de poder en Oviedo, León Y Astorga durante La Edad Media (siglos IX-XIII)*. Oviedo: [s.n.], 2017. Tese de doutoramento em História, apresentada à Universidade de Oviedo.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII: gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: CH-ULisboa, 2003.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos finais da Idade Média: estado, instituições, sociedade e política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís, coord. – *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- LAZZARINI, Isabella – Introduzione a scritture e potere: pratiche documentarie e forme di governo nell'Italia tardomedievale (XIV-XV secolo). *Reti Medievali Rivista*. Firenze: Firenze University Press. N° IX (2008), p. 1-11.
- LAZZARINI, Vittorio – *Scritti di Paleografia e Diplomatica*. 2ª ed. Padova: Antenore, 1969.
- MALLON, Jean – *De l'écriture, recueil d'études publiées de 1937 a 1981*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1986.
- MALLON, Jean – *Paléographie romaine*. Madrid: [s.n.], 1952.
- MABILLON, Jean - *De re diplomática libri V*. Paris: Lutecina-Parisiorum, 1681.
- MARTINI, Paola Supino – La Paleografia latina in Itália da Giorgio Cencetti ai giorni nostri. In *Un Secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986)*. Roma: Gela, 1988. p. 37-80.
- MARTINS, Armando – Lisboa, a cidade e o estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência. In FERNANDES, Hermenegildo, coord. – *A Universidade Medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta da China, 2013. p. 41-88.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. vol IV.
- MARQUES, José – Práticas paleográficas em Portugal no século XV. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. I Série, Vol. I (2002), p. 73-96.
- MEDEIROS, Filipa – A Lisboa cronística: espaço e sociologia urbana nas crónicas de D. Pedro I e de D. Fernando, de Fernão Lopes. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís; FONTES, João Luís Filipe, coord. – *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 434-446.
- MILLARES CARLO, Agustin – *Paleografia española: ensaio de una historia de la escritura en España desde el siglo VIII al XVII*. Barcelona: Editorial Labor, 1929. vol I.

MONET, Pierr – *La mémoire des élites urbaines dans l'Empire à la fin du Moyen Age entre écriture de soi et histoire de la cité* [Em linha]. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag GmbH & Co, 2003. [Consult. 11/06/2018]. Disponível na Internet: https://www.perspectivia.net/receive/ploneimport_mods_00009759

NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. vol I.

NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: [Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa], 1981.

PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia portuguesa de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PETRUCCI, Armando – Funzione della Scrittura e terminologia paleográfica. In *Palaeographica Diplomatica et Archivistica. Studi in Onore di Giulio Battelli*. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 1979. vol I.

PETRUCCI, Armando – Pouvoir de l'écriture, pouvoir sur l'écriture dans la Renaissance italienne. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [France]: Armound Colin. Vol. 43 N° 4 (1988), p. 823-847.

PROU, Maurice – *Manuel de Paleographie latine et française*. Paris: Auguste Picard, 1924.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Coimbra: [s.n.], 1988. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SANTOS, Maria José Azevedo – A língua e a escrita. In MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO Joel, dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: E. Presença, 1996. vol III, p. 603-629.

SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa medieval: organização e estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Ed. Colibri, 2007.

SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2013.

SOUSA, João Silva – Lisboa em Cortes de 1352/1371. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís, coord. – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 413-419.

REUSENS, Edmond – *Éléments de Paléographie*. Louvain: Chez L'Auteur, 1892.

ROLDÃO, Filipa – *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*. Évora: Publicações CIDEHUS, 2017.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – Do arquivo ao registo: o percurso de uma memória no reinado de Afonso II. *Penélope*. Lisboa: Cooperativa Penélope, Fazer e Desfazer a História. N° 30/31 (2004), p. 19-50.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – Em torno de uma diocese: os bispos de Lisboa entre dois séculos (1244-1325). In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís, coord. – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 129-144.

Submissão/submission: 17/07/2018

Aceitação/approval: 13/11/2018

Ana Cristina Pereira da Silva Ferreira, CH-Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal. anapsferreira@gmail.com

FERREIRA, Ana Cristina Pereira da Silva – A escrita na legitimação do poder: a letra joanina e a Dinastia de Avis. Contributos paleográficos. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série N° 10 (julho-dezembro 2018), p. 47 – 70.

Abordagem paleográfica ao Livro 1º de fianças de escravos (1549-1556): exercício de análise de grafias

Paleographic approach to the Book 1 of bail bonds of slaves (1549-1556): exercise of graphic analysis

Jorge Ferreira Paulo

RESUMO

Este artigo incide sobre a coexistência de diferentes tipos de escrita no mesmo ambiente gráfico, em finais do ciclo escriturário do cânone gótico, em meados do século XVI. Nesse sentido, através de um estudo de caso, são analisadas as modalidades gráficas utilizadas pelos diversos escrivães que, integrando uma estrutura burocrática municipal, sob a tutela do escrivão da Câmara de Lisboa, intervieram no “Livro 1º de fianças de escravos”, onde eram registados os fiadores dos donos das embarcações que se fizessem acompanhar por escravos. Apesar do conservadorismo gráfico vigente, em que o padrão gótico prevalece, o multigrafismo relativo desorganizado, em diversas variantes cursivas mais ou menos velozes, na linha da manuelina cursiva, e a presença de novas formas gráficas prenunciam a chegada de um novo cânone de escrita.

PALAVRAS-CHAVE

Paleografia / Escrita gótica / Ambiente paleográfico / Escrita cursiva / Modalidades gráficas

ABSTRACT

This article focuses on the coexistence of different types of writing in the same graphic environment, at the end of the cycle of the gothic canon, in the middle of the 16th century.

In this sense, through a case study, are analyzed the graphical modalities used by the various clerks who, integrating a municipal bureaucratic structure under the tutelage of the Lisbon City council clerk, produced the “Book 1 of bail bonds of slaves”, where were registered the guarantors of the ships owners that were accompanied by slaves. Despite the existing graphic conservatism, in which the Gothic pattern prevails, the disorganized relative multigraphism, in several more or less speedy cursive variants in the cursive Manueline line, as well as the presence of new graphic forms foretell the arrival of a new writing canon.

KEYWORDS

Paleography / Gothic writing / Paleographic environment / Cursive writing / Graphic modes

INTRODUÇÃO

A classificação das letras é um rito sagrado, mas ao qual, atualmente, todos os paleógrafos desejariam poder furtar-se; tendo os portugueses para isso razão especial na total ausência de estudos prévios, isto é, de dados elaborados, e de vocabulário¹.

Meio século decorreu desde que Eduardo Borges Nunes publicou o seu “Esboço de Classificação”, na introdução daquele que continua a ser um álbum de referência no contexto da Paleografia portuguesa. Porém, apesar de bastas vezes citadas, estas suas palavras continuam a revestir-se de uma certa atualidade. De facto, continua a fazer-se sentir a ausência de recolha de dados e respetiva sistematização nesta área de estudos, sem os quais a tarefa de quem se aventura pelo caminho dos fenómenos gráficos se afigura, no mínimo, espinhosa. Ora, se a falta de dados condiciona a teorização, sem esta, então, tudo fica mais difícil, em particular no que diz respeito à Paleografia moderna. Todavia, apesar da escassez de estudos, há que reconhecer que algum caminho já foi trilhado, desde que o professor Borges Nunes chamou a atenção para o emudecimento da maioria dos compêndios, que nos deixam “desamparados ao atingir os começos do século XVI; exatamente quando, em Portugal, se abre o capítulo mais difícil da nossa Paleografia, tanto prática como teórica”².

O contexto *supra* enunciado, mesmo que sucinto, serviu de mote ao presente artigo que, desprovido de pretensões quanto a classificações, pretende tão somente constituir-se como um contributo para futuros estudos paleográficos quinhentistas. Desta maneira, a partir de um estudo de caso, incidindo sobre a produção gráfica de um núcleo de escrivães ligados à burocracia municipal de Lisboa, pretende-se realizar um exercício de análise da sua escrita, extraíndo daí algumas reflexões. Para o efeito distinguir-se-ão os executores gráficos e as escritas utilizadas, ilustrando-as através de recortes que constituam amostras representativas das letras da sua lavra, às quais se associarão notas de carácter paleográfico. A identificação das semelhanças gráficas mais relevantes permitirá, por certo, perceber melhor a coexistência e influência gráficas na mesma oficina escriturária. Além de identificar os autores materiais e de caracterizar sucintamente a sua escrita, importa também referenciar os documentos sem identificação do executor paleográfico, procurando, sempre que possível, fixar atribuições ou estabelecer correspondências e aproximações às letras utilizadas naquele ambiente gráfico.

Vinculados pela escrita à instituição municipal, através da ligação ao escrivão da Câmara a quem prestavam serviço, trabalhando ininterruptamente no seu ofício e rotinados mecanicamente na atividade gráfica, estes agentes da escrita estariam, certamente, mais aptos a executar o cânone em que fizeram o seu aprendizado e que os preparou para o desempenho da função. Deste modo, teoricamente, seriam menos propensos a enveredar por tipos gráficos personalizados, até porque, além de trabalhar no mesmo ambiente gráfico, estavam sujeitos à autoridade do escrivão da Câmara, que lhes tutelava a atividade e, eventualmente, lhes imporia diretrizes. Assim, há que questionar até que ponto seria permitido a estes escreventes afastarem-se da uniformização gráfica conservadora, de tradição. A resposta passará sempre pela identificação das particularidades distintivas entre os vários cambiantes gráficos, seja no alfabeto, nos sinais diacríticos, nas abreviaturas ou em quaisquer outros elementos suscetíveis de interesse para a Paleografia.

Como matéria documental, que servirá de objeto à análise gráfica, foram selecionados os documentos que incorporam o “Livro 1º de fianças de escravos”, do Arquivo Municipal de Lisboa, garantindo assim a unidade

¹ NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. p. 18.

² Idem, *ibidem*.

quanto à tipologia documental, bem como uma uniformidade de conteúdo e de teor diplomático, facilitando a comparação dos elementos gráficos, em particular no que diz respeito ao protocolo e ao escatocolo, de estrutura mais rígida e estereotipada, portanto, menos variável.

1. O LIVRO 1º DE FIANÇAS DE ESCRAVOS

O “Livro 1º de fianças de escravos” integra um conjunto documental de carácter jurídico-administrativo, de tipo contratual, delimitado cronologicamente, que reúne 173 registos nos seus 180 fólios, correspondentes a outras tantas fianças de escravos, lavradas entre 26 de novembro de 1549 e 31 de agosto de 1556, ou seja, abrangendo oito anos de produção escrita³. Constituindo um tipo de documento que teria o objetivo de registar uma pessoa que estabeleceria a garantia de um pagamento ao município, estas fianças apresentam no seu protocolo inicial a data crónica (Aos... dias do mês de... de... anos), seguida da data tópica (...nas pousadas de mim escrivão da Câmara desta cidade de Lisboa...⁴) e da intitulação da autoridade municipal, através da menção ao escrivão da Câmara. O texto identifica o fiador e as garantias apresentadas (todos os seus bens móveis e de raiz), além da própria fiança (cem cruzados). O escatocolo contém o fecho e as formas de autenticação: testemunhas, assinaturas (do fiador e de, pelo menos, uma testemunha, geralmente um ou dois “criados” do escrivão da Câmara, seus escrivães serventuários da escrita) e a subscrição do escrivão da Câmara.

Em Lisboa, a criação destas fianças de escravos foi imposta pela Câmara, que passou a exigir a apresentação de fiador aos donos (mestres ou patrões) de barcas e batéis que trouxessem escravos como companheiros para a eventualidade de espoletarem fugas, levando consigo outros escravos (“machos ou fêmeas”), ou de provocarem algum dano. Esta imposição por parte da edilidade lisboeta, regulamentada por via de postura municipal, denota a preocupação relativamente à questão, evidenciando que as fugas se tinham tornado, então, uma prática comum⁵. No texto da própria fiança, diversas vezes se encontra expresso esse temor, o “arrecoo que se tem dos ditos esprauros fogyrem pera tera de mouros, nas ditas barcas e levarem comsygo outros esprauros como se ja fez”⁶. Assim sendo, preventivamente, a norma de âmbito municipal impunha que nenhum escravo andasse em barca sem primeiro pagar uma fiança de 100 cruzados, garantindo desta forma um valor que poderia vir a reverter para o município, em caso de ninguém o vir a reclamar, sendo então alocado às obras da cidade.

O livro de fianças faz parte do tipo de documentação municipal que podia ser redigida fora da câmara da vereação, no edifício dos Paços do Concelho, onde tinha lugar a parte mais importante da ação escriturária do escrivão da Câmara. De facto, este estendia o ofício à sua própria casa, que se constituía assim como uma extensão do seu gabinete escriturário, um local alternativo, onde funcionaria a sua oficina gráfica. À exceção de dois documentos, aí foi redigida toda a documentação aqui em análise, como se verifica pela data tópica constante do seu protocolo inicial – “em casas de mim” ou “em pousadas de mim”⁷.

³ Pode ler-se no termo de abertura do livro: “Liuro em que se tomam As ffianças dos escravos cativos que Andam por companheiros nas barquas E bateis que comecou A bj de novembro de jbcRix”. Cf. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro 1º de fianças de escravos, f. 6.

⁴ Em alternativa, mas com um menor número de ocorrências: “em casas de mim”, ou “camara da vereaçam desta cidade”. Sobre a data tópica desta documentação *vid.* PAULO, Jorge Ferreira – Da escrita gótica à humanística na documentação da Câmara de Lisboa: em torno da escrivantina municipal quinhentista. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: AML/CML. 2ª Série Nº 8 (julho-dezembro 2017), p. 131.

⁵ Sobre as fugas dos escravos, Cf. FONSECA, Jorge – *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Colibri, 2010. p. 320-341.

⁶ Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 59v.

⁷ A primeira forma é utilizada 55 vezes, correspondendo a 32% dos casos, e a segunda, por 102 vezes, correspondendo a 60% das situações (AML, Livro 1º de fianças de escravos). Em variantes esporádicas surgem igualmente as formas “em casa de mim”, (Id., *ibid.*, f. 13-13v e 126v-127) e “casas da morada” (Id., *ibid.*, f. 3-4, 4-5, 5v-6 e 11-11v). Apenas por duas vezes é mencionada a “camara da vereaçam desta cidade” (Id., *ibid.*, f. 81v-82 e 143v-144).

2. OS ESCRIVÃES E A SUA ESCRITA

Os escrivães responsáveis pela escrita destas fianças integravam o gabinete escriturário de Cristóvão de Magalhães, escrivão da Câmara de Lisboa⁸. Contudo, em muitos casos não se identificam como responsáveis gráficos. De facto, menos de metade das 173 fianças menciona o seu executor material. Mais precisamente, apenas 38% tem identificada a autoria gráfica, perfazendo um total de 69 os documentos em cujo escatocolo o escrivão se identifica, encontrando-se essa responsabilidade gráfica distribuída por cinco escrivães: Simão Luís (SL), João do Sal (JS), António Varela (AV), Bartolomeu Barbosa (BB) e Álvaro de Gouveia (AG). No caso de Cristóvão de Magalhães, o escrivão da Câmara, apesar de não se identificar nos documentos que redige, é possível atribuir-lhe a respetiva autoria paleográfica, pelas características peculiares que a sua escrita apresenta, como se verá.

Tabela 1 Distribuição cronológica dos documentos com identificação do autor paleográfico

| | 1549 | 1550 | 1551 | 1552 | 1553 | 1554 | 1555 | 1556 | Total |
|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| SL | - | 26 | 4 | 4 | 2 | 7 | 2 | 7 | 52 |
| JS | - | 6 | | | | | | | 6 |
| AV | - | | | | 3 | 4 | | | 7 |
| BB | - | | | | | | 2 | 1 | 3 |
| AG | - | | | | | | | 1 | 1 |
| Total | 0 | 32 | 4 | 4 | 5 | 11 | 4 | 9 | 69 |

Quanto às fianças sem autoria paleográfica, perfazem um total de 104 documentos. Estes documentos desprovidos de identificação do autor material foram redigidos por escrivães ao serviço de Cristóvão de Magalhães. O facto de não se identificarem pode indicar, simplesmente, que se tratariam de serventuários ou meros escrivães ajudantes, cujo estatuto não lhes permitiria apor o seu nome no documento. Não o sabemos.

Tabela 2 Distribuição cronológica dos documentos sem identificação do autor paleográfico

| 1549 | 1550 | 1551 | 1552 | 1553 | 1554 | 1555 | 1556 | Total |
|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| 3 | 24 | 11 | 22 | 12 | 4 | 24 | 4 | 104 |

É certo que o escrivão da Câmara recrutava os seus ajudantes, garantindo o bom funcionamento da estrutura gráfica que suportava todo o processo de expedição documental municipal. E fazia-o devidamente espaldado em disposições régias, que dotavam o seu cargo com essa prerrogativa reconhecendo a importância desses escrivães para o expediente burocrático municipal – “*pera* melhor aviamento e despacho das partes”, como se verifica pela licença dada por D. João III a Cristóvão de Magalhães em 1532:

(...) ey por bem e me praz de lhe dar Licença que posa ter os esprivais que lhe que lhe forem neçessarios como seu pay e elle athe ora teue *pera* escriviver os *contrautos* cartas de sacas *aluaras* aRecadações e fazerem totalas outras cousas que ao dito seu oficio tocarem contamto que ele os sobescpreva (...) ⁹.

⁸ Acerca da atividade do escrivão da Câmara Cf. PAULO, Jorge Ferreira – Da escrita gótica à humanística na documentação da Câmara..., p. 119-158. SANTOS, Maria José Azevedo – Escrivães e pregoeiros dos concelhos: (séculos XIV-XVI). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: CHSC/UC. Nº 14 (2014), p. 119-132.

⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III, liv. 18, f. 58v, de julho, 10; AML, Livro dos pregos, doc. 515, f. 331.

A maior parte deste conjunto de escrivães, além de redigir, testemunhava, participando na validação do ato. Muitas vezes, nessa condição de testemunha, também assinava. Ora, pela análise das suas assinaturas autógrafas verifica-se que estes escrivães detinham um domínio gráfico superior, inerente às lides da escrita. São dez os “criados” do escrivão da Câmara, como sistematicamente os referencia, todos evidenciando uma destreza gráfica de nível elevado, aptos, portanto, a desempenhar funções no gabinete escriturário municipal, onde receberiam a sua formação gráfica de base¹⁰. A eles, no seu conjunto, se poderá atribuir a autoria material das fianças de escravos desprovidas de identificação do escrivão. Contudo, apesar de devidamente identificados, não é possível atribuir a autoria gráfica apenas a partir da assinatura, pois não se lhes conhecem outros registos gráficos, apesar da permanência em funções de vários deles¹¹. Dos dez, apenas três se identificam como autores materiais – Simão Luís, Bartolomeu Barbosa e Álvaro de Gouveia –, testemunhando, assinando e redigindo.

Não podendo aqui analisar todas as grafias presentes no livro, optou-se por fazer uma seleção representativa do conjunto das diferentes modalidades gráficas, em particular no que diz respeito às desprovidas de autor gráfico. Assim sendo, analisam-se quatro das identificadas e cinco das desprovidas de autoria gráfica, sendo uma destas a do próprio escrivão da Câmara.

2.1. ESCRITA DE CRISTÓVÃO DE MAGALHÃES (1550-1555)

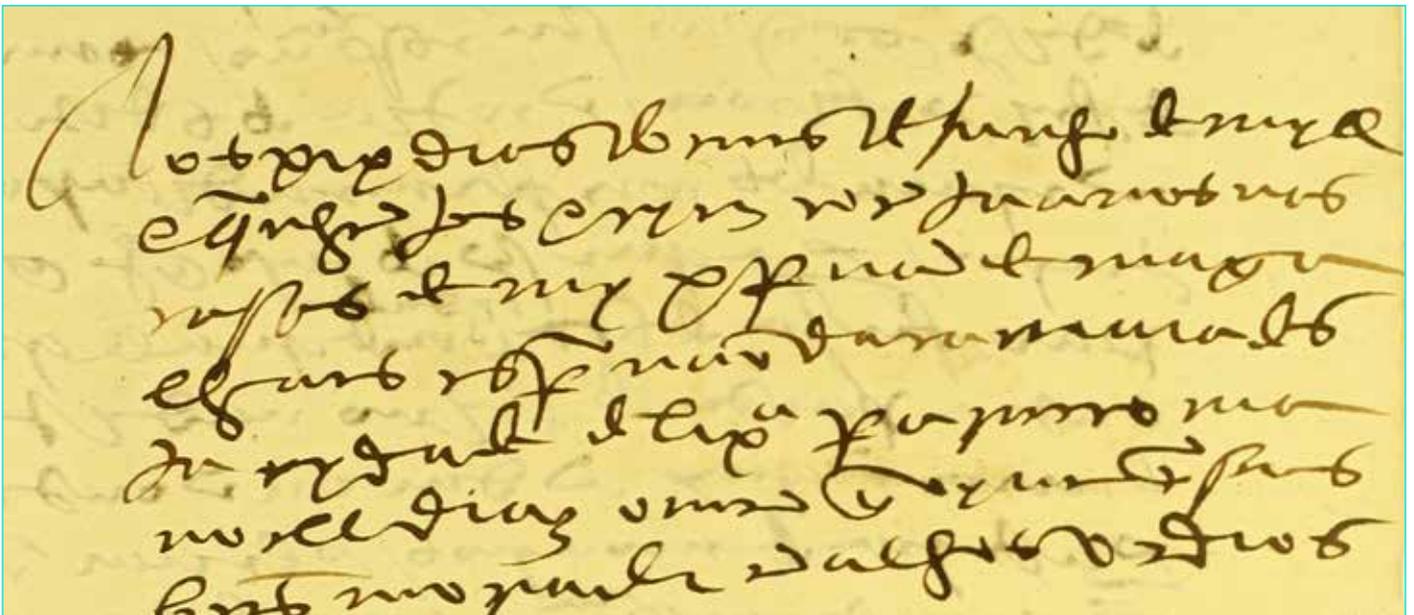


Figura 1 Escrita de Cristóvão de Magalhães (atribuída). 1550, junho, 19. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 61, l. 4 a 10.

¹⁰ Acerca da destreza gráfica e da análise gráfica a partir das assinaturas autógrafas *vid.* SANTOS, Maria José Azevedo – *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

¹¹ Por ordem decrescente regista-se o número de vezes que testemunham: Diogo Barbosa (69), Francisco da Costa (67), Álvaro Gouveia (50), André Machado (44), Bartolomeu Barbosa (19), António Varela (11), Luís Dante (5), Salvador Afonso (4), Gregório de Freitas (4) e Simão Luís (2).

Este tipo de escrita consta em três documentos¹², todos sem autoria gráfica. O escrivão não se identifica em nenhum dos documentos que redige. Contudo, é possível atribuir a autoria gráfica a Cristóvão de Magalhães, cuja grafia é inconfundível e se encontra bem documentada, não só no “Livro 1º das fianças dos escravos”, nas 139 subscrições da sua responsabilidade, como em outras fontes documentais, somando algumas dezenas de documentos onde lhe são reconhecidas algumas modalidades de execução gráfica, de traçado mais ou menos veloz¹³. Se várias delas não correspondem à que consta nos três documentos que lhe são aqui atribuíveis, há uma que é perfeitamente coincidente¹⁴.

Na linha das escritas tabeliônicas, das mais resistentes e adversas a mudanças, a escrita que aqui utiliza constitui uma gótica de tradição, de caráter conservador, ainda com elementos quatrocentistas¹⁵. É sabido que, durante o seu longo percurso escriturário de cerca de meio século, o escrivão da Câmara manterá as suas características gráficas inalteráveis, não incorporando “novidades”, deixando as tendências gráficas afastadas da sua escrita. Esta apresenta-se com um traçado veloz e um tratamento cursivo, com a angulosidade do cânone gótico bem vincada e a tendência para inclinar-se à direita. Apresenta muitas vezes um espaço interlinear pouco regular à semelhança do que se verifica em relação à separação das palavras. Já as letras dentro das palavras ligam-se entre si, na maior parte dos casos, reflexo das soluções gráficas decorrentes da cursividade veloz que imprime à sua escrita.

Da sua grafia podem destacar-se algumas peculiaridades gráficas: o *a* muito aberto, de forma a permitir uma maior facilidade na cursividade, através de ligaduras com a letra seguinte e com a anterior. Predomina o *i* sem utilização do ponto redondo sobreposto; há uma grande ocorrência de *y*, pelo *i*. O uso da cedilha é reduzido. Utiliza sinais de pontuação, no caso da vírgula (/). Utiliza sempre o mesmo tipo de *g*, de tradição, de feitura e de figura góticas. Em relação à letra *e* realce-se o facto de não ocorrer uma única vez a forma em espiral, de laçada, inversamente à tendência registada nos restantes escrivães que consigo trabalhavam. Ao contrário destes, a forma que predomina na sua escrita é a estilizada, conservadora, de tradição gótica, com o ângulo mais ou menos fechado, por vezes assemelhando-se ao *r* gótico pequeno, que contribui para o acentuar da perceção da angulosidade da sua escrita:  f. 59v, l. 21; a mesma forma é a escolhida para receber o sinal de nasalização do *e*:  f. 59v, l. 15¹⁶. De resto, regista-se a utilização da forma cursiva, em nexu, aproveitando o final do traçado do *d*:  f. 61, l. 17. Predomina o *s* de tipo sigmático, usado em posição intermédia antes de *p* ou *t*, numa solução cursiva (“desta”, “postura”, “esprauo”), e em final de palavra, onde não se regista nenhuma outra forma gráfica. Já o *s* longo, de tradição gótica, pouco utilizado pelos seus escrivães, ocorre com frequência, em posição inicial e intermédia, sendo a única forma utilizada antes de vogal (“se”, “sem”, “seu”, “seja”, “caso”)¹⁷. Comparativamente à sua equipa de escrivães, Cristóvão de Magalhães recorre menos às abreviaturas. No caso das associadas à letra *p*, mantém-nas para “p^or” =  f. 61, l. 14 e para “per^a” =  f. 85v, l. 25. Já quanto às associadas ao *q*, verifica-se que utiliza a forma extensa na maior parte dos casos que grafa aquela letra, sendo que a palavra que mais abrevia é o “que”, embora sejam mais frequentes as ocorrências em que surge por extenso¹⁸. No que diz respeito aos elementos gráficos inerentes à cursividade que suportam a rapidez de traçado da sua escrita, veja-se, por exemplo, o *h* com laçada superior e inferior  f. 85, l. 5; os traços descendentes reforçados em ligação à letra seguinte, caso do *s* longo =  f. 61, l. 18; o *g* e o *q*, gotizantes com o olhal aberto, permitindo a ligadura de união à letra seguinte através de um rasgo espiralado envolvente:  f. 61, l. 12.

¹² Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 59v-60v, 61-62, 85-86.

¹³ Sobre estas outras versões gráficas, resultantes de diferentes níveis de esmero de execução, de acordo com a velocidade que imprime à escrita, *vid.* PAULO, Jorge Ferreira – Da escrita gótica à humanística..., p. 25.

¹⁴ Cf. AML, Livro 3º de D. João III, f. 45-46v, entre outros exemplos, correspondente a um assento de vereação datado de 1545.

¹⁵ Cf. NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa...*, p. 26.

¹⁶ Utiliza aquela forma estilizada e angulosa do *e* em cerca de 75% das ocorrências.

¹⁷ No ambiente gráfico aqui em análise o *s* longo, ou caudato, é pouco utilizado por este grupo de escrivães, à exceção de Cristóvão de Magalhães, cuja utilização chega a atingir 30% dos registos daquele grafema, valor que corresponde a 29 ocorrências (f. 85-86).

¹⁸ Nos restantes casos, verificou-se a ocorrência de várias palavras sem abreviatura associada ao *q*: “quando”, “quanto”, “queria”; com abreviatura pontual ligada ao *q*: “qual”, “quer”, “quinhentos”.

2.2. ESCRITA DE SIMÃO LUÍS (1550-1556)

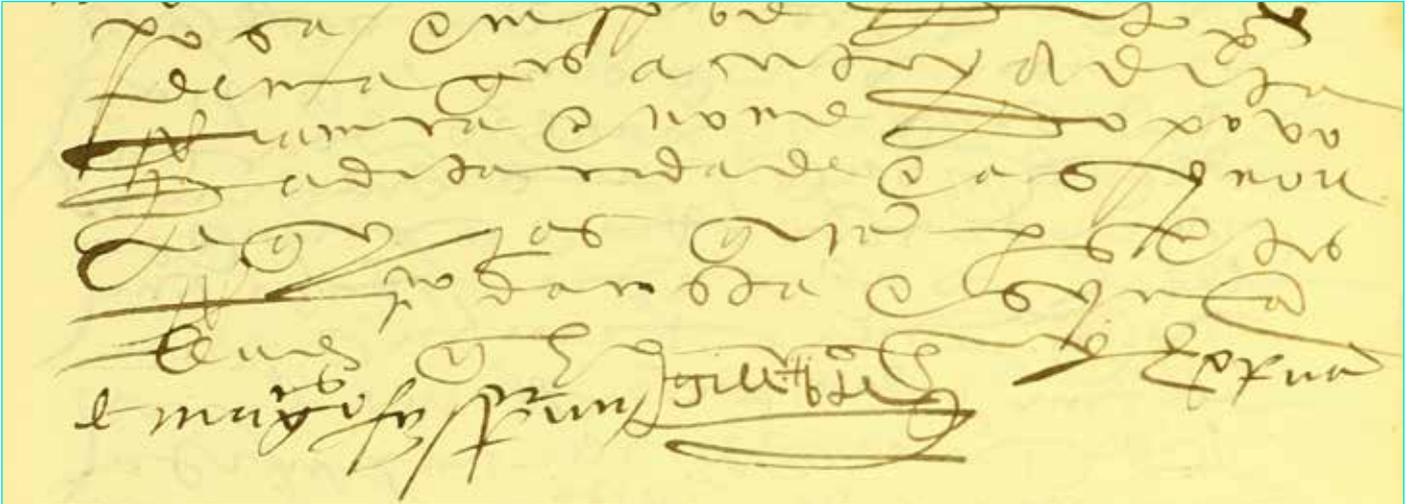


Figura 2 Escrita de Simão Luís. 1554, julho, 17. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 130, l. 13 a 20.

Simão Luís é o escrivão que mais interveio na documentação em análise, sendo responsável por 75% das fianças em que o autor gráfico se encontra identificado. Entre os “criados” do escrivão da Câmara, seus ajudantes no officio da escrita, é aquele com uma maior produção gráfica¹⁹. A sua escrita caracteriza-se por uma forte cursividade, revelando uma execução bastante rápida, que, por vezes, dificulta a sua leitura, chegando a atingir um registo de encadeamento gráfico assinalável, em alguns documentos lavrados pelo seu punho²⁰. Outra característica que se destaca é o diferente tratamento gráfico que confere à escrita, de cujo traçado, de acordo com a sua velocidade, resultam registos com aspeto distinto. Esta versatilidade está bem patente nas 52 fianças da sua responsabilidade²¹.

2.3. ESCRITA DE JOÃO DO SAL (1550)

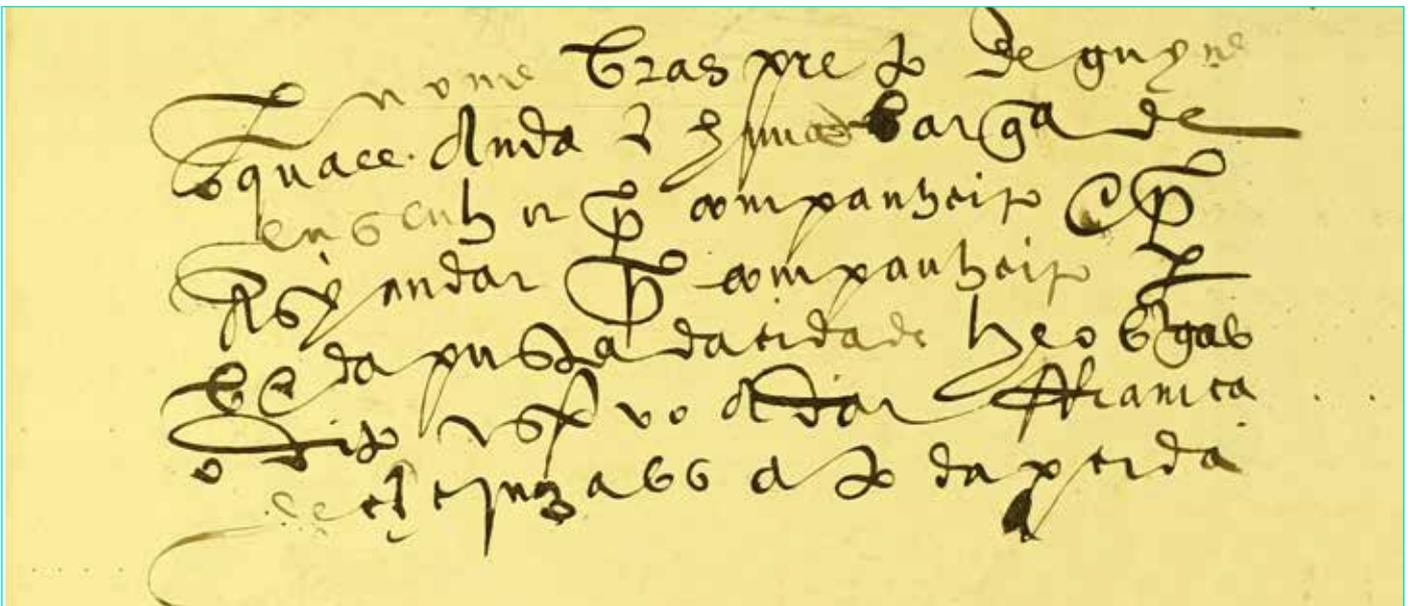


Figura 3 Escrita de João do Sal. 1550, junho, 21. AML, Livro 1.º de fianças de escravos, f. 63v, l. 11 a 17.

¹⁹ AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 11v-12v, 12v-13v, 14-15, 21-22, 22v-23v, 24-25, 25v-26v, 26v-28, 28-29, 29v-30v, 31-32, 33v-34, 35v-36, 37-38, 39v-40v, 41-41v, 42-43, 43v-44v, 45-46, 46v-47v, 48-49, 49v-50, 50v-51, 53-54, 64v-65, 65v-66, 77v-78, 78v-79, 79v-80, 86v-87, 102v-103, 103v-104, 107-107v, 108-108v, 111v-112, 114v-115, 127v-128, 128-129, 129v-130, 130v-131, 132v-133, 134v-135, 135v-136, 148v-149v, 163-163v, 168-168v, 172-172v, 174-174v, 175-175v, 176-176v, 177-177v, 178-178v.

²⁰ A escrita pré-encadeada evoluirá em certos meios gráficos, sobretudo no notariado, para a encadeada, formando uma espécie de cadeia ininterrupta. Veja-se NUNES, Eduardo, *Op. cit.*, doc. 114, de 1564.

²¹ Cf. por exemplo, os documentos dos f. 12v-13v, 77v-78 e 129v-130.

Este escrivão identifica-se enquanto autor gráfico em seis fianças²². Trata-se de um escrivão com uma longa carreira burocrática, boa parte da qual ligada ao serviço do escrivão da Câmara de Lisboa, integrando o seu gabinete escriturário, embora não se integrasse na categoria de seu “criado”. Sabe-se que tinha o estatuto de cavaleiro da Casa d’El Rei, vindo a exercer o ofício de escrivão do tesouro da cidade de Lisboa, pelo menos entre 1558 e 1562, bem como o de escrivão dos Órfãos (...1563-1573...)²³.

A sua escrita caracteriza-se por uma cursividade acentuada e de traçado veloz, do que resulta uma grande irregularidade, quer quanto à posição da escrita face ao regramento, quer quanto aos espaços interlineares, registando-se com frequência a invasão da linha inferior, com situações de letras completamente desproporcionadas²⁴. A separação das palavras também apresenta irregularidade. Dentro das palavras a tendência é para a ligação, na sequência da índole cursiva que imprime à sua escrita. A utilização do ponto sobreposto ao *i* é irregular, embora prevaleça a sua utilização, registando-se muitos casos em que na mesma palavra pode, ou não, ocorrer a sua sinalização, embora não ocorra na maior parte das vezes. Utiliza as cedilhas, embora não de forma sistemática, sendo representada por um ponto ou por um traço, que varia de dimensão e de configuração (reto ou curvo), permitindo, por vezes, a ligação ao grafema seguinte: *ijou* f. 52, l. 2. Utiliza o *s* de tipo sigmático, embora pontualmente se encontre o *s* de dupla curva: *safua* f. 57, l. 1. o *e* de laçada = *e* f. 52v, l. 1, é a forma maioritária, que prevalece sobre as outras, favorecendo a cursivização e o aspeto de arredondamento da forma; a segunda forma com mais ocorrências é a do *e* de tradição, estilizado em forma de *v* = *v* f. 52v, l. 6. A ocorrência de consoantes duplas é corrente, como é o caso do *ff* = *ff* f. 52, l. 7; os dois *l* são pouco frequentes: *allguuas* (f. 20v, l. 2). Tem outro registo gráfico, mais pausado e regular, de módulo mais pequeno²⁵, com características a fazer lembrar a cortesã espanhola, caso do *A* = *A* f. 63v, l. 12, que evolui em Portugal para um tipo híbrido gótico-humanístico. Neste modelo, menos irregular, menos cursivo, ocorrem com frequência, de forma isolada, sem ligaduras, as letras *h* = *b* f. 52, l. 24; *y* = *o* f. 52v, l. 1. Entre os vários escrivães é o que recorre mais à figura maiúscula do *E*: *E* f. 52v, l. 2; *E* f. 52, l. 5; *E* f. 20, l. 17. À semelhança do que se verifica com os outros escrivães, a escrita de João do Sal reflete a aleatoriedade de grafar de forma diferente a mesma. A título de exemplo, veja-se o que se passa quanto ao seu próprio nome, quando se identifica no documento. Tanto redige Sal com dois *l*, como com um só, de figura maiúscula; tanto usa o *s* de tipo sigmático, como escreve o *s* de dupla curva com ligadura à palavra seguinte *f. 53, l. 3*.

²² Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 20-20v, 32v-33, 51v-52, 52-53, 56v-57. Identifica-se: João do sall o espriuj (f. 20v, l. 17 e f. 52, l. 11); a ele são atribuíveis outras quatro fianças: f. 16-16v, 17-17v, 18-18v, 19-19v.

²³ Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 14-15, de dezembro, 31); AML, Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião, f. 19-20; AML, Livro primeiro do Tombo das propriedades foreiras a Camara desta mvito noble, e sempre leal cidade de Lixboa, f. 321; AML, Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El rei Nosso Senhor no ano de 1565, f. 685.

²⁴ *V. gr.* AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 63v.

²⁵ Cf. PAULO, Jorge Ferreira – Da escrita gótica à humanística na documentação da Câmara... p. 134.

2.4. ESCRITA DE ANTÓNIO VARELA (1553-1554)

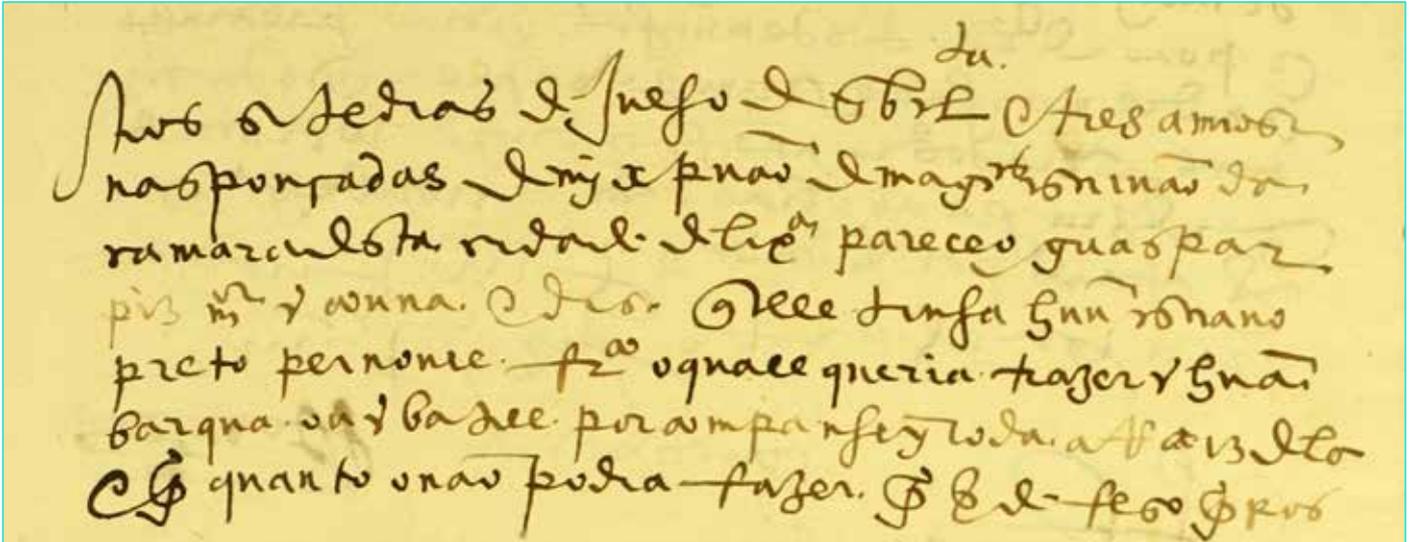


Figura 4 Escrita de António Varela. 1553, julho, 7. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 119, l. 3 a 9.

O escrivão António Varela identifica-se em sete documentos²⁶. A sua escrita varia quanto ao grau de cursividade, apresentando versões gráficas mais pausadas com letras mais regulares e proporcionadas, e outras mais cursivas e velozes²⁷. Apresenta o espaço interlinear relativamente constante, uma separação das palavras nem sempre regular, encontrando-se as letras ligadas entre si, dentro de cada palavra, na maior parte dos casos. Representa as cedilhas de modo sistemático, assinaladas com um traço que varia de dimensão e de configuração, sendo reto: *fama* f. 120v, l. 14, ou curvo, maioritariamente: *afeto* (f. 119, l. 11), permitindo, por vezes, a ligação ao grafema seguinte: *pareceo g* (f. 119, l. 5). A utilização do ponto sobreposto ao *i* é irregular, sem critério, prevalecendo a aleatoriedade, registando-se muitos casos em que na mesma palavra pode, ou não, ocorrer a sua sinalização, embora na maior parte das vezes não recorra à sua sinalização. Utiliza dois tipos de *p*, sendo a forma *p* (f. 125v, l. 3) a mais frequente; a forma do *p* com cabeça de martelo, que permite soluções mais cursivas ocorre com pouca frequência, permitindo o seu traçado a partir da letra anterior *T* (f. 125v, l. 5), a ligação à letra seguinte *T* (f. 124, l. 5), embora as duas formas permitam ambas as situações de ligadura: *nao pouda* (f. 125v, l. 9) *opera* (f. 125v, l. 26). Na versão mais cursiva, recorre com frequência às letras *y* e *h*, que permitem boas soluções de cursividade: *H* ^{mas f.º} *calegua* f. 126v, l. 22. Quanto ao *e*, predomina o de laço, em espiral, feito num só movimento, embora com alguma frequência seja representado por um pequeno traço, por vezes um ponto, aproveitando o último traço na horizontal da letra precedente, quase sempre a seguir a um *d* ou a um *t*. O *c* é, por norma, ligado à letra seguinte, através do segundo traço, superior, da esquerda para a direita: *ca = ra* f. 124v, l. 23; *ce = re* f. 124v, l. 17; *ci = ri* f. 124v, l. 7; *co = ro* f. 124v, l. 16. A utilização de *m* é maioritária, em detrimento do *n*, sendo, contudo, aleatória: v. g.: *perante / peramte*) f. 123v, l. 2 e 3. Em relação aos *s*, há três ocorrências com caráter de exceção, que apenas ocorrem uma vez, e no mesmo documento: *poudadas* f. 120v, l. 4; *pora* f. 121, l. 9; *poudadas* f. 119, l. 4 e *buca* f. 123v, l. 7. Quanto aos sinais de abreviatura²⁸, saliente-se os ligados à letra *p*: *Pºr = p* f. 123v, l. 27, utilizada de forma rara: *pºr* f. 123v, l. 28; *pºra* f. 122v, l. 16, *pº* f. 119, l. 12; *pº* f. 119, l. 17; *pºra* f. 120v, l. 28; à letra *q*: f. 125v, l. 22 e 26: *q*, *q*; f. 126, l. 1 e 2: *q*, *q*. Registe-se, igualmente, os sinais

²⁶ Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 119-119v, 120v-121, 122v-123, 123v-124, 124v-125, 125v-126, 126v-127. A título de exemplo: *antonio varella que este fez* (f. 125, l. 19); *antonio varella salltao que esta fiamça fiz* (f. 124, l. 11-12).

²⁷ Compare-se, por exemplo, com a escrita utilizada em outro documento redigido num cursivo de traçado mais veloz, onde se evidencia a maior utilização de ligaduras e a ligação entre as palavras (Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 124v).

²⁸ Sobre o sistema abreviativo e os sinais de abreviatura *vid.* NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. 3ª ed. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1981. CAPPELLI, Adriano – *Dizionario di Abbreviature Latine ed Italiane*. 6ª ed. Milano: Ulrico Hoepli, 1979.

especiais de abreviatura para representar a sílaba *ver*, embora ocorram palavras sem o recurso à abreviatura: *ver* =  f. 119, l. 30 (*aver, verdade*) e *ser* =  f. 119, l. 9. Na data cronológica, ora apresenta os dias por extenso, ora em numeração romana, o mesmo se passando com a indicação do ano. Contudo, quando regista o ano em romano, fá-lo apenas relativamente à centúria e à década, indicando o número das unidades por extenso.

2.5. ESCRITA DE BARTOLOMEU BARBOSA (1555-1556)

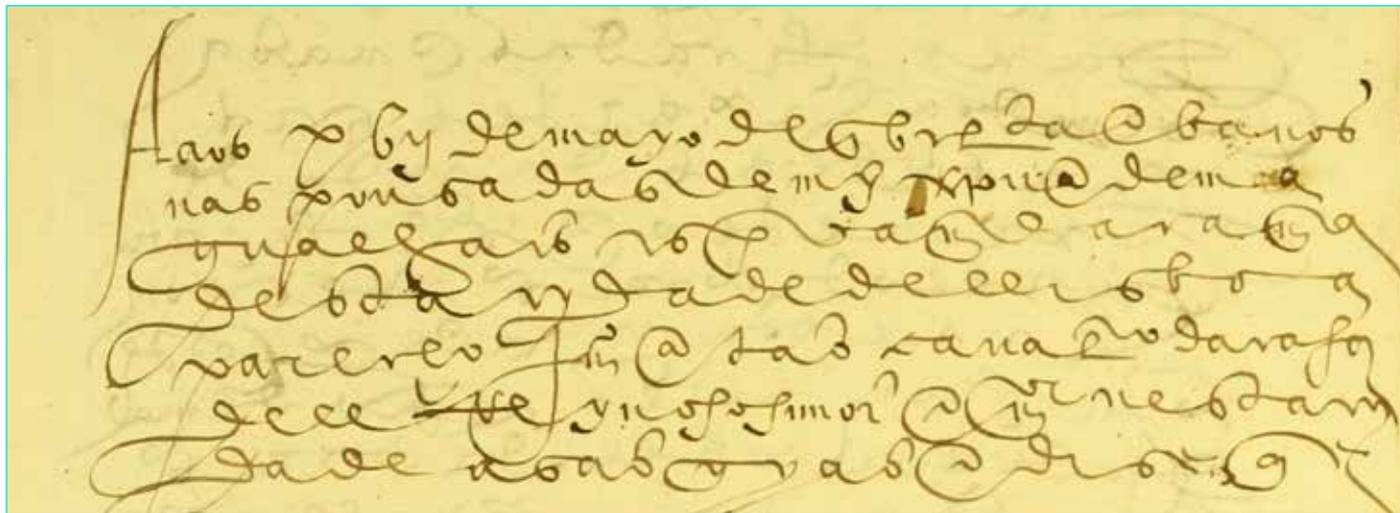


Figura 5 Escrita de Bartolomeu Barbosa. 1555, maio, 17. AML, Livro 1.º de fianças de escravos, f. 153, l. 4 a 10.

O escrivão Bartolomeu Barbosa identifica-se em três documentos, enquanto autor paleográfico²⁹. Contudo, tudo indica que terá sido o executante de bastantes mais³⁰. A sua escrita constitui um cursivo veloz, apresentando uma separação das palavras irregular, predominando a ligação entre si, através de sucessivas ligaduras, o mesmo se passando com as letras dentro de cada palavra. O espaço interlinear apresenta uma certa irregularidade pela cursividade das letras, com invasão frequente da caixa de regramento inferior por traços de ligação à palavra ou grafema seguinte. A escrita de Bartolomeu Barbosa apresenta uma forte tendência para o arredondamento das formas gráficas e para escrever com muitas ligaduras entre letras e palavras entre si, sem levantar a pena. Trata-se da chamada letra encadeada, numa versão moderada já reforçada, registando-se várias regras preenchidas por todas as palavras unidas de forma concatenada entre si, sem romper a ligação³¹. Nas margens, prolonga o último traço de algumas letras na da direita (em traço descendente: *a, e, l, r, z*; em traço ascendente, *o s*); na esquerda ocorre com frequência o traçado do *d* com figura maiúscula, embora de valor minúsculo, no seguimento do traço de arranque que desce e se prolonga antes de recuar em ascendência com um movimento levógiro:  (f. 154, l. 14 e 15), assim como o *a, o o* e *c*, em início de linha, de grandes dimensões, invadindo a margem. Relativamente aos sinais diacríticos, de função gráfica, as cedilhas são usadas de modo sistemático, assinaladas com um traço

²⁹ AML, Livro 1.º de fianças de escravos, f. 153-153v, 154-154v, 170-170v. Identifica-se “eu bertolomeu barbosa que ho esprevy e asyney” (f. 153v, l. 21-22; f. 154v, l. 18-20) e “eu sobredito bertolomeu barbosa que esto stprevy” (f. 170v, l. 16-17).

³⁰ São 27 os documentos que apresentam uma escrita cujas características permitem atribuir a autoria gráfica a Bartolomeu Barbosa, redigidos entre 12 de novembro de 1554 e 17 de abril de 1556, com um tratamento cursivo de traçado extremamente veloz já a pré-configurar a encadeada (Cf. AML, Livro 1.º de fianças de escravos, f. 136v-137, 139-139v, 140-140v, 141-141v, 142-142v, 143v-144, 144v-145, 145v-146, 146v-147, 147v-148, 148v-149v, 150-150v, 151-151v, 152-152v, 155-155v, 156-156v, 157-157v, 158-158v, 159-159v, 160-160v, 161-161v, 162-162v, 164-164v, 165-165v, 166-166v, 167-167v, 169-169v, 171-171v).

³¹ Cf. NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. p. 26-27. O autor dá exemplos de encadeamento inicial, na linha da letra manuelina, já não pura (n.º 111, n.º 114 e n.º 117) e de encadeamento moderado, em letras da linha manuelina (n.º 121 e n.º 139). Cf. RIESCO TERRERO, Ángel, ed. – *Introducción a la Paleografía y la Diplomática general*. Madrid: Sintesis, 2000. p. 136.

curvo, variando a sua dimensão: *Amunou* (f. 153v, l. 12); *ayda* (f. 153v, l. 17); *fe vba* (f. 154, l. 27). O ponto sobreposto ao *i* é utilizado com regularidade, embora, por vezes, sinalizado através de um pequeno traço, a fazer lembrar uma pelica. A única consoante dupla utilizada é o *l*. O *y* é utilizado com frequência, muitas das vezes em sequência cursiva, ligando-se à letra seguinte. Utiliza quase sempre o *s* de tipo sigmático  (f. 153, l. 7), no início, no meio e em final de palavra, certamente por permitir melhores soluções cursivas. O *s* de dupla curva tem uma utilização pouco frequente: *casa* = *casas* (f. 153, l. 8), *estimar* (f. 153, l. 9), *novos* (f. 153, l. 30). No f. 154, l. 13, 17, 19 e 23; no f. 154v, l. 10, 13, 18 e 19. Por vezes, surge o *s* longo agrupado com o *t*, nas palavras “*stprivam*” ou “*stpravo(a)*”, v. g. *st* (f. 154, l. 6)³². A forma do *e* mais utilizada é a de laçada, ou espiral, com uma presença largamente testemunhada³³. O registo da forma  f. 153, l. 25, é pouco mais que residual, aparecendo ligada ao “*que*”. Já o *e* =  f. 153, l. 25, de carácter anguloso, de tradição gótica, ocorre em 23% das utilizações, ao que acresce a situação em que suporta a nasalação indicada por sinal  f. 153, l. 18. O mesmo se passa com o *a* nasal =  f. 154, l. 11, cuja nasalação é feita sistematicamente através do sinal em espiral envolvente. Note-se a utilização, em início de linha, de *o*, *a* ou *c*, v. g. *o* f. 154, l. 13, *a* f. 154, l. 20; do *R* maiúsculo de tradição gótica: *R* f. 154v, l. 7. Quanto às abreviaturas utilizadas, que não são muitas, incidem nas associadas às letras *p* e *q*, acentuando a índole cursiva e veloz da escrita. Assim, associadas à letra *p*: *pe* = *par* (f. 170, l. 23); *peo* = *pra* (f. 154, l. 11), *pea* = *per*³⁴ (f. 154, l. 28), ou *per* f. 170v, l. 5; *po* = *por* (f. 154, l. 13); *pre* = *pre* (f. 153, l. 14). Por vezes utiliza a forma extensa de “*per*”, “*por*” ou “*par*”. Regista-se a utilização sistemática da abreviatura para o “*pr*”, à exceção da palavra “*prometeo*” (f. 153v, l. 7; f. 154v, l. 6). Associadas à letra *q*³⁵: *qualquer* = *qlon* f. 170, l. 22; *quantia* = *qua* f. 153, l. 22; *querya* = *qya* f. 153, l. 25; *que* =  f. 154, l. 8 e  f. 170, l. 8. Utiliza sempre a nasalação das vogais com o *m*, nunca o fazendo com o *n*, independentemente da posição dentro da palavra, sendo muitos os exemplos de formas extensas. No protocolo inicial, na data cronológica, escreve o mês por extenso, utiliza a numeração romana para os dias (v. g.: *xb1j*³⁶, *xxiiij*³⁷, *b*³⁸) e para o ano (v. g.: *jb^cL^a* e *b* anos³⁹, *bj* anos⁴⁰), utilizando sistematicamente o *b* com o valor de *v*. Nunca usa algarismos. Há vários documentos que pelas suas características é possível atribuir graficamente a Bartolomeu Barbosa, num total de 27⁴¹, com o mesmo registo gráfico de pré-encadeada, invadindo com frequência a linha de baixo, subindo como traço de arranque para a letra seguinte: *p*, *y*, *z*; de uma forma geral, a margem direita apresenta os traços ondulados descendentes, de origem tabeliônica. O *d* e outras letras muito grandes na margem esquerda, mas só no verso da folha (f. 155v); o “*E*” no meio do texto mudando de assunto como um ponto final: “*E* que porquanto...”.

³² Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 154, l. 11, f. 170, l. 6, 9, 19, 21, f. 170v, l. 17.

³³ A quantificação estatística, analisando os três documentos em que Bartolomeu Barbosa se identifica, apurou o seu registo em 66%, 59% e 61% das ocorrências, respetivamente.

³⁴ Também utiliza a forma extensa de “*per*” (f. 153, l. 13).

³⁵ As palavras “*barquas*” e “*porquanto*” são registadas por extenso.

³⁶ AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 153.

³⁷ Idem, *ibid.*, f. 154.

³⁸ Idem, *ibid.*, f. 170.

³⁹ Idem, *ibid.*, f. 153 e 154.

⁴⁰ Idem, *ibid.*, f. 170.

⁴¹ Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 136v-137, 139-139v, 140-140v, 141-141v, 142-142v, 143v-144, 144v-145, 145v-146, 146v-147, 147v-148, 150-150v, 151-151v, 152-152v, 155-155v, 156-156v, 157-157v, 158-158v, 159-159v, 160-160v, 161-161v, 162-162v, 164-164v, 165-165v, 166-166v, 167-167v, 169-169v, 171-171v, 179-179v, 180-180v.

2.6. AMOSTRAGEM GRÁFICA - TIPO 1 (1549-1550)

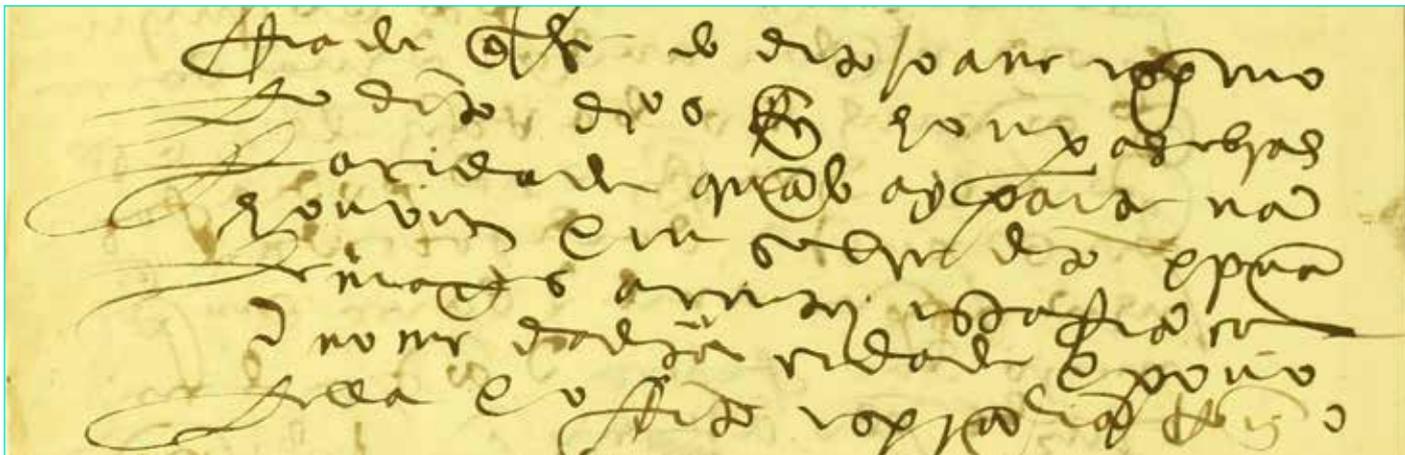


Figura 6 Escrita sem autor gráfico identificado. 1549, novembro, 26. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 7v, l. 17 a 23.

A escrita dos primeiros quatro documentos do livro não é passível de ser atribuída diretamente a nenhum dos escrivães identificados⁴². Trata-se de um cursivo bastante irregular, desde logo no alinhamento face à linha de regra, cuja velocidade de traçado aumenta à medida que se avança no documento. Em contrapartida, o esmero gráfico vai diminuindo. Verifica-se que o escrivão separa a maior parte das palavras entre si, mas liga frequentemente os grafemas no interior das palavras. São os únicos documentos do livro em que no registo da data tópica a palavra 'Lisboa' é redigida de forma pouco comum, com um *s* antes do *x*: "desta cidade de llisxboa". Um elemento gráfico representativo desta escrita diz respeito à letra *e*, cujo traçado privilegia a versão conservadora e gotizante, traçada de forma anguloza e estilizada, *e* f. 7, l. 5, *e* f. 7, l. 6, estando pouco presente o formato em nexos, com o *d* ou o *t*: *d* f. 7, l. 4. Juntamente com a rara presença do *e* de laço, contribui para acentuar as angulosidades e cortar a redondez do seu aspeto geral, conferida pelas espirais do *e* copulativo, pelo *s* sigmático (cuja forma é predominante) e as suas ligaduras, pelas espirais envolventes das abreviaturas associadas às letras *p* e *q*, sobretudo, ou à nasalção de algumas vogais (*i* e *a*). Além do *R* em forma de lira, maiúsculo, de tradição gótica: *R*, utiliza o redondo, que se assemelha ao número 2: *2* f. 7, l. 14; o baixo, ou longo, com alguma frequência: *r* f. 7, l. 7. Destaque-se, a representação do *d* maiúsculo com valor de minúscula, sempre que se encontra em início da regra, traçado com dimensões desproporcionadas, invadindo a margem esquerda.

⁴² AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 7-8, 8-9, 9-10, 10v-11.

2.7. AMOSTRAGEM GRÁFICA - TIPO 2 (1550)

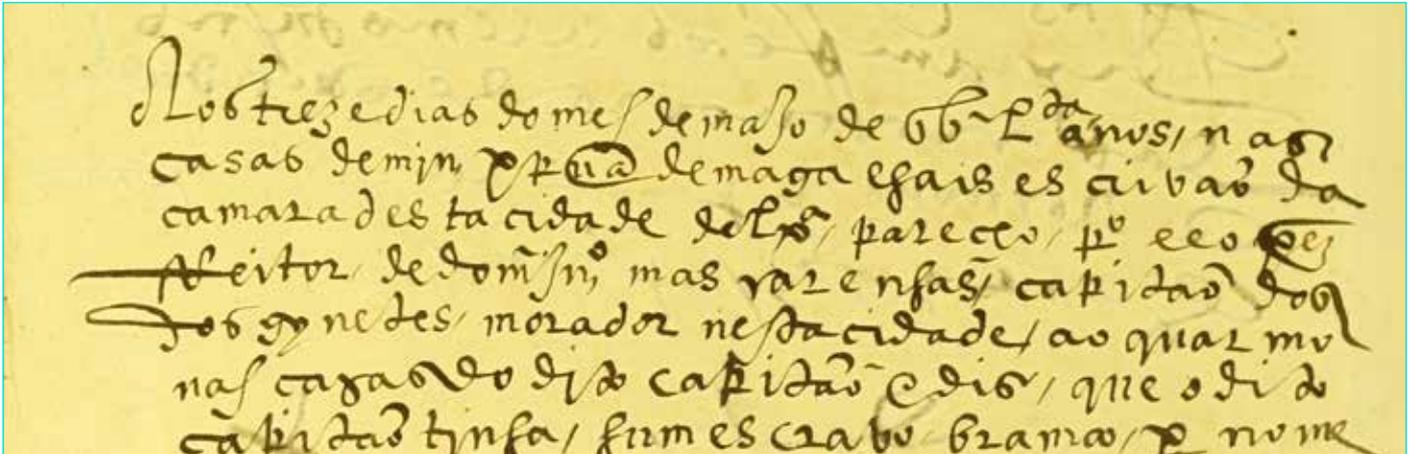


Figura 7 Escrita sem autor gráfico identificado. 1550, maio, 13. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 38v, l. 3 a 9.

Este tipo de escrita consta em dois documentos⁴³. Trata-se de uma escrita gótico-humanística, de carácter híbrido, com uma cursividade moderada, em que o arredondamento das letras já se sobrepõe à angulosidade da matriz gótica. Apresenta um espaço interlinear praticamente igual, assim como um módulo idêntico nas letras. A separação de palavras é regular, independentemente de situações de ligação pontuais que denotam os tradicionais mecanismos de cursividade. Já dentro das palavras, apesar de predominar a ligação entre as letras, há muitas situações em que tal não acontece. É normal o ponto redondo sobre o *i*, bem como o uso de pontuação (/). As cedilhas, em forma de til, são bem perceptíveis (v. g. f. 38v, l. 5 e 7), aparecendo por vezes bastante afastadas do *c*. Note-se, ainda, a presença do *j* com valor vocálico (“mjm”, “djtos”, “prjmeyro”) e a nasalização das vogais, por extenso, feita predominantemente com o *m*. O *e* em final de palavra (“cem”, “tem” ou “em”) é nasalado por sinal \curvearrowright f. 38v, l. 15, sendo sempre utilizado a forma pequena estilizada e gotizante. Refira-se o contributo do *r* minúsculo redondo em forma de 2 para o arredondamento das formas, registando-se a sua utilização enquanto forma predominante, \mathfrak{r} f. 34v, l. 23, de pequeno módulo, por vezes representado de forma mais aguda, fruto da ligadura com a letra antecedente: \mathfrak{r} f. 34v, l. 16. O *r* longo ainda é utilizado, embora esporadicamente (“cruzados”, “terra”). Mantêm-se certos elementos típicos do gótico, como o *r* maiúsculo em forma de lira \mathfrak{R} f. 34v, l. 25, ou o sinal especial de abreviatura para a sílaba *ser*: \mathfrak{S} f. 38v, l. 14. Os *s* adoptam preferencialmente a forma de dupla curva, tão do agrado da escrita humanística, utilizado nas várias posições na palavra: \mathfrak{S} f. 38v, l. 16, por vezes largo: \mathfrak{S} f. 38v, l. 10, ou com laço superior: \mathfrak{S} f. 38v, l. 15, em detrimento da forma sigmática: \mathfrak{S} f. 39, l. 15. Como elemento gráfico peculiar e distintivo é de registar a ocorrência de um empatamento na letra *t* = \mathfrak{T} f. 34v, l. 10, \mathfrak{t} f. 35, l. 3, 10 e 23. Mantém o tipo de sinais abreviativos de tradição gótica, caso das abreviaturas associadas às letras *p* e *q*. O *p* apresenta a sua cauda cortada para indicar a sílaba *er*: \mathfrak{P} f. 34v, l. 22, ou com o *o* sobrescrito: \mathfrak{P} f. 38v, l. 13; O *q*, por norma com cauda envolvente na sílaba *que* e *qua*: \mathfrak{Q} f. 38v, l. 17, ou \mathfrak{Q} f. 34v, l. 10; *qua*L = \mathfrak{Q} f. 39, l. 2; *quando* = \mathfrak{Q} f. 39, l. 8; *quer* = \mathfrak{Q} f. 39, l. 4.

⁴³ AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 34v-35, 38v-39.

2.8. AMOSTRAGEM GRÁFICA – TIPO 3 (1550-1551)

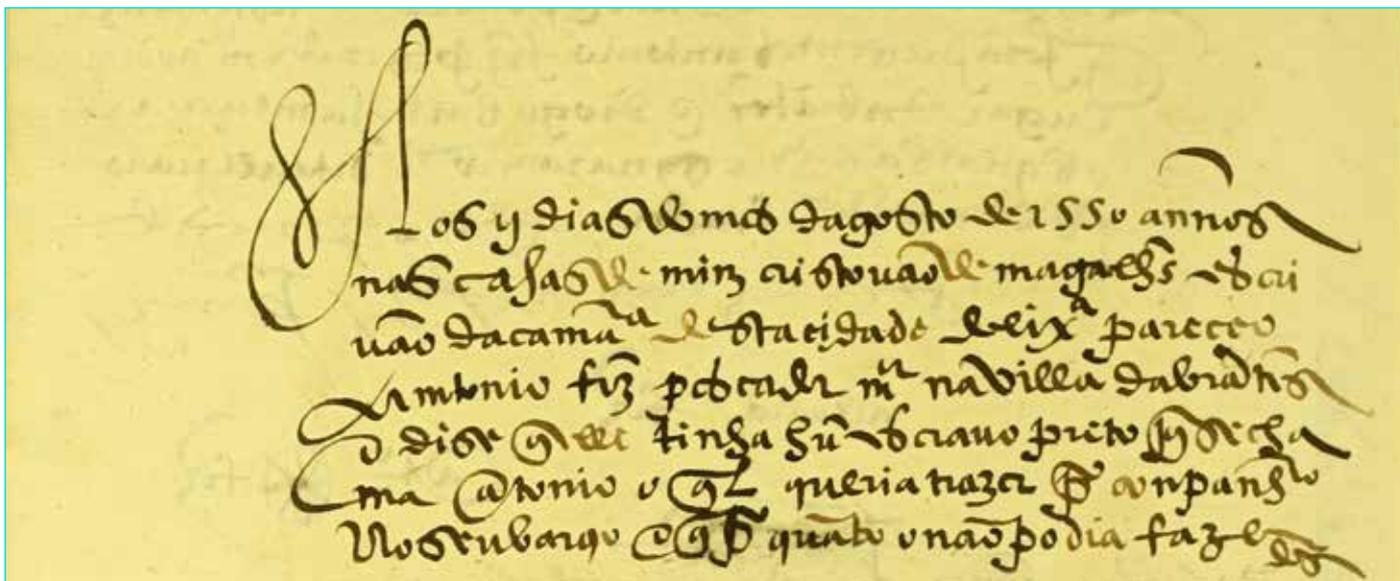


Figura 8 Escrita sem autor gráfico identificado. 1550, agosto, 2. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 67v, l. 4 a 10.

Esta escrita foi executada em dez documentos⁴⁴. Trata-se de uma escrita cursiva moderada, direita, de módulo pequeno e com alguma compressão das letras dentro das palavras. Apresenta o espaço interlinear regular e alguma irregularidade na separação das palavras, em cujo interior nem sempre as letras estão unidas. É possível ser a escrita de André Machado, um dos “criados” de Cristóvão de Magalhães, atendendo à sua assinatura, onde o seu *A* maiúsculo coincide com a inicial da maior parte dos documentos que redige. Utiliza sistematicamente o ponto sobreposto ao *i*, bem como a cedilha. Apresenta poucos sinais de abreviatura, apenas com a de *p^or* =  f. 70, l. 10, ligada ao *p*, sendo pouco frequente a utilização de *per^a* =  f. 69, l. 29, e a de *que* e *qual*, ligadas ao *q* =  f. 75, l. 9  f. 70, l. 25. A nasalização do *a* é feita por um sinal em espiral, envolvendo a letra:  f. 75, l. 11. Apresenta duas formas para o *d*:  f. 68v, l. 8;  f. 68v, l. 2. A forma predominante do *s* é a de tipo sigmático, embora vá grafando o humanístico de dupla curva ao longo dos documentos  f. 68v, l. 28. Utiliza com regularidade o *r* pequeno, em forma de 2, em posição intermédia, no início e final de palavra, assim como o *R* maiúsculo de tradição gótica, em forma de v. Utiliza duas formas para o *f* =  f. 77, l. 13;  f. 70, l. 20. O *e* de laçada é pouco utilizado. O arredondamento das formas sobrepõe-se à angulosidade.

⁴⁴ Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 66v-67, 67v-68, 68-68v, 69-69v, 70-70v, 71-71v, 73, 75-75v, 76-76v, 77.

2.9. AMOSTRAGEM GRÁFICA – TIPO 4 (1550)

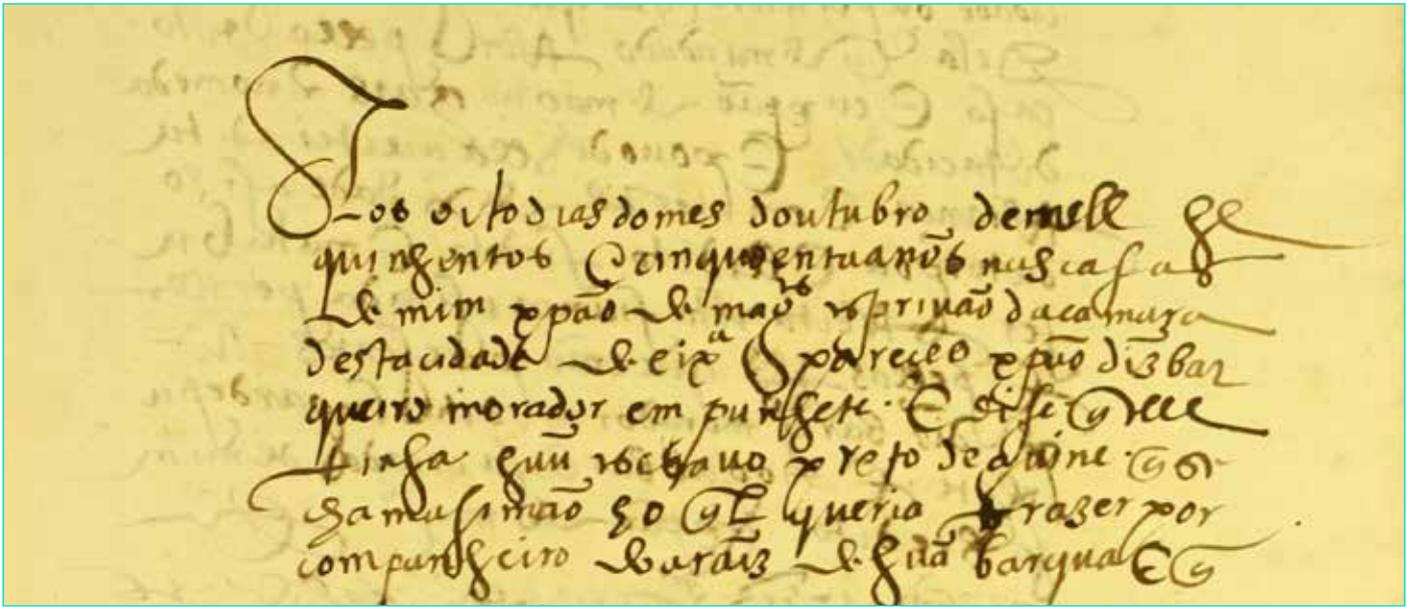


Figura 9 Escrita sem autor gráfico identificado. 1550, outubro, 8. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 72, l. 4 a 10.

Este tipo de letra consta apenas em um documento⁴⁵. Constitui uma escrita gótico-humanística, híbrida, em que as características da escrita humanística já rivalizam em presença relativamente ao cânone de tradição gótico, a refletir o processo de transição que se encontrava então em curso em Portugal⁴⁶. A tendência para as formas claras e regulares proporciona uma maior legibilidade, contrastando com as formas agudas dos padrões góticos. Apesar de ser uma cursiva, afasta-se do traçado veloz da maior parte dos documentos aqui em análise. O espaço interlinear caracteriza-se pela regularidade, assim como a separação de palavras. As letras dentro de cada palavra ora se ligam ora se mantêm separadas, ressaltando, de uma forma geral, a simplicidade e clareza das letras, quer quanto à sua feitura quer quanto à sua figura. A utilização do ponto redondo sobre o *i* é irregular, sendo mais as vezes em que não ocorre⁴⁷. As cedilhas, em forma de um pequeno traço curvo, são utilizadas debaixo do *c* com parcimónia (“fiança”, “pareção”, “ofereção”). Verifica-se a ausência do *j* com valor vocálico, bem como do *u* com valor consonântico (por *v*). Assinale-se a forma de algumas letras utilizadas pelas escritas humanísticas: o *p* = *p̄* f. 72, l. 31; o *r*, passando a ser quase sistemática a utilização do pequeno, direito, registando-se esporadicamente a ocorrência do redondo (“escravo”, “terra”, “cruzados”); o *f* = *f̄* f. 72v, l. 11 é maioritariamente o largo, de dupla curva, com inclinação à direita, continuando a ocorrer a sua utilização em duplicado no início de palavra, mas com menos incidências: *r̄* f. 72, l. 20 (v. g. “ffugirem”); o *t* = *t̄* f. 72, l. 16, de pequeno módulo, com um traçado, podendo ligar-se à letra seguinte a partir da haste, que não cruza; o *d* = com uma forma já não uncial e volteada: *d̄* f. 72, l. 24, *d̄* f. 72, l. 22. Por fim, as letras mais características da humanística: o *g* = *ḡ* f. 72, l. 6, o *s* de dupla curva e o *R* maiúsculo = *R̄* f. 72, l. 16, semelhante ao atual, coexistindo com o gótico. Os sinais abreviativos ocorrem menos vezes, casos das abreviaturas associadas à letra *q*, apenas para a palavra “que” (50% das vezes) e “qual” = *q̄* f. 72, l. 10, sempre abreviada, e à letra *p*, que apenas ocorre para a sílaba *er* (per), por seis vezes. De resto, tudo se apresenta por extenso. Os restantes sinais de abreviatura são utilizados nos nomes próprios ou em “huu”, “hua”, “nhu”, “testemunho”, “testemunhas”. De registar a ligação humanística do grupo *st* = *st̄* f. 72, l. 7.

⁴⁵ AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 72-72v.

⁴⁶ PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁴⁷ A utilização do ponto sobre o *i* ocorre em 44% dos casos, colocados de forma aleatória.

2.10. AMOSTRAGENS GRÁFICAS DE OUTROS ESCRIVÃES

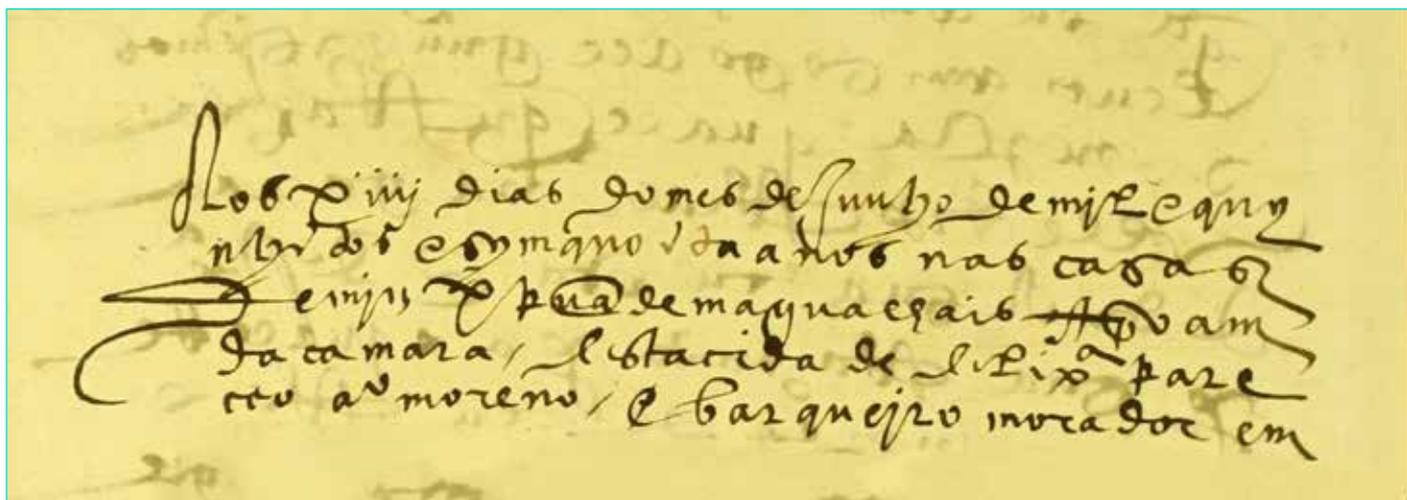


Figura 10 Escrita sem autoria gráfica. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 57v, l. 3 a 7.

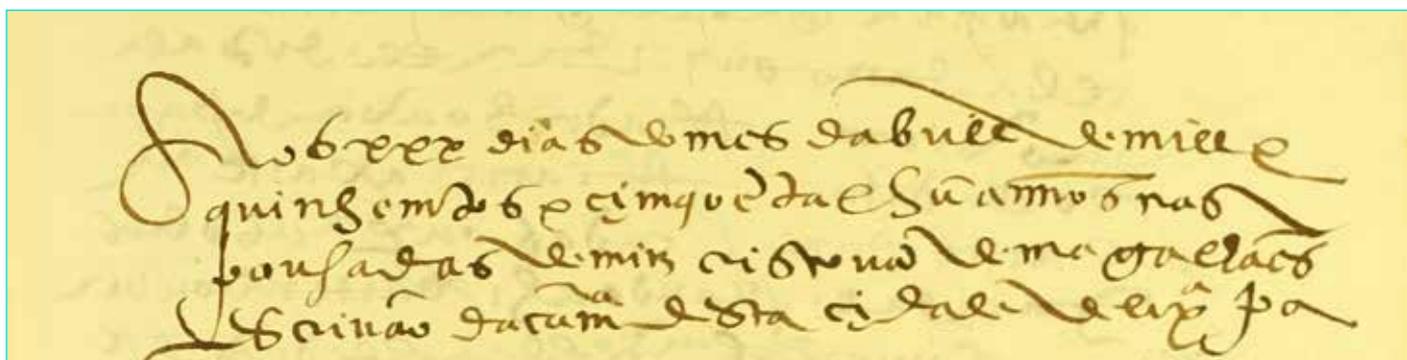


Figura 11 Escrita sem autoria gráfica. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 82, l. 5 a 8.

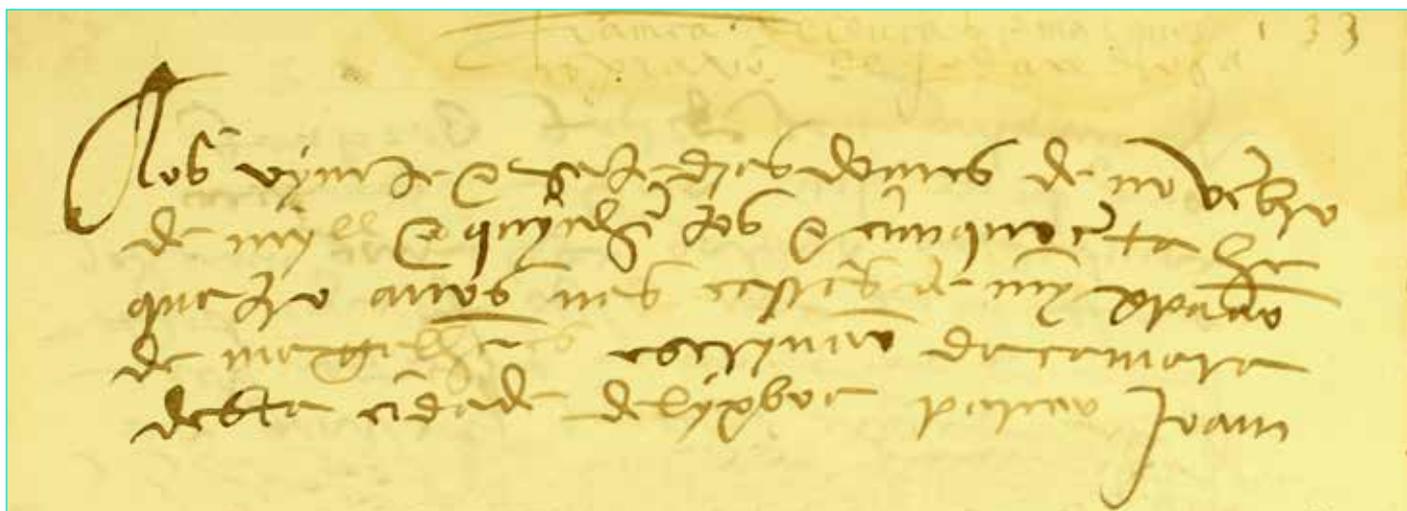


Figura 12 Escrita sem autoria gráfica. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 138, l. 1 a 5.

Iacob de pinguo e de tres oitobanos
 nas pousadas e em pinguo e pinguo
 e em a... e em a... e em a...
 e em a... e em a... e em a...
 e em a... e em a... e em a...

Figura 13 Escrita de Álvaro de Gouveia. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 173, l. 4 a 8.

Iacob de pinguo e de tres oitobanos
 nas pousadas e em pinguo e pinguo
 e em a... e em a... e em a...
 e em a... e em a... e em a...
 e em a... e em a... e em a...

Figura 14 Escrita sem autoria gráfica. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 179, l. 4 a 8.

3. CONCLUSÃO

Fica claro que o grupo de escrivães responsável pela redação do “Livro 1º de fianças de escravos”, em atividade no mesmo ambiente paleográfico, utilizava diferentes modalidades gráficas, com semelhanças e diferenças entre si, todos dentro do cânone gótico. Contudo, a influência da humanística já se faz sentir, através do processo de hibridação, embora de forma ainda pouco acentuada⁴⁸. Os modelos híbridos registados são em número reduzido, constituindo tipos gráficos mistos, síntese da gótica e da humanística, de acordo com a prevalência dos elementos góticos predominantes⁴⁹.

O período de execução deste livro, entre 1549 e 1556, parece assim corresponder à fase inicial do fenómeno gráfico designado por multigrafismo relativo desorganizado, situação caracterizada pela coexistência de dois sistemas gráficos dentro do mesmo ambiente paleográfico que, progressivamente, se vai adaptando às circunstâncias⁵⁰. Simultaneamente, coexistem o cânone tradicional e as novas formas gráficas que viriam a afirmar-se mais tarde, com uns escrivães a utilizar a gótica de tipo conservador, outros a sintetizar tipos gráficos intermédios e, ainda, aqueles que redigem em mais de um modelo⁵¹.

Apesar de não se poder falar de um tipo de letra uniforme, norteados por diretrizes rígidas, o substrato gráfico gótico está bem presente em todas as versões gráficas utilizadas por estes agentes da escrita ao serviço do escrivão da Câmara. Na verdade, todos os executantes continuam a utilizar o referente gótico, embora com diversas interpretações ou estilos gráficos, com uma maior ou menor prevalência das características mais conservadoras do cânone, sobretudo na sua tipificação cursiva⁵².

Um aspeto comum às grafias analisadas é a sua índole cursiva que, de acordo com a velocidade de execução, determina, inevitavelmente, um produto gráfico distinto. Possivelmente, a cursividade decorre da tipologia documental ou da função a que se destinava o escrito. Assim, a tendência predominante é a de unir as letras dentro de cada palavra, prevalecendo o seu traçado com uma continuidade de escrito, e, com frequência, no caso de algumas versões mais cursivas, de ligar palavra a palavra, levando à utilização de sucessivas ligaduras. Estas, por seu lado, constituindo soluções gráficas determinadas pela cursividade, contribuem para o arredondamento das formas, embora o traçado rápido e pouco cuidado, devido à degeneração da figura dos grafemas, torne mais irregular o aspeto geral da escrita, condicionando a sua estética. Para esse tratamento arredondado também contribuem algumas letras, através das suas laçadas (*e, h, l, s*), espirais (*e, s* sigmático), o uso frequente do *r* pequeno de figura redonda (semelhante ao 2) ou, ainda, de alguns sinais abreviativos traçados em espiral envolvente. Saliente-se que, apesar do grau de cursividade variar de escrivão para escrivão, há escrivães que

⁴⁸ Designa-se por híbrida quando a escrita apresenta, por exemplo, traços pertencentes a mais do que um sistema gráfico (Cf. RIESCO TERRERO, Ángel – s.v. Híbrida (Escritura). In *Vocabulario científico-técnico de Paleografía, Diplomática y ciencias afines*. Madrid: Barrero & Azedo, 2003. p. 195). Borges Nunes, além de “escritas híbridas” designa-as por “intermédias” – “contaminadas de gótico e de humanístico em doses muito diversas” (Cf. NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografía portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. p. 22 e 26).

⁴⁹ A designação de “gótico-humanística” parece a mais pertinente, seguindo a terminologia de Giulio Battelli, que também utiliza as expressões “humanístico-gótica”, “formas mistas” e “intermediárias”, afirmando que, de uma forma geral, o carácter fundamental destas escritas é gótico (Cf. BATTELLI, Giulio – *Nomenclature des écritures humanistiques*. In *Nomenclature des écritures livresques du IX^e au XVI^e siècle*. Paris: Service des Publications du Centre National de la Recherche Scientifique, 1954. p. 35-44). Já Tomás Marín Martínez opta pela expressão “escrita mista”, para designar a síntese das duas escritas sem uma depuração gráfica clara (Cf. MARÍN MARTINEZ, Tomás; ROIZ ASENSIO, José Manuel, dir. – *Paleografía y Diplomática*. 5ª ed. Madrid: UNED, 1991. vol. 2, p. 69).

⁵⁰ Cf. PETRUCCI, Armando – *Funzione della scrittura e terminologia paleografica*. In *Palaeographica Diplomática et Archivística. Studi in Onore di Giulio Battelli*. Roma: Scuola Speciale Per Archivisti E Bibliotecari Dell’università Di Roma, 1979. I. p. 10. O autor utiliza também os conceitos de multigrafismo absoluto e multigrafismo relativo organizado.

⁵¹ Para um enquadramento teórico, e tendo em vista o já mencionado caminho percorrido pela Paleografia portuguesa nas últimas décadas, *vid.* SANTOS, Maria José Azevedo – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Coimbra: Colibri, 2000. MARQUES, José – *Práticas paleográficas em Portugal no século XV*. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. I Série Vol. 1 (2002), p. 73-96.

⁵² Sobre as escritas cursivas *vid.* CASAMASSIMA, Emanuele – *Tradizione corsiva e tradizione libraria nella scrittura latina del Medioevo*. Roma: Vecchiarelli Editore, 1988. p. 163-167. BELÉN SÁNCHEZ, Ana; DOMINGUEZ, Jesús – *Las escrituras góticas*. In RIESCO TERRERO, Ángel, ed. – *Introducción a la Paleografía y la Diplomática general*. Madrid: Síntesis, 2000. p. 133-147. POULLE, Emmanuel – *Paléographie des Écritures Cursives en France du XV^e au XVII^e siècle*. Genève: Lib. Droz, 1966.

utilizam estilos gráficos diferentes, em documentos distintos, utilizando tratamentos gráficos mais velozes ou menos velozes (casos de Simão Luís, João do Sal, António Varela e Bartolomeu Barbosa), não adotando sempre o mesmo estilo de escrita.

Todos os escrivães utilizam várias formas para as mesmas letras, embora, na maior parte dos casos, haja uma forma predominante (*d, e, f, h, p, r, s*). Se as hastes e as caudas das letras baixas e altas não apresentam grandes prolongamentos (o *r* e o *s* longos são residuais, assim como o *j*, entre os escrivães que ainda os registam), o mesmo não se pode dizer das ligaduras emanadas das cursivas mais velozes, chegando a invadir duas regras inferiores, antes de se unirem ao traço de ataque do grafema seguinte, provocando uma maior dificuldade de legibilidade. Relativamente à mancha gráfica, verificou-se que parece não haver diretrizes definidas, variando a dimensão deixada às margens, possibilitando a execução mais personalizada, sendo comum o prolongamento do último traço de algumas letras em final de linha de regramento, trancando o espaço, em particular quando se trata das letras *a, e, l* e *s*. Da mesma maneira, algumas letras em início da regra são traçadas com um aumento considerável das dimensões das suas laçadas, dos traços horizontais ou oblíquos e com figura maiúscula apesar do seu valor de minúscula (casos de *a, c, d, f, v*). De uma forma geral, pode dizer-se que na maior parte dos casos a diferença entre maiúscula e minúscula não é respeitada, sendo frequentemente uma utilizada pela outra. Alguns escrivães mantêm a utilização do *a* maiúsculo inspirado na cortesã. A execução da letra inicial (*A* maiúsculo – “Aos”) de grandes dimensões, comparativamente às restantes, é comum a todos os escrivães, embora não haja qualquer uniformidade na sua figura, que se apresenta, assim, personalizada (Vid. Fig. 10, *infra*)⁵³:



Figura 15 Letra *A* maiúscula inicial personalizada por diferentes escrivães.

AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 8, l. 9 (1); f. 35v, l. 5 (2); f. 57v, l. 3 (3); f. 59v, l. 3 (4); f. 72, l. 4 (5); f. 73, l. 3 (6); f. 151, l. 3 (7).

Os sinais diacríticos de função meramente gráficos não são muito utilizados, quer no que diz respeito ao ponto sobreposto ao *i*, quer no que concerne ao uso da cedilha, apesar de alguns escrivães a usarem com alguma frequência. Os sinais de pontuação são raros. Quanto aos sinais de abreviatura, predominam os ligados às letras *p* e *q*, contorneando a letra em espiral traçada pela esquerda em sentido ascendente (por, que), assim como os associados às letras *v* e *s*, com o valor de *er*. As letras sobrescritas ocorrem em número reduzido, quase sempre o *a*, o *i* e o *o*, ou ocorrendo em nomes próprios. Com frequência, a nasalização de vogais, sobretudo do *e*, é feita com um traço ascendente, e a do *a* com um rasgo em espiral envolvendo a letra num movimento levógiro, confirmando-se que o *m* é a forma no final das palavras, predominando, também, em posição intermédia⁵⁴. Em relação à forma como os numerais são apresentados, exclusivamente na data crónica do documento, constante no protocolo, verifica-se que predomina a utilização de letras do sistema de numeração romana para a indicação dos dias e a utilização de formas mistas para a indicação do ano (extenso mais numeração romana), embora predomine a utilização de forma aleatória (Vid. Tabela 3, *infra*)⁵⁵.

⁵³ Cf. AML, Livro 1º de fianças de escravos, f. 8, 34v, 57v, 59v, 72, 73, 151, respetivamente.

⁵⁴ Cf. NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa...*, p. 11.

⁵⁵ CM = Cristóvão de Magalhães; SL = Simão Luís; JS = João do Sal; AV = António Varela; BB = Bartolomeu Barbosa; AG = Álvaro de Gouveia (este escrivão identifica a sua autoria gráfica, apesar de apenas ter sido responsável por um documento). Os números com que quatro escrivães são apresentados na tabela correspondem às suas grafias sem identificação do autor gráfico, conforme são apresentadas no texto (Tipo 1, Tipo 2...).

Tabela 3 Apresentação da data crónica no protocolo inicial (romano ou extenso)

| | Forma | (CM) | SL | JS | AV | BB | AG | 1 | 2 | 3 | 4 |
|-----|------------|------|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|-----|
| Dia | Romano | 3/3 | 42/46 | 4/4 | 3/7 | 3/3 | 1/1 | | | 6/10 | |
| | Extenso | | 4/46 | | 4/7 | | | 4/4 | 2/2 | 4/10 | 1/1 |
| Ano | Romano | | 12/46 | 1/5 | | 3/3 | | 2/4 | 2/2 | | |
| | Extenso | 3/3 | 1/46 | | 1/7 | | | | | 3/10 | 1/1 |
| | Misto | | 30/46 | 4/5 | 6/7 | | 1/1 | 2/4 | | 1/10 | |
| | Algarismos | | 3/46 | | | | | | | 6/10 | |

Em jeito de síntese, seguem-se as considerações que nos parecem mais relevantes no que diz respeito à morfologia usual e respetiva estrutura de algumas das letras do alfabeto minúsculo utilizadas por este grupo de escrivães⁵⁶: **a** = ocorre sob duas formas, uma arredondada (fechada) e outra aberta em cima, que chega a parecer um *u*, saindo do segundo traço, mais curto do que o primeiro, a ligadura para a letra posterior, quando se encontra em posição intermédia. **b** = apresenta uma forma predominante com uma laçada superior fechada, que vem da letra anterior, e outra em baixo, quase fechada sobre si mesma, salvo quando se prolonga em ligadura até à letra posterior. **c** = de acordo com o grau de cursividade, apresenta duas formas, uma que liga por cima à letra posterior (pelo segundo traço, superior) e outra que estabelece a união por baixo, na solução cursiva mais veloz. **d** = a forma predominante é a de laçada superior, que desce pela esquerda cruzando a haste à procura da letra seguinte; a de forma de tipo uncial é minoritária. **e** = a sua forma predominante varia de escrivão para escrivão, embora a de laçada ou espiral leve vantagem, traçada em um só movimento, seguida da forma angulosa estilizada, em forma de *v* aberto. Muito utilizada é a forma em nexa, representada por um pequeno ponto ou traço que aproveita o último da letra anterior, solução utilizada em final de palavra, depois de *t* ou *d*, normalmente na preposição *de*. **f** = com uma forma que permite facilmente a união com outras letras, mantém a sua forma de tradição, em dois ou três traços, ocorrendo com alguma frequência a nova forma em dupla curva, que ligada à letra anterior leva à constituição de uma laçada superior. **g** = mantém-se a forma gótica de tradição, embora redonda e baixa, traçado como um *u*, ou com um olhal, com cauda que se prolonga curvando e sobe até cobrir o corpo da letra. **h** = apresenta diversas formas: sem laçadas, com a haste simplificada, com uma ou duas laçadas, dependendo das soluções cursivas com as letras adjacentes. Numa outra forma, a curva inferior não cruza, acabando por girar pela direita ligando à letra seguinte. **i** e **j** = o ponto sobre o *i* é sinalizado de forma aleatória por alguns escrivães. As grafias com influência da humanística tendem a usá-lo sistematicamente. O **j** é pouco frequente. **l** = sempre representado com uma laçada na parte superior; quando grafado de forma baixa confunde-se com o *e*, sobretudo. Com alguma frequência surge em duplicado, em posição intermédia na palavra, ou com a figura maiúscula e valor de minúscula. **m** e **n** = a angulosidade dos dois grafemas varia de escrivão para escrivão. Alguns continuam a usar o *m* em final de palavra com a sua última perna recuada. **o** = muitas vezes surge aberto, em cima; outras vezes assume a forma de um *v*. **p** = a sua forma de base consta de um olhal do lado direito, aberto ou fechado, traçado sobre a regra, e de uma cauda que pode ser reta ou curvada. As suas diferentes formas resultam da cursividade. Por vezes tem também um olhal inferior que promove a união à letra seguinte por ligadura, assemelhando-se a um *f*. Ao *p* estão associados vários sinais de abreviatura. **q** = muito utilizado em união com a letra seguinte, frequentemente através de sinal abreviativo (que, qual, quem, quer). **r** = apresenta várias formas, sendo a mais usual a pequena, em forma de 2. O *r* direito ocorre poucas vezes, sendo esporádica a sua utilização, em especial quando se apresenta longo (salvo por Cristóvão de Magalhães). A forma maiúscula conservadora, em forma de

⁵⁶ Cf. Quadro 1 – *Alfabeto minúsculo dos escrivães identificados*.

v ou de lira, continua a ser utilizada por todos os escrivães em início ou meio de palavra. A forma maiúscula humanística já surge nas grafias híbridas, com influências humanísticas. **s** = também apresenta diversas formas, sendo a predominante a do tipo sigmático; as restantes, menos frequentes, são as de uma ou duas laçadas; a utilização do **s** de dupla curva varia nas diferentes grafias, embora com alguma contenção; o **s** longo ocorre de forma esporádica. **t** = apresenta duas formas: com laçada inferior, em ligadura com a letra seguinte, ou de haste simplificada, cortada por um segundo traço horizontal no seu ponto médio. **u** = confunde-se por vezes com as letras **n** e **v**, variando a sua angulosidade. **v** = confunde-se com o **o** aberto ou com o **u**. **x** = por vezes a sua forma confunde-se com a letra **p**. **y** = as várias formas resultam dos diferentes traçados da cauda, através da qual se concretiza a união com a letra seguinte. **z** = a forma maioritária é a semelhante ao algarismo 3.

Uma vez aqui chegados, importa perceber como é que as características sintetizadas acima, a partir da análise do conjunto de grafias selecionadas, se articulam com a evolução das formas góticas utilizadas em Portugal na primeira metade da centúria de Quinhentos. Ora, tal é possível chamando à colação o estudo de Maria Teresa Pereira Coelho acerca da escrita manuelina, que nesta matéria permitiu preencher parte do grande vazio de dados enunciado pelo professor Borges Nunes⁵⁷. Verifica-se, então, que muitas destas formas gráficas do referente gótico utilizado em Portugal nos inícios do século XVI pelos escrivães da Corte régia, na linha da manuelina comum, se mantêm intactas, perfeitamente apropriadas por estes escrivães ao serviço do gabinete escriturário do escrivão da Câmara de Lisboa⁵⁸.

As diferenças não estão, então, na feitura das letras, mas no tratamento gráfico que lhes é conferido, decorrente da rapidez do traçado que foi levando à sua crescente cursivização, acabando por descaracterizar em grande medida o aspeto gráfico. Trata-se, assim, de uma continuidade gráfica dentro da linha da manuelina, não da manuelina comum, mas já das cursivas velozes⁵⁹. A morfologia das letras permanece praticamente inalterada, porém, alguns escrivães aplicam aos vários elementos gráficos um traçado veloz e um tratamento cursivo, adulterando o aspeto final da escrita. Vejam-se os cursivos velozes das grafias de João do Sal e, sobretudo, de Simão Luís. A escrita deste último, em vários documentos, chega ao ponto de refletir o princípio da desagregação da estrutura gráfica, no que diz respeito aos traços constitutivos de várias letras, como testemunham algumas das suas execuções gráficas mais extremadas, já a caminhar para a encadeada, com excesso de ligaduras, uniões e espirais envolventes.

⁵⁷ Cf. COELHO, Maria Teresa Pereira – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escrivães da corte régia portuguesa (1490-1530)*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁵⁸ Idem, *ibid.*, Anexo 4 – *Quadro síntese de alfabeto, numerais e abreviaturas e outros elementos da escrita (1490-1530)*, p. 1.

⁵⁹ Cf. NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa...*, p. 24.

Quadro 1 – Alfabeto minúsculo dos escrivães identificados

| | CM | SL | JS | AV | BB |
|---|----|----|----|----|----|
| | | | | | |
| b | | | | | |
| c | | | | | |
| d | | | | | |
| e | | | | | |
| f | | | | | |
| g | | | | | |
| h | | | | | |
| i | | | | | |
| l | | | | | |
| m | | | | | |
| o | | | | | |
| p | | | | | |
| q | | | | | |
| r | | | | | |
| s | | | | | |
| t | | | | | |
| v | | | | | |
| x | | | | | |
| y | | | | | |
| z | | | | | |

REFLEXÃO FINAL

No “Livro 1º de fianças de escravos”, a intervenção do escrivão da Câmara na *conscriptio* da documentação está bem patente, diplomática e graficamente, materializada no escatocolo dos documentos⁶⁰. Era da sua responsabilidade a atividade gráfica dos escrivães vinculados à ação escriturária municipal. Competia-lhe afetar à sua oficina de expedição documental os agentes da escrita que considerasse necessários, delegando-lhes as tarefas inerentes ao serviço burocrático municipal. A maior parte, seus “criados”, certamente, formá-la-ia e prepará-la-ia para o ofício. Escrevia e fazia escrever. Subscrevia e responsabilizava-se pelo processo de elaboração dos documentos.

Verificando-se que todos os autores materiais viram documentos por si redigidos subscritos por Cristóvão de Magalhães, fica claro que todas as “mãos”, naturalmente, passavam pelo crivo gráfico do escrivão da Câmara, na sua diferente execução e tratamento gráfico, desde as mais cursivas às de tipo gótico-humanístico que faziam antever as futuras formas humanísticas.

Mesmo realizada sem um carácter exaustivo, a comparação do alfabeto dos escrivães permite perceber a existência de influências recíprocas, inerentes a um permanente convívio gráfico, e de uma provável formação de base comum, no âmbito do referente gótico, certamente, com origem dentro do próprio gabinete escriturário do escrivão da Câmara. Porém, se o cânone de carácter conservador se mantém, nas suas características essenciais, dentro da linha da manuelina comum, já quanto ao seu aspeto geral registam-se cambiantes gráficos, distinções entre os vários tipos de escrita analisados. Não no que diz respeito ao *ductus*, pois a feitura não se altera, mas à figura das letras, cuja morfologia se distingue, em alguns casos, de escrivão para escrivão, por vezes pela mão do mesmo escrivão, embora em documentos diferentes.

A explicação será de ordem prática. Radica no tratamento cursivo que cada escrivão imprime às letras que compõem a sua escrita, como fica dito. Na realidade, a cursividade impõe-se, decorrente de uma escrita vinculada à função administrativa, de natureza burocrática e com mero valor de registo, destinada à preservação e à fixação de memória futura, dentro da instituição a que está filiada e sem pretensões a uma exposição externa. Na prática, o avolumar da escrituração da administração municipal moderna conduziu à necessidade de escrever muito e rápido. Lisboa não ficou alheia a este processo incessante, que levou a que as formas gráficas se tornassem mais dinâmicas e expeditas quanto ao seu traçado.

Ora, quem tutelava este universo gráfico era o escrivão da Câmara, responsável pelo gabinete escriturário municipal, cujas funções foram desempenhadas por Cristóvão de Magalhães durante cerca de meio século. Durante o seu longo percurso burocrático manteve inalterável a sua escrita de tradição gótica de carácter conservador, de tipo tabeliônico, blindada a possíveis contágios. Sob a sua autoridade foi garantida a vigência do cânone gótico, prolongando-o ao serviço do concelho, independentemente da presença crescente de elementos gráficos da humanística que aportavam consigo não apenas um diferente tratamento gráfico, como sejam a redução da cursividade e da velocidade de traçado, aumentando a legibilidade, mas todo um novo sistema gráfico.

Pode considerar-se que terá conseguindo conter a proliferação de rasgos distintivos, cingindo as propostas gráficas personalizadas ao traçado e ao desenvolvimento de letras de índole cursiva de matriz gótica, na linha da manuelina cursiva, com progressivas soluções pessoais que acentuam mais, ou menos, os encadeamentos, caracterizadas pelo seu grande dinamismo⁶¹.

⁶⁰ A sua subscrição está presente em 80% dos documentos, percentagem correspondente a 139 dos 173 documentos do Livro 1º de fianças dos escravos.

⁶¹ Nomeadamente, os casos dos escrivães Simão Luís, João do Sal e Bartolomeu Barbosa.

Esta é a leitura mais consentânea. Mas outra pode ser formulada, tendo em conta um cenário em que parece estar ausente a imposição de uma uniformidade rígida de um tipo gráfico dentro do referente gótico que, eventualmente, poderia adequar-se a uma mesma tipologia documental e a uma mesma função, e perante a diversidade de cambiantes gráficos utilizados por um conjunto de escrivães no seio de um mesmo ambiente paleográfico, permeável ao contágio recíproco, sob a direção tutelar de um só responsável pela ação escriturária. Afinal, o escrivão da Câmara foi enfreado as novas tendências que sopravam de outros contextos gráficos além-fronteiras ou, pelo contrário, sob a sua alçada terá progredido, com a sua “pujança, variedade e complexidade ímpares”, recordando as palavras do professor Borges Nunes, o carácter criador do universo escriturário lusitano?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1º de fianças de escravos.

Livro 3º de D. João III.

Livro dos pregos.

Livro primeiro do Tombo das propriedades foreiras a Camara desta mvito nobre, e sempre leal cidade de Lixboa.

Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião.

Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El rei Nosso Senhor no ano de 1565.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. João III, liv. 18.

ESTUDOS

BATTELLI, Giulio – Nomenclature des écritures humanistiques. In *Nomenclature des écritures livresques du IX^e au XVI^e siècle*. Paris: Service des Publications du Centre National de la Recherche Scientifique, 1954.

CAPPELLI, Adriano – *Dizionario di Abbreviature Latine ed Italiane*. 6ª ed. Milano: Ulrico Hoepli, 1979.

CASAMASSIMA, Emanuele – *Tradizione corsiva e tradizione libraria nella scrittura latina del Medioevo*. Roma: Vecchiarelli Editore, 1988.

COELHO, Maria Teresa Pereira – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escrivães da corte régia portuguesa (1490-1530)*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FONSECA, Jorge – *Escravos e senhores na Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Colibri, 2010.

MARQUES, José – Práticas paleográficas em Portugal no século XV. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. I Série Vol. 1

(2002), p. 73-96.

MARÍN MARTINEZ, Tomás; ROIZ ASENCIO, José Manuel, dir. – *Paleografía y Diplomática*. 5ª ed. Madrid: UNED, 1991. vol. 2.

NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969.

NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. 3ª ed. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1981.

PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PAULO, Jorge Ferreira – Da escrita gótica à humanística na documentação da Câmara de Lisboa: em torno da escrivania municipal quinhentista. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: AML/CML. 2ª Série, Nº 8 (julho-dezembro 2017), p. 119-158.

PETRUCCI, Armando – Funzione della scrittura e terminologia paleográfica. In *Palaeographica Diplomática et Archivistica. Studi in Onore di Giulio Battelli*. Roma: Scuola Speciale Per Archivisti E Bibliotecari Dell'università Di Roma, 1979. I.

POULLE, Emmanuel – *Paléographie des écritures cursives en France du XV^e au XVII^e siècle*. Genève: Lib. Droz, 1966.

BELÉN SÁNCHEZ, Ana; DOMINGUEZ, Jesús – Las escrituras góticas. In RIESCO TERRERO, Ángel, ed. – *Introducción a la Paleografía y la Diplomática general*. Madrid: Síntesis, 2000. p. 133-147.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Da visigótica à carolina, a escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: JNICT-FCG, 1994.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Coimbra: Colibri, 2000.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

SANTOS, Maria José Azevedo – Escrivães e pregoeiros dos concelhos (séculos XIV-XVI). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: CHSC/UC. Nº 14 (2014), p. 119-132.

RIESCO TERRERO, Ángel, ed. – *Introducción a la Paleografía y la Diplomática general*. Madrid: Síntesis, 2000.

RIESCO TERRERO, Ángel – s.v. Híbrida (Escritura). In *Vocabulario científico-técnico de Paleografía, Diplomática y ciencias afines*. Madrid: Barrero & Azedo, 2003.

Submissão/submission: 01/10/2018

Aceitação/approval: 15/11/2018

Jorge Luís Ferreira Marques Paulo, investigador independente, 1170-105 Lisboa, Portugal. jfpaulo@netcabo.pt

PAULO, Jorge Ferreira – Abordagem paleográfica ao Livro 1º de fianças de escravos (1549-1556): exercício de análise de grafias. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2.ª Série N.º 10 (julho-dezembro 2018), p. 71 – 95.

A escrita “manuelina” nas provisões régias quinhentistas

“Manueline” scripts in royal provisions at the early sixteenth-century

Maria Teresa Pereira Coelho

RESUMO

No reinado de D. Manuel, a partir de 1500, surge em Portugal uma nova letra bem distinta da letra joanina (cânone gráfico fixado na Chancelaria Régia desde D. João I), com introdução de alterações e inovações semelhantes ao modelo da cortesão castelhana apresentando uma versão caligrafada e outra cursiva veloz. A introdução destas alterações numa escrita previamente canonizada deverá ter surgido através das mãos de profissionais altamente posicionados na Corte régia, com capacidade e espaço de manobra para as impor. A análise das escritas usadas pelos escrivães da Corte na redação das provisões régias permite atribuir a introdução da escrita manuelina aos escrivães Afonso Mexia e António Carneiro nas versões caligrafada e cursiva veloz respetivamente.

PALAVRAS-CHAVE

Paleografia / Escrita manuelina / Escrita cortesã / Provisões régias / Cânone

ABSTRACT

In the reign of D. Manuel, from 1500 onwards, a new kind of letter appeared in Portugal. This lettering was distinct from the johannine calligraphy (a standard graphic fixed in the Royal Chancellery since D. João I), with the introduction of changes and innovations similar to the model of the Castilian courtier characterized by a different calligraphic version and a faster cursive hand. The introduction of these variations into a previously canonized writing must have been accomplished through the hands of highly positioned professionals in the royal court, who had the capacity and authority to maneuver and imposed them. The analysis of the writings used by the court clerks in the drafting of royal provisions allows assigning the introduction of manueline writing to the writers Afonso Mexia and António Carneiro respectively in the calligraphic version and quick cursive hand.

KEYWORDS

Palaeography / “Manueline” script / Courtly script / Royal provisions / Canon

INTRODUÇÃO

Pode dizer-se que as escritas são o resultado da evolução de um tipo anterior, produto de uma região e de um movimento cultural em que se insere, sofrendo influências que se repercutem nas suas formas e vão contribuindo para a sua diferenciação que, a pouco e pouco, permitem distinguir a existência de características diferentes da escrita que a antecede.

No decorrer da evolução da forma, é possível fixar certos momentos em que a escrita assume aspetos característicos, que permitem distinguir tipos bem definidos a que se atribui um nome particular, procedendo-se deste modo a uma classificação.

Em 1969, Eduardo Borges Nunes propôs a denominação de “manuelina” para uma “letra nova”, surgida no reinado de D. Manuel, apresentando-a como “bem distinta da letra joanina”¹, que desapareceu em meados do século XVI, após um processo de hibridação. Considerou que esta “letra nova”, sendo cursiva por formação, apresentava duas versões: uma caligrafada e outra cursiva veloz. Nas referências a esta nova letra foram feitas algumas comparações com o cânone joanino e com o modelo da escrita cortesã castelhana. As classificações, mais ou menos tradicionais, baseadas nas grandes “famílias” de escrita situam esta “nova letra” no campo das góticas quanto à formação e nos subgrupos das caligráficas e cursivas no que diz respeito ao modo de execução.

Tendo como ponto de partida a ideia de que esta nova escrita “foi, de facto, obra do ambiente gráfico da corte régia”² e que a sua introdução em Portugal poderia estar relacionada com os contactos entre as cortes portuguesa e castelhana, dadas as relações familiares muito próximas durante este reinado e considerando que seria de origem cortesã (escrita usada na Corte castelhana), a análise da documentação redigida pelos escrivães permite atribuir a responsabilidade da introdução da escrita manuelina na documentação portuguesa aos escrivães Afonso Mexia e António Carneiro.

O elevado número de provisões régias (cartas missivas, mandados e alvarás) existente no acervo do Arquivo da Câmara de Lisboa tem possibilitado uma análise da escrita utilizada por vários escrivães identificados no escatocolo, passíveis de localizar temporalmente e admitindo-se a hipótese de verificar em cada autor gráfico a alteração ou permanência de um tipo de escrita, o que permite conhecer o cânone joanino, identificar as alterações introduzidas a partir de 1500 e caracterizar um novo arquétipo.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: TENDÊNCIAS GRÁFICAS NOS SÉCULOS XV E XVI

Na Europa do século XV, a escrita predominante continuava a ser a “gótica”, nas versões “cursiva” e “librária” em que, se por um lado se cursivava para permitir uma escrita mais rápida, por outro se apresentava um tipo mais caligráfico “fortemente anguloso, mais adequado à natureza de manuscritos solenes”³.

O aumento da produção de documentos de carácter jurídico e económico e das atividades nas chancelarias por parte dos notários, tabeliães públicos e escrivães, levou a uma execução rápida da escrita não compatível com a forma caligráfica da “gótica”. A cursividade da “gótica” e a sua multiplicidade de estilos foram produzindo formas

¹ NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969. p. 24.

² NUNES, Eduardo Borges, *Op. cit.*, p. 23.

³ MARQUES, José – Práticas paleográficas em Portugal no século XV. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Faculdade Letras, Universidade do Porto. I Série Vol. 1 (2002), p. 75.

artificiais de ligação entre as letras que condicionavam a sua feitura. Na opinião de José Marques⁴, estamos perante um fenómeno de *ductus* inverso, ou seja, a ordem e o sentido dos traços inverte-se para uma maior facilidade de movimentos, com consequências de ordem gráfica. A ligação entre as letras feita pela parte superior desfigura algumas delas, levando ao aparecimento de novas formas. Este fenómeno, diferenciado de acordo com a região, leva-nos, por exemplo, a distinguir o cursivo português do de Castela, que embora havendo um certo parentesco entre eles e algum paralelismo na evolução, nomeadamente no arredondamento das letras e nos traços de abreviatura, apresentam características específicas.

As críticas feitas pelos humanistas italianos à forma artificial da escrita “gótica”, por um lado, e a introdução, pelo humanista Poggio Bracciolini, de uma nova forma de escrita (a “humanística”) que, imitando a “carolina”, apresentava um modo de execução rápido, contribuíram para a expansão desta última e progressivo desaparecimento da anterior.

A reaproximação, desde meados do século XV, entre os reinos de Portugal e de Castela, intensificada durante o reinado de D. Manuel, levou Borges Nunes a interrogar-se sobre a possibilidade de os escrivães portugueses terem imitado a escrita “cortesã” castelhana, considerando que poderia ter existido uma “lenta contaminação de espírito”⁵ sem que isso implicasse a importação pura e simples do modelo castelhano.

A escrita “cortesã”, uma derivação da letra de “albalaes” (alvarás), apresenta-se comprimida, miúda, com poucas abreviaturas, arredondamento dos traços, diminuição da altura das hastes e com muitas ligaduras em que os traços finais se prologam em forma de curva. Esta escrita empregada com grande regularidade nas cartas e despachos expedidos pela secretaria dos reis, pelo conselho ou pela chancelaria, foi pouco usada nos documentos particulares.

A escrita cortesã, que pode ter grande perfeição e beleza quando executada com cuidado, como recomendavam as pragmáticas régias sobre a redação de documentos públicos, sofreu um processo de degradação, tal como tinha acontecido anteriormente com a gótica, em virtude do *cursus*. Pela rapidez de redação transformou-se em escrita processual, resultante da arte de execução dos escribas, que foram suprimindo traços supérfluos e equiparando o tamanho das várias letras. A grafia das letras transformou-se num puro enlace de curvas côncavas e convexas, num traço que aparenta uma cadeia sem fim, sem separação de palavras a que se dá o nome de escrita encadeada.

Em Portugal, no último quartel do século XIV, o cursivo comum deteriora-se acentuadamente dando lugar a um tipo mais regularizado, aparentado aos cursivos franceses, semelhante à “lettre bâtarde”, para a qual Borges Nunes propõe o nome de “letra joanina”⁶. No século XV, e com prolongamento até ao século XVI, a escrita vigente era a “gótica”, nas versões caligráfica utilizada essencialmente nos códices e cursiva para os textos diplomáticos. No entanto, tal como aconteceu em Castela, “os escrivães da corte começaram, paulatinamente, a diminuir a agudeza das hastes, a aliviar a compressão horizontal da escrita, a acentuar-lhe a inclinação, a arredondar o traçado de letras e sinais”⁷, dando origem a uma nova letra para a qual Eduardo Borges Nunes propõe o apelativo de letra manuelina, afirmando ter sido ela um produto típico dos meios escreventes da Corte portuguesa do final do século XV e primeira metade do século XVI. Em simultâneo, num processo natural de contaminação, começam a surgir “elementos de um sistema gráfico diferente, neste caso do humanístico”⁸ podendo afirmar-se que “o

⁴ MARQUES, José, *Op. cit.*, p. 82.

⁵ NUNES, Eduardo Borges, *Op. cit.*, p. 24.

⁶ NUNES, Eduardo Borges, *Op. cit.*, p. 21.

⁷ NUNES, Eduardo Borges, *Op. cit.*, p. 22.

⁸ PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia portuguesa de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. p. 96. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

processo de introdução da escrita humanística na prática escriturária dos escrivães régios teve início na década iniciada em 1520, prolongando-se pela década seguinte”⁹.

A “humanística librária” está associada à fase de reforma dos forais e à cópia da documentação régia referente a cada uma das comarcas do reino, cuja coleção ficou conhecida pela designação de “Leitura Nova”.

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCRITAS UTILIZADAS PELOS ESCRIVÃES NAS PROVISÕES RÉGIAS

Nas provisões régias produzidas na última década do século XV predomina o cânone “joanino” (ver Figuras 1 e 2) em que os traços angulosos, as hastes altas, o prolongamento inferior das caudas e os longos traços de abreviatura ocupam o espaço entre as linhas, dando um aspeto carregado, sem grande contraste de finos e cheios.

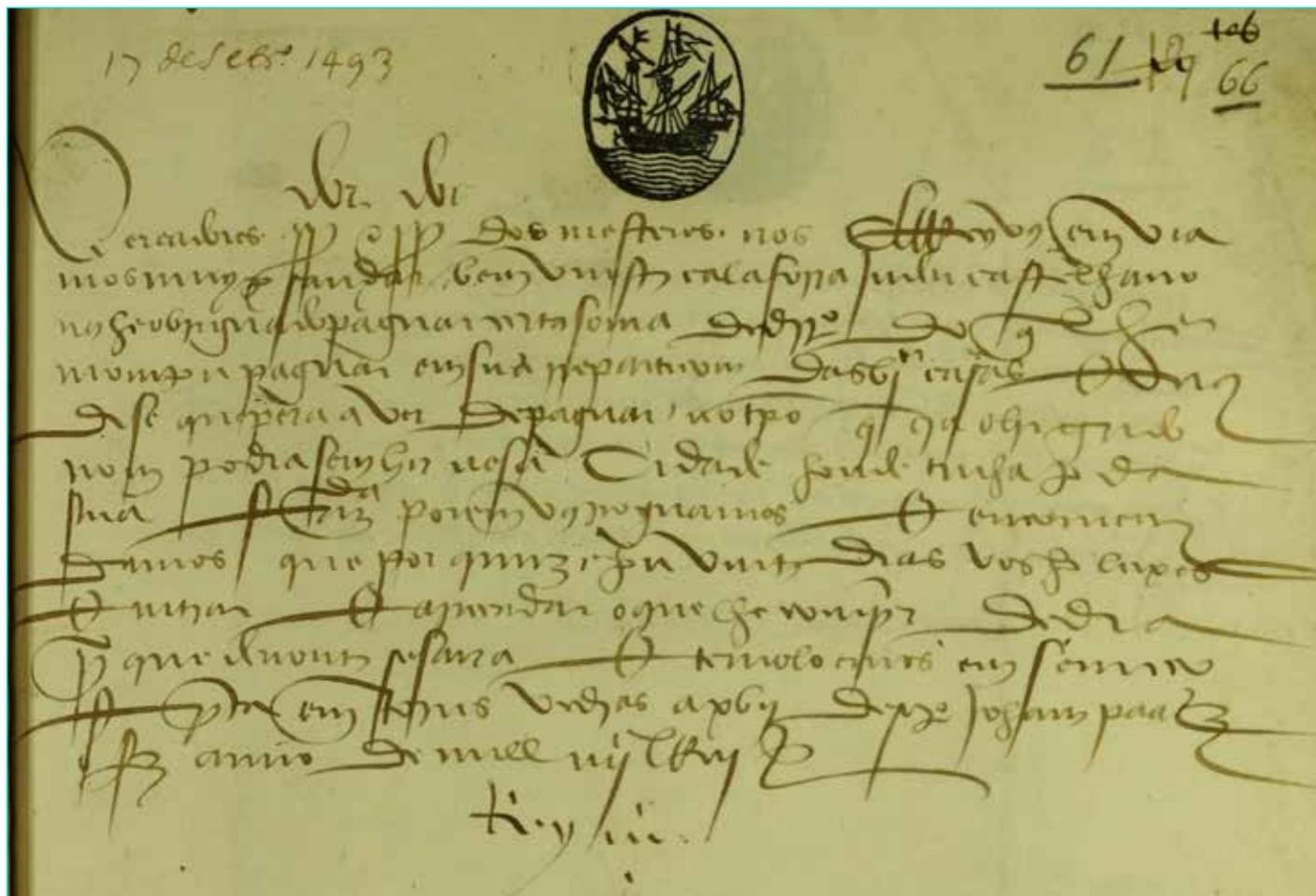


Figura 1 Escrita joanina, escrivão João Pais, 1493. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 3º de D. João II, doc. 61, f. 74.

⁹ PAULO, Jorge Ferreira, *Op. cit.*, p. 135.

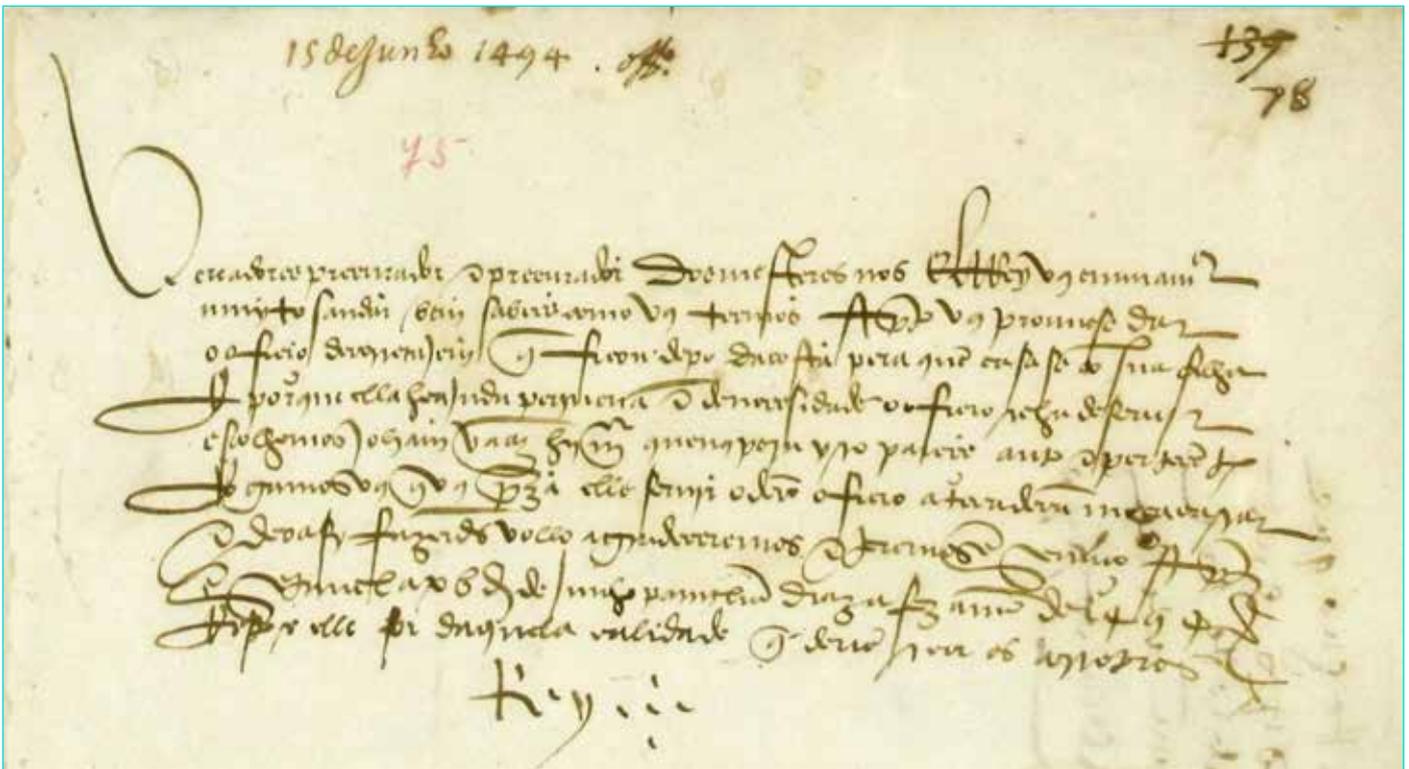


Figura 2 Escrita joanina, escrivão Pantaleão Dias, 1494. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, Livro 1º de provimento de ofícios, doc. 75, f. 82.

Na redação das provisões régias após 1500 a maioria dos escrivães utilizava um novo modelo que se caracteriza, em termos gerais, pela alteração da sua feitura, pelo aparecimento de novas formas em algumas letras e pelo desaparecimento de outras, tornando-se evidente a tendência para o arredondamento dos traços, a diminuição do tamanho das hastes e dos prolongamentos, libertando espaço entre as linhas e comprimindo as letras de cada palavra.

Na execução dessa nova escrita, a que foi dado o apelativo de manuelina, foram identificadas duas técnicas: uma caligrafada (ver Figura 3) e uma cursiva comum¹⁰ (ver Figura 4) que se diferenciam pelo número de traços da feitura e pelo espaço entre palavras, que na cursiva é ocupado por ligaduras.

A escrita “manuelina comum” cursiva, com união das letras de cada palavra e ligaduras entre algumas palavras, apresenta as letras pequenas¹¹ de dimensões reduzidas com traços arredondados (a, c, m, n, r, u) e laçadas redondas em algumas formas (e, s, t). As letras altas¹² apresentam hastes curtas com laçadas (b, l, h, d) ou traços oblíquos arredondados (v) com predomínio da inclinação para a esquerda. As letras baixas¹³, sem grandes prolongamentos, revelam formas arredondadas com simplificação na feitura, através da diminuição do número de traços de execução, o uso de laçadas em algumas formas (f, j, z). É frequente a coexistência, no mesmo documento, de várias formas das mesmas letras, como é o caso de **f**, **g**, **p**, **s**. Registou-se uma escassez de uso de abreviaturas e a diminuição do uso de **i** e **s** longo bem como de **r** caudado; predominância do **r** arredondando semelhante ao número 2, do **e** com laçada e **i** com pinta.

¹⁰ COELHO, Maria Teresa Pereira – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escrivães da corte régia portuguesa (1490-1530)*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹¹ Letras em que o corpo não sobressai: a, c, e, i, m, n, o, r, s, t, u, x.

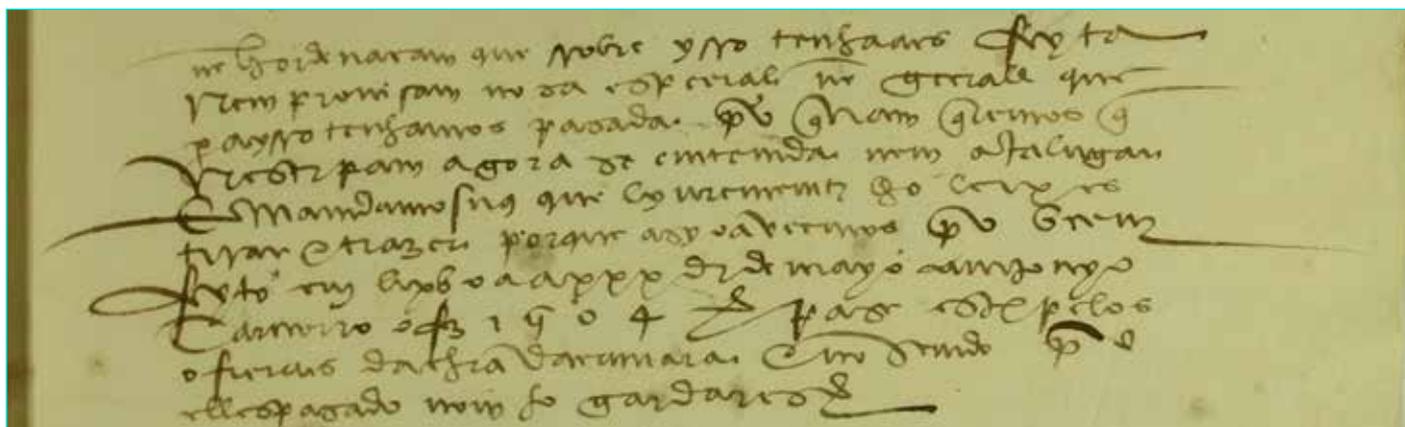
¹² Letras cuja haste se eleva para a parte superior do corpo: b, d, h, k, l.

¹³ Letras que se prolongam para a parte inferior do corpo: g, j, p, y, z.



Aço (oque fizemos pº fquecimento nom cmb
 Cambiand da auca, que nella emfa o all fagueque
 Sanopa cidul. Etamger. Alquamra. Hzam an
 ilor. illa promid. Nom apº mº fmo b acord. E
 apmo que fura camara fz illeca pº apimº
 vaguaº. quamb douna. antio idta. vagou
 pollo gl. Monos. Poban. Da encomendamos. Dm
 subarguo b que bº apº. Apº monos. lio ad pº
 contagen, ao deo all fagueque. Nella em tamra.
 Hzam emcutimento que maio nom podon. (Eao
 lio. Alif. il fºge ao robique bº. Apº monos. fz
 ara pira o diamr. Hfguardado. og. fºge. og.
 om. podr. Afaz. pº que. pº. pº. or fao. C pº llo. fºge.
 pay. pimos. ille. emcutimul. fºge. emos. com. bº. fºge.
 bo. emcutim. fºge. em. maie. to da via. o. lio. al.
 fagueque. da. oia. adta. contagen. Cagrad. to. uolo.
 emos. Apº. fºge. maie. aol. ey. fºge. to. ao.
 meia. a. fz. anno. de. 1. 5. 0. 8.

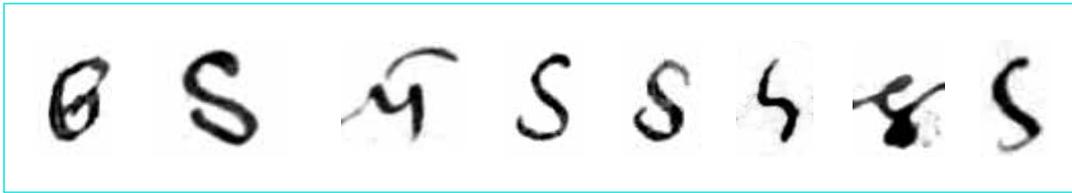
Figura 3 Escrita manuelina caligrafada, escrivão Afonso Mexia, 1508. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, Livro 1.º de provimento de officios, doc. 105, f. 111.



mº. gº. d. n. a. r. a. m. q. u. e. n. o. b. i. s. y. n. o. t. e. n. g. a. m. o. s. f. i. z. e. r. e.
 N. o. m. p. r. o. m. i. s. s. a. m. n. o. s. a. s. p. e. c. i. a. l. n. o. g. e. r. a. l. e. q. u. e.
 p. a. y. n. o. t. e. n. g. a. m. o. s. p. a. s. a. d. a. p. o. q. u. e. m. o. s. q. u. e.
 v. i. d. e. r. e. m. o. s. a. g. o. r. a. d. e. e. m. t. e. n. d. a. n. o. m. a. l. a. l. i. q. u. a. n. d. a.
 E. m. a. n. d. a. m. o. s. q. u. e. c. o. m. m. e. n. t. e. d. e. c. o. r. r. e. p. t. e.
 t. r. a. n. s. t. r. a. z. e. n. p. o. r. q. u. e. a. s. s. e. n. t. e. m. o. s. p. o. b. e. n. e. f. i. c. i. o.
 f. i. z. e. r. e. m. o. s. a. s. s. e. n. t. e. m. o. s. d. e. m. a. y. o. a. n. y. n. o. s.
 E. m. a. n. d. a. m. o. s. q. u. e. p. a. r. a. d. e. p. e. l. o. s.
 o. f. i. c. i. o. s. d. e. f. i. z. e. r. e. m. o. s. e. m. d. i. n. d. e. p. o. r.
 e. l. l. o. s. p. a. s. a. d. o. n. o. m. b. o. g. a. r. d. a. r. e. m. o. s.

Figura 4 Escrita manuelina comum, escrivão António Carneiro, 1504. Arquivo Municipal de Lisboa, Livro 2.º do provimento do pão, doc. 25, f. 27.

No sistema de numeração, mantém-se o uso de letras e números com maior frequência para formas mistas e em que o numeral 5 é aquele que apresenta maior variedade de formas.



Na escrita “manuelina caligrafada”, para além do arredondamento dos traços, da diminuição da extensão das hastes e dos prolongamentos, podemos verificar a separação das palavras, o menor uso de ligaduras e a compressão horizontal da escrita com maior número de palavras por linha, o frequente uso do *s* gótico em final de palavra e variadas formas do sinal de conjunção *e*. Na variante caligrafada é mais frequente o uso de vírgulas, pontos finais e cedilhas.

Os primeiros escrivães a apresentar alterações ao modelo joanino são António Carneiro e Afonso Mexia, respetivamente nas versões “comum” e “caligrafada” a quem, provavelmente, poderão ser atribuídas as responsabilidades pela inovação.

Tendo em consideração que cada escrita é o resultado da evolução de um tipo anterior, em que entram em ‘competição’ vários elementos e causas múltiplas, interessa averiguar as condições políticas e culturais ou elementos exteriores que possam estar na base destas alterações.

É sabida a proximidade entre as cortes portuguesa e castelhana através dos sucessivos matrimónios do rei D. Manuel, cuja evidência, dentre outras, é a vinda para Portugal de membros da Corte castelhana. Assim, como é certo que no século XV a letra utilizada em Castela nas cartas e despachos expedidos pela secretaria dos reis era a cortesã pode-se afirmar que a nova letra manuelina é de inspiração cortesã.

Tendo em consideração as características apresentadas por Muñoz y Rivero relativamente à escrita cortesã, nomeadamente o facto de apresentar um arredondamento dos traços, ser comprimida, miúda, não muito pródiga em abreviaturas, com muitas ligaduras e o prolongamento dos traços finais em forma de curva e comparando a manuelina caligrafada com a cortesã, podemos verificar a existência de algumas semelhanças.

Estas semelhanças traduzem-se não só no arredondamento dos traços e na forma de algumas letras, como sejam, as letras *A* e *S* maiúscula, o *d*, *f*, *v*, *a* e *y* minúscula, mas também na compressão horizontal da escrita e nas dimensões reduzidas das letras pequenas.

Tem-se constatado que é frequente, no mesmo período temporal em que há uma proliferação da escrita manuelina (ver Figura 5), a presença de escritas realizadas sem obediência aos cânones estabelecidos (ver Figura 6), permitindo identificar para o mesmo autor gráfico vários tipos de escrita, incluindo formas de escrita espontânea, ou variantes gráficas da escrita usual no quotidiano, como se pode exemplificar através de alguns documentos redigidos por Damião Dias, entre outros escrivães.

No caso de Afonso Mexia, o escrivão usou, durante a sua longa carreira, o modelo joanino, o novo modelo de escrita manuelina nas versões comum e caligrafada (ver Figura 7) e uma outra escrita que poderá ser considerada espontânea ou usual (ver Figura 8).

A hipótese de existência de uma relação direta entre o tipo de escrita utilizada e a tipologia documental pode considerar-se nula já que foram utilizados vários tipos de escrita nos alvarás e cartas-missivas. Apenas nos mandados se observa alguma maior frequência do uso das escritas mais cursivas e usuais. A escolha do tipo de escrita parece ficar ao critério de cada escrivão com exceção de algumas cartas mais solenes em que predominou uma escrita caligrafada.

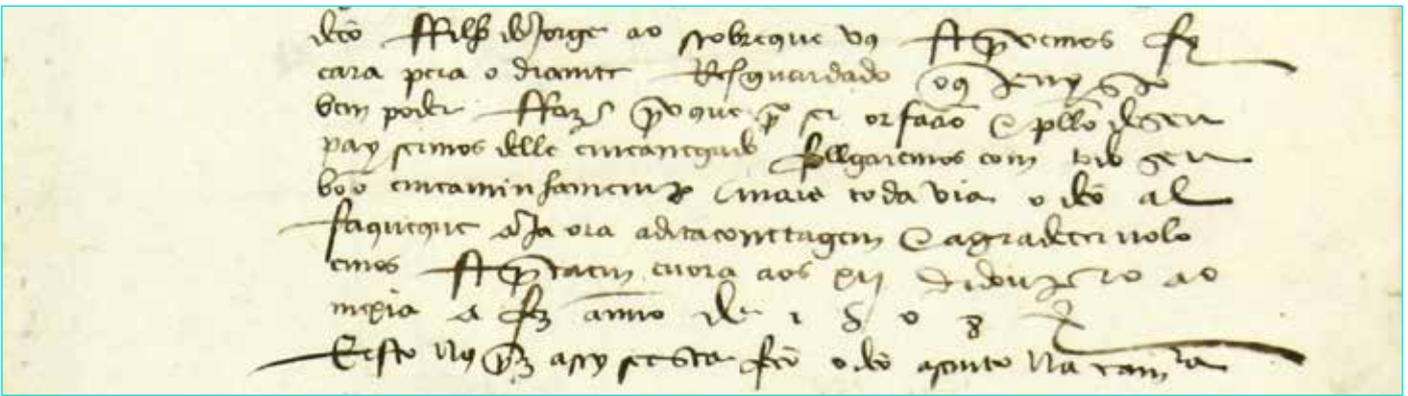


Figura 7 Escrita manuelina caligrafada, escritão Afonso Mexia, 1508. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, Livro 1.º de provimento de officios, doc. 105, f. 111.

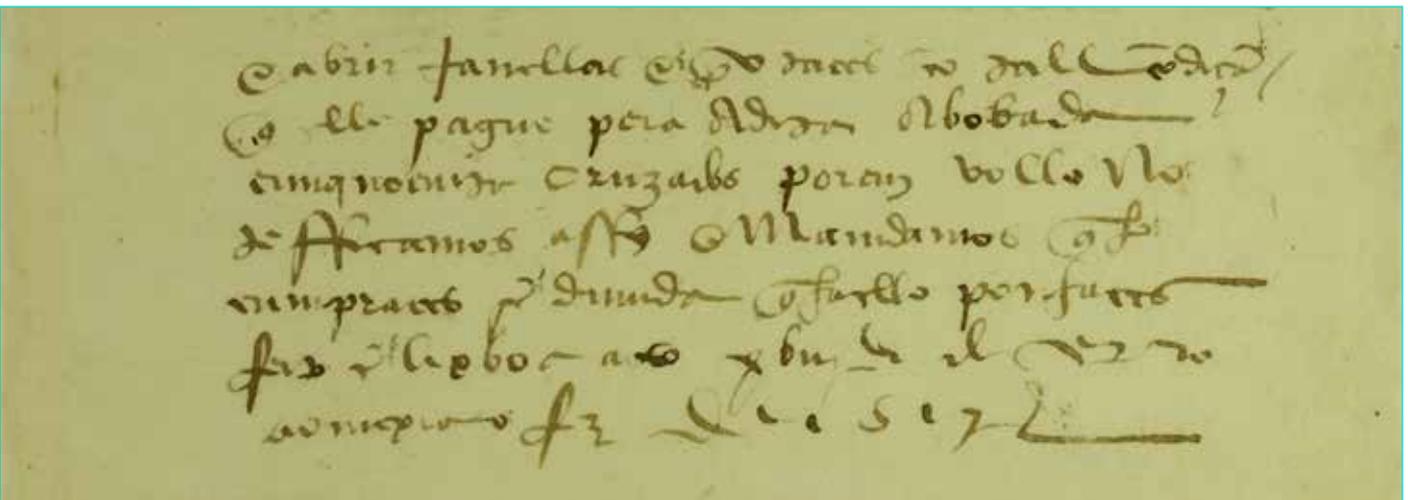


Figura 8 Escrita espontânea, escritão Afonso Mexia, 1496. Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 4º de D. Manuel I, doc. 85, f. 102.

TIPOLOGIA DOCUMENTAL E FORMULÁRIOS

As provisões régias no reinado de D. Manuel apresentam formulários específicos para cada um dos tipos (alvarás, mandados e cartas-missivas) não se verificando diferenças significativas entre os vários escritões.

Os **alvarás** têm início com a *subscriptio* régia (Nós el rei), seguida da notificação (fazemos saber) e da *inscriptio*¹⁴ (a vos F.). O texto pode ter início com a narração seguida do dispositivo (Nos praz ou havemos por bem) ou o contrário, terminando com a cláusula de notificação (vos mandamos). O escatocolo começa com o particípio “feito” ou “escrito” seguido da *datatio* (elemento topográfico, elemento cronológico: dia, mês e ano), sendo, por vezes, interrompido entre o mês e o ano pela identificação do escritão (“F. o fez”) ou tendo início com a identificação do autor, seguindo-se a data.

Nos **mandados**, o protocolo tem início com o nome do destinatário, a *inscriptio*¹⁵ seguida do dispositivo (mandamos vos). O texto é curto, apresentando as instruções específicas de forma direta. O escatocolo começa

¹⁴ Pode ser única (almojarife...) ou múltipla (juízes e oficiais...).

¹⁵ Único (Licenciado...) ou múltiplo (vereadores, procurador, procuradores dos mestres...).

com o participío “feito” seguido da *datatio* (elemento topográfico, elemento cronológico: dia, mês e ano) idêntico ao dos alvarás.

As **cartas-missivas** apresentam um formulário diversificado e têm, regra geral, início com o endereço¹⁶, seguido da *subscriptio* régia e de uma saudação (vos enviamos muito saudar). O texto inicia-se com a *narratio* e termina com o dispositivo. O escatocolo é idêntico ao dos alvarás e mandados, diferindo apenas no predomínio do verbo utilizado (escrita em vez de feita).

A *subscriptio* mais usada nas provisões régias é concisa, expressa por “Dom Manuel et cetera” ou “Nos el rey”, tendo-se registado poucas situações em que é utilizada a forma extensa¹⁷.

No reinado de D. João III registam-se alterações no final do escatocolo, nomeadamente com introdução de frases de subscrição redigidas por escrivães que continuavam como redatores das provisões régias ou outros e, em paralelo, a existência do mesmo tipo de documentos sem qualquer subscrição sem diferenças nos formulários dos documentos com subscrição e sem subscrição.

A título de exemplo, podemos indicar duas cartas para o mesmo destinatário, redigidas pelo escrivão Manuel de Moura, uma com subscrição¹⁸ e outra sem¹⁹, em que foi utilizado o mesmo formulário: endereço, seguido da *subscriptio* régia e de uma saudação. O texto inicia-se com a *narratio* e termina com o dispositivo e no escatocolo constam os elementos topográfico, cronológico e de identificação do escrivão.

O mesmo escrivão com subscritores diferentes não apresenta formulários diferentes, como é o caso de dois mandados²⁰ de Álvaro Neto em que o formulário é igual: nome do destinatário (*inscriptio*), seguido do dispositivo (mandamos vos) e de um texto curto e direto. O escatocolo tem início com o participío “escrito” seguido do local e dos elementos cronológicos.

A partir de 1521, a subscrição das provisões régias surgiu essencialmente associada aos assuntos da Fazenda. Alguns dos escrivães, que no anterior reinado faziam parte do grupo preferencial para a redação da documentação emanada da Câmara do Rei, terão sido “deslocados” para assuntos relacionados com a Fazenda. O ato de subscrição passou a ser frequente, tendo sido identificados como subscritores os escrivães Afonso Mexia, Antão da Fonseca, Damião Dias, Estêvão d’Álvares, Fernão d’Álvares, Garcia de Resende e Jorge de Figueiredo. No entanto, a passagem de escrivão a subscritor não parece ser sinónimo de experiência na carreira de escrivão. Com efeito, se é verdade que, apenas Afonso Mexia e Damião Dias apresentavam uma longa carreira como escrivães, não é menos verdade que o escrivão André Pires, um dos mais experientes e com carreira mais longa, não aparece como subscritor. Nem todos os subscritores que surgem a partir de 1521 constam entre os escrivães mais significativos na redação das provisões régias até essa data, como é o caso de Estêvão d’Álvares, Jorge de Figueiredo e Fernão d’Álvares, cujos primeiros documentos encontrados datam de 1519.

¹⁶ Pode ser único e nominal (bispo amigo... ou Álvaro Velho) ou múltiplo (vereadores, procurador e procuradores dos mesteres...).

¹⁷ Exemplo: “Dom Manuell per graça de Deus rey de Purtugall e dos Allgarves daquem e daleem mar em Africa senhor da Guinee e da conquista navegaçam comercio da Eteopia Persya e de Imdia...”. in *As gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974. vol. X, p. 475. (GAV XIX-XX, maços 1-7).

¹⁸ “Vereadores procurador e procuradores dos mesteres desta nosa cidade de Lisboa nos el rey vos enviamos muito saudar [texto] stprita na dicta cidade a xxiiij dias d’abril Manuel de Moura a fez de 1521 e eu Fernam d’Alvares a fiz estprever” (AML, Chancelaria da Cidade, Livro 1º de serviços a El Rei, doc. 40, f. 53).

¹⁹ “Vereadores procurador e procuradores dos mesteres da cidade de Lisboa eu el rey vos enviamos muito saudar [texto] stprita em cojmbra a xx dias d’outubro Manuel de Moura a fez de 1527” (AML, Chancelaria da Cidade, Livro 1º de serviços a El Rei, doc. 44, f. 59).

²⁰ “Pantalyão Diaz mandamos vos que [texto] stprito em Lisboa a xij dias de Dezembro Alvaro Neto o fez de mil xxij e eu Afonso Mexia o ssobstprevy” (Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Corpo Cronológico, Parte I, m. 28, d. 136, 1522). “Almoxarife de Symtra mamdamos vos que [texto] stprito em evora a xxj dias de mayo Allvaro Neto o fez de mil bc xxiiij e eu Antam de Fonseca o sobescrevy” (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, m. 31, d. 11, 1524).

CONCLUSÃO

Entre as características gerais da escrita de 1490 a 1500 poder-se-á destacar o contraste entre o tamanho das letras pequenas, a extensão das hastes e os prolongamentos das letras altas e baixas, tipificando o cânone da escrita joanina que predomina neste período. As poucas abreviaturas e os abundantes e longos traços de significação geral preenchem o espaço entre linhas que, em conjunto com as hastes e prolongamentos, conferem um aspeto pesado a esta escrita.

A partir de 1500, registou-se uma diminuição da extensão das hastes e dos prolongamentos, arredondamento dos traços das letras com compressão horizontal da escrita, aparecimento de novas formas de algumas letras, libertação de espaço entre palavras e linhas, conferindo um aspeto mais leve à mancha de texto. Este novo modelo, que se pode designar por “escrita manuelina”, usado pela quase totalidade dos escrivães, apresenta duas variantes: uma cursiva comum e outra caligrafada.

A existência de um novo cânone apresenta um período de grande estabilidade e difusão na década de 1510-1519 por parte da maioria dos escrivães da Câmara do Rei e uma fase de hibridação com proliferação de variações gráficas e escritas usuais, após 1520, sem que desapareça até 1530.

Existem bastantes semelhanças entre a escrita manuelina e a cortesã castelhana no que diz respeito à forma, feitura de algumas letras, arredondamento dos traços, diminuição do tamanho das hastes, escassez de abreviaturas e compressão da mancha de texto. A evolução em paralelo das góticas cursivas, em Portugal e Castela, e a intensificação da troca de correspondência podem ter servido de motor de arranque a esta nova escrita que surgiu no reinado de D. Manuel.

Constata-se que é vulgar o mesmo indivíduo utilizar vários tipos de escrita, sendo o exemplo mais significativo o caso do escrivão Afonso Mexia, que usa o modelo joanino, o novo modelo de escrita manuelina nas versões comum e caligrafada e uma outra escrita que poderá ser considerada espontânea ou usual.

O novo modelo gráfico, tendo-se generalizado à maioria dos escreventes, apresenta “focos” de resistência, como é o caso de Damião Dias que redigiu muitos documentos numa escrita espontânea ou usual, que se afasta de qualquer cânone.

A tipologia documental, o teor dos documentos e os destinatários não condicionam os escrivães à utilização de um tipo de escrita, embora no conjunto de documentos redigidos por cada um pareça que, tendencialmente, tenha havido maior cuidado na execução da escrita dos alvarás e cartas-missivas do que na escrita utilizada nos mandados.

A existência de subscrição de escrivães em grande parte das provisões régias, após a subida ao trono de D. João III, parece não corresponder a uma alteração da escrita nem dos formulários em função, ou por imposição do subscritor.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Évora

Livro 73, Coleção de Originais da Câmara Municipal de Évora.

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria da Cidade, Livro 1º do provimento de ofícios.

Chancelaria da Cidade, Livro 1º de serviços a El Rei.

Chancelaria Régia, Livro 3º de D. João II.

Chancelaria Régia, Livro 3º de D. Manuel I.

Chancelaria Régia, Livro 4º de D. Manuel I.

Chancelaria Régia, Livro de festas.

Provimento do Pão, Livro 2º do provimento do pão.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Corpo Cronológico, Parte 1, maços de 1 a 44

Corpo Cronológico, Parte 2, maços de 2 a 12

Corpo Cronológico, Parte 3, maços de 1 a 11

IMPRESSAS

As gavetas da Torre do Tombo. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974. vol. X, p. 475. (GAV XIX-XX, maços 1-7).

ESTUDOS

ALONSO CORTÉS, Vicenta – *La escritura y lo escrito: paleografía y diplomática de España y América en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.

BATTELLI, Giulio – *Lezioni di paleografia*. 3ª ed. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1986.

CENCETTI, Giorgio – Vechi e nuovi orientamenti nello studio della paleografia. *La Bibliofilia*. Milano: Casa Editrice Leo S. Olschki. Vol. 50 N° 1 (1948), p. 4-23.

COSTA, Avelino Jesus da – *Álbum de paleografia e diplomática portuguesas*. 4ª ed. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1983.

COELHO, Maria Teresa Pereira – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escrivães da corte régia portuguesa (1490-1530)*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CRUZ, António – *Paleografia portuguesa: ensaio de manual*. Porto: Universidade Portucalense, 1987.

DIAS, João José Alves; MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa F. – *Álbum de paleografia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

GARCIA VILLADA, Zacarias – *Paleografía española*. Barcelona: Ediciones El Abir, 1974. 2 vol.

GIMENO BLAY, Francisco M. – La paleografia en España. In PETRUCCI, Armando; PRATESI, Alessandra, ed. – *Un Secolo di paleografia diplomatica: 1887-1986*. Roma: Gela Editrici, 1988. p. 189-209.

MARIN MARTINEZ, Tomás, coord. – *Paleografía y diplomática*. 3ª ed. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1988.

MARQUES, José – Práticas paleográficas em Portugal no século XV. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Faculdade Letras, Universidade do Porto. I Série, Vol. 1 (2002), p. 73-96.

MILLARES CARLO, Agustín – *Paleografía española: ensaio de una historia de la escritura en España desde el siglo VIII al XVII*. Barcelona: Editorial Labor, 1929. vol. 1.

MUNOZ Y RIVERO, Jesús – *Manual de paleografía diplomática española de los siglos XII al XVII*. Madrid: Atlas, 1972.

NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de Paleografia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969.

PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Submissão/submission: 30/09/2018

Aceitação/approval: 13/11/2018

Maria Teresa Pereira Coelho, investigadora independente, 2775-368 Carcavelos, Portugal. tpereiracoelho@sapo.pt

COELHO, Maria Teresa Pereira – A escrita “manuelina” nas provisões régias quinhentistas. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 10 (julho-dezembro 2018), p. 97 – 109.

Levantamento e caracterização de marcas de água no Arquivo Municipal de Lisboa*

Surveying and characterization of watermarks in Arquivo Municipal de Lisboa

Adriana Batista Ferreira Santos
Maria Beatriz de Castro Nunes Lobato de Sousa
Maria Helena Lopes dos Reis Oliveira Nunes

RESUMO

As marcas de água e contramarcas são elementos gráficos dos suportes em papel que, embora não sejam perceptíveis à vista desarmada, têm um caráter informativo podendo ser uma mais-valia para o conhecimento dos suportes, datação e autenticação de documentos em áreas de estudo como a Paleografia, a Conservação e Restauro, a Análise Diplomática, entre outros.

No estudo de levantamento e caracterização de marcas de água realizado no Arquivo Municipal de Lisboa foram identificadas dez diferentes marcas de água na folha de rosto do “Livro 1º de juros do tempo dos Filipes” e em nove documentos de natureza régia e municipal deste livro. Este levantamento permitiu a distribuição das marcas de água em seis categorias conforme a natureza do motivo, sendo a mais frequente a de figuras geométricas. Com base na identificação de algumas destas marcas de água, foi possível estabelecer que os documentos régios analisados têm como suporte papéis produzidos em Itália. Já os suportes dos documentos municipais e a folha de rosto do livro são produzidos em França, Sicília, Espanha e Países Baixos.

PALAVRAS-CHAVE

Marca de água / Filigrana / Papel / Documentos

ABSTRACT

Watermarks and countermarks are graphic elements present on paper supports, barely noticeable to the naked eye, that have an informative character and can be used in areas of study such as Palaeography, Diplomatic Analysis or Conservation and Restoration, among others.

Within the survey and characterization of watermarks in *Arquivo Municipal de Lisboa*, different watermarks were identified in the cover sheet of nine documents from royal and municipal nature. The survey of the watermarks allowed distributing the ten watermarks in six categories according to the nature of the motif, being the most frequent the geometric figures. Based on the identification of some of these watermarks, it was possible to establish that the royal documents are made with paper produced in Italy. The municipal documents and the frontpage are mainly produced in France, Spain, Sicily and the Netherlands.

KEYWORDS

Watermark / Filigraine / Paper / Documents

* Artigo realizado no âmbito do estágio do Mestrado de Conservação e Restauro realizado no Arquivo Municipal de Lisboa em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar.

INTRODUÇÃO

O estudo dos suportes em papel de documentos históricos na área da Conservação e Restauro pode ser complementado e, em determinadas situações, validado com a informação de outros elementos não perceptíveis à vista desarmada. É o caso das marcas de água e das contramarcas que se observam à contraluz nos suportes de papel. Desde o século XIX que são vistas como elementos estéticos provavelmente por se apresentarem na forma de imagens gráficas elaboradas, mas têm fundamentalmente um caráter informativo sobre dados cronológicos importantes para a compreensão, datação e autenticação dos documentos. As marcas de água podem apresentar igualmente conteúdos relevantes noutras áreas de estudo, como a análise diplomática e a história da produção de materiais, contribuindo para a identificação dos diferentes produtores de papel em determinadas épocas. O reconhecimento dos moinhos de papel podem, por sua vez, ajudar na datação de documentos e contribuir para a reconstituição histórica dos materiais e processos de produção dos suportes, assim como estabelecer circuitos de distribuição. Em estudos sociológicos mais aprofundados podem ainda contribuir para o contexto sociocultural dos produtores de papel, as suas aspirações sociais e até mesmo mentalidades¹.

No estudo “Levantamento e caracterização de marcas de água em documentos dos séculos XV, XVI e XVII”, realizado no âmbito do estágio do Mestrado em Conservação e Restauro no Arquivo Municipal de Lisboa, em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar, foi efetuado o registo das marcas de água presentes em dezasseis livros que integram os fundos Chancelaria Régia e Chancelaria da Cidade do referido Arquivo, com o objetivo de contribuir para a identificação dos produtores de papel europeus e dos respetivos circuitos de compra. Foram selecionados livros em papel de produção manual, com documentos datados entre os séculos XV e XVII, de modo a dar um panorama geral das marcas de água existentes no Arquivo Municipal. Ficaram excluídos os documentos anteriores ao século XV por se apresentarem em suportes de pergaminho, sem marca de água, assim como os documentos do século XVIII que já são de produção mecânica. Através do registo fotográfico e representação gráfica, foram identificados 1135 espécimes a que correspondem 65 marcas de água diferentes, conforme a natureza do motivo.

De entre os dezasseis livros anteriormente referidos, foi selecionado para estudo o “Livro 1º de juros do tempo dos Filipes”, não só porque integra vários documentos com marcas de água, representativos dos três séculos, como, por outro lado, alguns documentos que o constituem apresentavam acentuada fragilidade do suporte, exigindo a realização de uma intervenção de conservação e restauro que devolvesse estabilidade ao suporte, de forma a garantir a integridade dos seus conteúdos.

De acordo com uma análise diplomática preliminar, os documentos do referido livro são de natureza régia ou municipal, apresentando-se na forma de alvarás, contratos, mandados e relações de escrituras. Neste âmbito, as marcas de água revelam-se como elementos auxiliares para a identificação e datação de documentos, atestando ainda a autenticidade da origem dos seus suportes. É possível que o estudo e atribuição das marcas de água permita ainda iniciar um esboço de algumas relações comerciais existentes na época, entre as entidades produtoras de documentos à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa e os diferentes distribuidores europeus de papel.

A marca de água é, por definição, a imagem que se observa no papel quando colocado à luz transmitida e faz-se representar por sinais ou imagens gráficas, mais ou menos complexas, por letras ou até mesmo por palavras. Estudos nesta área demonstram que a incorporação deste elemento nasceu da necessidade de os produtores deixarem uma marca pessoal no papel por eles produzido, garantindo a qualidade e autenticidade dos mesmos. Na prática, as marcas de água são produzidas pela diferente deposição da polpa de papel na zona de filigrana, no momento da manufatura das folhas de papel.

¹ SANTOS, Maria José Ferreira dos – Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo. *Cultura*. V. 33 (2014), p. 11-29.

A bibliografia relacionada com a produção de suportes em papel refere que o método de fabrico utilizado entre os séculos XII e XVII era estritamente artesanal e semelhante ao inventado pelos chineses². Este sistema de produção foi alterado pelos árabes a partir do ano 751, tendo sido introduzido na Europa com pequenas inovações, como a utilização de novas fibras e a otimização do processo de maceração.

O processo de fabrico do papel era iniciado com a recolha e seleção de trapo, proveniente de peças de vestuário, constituído maioritariamente por fibras de linho, cânhamo e algodão³. O trapo era rasgado, colocado em tinas com água e deixado a fermentar durante vários dias: a fermentação permitia o amolecimento do trapo e a consequente desagregação das fibras. Estas eram posteriormente maceradas sob movimento constante de martelos e/ou maços, até adquirirem a consistência de polpa. A folha era então obtida através da imersão de uma forma na tina com polpa macerada, sendo o conjunto agitado de modo a distribuir uniformemente as fibras. As folhas de papel eram transferidas para feltros de lã e prensadas para remover o excesso de água. Posteriormente eram colocadas em estendais para uma secagem natural e sem tensões. Na fase final do processo, adicionava-se uma encolagem de amido no papel árabe ou cola animal no papel europeu para conferir impermeabilidade aos suportes, seguida de uma última secagem e prensagem⁴.

A forma utilizada na produção da folha é descrita na literatura como sendo uma estrutura constituída por uma moldura de madeira amovível e rede metálica (figura 1). A estrutura metálica, normalmente em fio de cobre, era formada por fios muito próximos entre si e paralelos ao lado maior da forma (trama das vergaturas) e por fios perpendiculares a estes, mais distantes entre si e paralelos ao lado menor da forma (pontusais). Nesta estrutura podia ainda ser bordado um motivo com fio metálico, designado por filigrana, executado perpendicularmente aos fios menos espaçados entre si. Verificava-se que, na fase da formação de folha, ocorria uma menor acumulação de fibras nos espaços ocupados pelos fios metálicos e pela filigrana, dando origem a áreas de maior transparência, visíveis a contraluz, denominadas nas folhas de papel como pontusais, vergaturas e marca de água, respetivamente. O papel produzido segundo este processo é designado por papel avergoado. Na observação à luz transmitida dos suportes avergoados verifica-se que a orientação dos pontusais e marca de água podem surgir no papel em diferentes sentidos e posições de acordo com a dobragem das folhas.

Apesar de nos estudos de referência se utilizar o termo filigrana em substituição de marca de água, como é exemplo o levantamento de marcas de água em “Les filigranes: dictionnaire historique des marques du papier”⁵, o seu significado é diferente, não devendo por isso ser utilizado como sinónimo. Tendo em conta a descrição de produção da folha, a filigrana corresponde exclusivamente à figura aplicada na rede metalizada e dá origem à marca de água na metade direita da folha de papel, no momento da sua produção⁶.

Existe ainda referência à presença de uma outra marca no papel, designada por contramarca, que se apresenta normalmente na forma de letras ou palavras que complementam a marca de água e personalizam os produtores de papel. A contramarca era produzida do mesmo modo que a marca de água, através da execução do elemento com fio metálico na malha metálica. Por norma, surge à esquerda da folha, em simetria com a marca de água⁶.

² ASUNCIÓN, Josep – *O papel: técnicas e métodos tradicionais de fabrico*. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 2002.

³ ILVESSALO-PFÄFFLI, Marja-Sisko – *Fiber Atlas: Identification of Papermarking Fibers*. New York: T. E. Timell, 1995.

⁴ TURNER, Silvie – *Which paper: a review of fine papers for artists, craftspeople & designers*. 1ª ed. London: BAS Printers Limited, 1991.

⁵ BRIQUET, Charles-Moïse – *Les filigranes: dictionnaire historique des marques du papier*. Paris: W. Kunding & Fils, 1907. vol. I-IV.

⁶ SANTOS, Maria José Ferreira dos – Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo. *Cultura*. V. 33 (2014), p. 11-29.

⁷ SANTOS, Maria José Ferreira dos – Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo. *Cultura*. V. 33 (2014), p. 11-29.

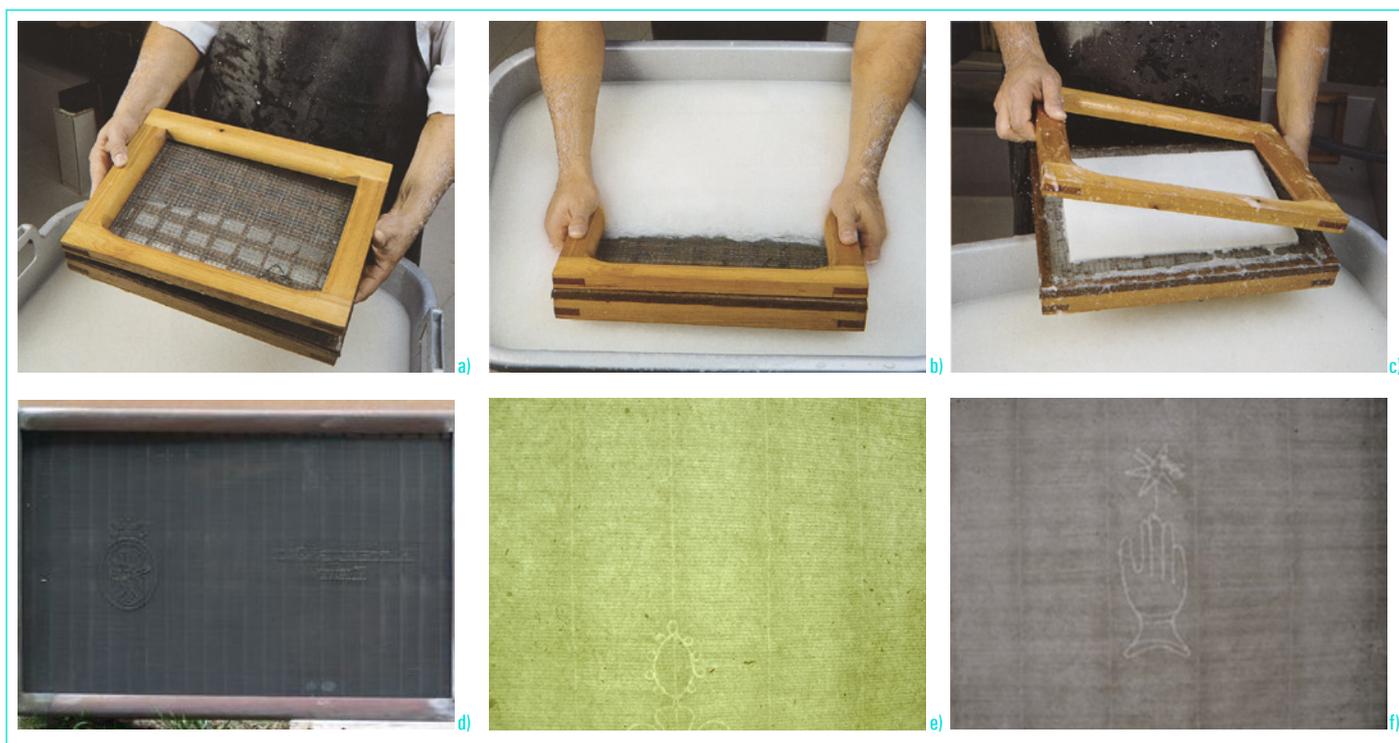


Figura 1 Processo de manufatura do papel e a sua marca de água⁸

HISTÓRIA E PERSONALIZAÇÃO DAS MARCAS DE ÁGUA

Os papéis anteriores ao século XII eram essencialmente de produção oriental e não continham marcas de água. Referências bibliográficas indicam o registo da primeira marca de água num papel produzido pela fábrica italiana Fabriano, em 1282⁹. A marca de água correspondia a uma cruz grega, incluída no papel apenas como elemento identificativo do produtor. Já no século XIV, as instituições de referência e os centros de decisão política ou económica das grandes cidades da Europa ocidental possuíam um depósito substancial de papel italiano. Ao longo do século XIV vão surgindo moinhos de papel por toda a Europa central e, nesta altura, a península italiana e a França afirmam-se como dois dos principais produtores de papel de qualidade. Em Portugal, embora a produção de papel seja conhecida desde o século XV, a primeira marca de água identificada como genuinamente portuguesa data de 1536. A partir de meados do século XV, com a invenção da imprensa de caracteres móveis, verifica-se na Europa um aumento significativo da procura de papel, favorecendo o aparecimento de vários moinhos papeleiros. Este novo panorama exigiu a produção de papéis de maior qualidade para impressão e as marcas de água associadas aos produtores de referência passaram a ser alvo de plágio. Um exemplo é a marca de Giorgio Magnani repetida em Portugal e na Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX¹⁰.

O tipo e a complexidade das imagens das marcas de água foram evoluindo ao longo dos séculos. Inicialmente eram marcas de composição gráfica simples, pouco pormenorizadas, de dimensão reduzida e com simbologia religiosa, como é o caso da estrela, da cruz e do quarto crescente. Já no século XIV, as representações tornaram-se progressivamente mais elaboradas e personalizadas. Deixaram de ser apenas um desenho e passaram a incluir referências ao local do moinho produtor, às iniciais, ou mesmo ao nome do fabricante. Independentemente da individualização ou personalização das marcas de água, estas, por vezes, incorporam também um sentido de

⁸ As imagens a) b) e c) foram retiradas de ASUNCIÓN, Josep – *O papel: técnicas e métodos tradicionais de fabrico*. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 2002, gentilmente cedidas por Parramon Paidotribo. A imagem d) retirada de https://papermoulds.typepad.com/photos/m255_bachelor_son_laid_mo/m255a-batchelors-son-whole-mould-with-offset-deckle-divider.html (pormenor). Imagens e) e f) das autoras.

⁹ TURNER, Silvie – *Which paper: a review of fine papers for artists, craftspeople & designers*. 1ª ed. London: BAS Printers Limited, 1991.

¹⁰ SANTOS, Maria José Ferreira dos – *Marcas de água: séculos XIV-XIX*. Tomar: Tecnicelipa, 2015.

pertença a uma comunidade. É o caso da marca de água que representa as armas de Génova, com a cruz de S. Jorge dentro de uma elipse, coroada com um leão ou com um grifo de cada lado. Esta marca de água italiana constituía uma garantia de qualidade porque assinalava a procedência de um dos mais antigos centros papeleros de Itália, angariando uma aura de prestígio em toda a Europa, entre os séculos XVI e XVII¹¹.

O artigo “Marcas de água do Arquivo Municipal”, publicado em 1998,¹² evidenciou as diferenças entre marcas de água gravadas em momentos históricos bem distantes, através do estudo de um original de 1577 e um traslado de 1819. Verificou-se um carácter modesto e incipiente, que revestia as marcas do documento original, que contrastava com a grandeza e a riqueza de pormenor decorativo da marca de água inscrita no traslado. No documento original, a marca de água fazia-se representar por uma esfera com a bordadura atravessada por um eixo e encimada por estrela, em oposição à marca de água do traslado, com um escudo estilizado com moldura, encimada por uma coroa igualmente estilizada.

As contramarcas também evoluíram graficamente e passaram a incluir elementos com função informativa ou estética, distribuídos de forma aleatória. Em 1739 e 1741 é confirmado o uso de contramarcas como denominação de qualidade, local de fabrico e como elemento de segurança contra falsificações¹³, e passaram a ser normalizadas por regras estabelecidas por toda a Europa ao longo dos séculos. Em França por exemplo, uma ordenação de 1582, de Henrique III, obriga ao uso de uma contramarca como identificação dos fabricantes, através de introdução de iniciais ou nomes completos. A normalização das marcas é também comprovada pelo requerimento apresentado, em 1776, à Real Junta do Comércio, solicitando autorização para que todo o papel produzido pela fábrica de papel da Vila da Lousã tivesse por marca de água uma estrela coroada e por contramarca a inscrição Lousã.

ANÁLISE DIPLOMÁTICA DOS DOCUMENTOS E CARACTERIZAÇÃO DAS MARCAS DE ÁGUA

De acordo com o objetivo deste estudo, foram selecionados dez fólios do “Livro 1º de juros do tempo dos Filipes” que apresentam marca de água. Nos fólios selecionados, e que se descrevem em seguida, um corresponde à folha de rosto e nove são relativos a documentos régios e municipais que, segundo os critérios de análise diplomática¹⁴, podem ser classificados em:

Alvará – documento diplomático dispositivo de correspondência, descendente. Certificado, licença ou autorização dada por autoridade competente de direitos ou para a realização de atos ou eventos. O alvará era escrito em papel e válido por 1 ano. Daí que praticamente não tenhamos originais, antes cópias e registos.

Contrato – documento diplomático dispositivo factual, horizontal. Registo pelo qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estabelecem entre si algum(ns) direito(s) e/ou obrigação(ões). Protocolo inicial: ementa, designação de data e local. Nomes e qualificação dos contratantes.

Mandado – documento diplomático dispositivo normativo, descendente; ordem expedida por autoridade judicial ou administrativa para que se realize determinada diligência.

Relação – documento não-diplomático, informativo. Listagem de nomes de pessoas, objetos, quantias, factos, etc.; quando solicitada por autoridade e a ela enviada, pode ser considerada como documento ascendente.

¹¹ *Idem*.

¹² TOJAL, Arménio; VIEGAS, Inês Morais – Marcas de água no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Nº 2 (1998), p. 42-56.

¹³ SANTOS, Maria José Ferreira dos – Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo. *Cultura*. V. 33 (2014), p. 11-29.

¹⁴ BELLOTO, Heloisa Liberalli – *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

DOCUMENTO 1

Título: [Autorização para a venda de juro sobre as rendas da cidade devido à peste]

Data: 1570-07-06

Assunto: Alvará régio de D. Sebastião – autorização para venda de juros sobre as rendas da cidade para pagamento de despesas que a cidade teve com a peste.

Escrivão da câmara régia: Gaspar de Seixas

Subscriber: Jorge da Costa

Dimensões e suporte: 1 f. (293 x 205 mm), papel avergoado

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0003

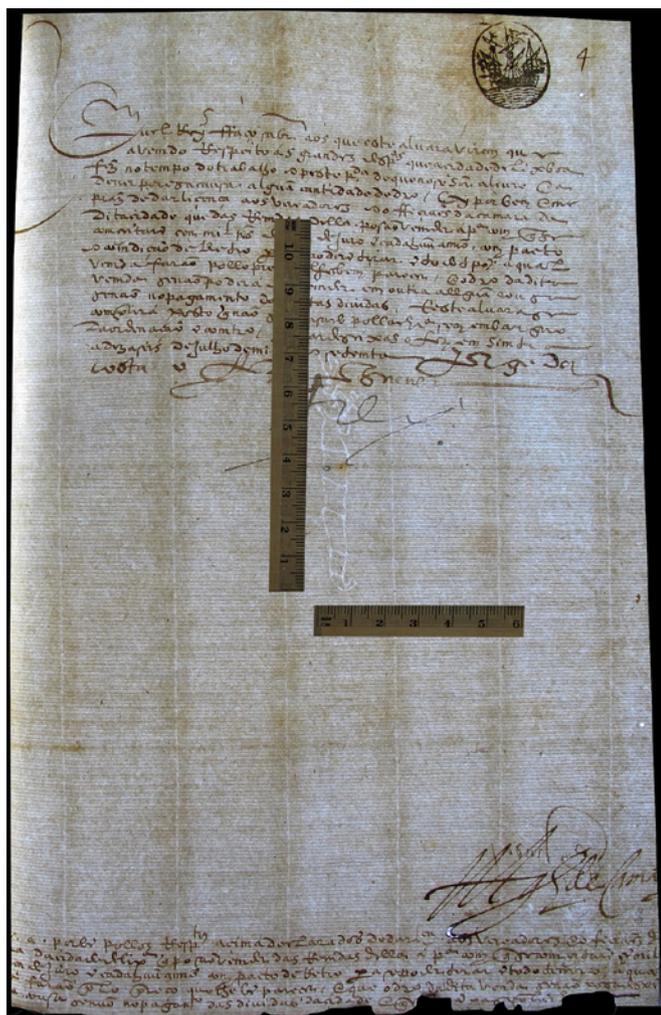


Figura 2 Vista geral do fólio 8 sob luz transmitida.

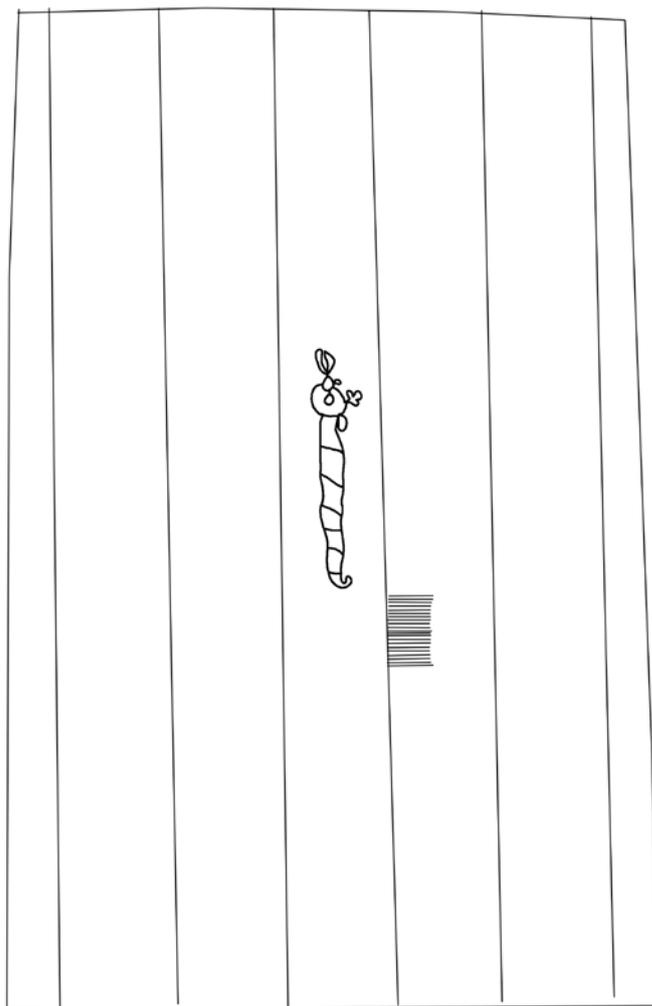


Figura 3 Registro gráfico dos limites do fólio 8, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Fauna, serpente, composto por duas linhas com outros motivos acessórios; **Localização/Orientação:** central, vertical.

Dimensão (mm): 20 x 59; **Distância entre pontusais (mm):** 31; **Nº de vergaturas (em 20mm):** 21;

Fábrica/Proveniência: Segundo Briquet, a marca de água pode fazer parte do grupo de figuras entre o nº 11622 e o nº 13854.

DOCUMENTO 2

Título: [Contrato de venda de juro sobre as rendas da cidade devido à peste]

Data: 1570-07-03 - 1571-08-31

Assunto: Contrato de venda de juros das rendas da cidade devido aos efeitos da peste.

Escrivão da Câmara: Simão Luis

Tabelião público de notas: Diogo Coelho

Dimensões e suporte: (285 x 200 mm), papel avergoado

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0004

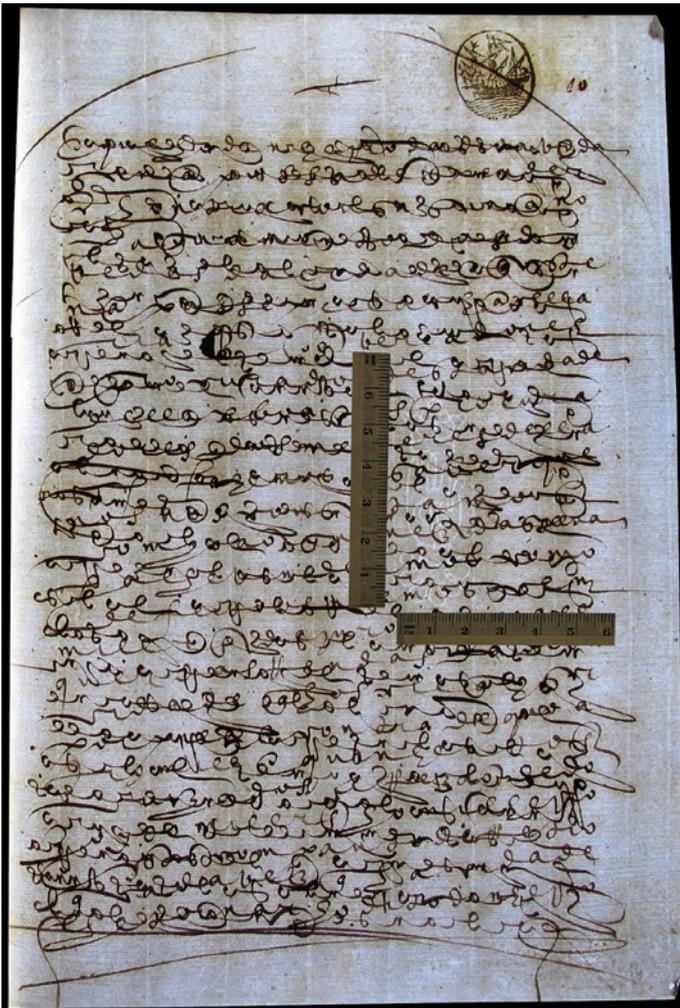


Figura 4 Vista geral do fólio 14 sob luz transmitida.

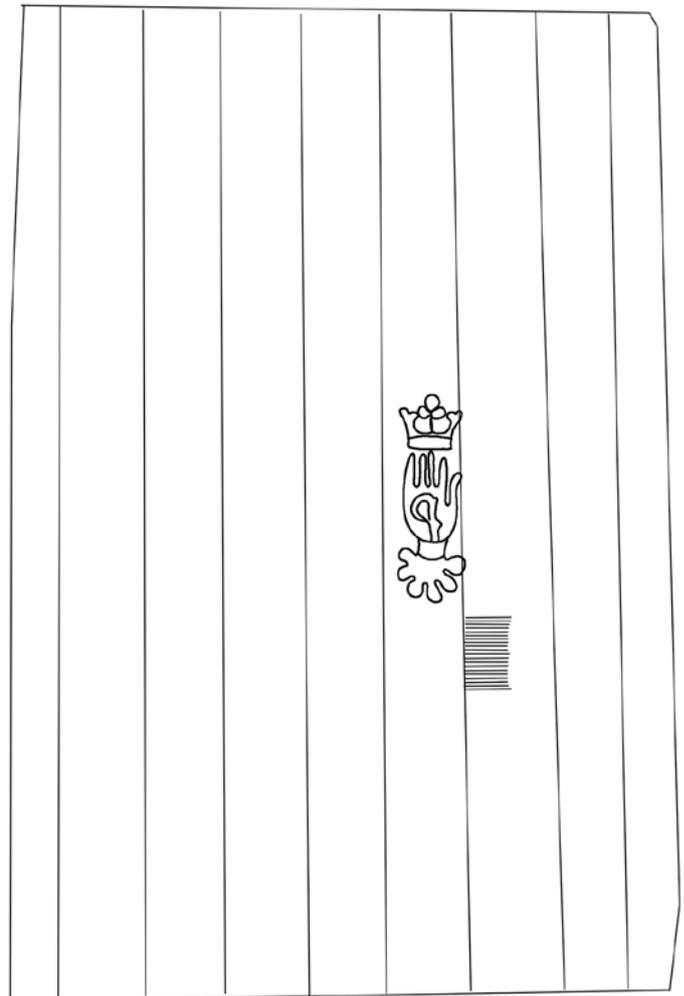


Figura 5 Registo gráfico dos limites do fólio 14, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Figuras antropomórficas, mão/ luva, com coroa (Letras P no meio da mão/luva); **Localização/Orientação:** central direita, vertical; **Dimensão (mm):** 20 x 59; **Distância pontusais (mm):** 21; **Nº de vergaturas (em 20mm):** 21; **Fábrica/Proveniência:** Segundo Briquet, a marca de água é semelhante ao desenho c nº 11044, atribuída a produtores estabelecidos em França.

DOCUMENTO 3

Título: [Autorização para a venda de juro sobre as rendas da cidade para pagar despesas de deslocação do rei]

Data: 1619-04-20 - 1619-05-07

Assunto: Alvará régio de Filipe II que concede autorização para venda de juros sobre as rendas da cidade para pagamento de despesas da deslocação do rei a Portugal.

Escrivão da câmara régia: Pedro Varela

Subscriber: Cristóvão Soares

Dimensões e suporte (mm): 1 f. (306 x 205), papel avergado

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0011

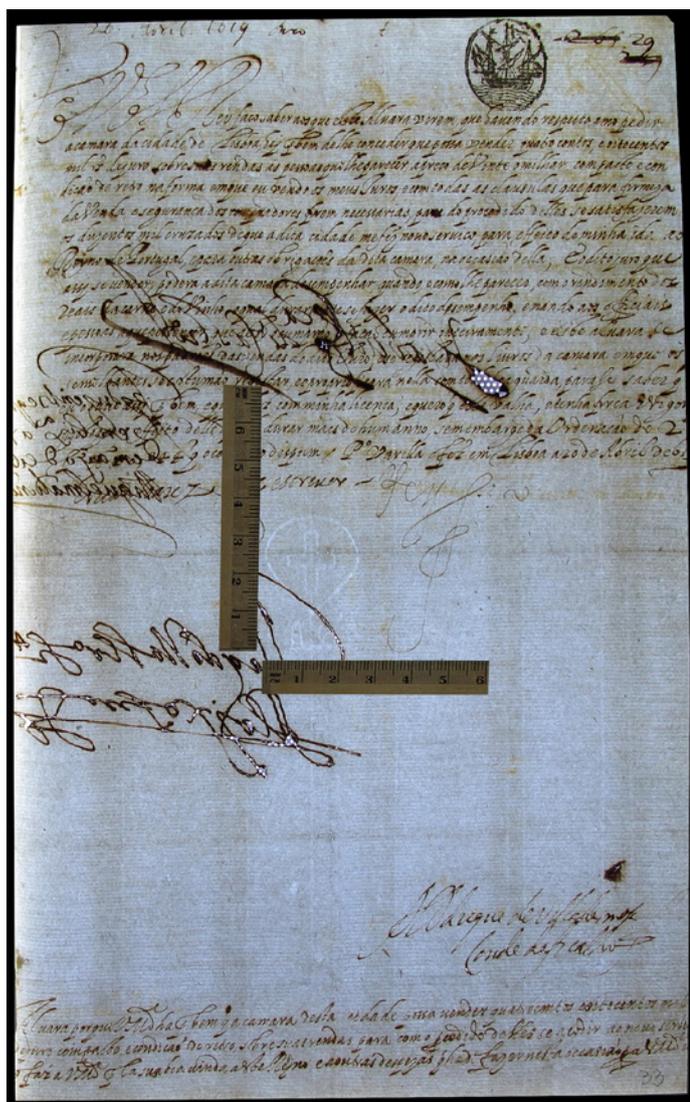


Figura 6 Vista geral do fólio 33 sob luz transmitida.

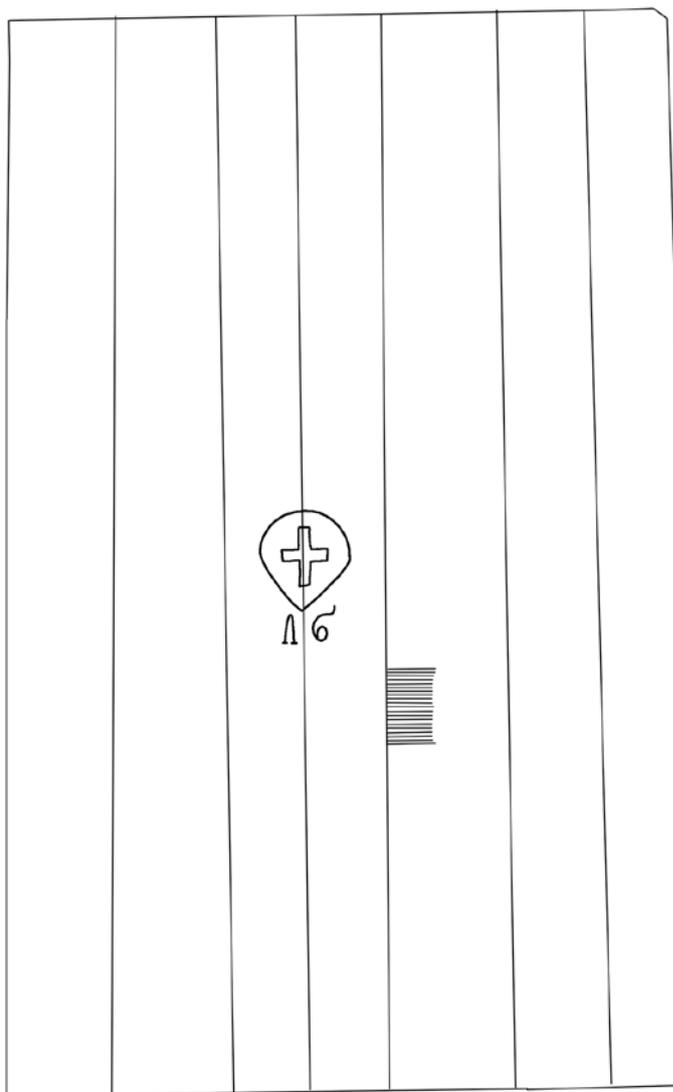


Figura 7 Registo gráfico dos limites do fólio 33, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Símbolo/insígnia, cruz, cruz latina (presença de duas letras não identificadas); **Localização/Orientação:** central, invertida; **Dimensão (mm):** 25 x 36; **Distância entre pontusais (mm):** 32; **Nº vergaturas (em 20mm):** 21; **Fábrica/Proveniência:** Génova.

DOCUMENTO 4

Título: [Diminuição do valor da venda de juros sobre as rendas da cidade necessário para a deslocação do rei]

Data: 1619-07-01 - 1619-07-04

Assunto: Alvará régio de Filipe II referente ao pedido da Câmara da cidade de Lisboa para vender juros de rendas e para as despesas da deslocação do rei a Portugal.

Escrivão da câmara régia: Luís de Moura

Subscriber: Cristóvão Soares

Dimensões e suporte (mm): 1 f. (303 x 198), papel avergado

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0013

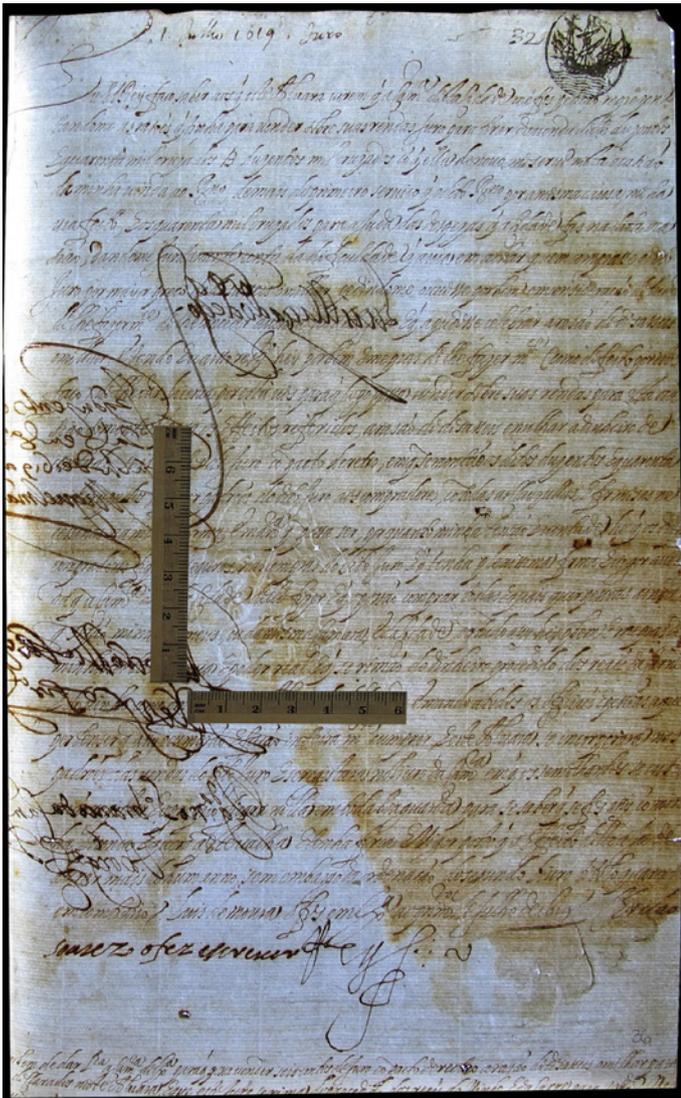


Figura 8 Vista geral do fólio 36 sob luz transmitida.

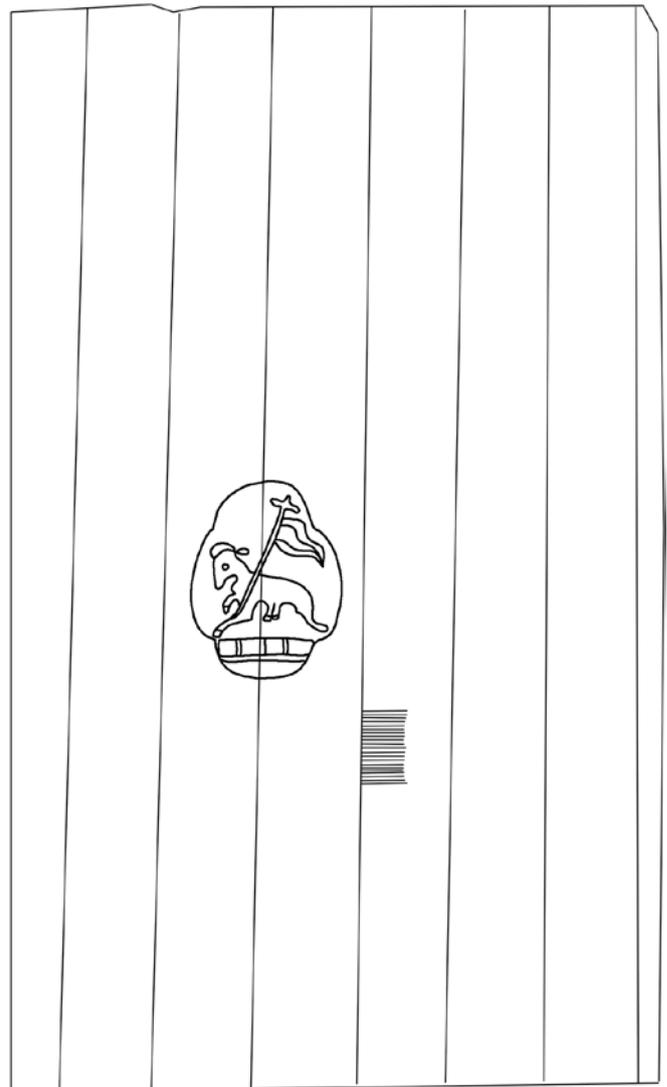


Figura 9 Registo gráfico dos limites do fólio 36, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Brasões, escudo com cordeiro, outros;

Localização/Orientação: central esquerda, invertida; **Dimensão (mm):** 42 x 54; **Distância entre pontusais (mm):** 28; **Nº de vergaturas (em 20mm):** 21; **Fábrica/Proveniência:** Fabriano, Nápoles, Salene e Almafí.

DOCUMENTO 5

Título: [Pedido de entrega de dinheiro necessário no socorro à Índia]

Data: 1623-02-21

Assunto: Mandado ao presidente e vereadores da Câmara da cidade de Lisboa para entrega dos juros necessários no socorro à Índia.

Contém assinaturas: Bispo conde e Diogo de Castro

Dimensões e suporte (mm): 1 f. (302 x 202), papel avergado

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0017

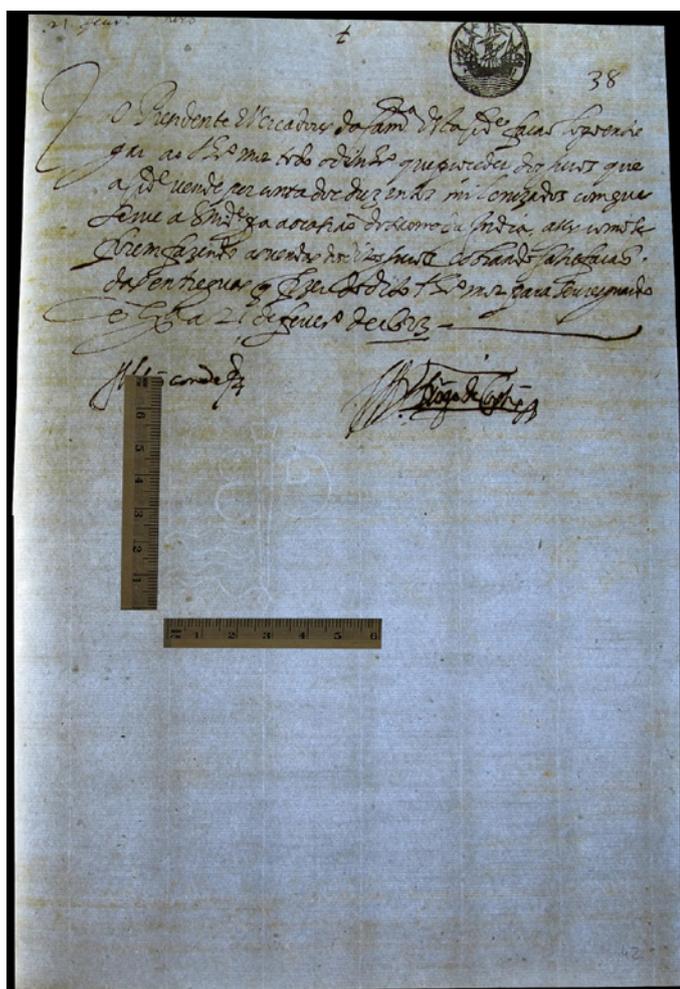


Figura 10 Vista geral do fólio 42 sob luz transmitida.

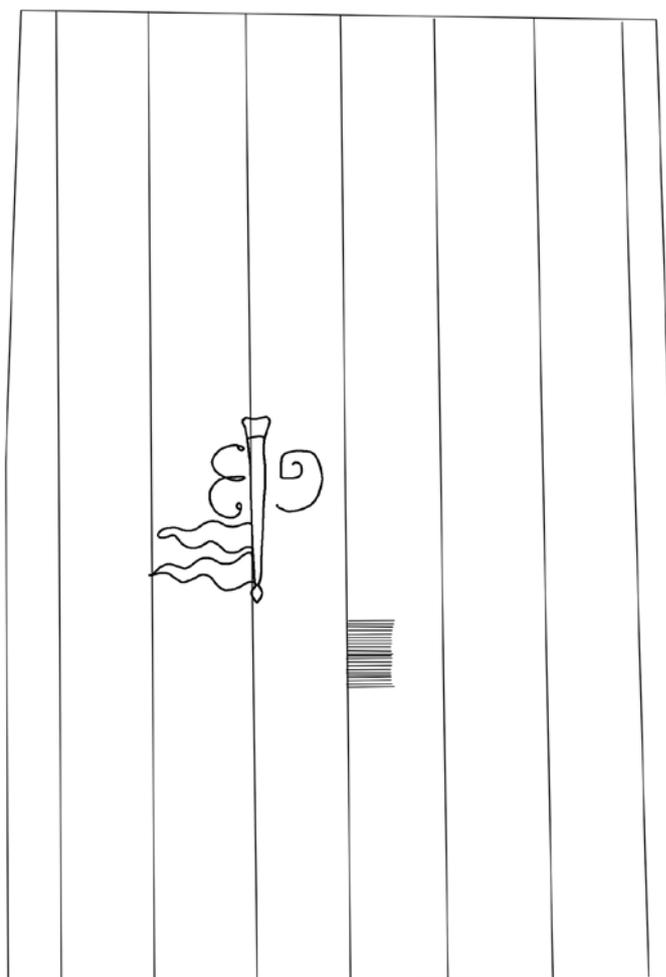


Figura 11 Registro gráfico dos limites do fólio 42, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Objeto, arma, bandeira;

Localização/Orientação: central, invertida; **Dimensão (mm):** 46 x 57; **Distância entre pontusais (mm):** 29; **Nº de vergaturas (em 20mm):** 22; **Fábrica/Proveniência:** Não identificada.

DOCUMENTO 6

Título: [Autorização para a venda de juro necessário para socorrer o Brasil]

Data: 1624-08-09 (Documento escrito em Madrid)

Assunto: Alvará régio de Filipe III que concede autorização para venda de juros das rendas da cidade para auxiliar o Brasil (cidade de São Salvador da Baía).

Escrivão da câmara régia: Martim Gomes de Figueiredo

Subscriber: Francisco de Lucena

Assinatura: Duque de Vila Hermosa, conde de Ficalho

Dimensões e suporte (mm): 1 f. (301 x 205), papel avergado

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0023

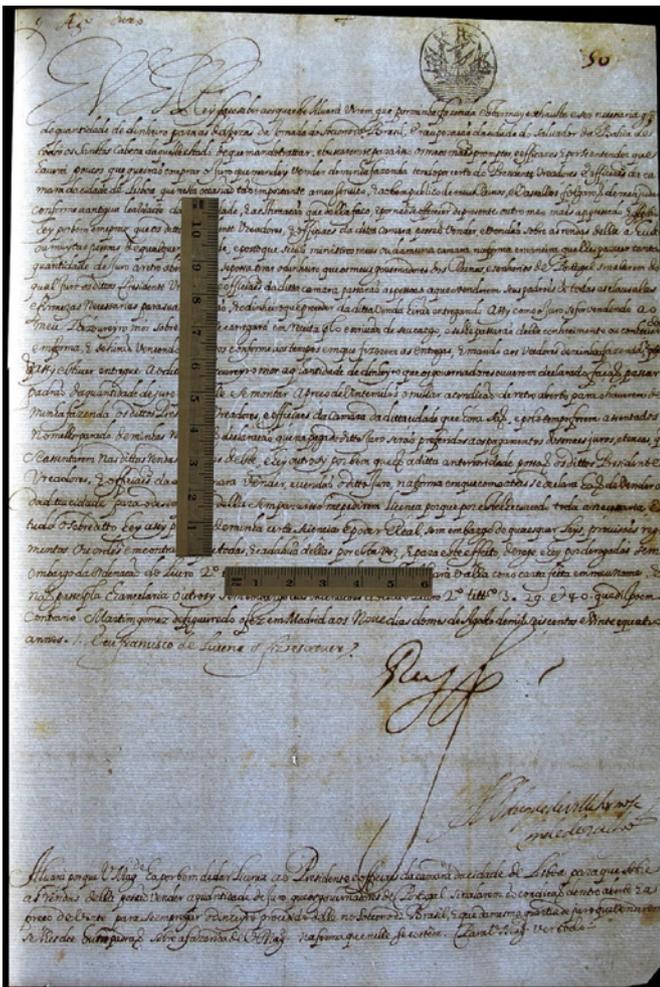


Figura 12 Vista geral do fólio 54 sob luz transmitida.

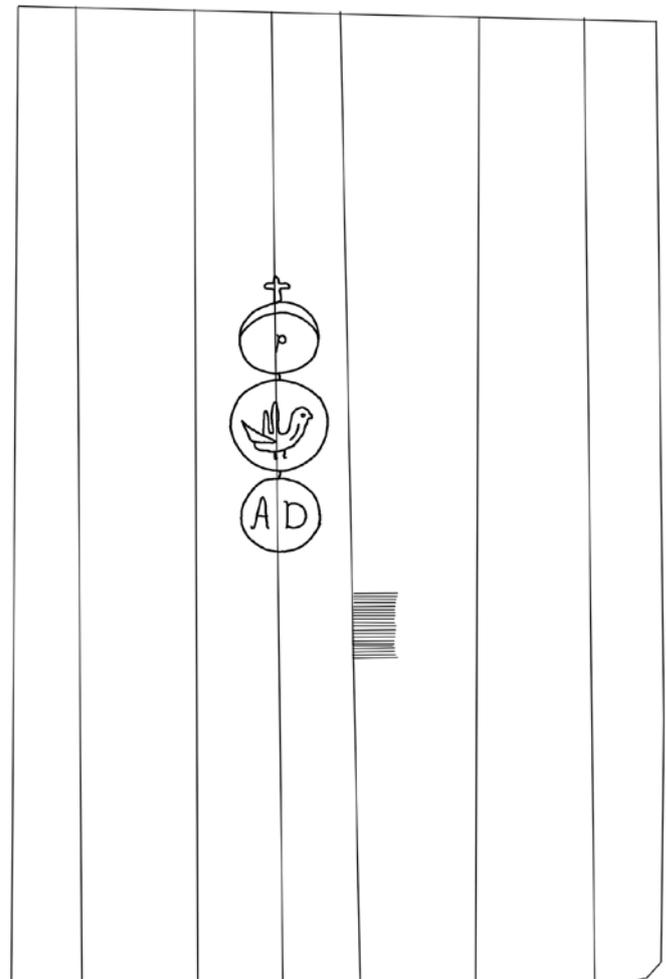


Figura 13 Registo gráfico dos limites do fólio 54, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Figura geométrica, quatro elementos, outros (Letras A D no círculo inferior); **Localização/Orientação:** central, vertical; **Dimensão (mm):** 28 x 85; **Distância entre pontusais (mm):** 37; **Nº vergaturas (em 20mm):** 21; **Fábrica/Proveniência:** Segundo as figuras identificadas por Briquet (entre 3248 a 3255) poderá ser a figura de três círculos.

DOCUMENTO 7

Título: [Contrato de obrigação, quitação e venda de juro]

Data: 1625-05-16 - 1625-07-23

Assunto: Contrato de venda, redução de juro, quitação e obrigação entre os oficiais da cidade e Domingos de Basto de Figueiroa.

Presidente da Câmara: D. Jorge de Mascarenhas. **Vereadores:** João de Frias Salazar; Gil Eanes da Silveira; André Valente; André de Almeida, desembargadores da Casa da Suplicação.

Procuradores cidade: Pedro Vaz de Vilas Boas (hábito de Cristo); Pedro Borges (hábito de Santiago). **Procuradores mesteres:** Sebastião Álvares; Francisco Lobo; Martim Gonçalves; Francisco Nunes. **Tabelião público notas:** Gaspar Pereira.

Dimensões e suporte (mm): 10 f. (284 x 195), papel avergado

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0033

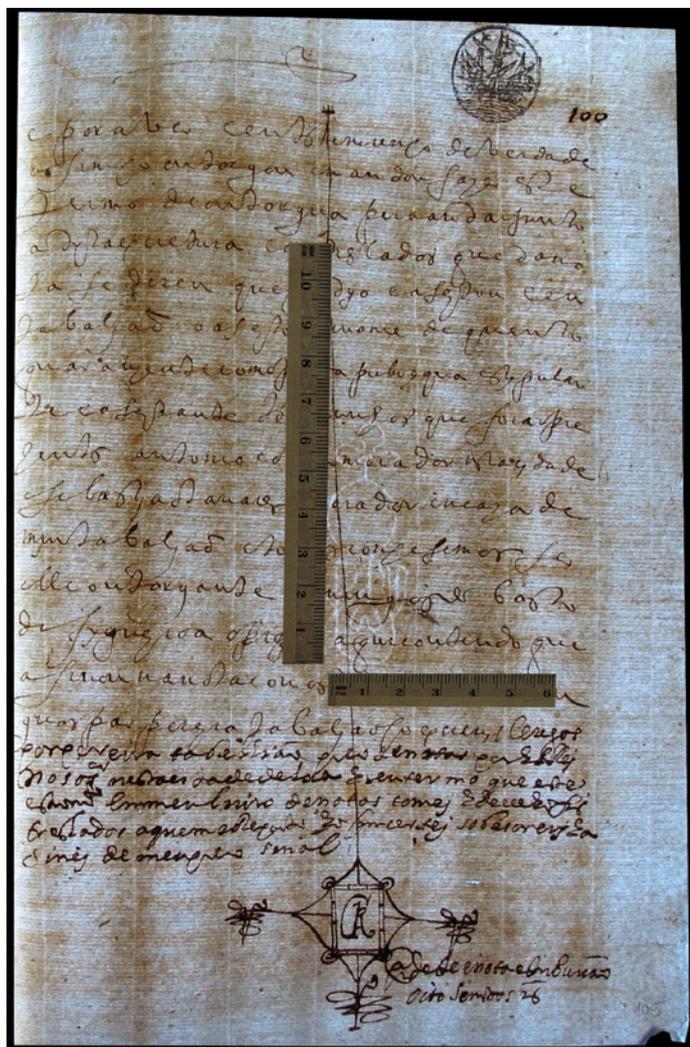


Figura 14 Vista geral do fólio 105 sob luz transmitida.

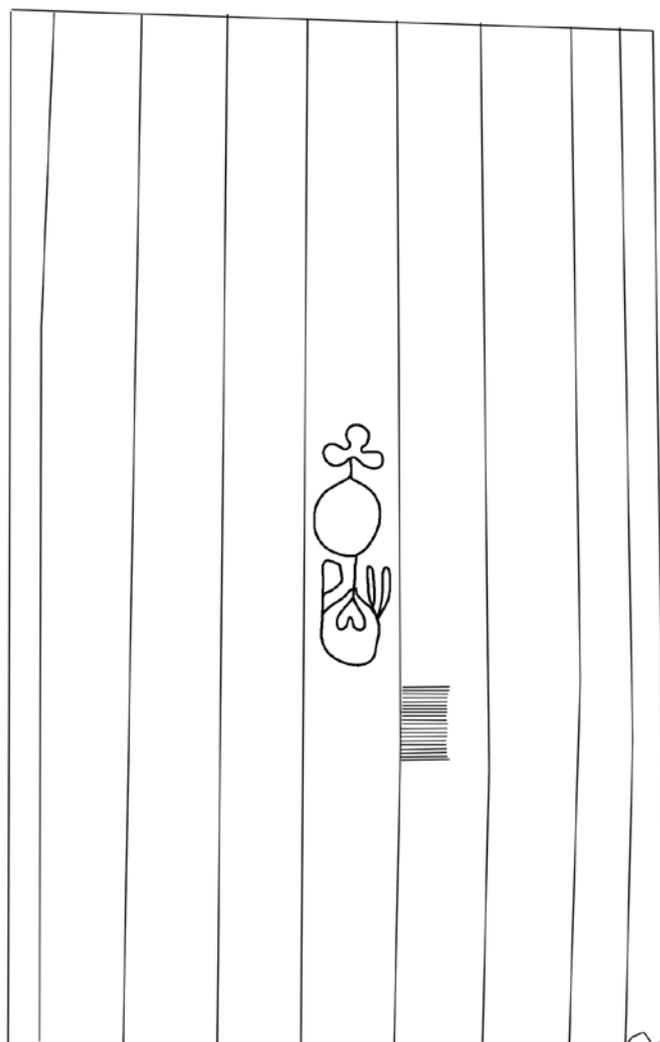


Figura 15 Registo gráfico dos limites fólio 105, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Figura geométrica, 3 elementos (letras P, V); **Localização/Orientação:** central, vertical; **Dimensão (mm):** 20 x 63; **Distância entre pontusais (mm):** 25; **Nº vergaturas (em 20mm):** 20; **Fábrica/Proveniência:** Rabinet de Rencogne, Etienne de Prouzac, Remy Boisson, François Chevalier e Jehan Roy.

DOCUMENTO 8

Título: [Contrato de obrigação, quitação e venda de juro]

Data: 1626-03-05 - 1626-07-06

Assunto: Contrato de venda, redução juro, quitação e obrigação entre oficiais da cidade e Gonçalo Rodrigues.

Presidente da Câmara: D. Jorge de Mascarenhas. **Vereadores:** João de Frias Salazar; Gil Eanes da Silveira; Álvaro Velho; André Valente; André Almeida (desembargadores Casa da Suplicação). **Procuradores cidade:** Pedro Vaz de Vilas Boas (hábito de Cristo); Pedro Borges (hábito de Santiago). **Procuradores mesteres:** Luís Álvares; João Gomes; Domingos Pereira; Manuel de Aguiar. **Almojarife:** Manuel Fernandes Ferreira. **Escrivão receita:** Luís de Gouveia.

Tabelião público de notas: Gaspar Pereira

Dimensões e suporte (mm): 15 f. (293 x 198), papel avergado

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0035

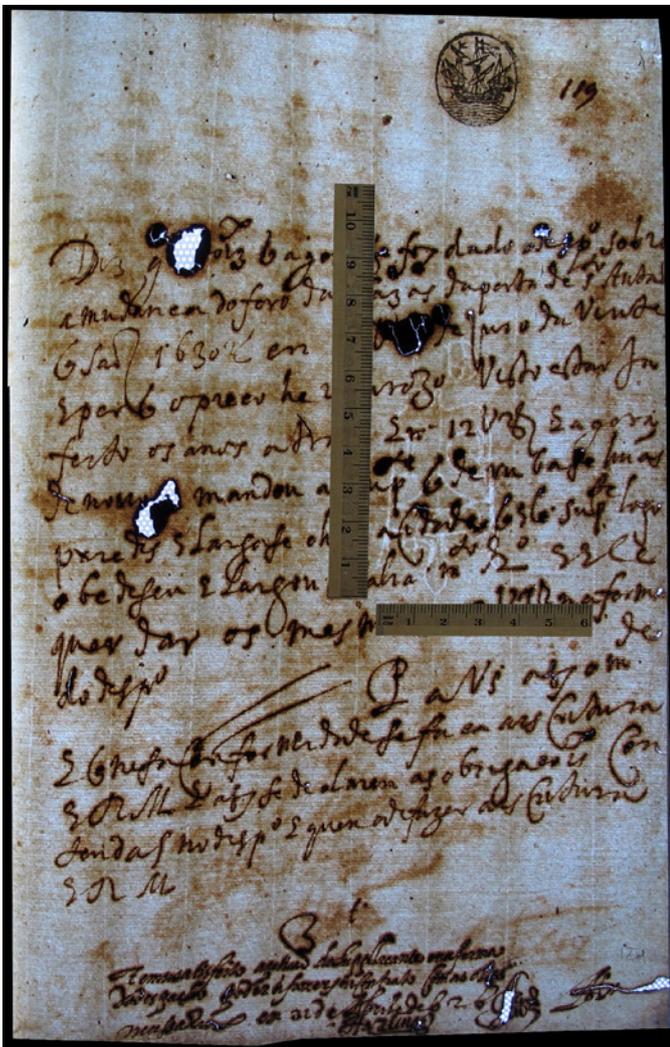


Figura 16 Vista geral do fólio 124 sob luz transmitida.

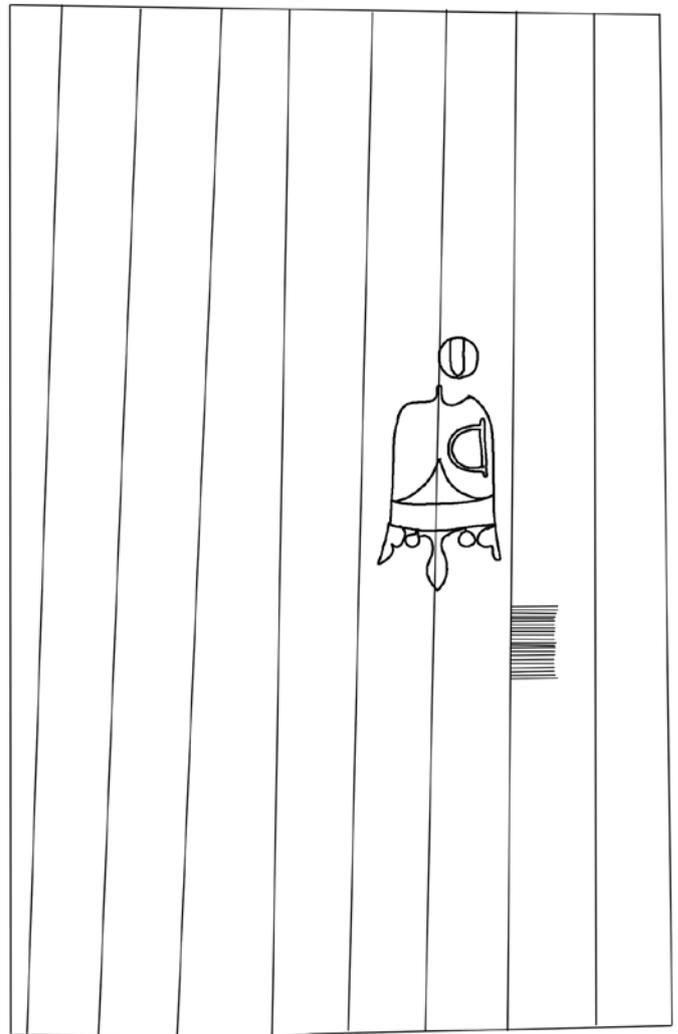


Figura 17 Registo gráfico dos limites do fólio 124, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Brasão, escudo com letra D no interior; **Localização/Orientação:** central direita, invertida; **Dimensão (mm):** 32 x 69; **Distância entre pontusais (mm):** 24; **Nº de vergaturas (20mm):** 22; **Fábrica/Proveniência:** -

DOCUMENTO 9

Título: [Relações das escrituras de juro]

Data: 1626-10-07

Assunto: Relações feitas pelo tabelião público de notas, das escrituras de juro.

Contém assinaturas: Gaspar Pereira e Luís de Gouveia

Dimensões e suporte: 2 f. (276 x 195 mm), papel

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/0026/0037

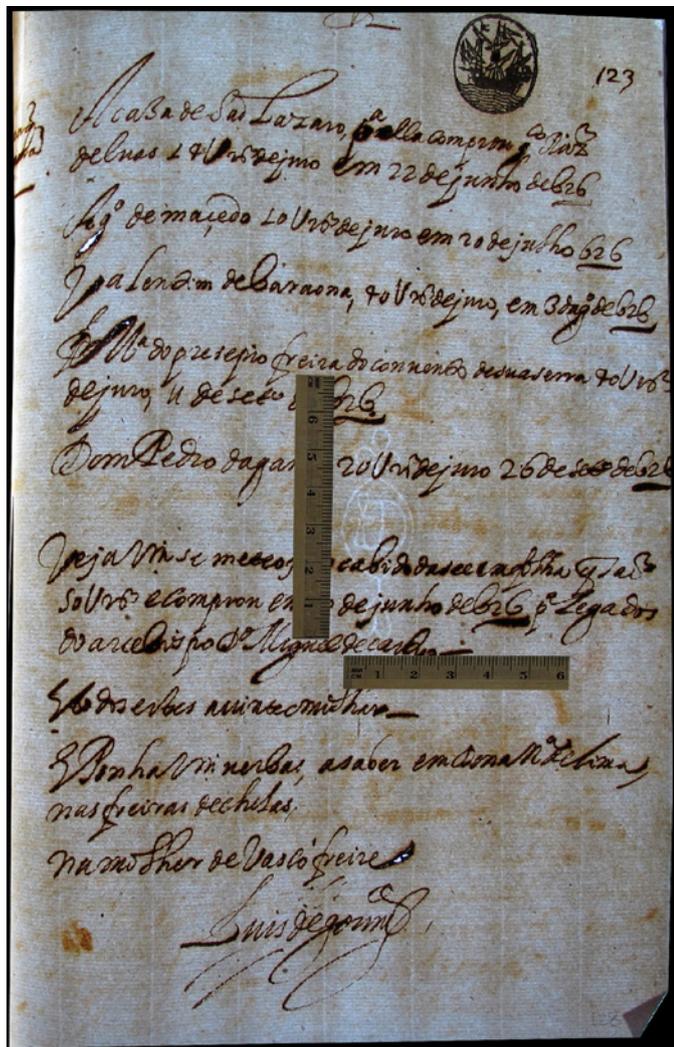


Figura 18 Vista geral do fólio 128 sob luz transmitida.

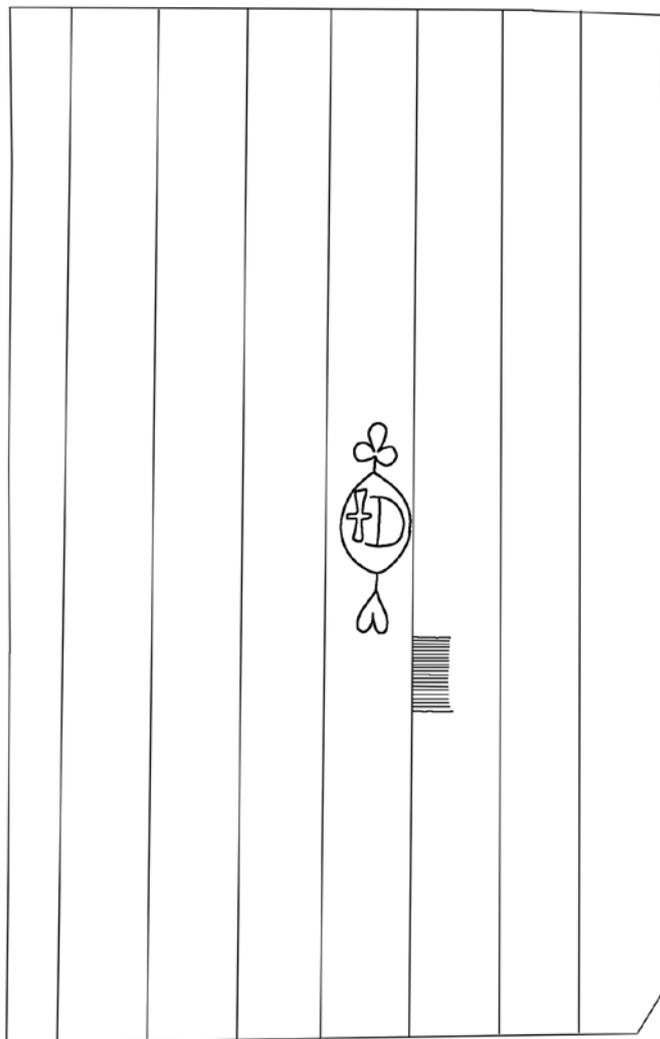


Figura 19 Registo gráfico dos limites do fólio 128, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caraterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Figura geométrica, três elementos; **Localização/Orientação:** central, vertical; **Dimensão:** 19 x 55 mm; **Distância entre pontusais:** 24 mm; **Nº de vergaturas (em 20mm):** 21; **Fábrica/Proveniência:** Rabinet de Rencogne, Etienne de Prouzac, Remy Boisson, François Chevalier e Jehan Roy.

FOLHA ROSTO

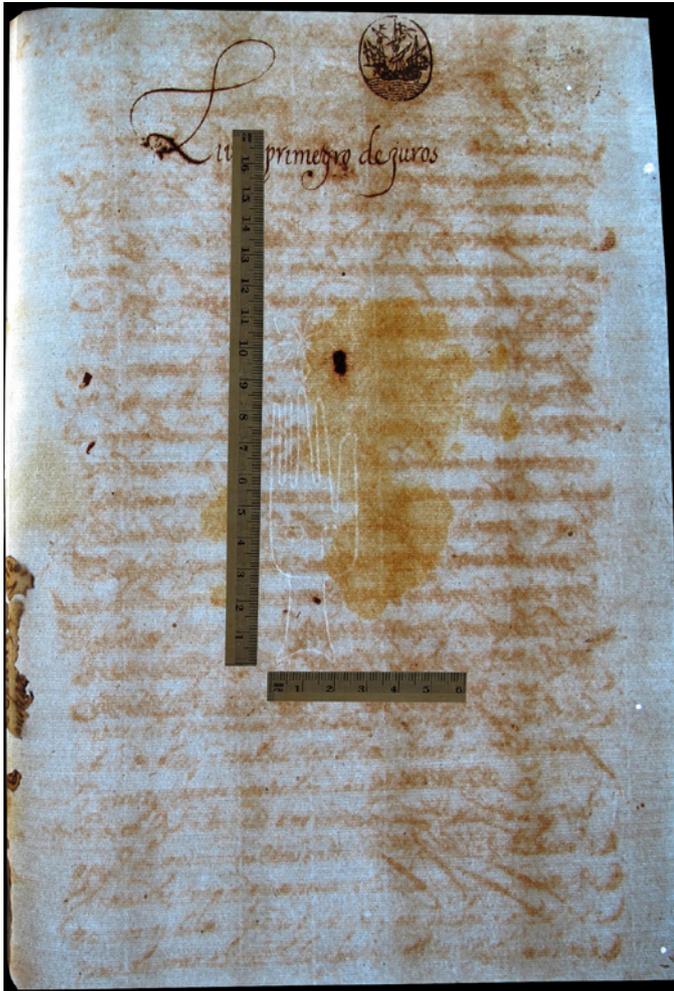


Figura 20 Vista geral da folha de rosto, fólio 4, sob luz transmitida.

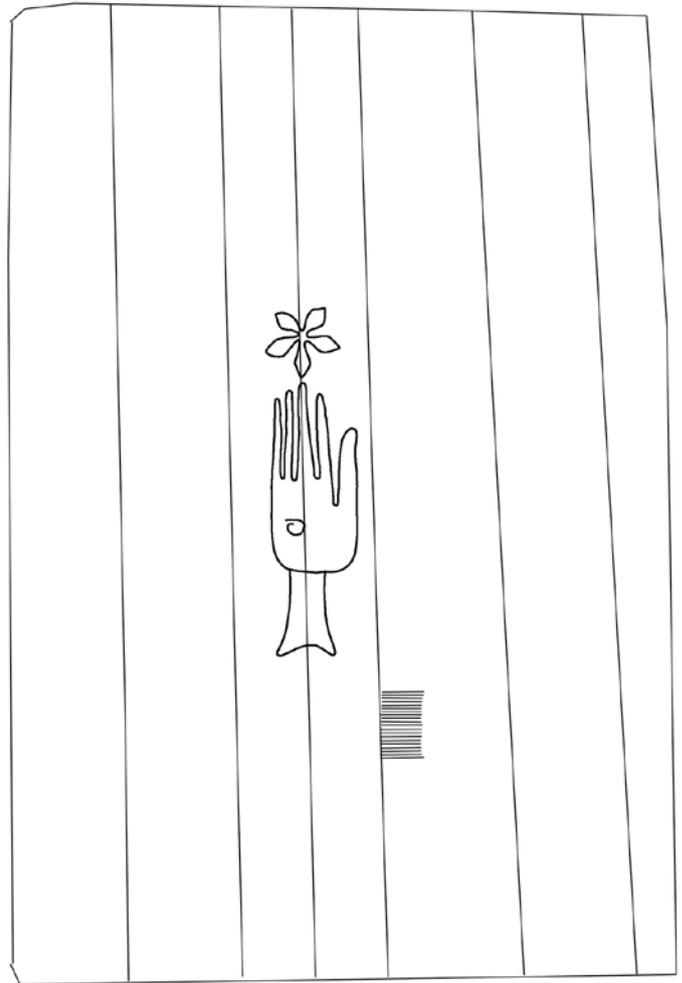


Figura 21 Registo gráfico dos limites do fólio 4, marca de água, pontusais e vergaturas.

Caracterização da marca de água

Descrição (sistema avaliação Bernstein): Figuras antropomórficas, mão/luva, com flor/folha/estrela; **Localização/Orientação:** central, vertical; **Dimensão (mm):** 26 x 110; **Distância entre pontusais (mm):** 38; **Nº de vergaturas (em 20mm):** 20; **Fábrica/Proveniência:** Espanha, Sul de França, Itália (Sicília).

Quatro documentos apresentam-se na forma de alvarás e dizem respeito a autorizações dadas pelos reis D. Sebastião, D. Filipe II e D. Filipe III, para venda de juros sobre as rendas da cidade de Lisboa. Serviam para pagar as despesas relacionadas com os efeitos da peste, deslocamentos dos reis a Portugal e para auxiliar os territórios ultramarinos portugueses como as cidades de Ormuz e São Salvador da Baía. Os restantes documentos, embora sejam considerados documentos diplomáticos diferentes dos alvarás, apresentam o mesmo objetivo: os valores de venda de juros sobre as rendas seriam igualmente canalizados para o pagamento de despesas relacionadas com a peste e para o socorro aos territórios ultramarinos portugueses.

Marcas de água

O levantamento e caracterização das marcas de água foram realizados de acordo com os novos procedimentos aconselhados para a recolha de marcas de água, através do registo fotográfico e da representação gráfica. O registo fotográfico, efetuado com o documento exposto a luz transmitida (folha de luz), permitiu registar e localizar a marca de água. Já no registo gráfico digital, foram recolhidas informações, como a orientação da marca

de água, a localização no fólio, dimensão, número de vergaturas (linhas horizontais) existentes em 20mm e a distância entre os pontusais (linhas verticais). O registo destes elementos é fundamental para a caracterização e identificação da marca de água, segundo o sistema de classificação de motivos da base de dados: *Bernstein – Memory of paper*, disponível em: http://www.memoryofpaper.eu/BernsteinPortal/appl_start_disp, e para a atribuição do produtor e/ou zona de produção segundo a recolha histórica de Briquet¹⁵.

Verificou-se igualmente que as marcas de água podem ser distribuídas por seis categorias diferentes, conforme a natureza do motivo: fauna (serpente), figuras antropomórficas (mão com coroa ou com estrela), símbolo (cruz latina), brasão (escudo ou escudo com cordeiro), objeto (bandeira) e figura geométrica (três ou quatro elementos circulares)¹⁶. O motivo mais frequente é o das figuras geométricas, presentes em três fólhos, e faz-se representar por três ou quatro elementos circulares com letras no interior. As restantes marcas de água presentes nos fólhos em estudo encontram-se representadas uma única vez.

ATRIBUIÇÃO DAS MARCAS DE ÁGUA A PRODUTORES DE PAPEL DE ACORDO COM RECOLHA HISTÓRICA DE BRIQUET¹⁷

Marca de água cordeiro de Deus ou cordeiro pascal (Briquet n.º 56):

A marca de água que aparece no fólio 36 corresponde em desenho e dimensões à recolhida por Briquet no desenho n.º 56. O autor refere que este motivo aparece por vezes como uma contramarca e que o Arquivo Municipal de Fabriano recolheu treze variações desta mesma marca de água entre os anos 1542 e 1586, o que demonstra que a marca de água era bastante utilizada nesta região. Refere ainda que as papeleiras de Almagi empregaram esta marca de água em Nápoles, Salerno e Anagni nos séculos XVI e XVII.

Mão com estrela (Briquet n.ºs 10750 e 10761):

Marca de água utilizada entre os séculos XVI e XVIII que representa as papeleiras genovesas cujos produtos se expandiram em Espanha, França, Sicília e outras regiões de Itália.

Mão com coroa (Briquet n.º 11044):

O motivo aparece associado a um nome, em geral muito difícil de ler, que parece ser Pontarie¹⁸. Todos os papeleiros com a mão coroada têm a sua proveniência no sudoeste de França. A filigrana é frequentemente colocada junto à margem da folha, traço característico dos produtores desta região. O facto da exportação deste papel fazer-se exclusivamente por mar, sobretudo por Bordéus, poderá explicar a sua presença na Bretanha, na Normandia, Países Baixos, região do Reno, Vestefália, Hamburgo, Brèmen, Lubeque.

Esfera (Briquet n.ºs 14060, 14066 e 14071):

Marca de água muito utilizada entre os séculos XVI e XVII, aparentemente comercializada por diversos produtores de papel como Rabinet de Rencogne, Etienne de Prouzac – 1554 – Pont-des-Tables, Remy Boisson, François Chevalier e Jehan Roy (1561).

Cruz Latina (Briquet n.º 5690):

Inscrita num círculo ou num escudo e acompanhada por letras ou iniciais dos produtores. A maior parte destas marcas de água são de proveniência genovesa, em que a cruz está delimitada por um escudo e as letras são formadas por um traço simples.

¹⁵ BRIQUET, Charles-Moise – *Les filigranes: dictionnaire historique des marques du papier*. Paris: W. Kunding & Fils, 1907. vol. I-IV.

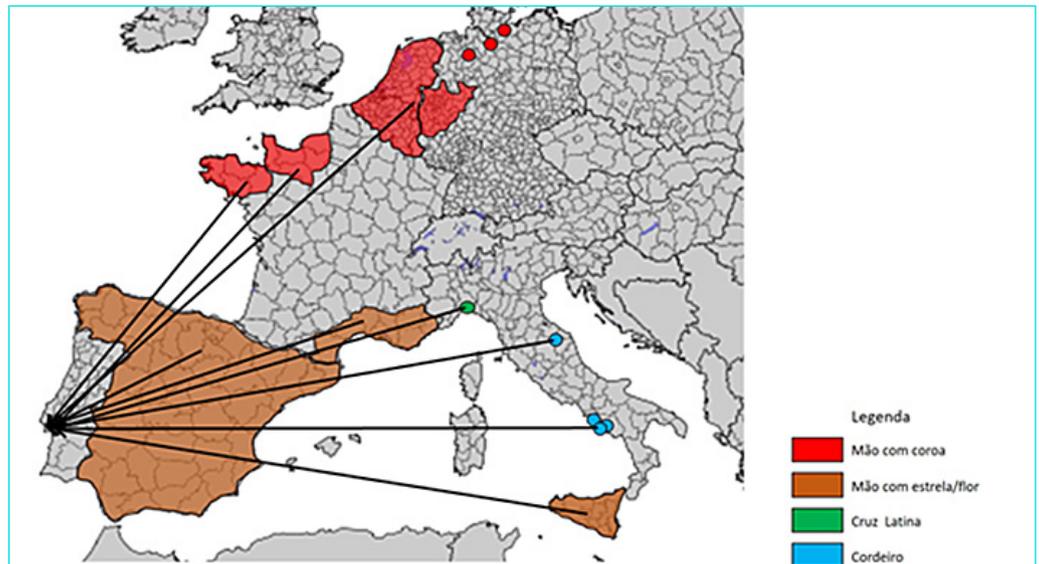
¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Consultar tabela no anexo 1.

¹⁸ É possível que a palavra Pontarie corresponda à localidade de Pontarlier, em França.

Tendo em conta as possíveis atribuições de marcas de água por produtores ou regiões de produção, pode-se estabelecer um circuito de aquisição de papel entre Portugal e vários países europeus, de acordo com o mapa que se segue.

Figura 22 Mapa da Europa com o registo das marcas de água encontradas e a sua proveniência¹⁹.



CONCLUSÃO

Todas as marcas de água recolhidas foram comparadas com marcas de água de diferentes bases de dados numa tentativa de encontrar produtores ou proveniências. Nesta comparação, apenas foi possível identificar produtores de duas marcas de água e descobrir a proveniência de quatro. No entanto fica o registo das restantes para comparação futura ou para a possível constituição de um inventário de marcas de água existentes no Arquivo Municipal de Lisboa.

Segundo a identificação das marcas de água, verificou-se que dois dos documentos régios (alvarás) têm como suporte papéis produzidos nas cidades italianas de Génova, Fabriano, Almagliano e Salerno. Já os suportes dos documentos municipais (contratos e relações) apresentam marcas de água de papéis produzidos maioritariamente em França, Espanha, Sicília e Países Baixos.

O facto de os papéis provenientes da Casa Real serem de origem italiana corrobora a ideia de as instituições de referência e os centros de decisão política ou económica das grandes cidades da Europa ocidental, onde Lisboa se incluía, adquirirem preferencialmente papel italiano, devido à sua enorme qualidade. Uma vez que existiam rotas comerciais no Mediterrâneo e no Norte da Europa, e que Espanha detinha territórios em Itália, era natural que o papel de qualidade fosse importado desta região. Por outro lado, estando, neste período, a Coroa portuguesa sob domínio espanhol, é provável que a aquisição de papel se efetuasse pela mesma via.

Os suportes dos documentos produzidos no âmbito da administração da cidade, provenientes de outros reinos como a França e os Países-Baixos, eram provavelmente adquiridos através de rotas comerciais pré-estabelecidas, como a Flandres, onde Portugal detinha uma importantíssima feitoria.

Apesar de Portugal se ter afirmado, por esta altura, como um dos principais produtores de papel de qualidade, não foram identificadas neste livro nenhuma marcas de água com características portuguesas. Neste sentido, será

¹⁹ Mapa adaptado de *Nomenclatura das Unidades Territoriais correspondentes ao registo das marcas de água* [Em linha]. [Consult. 14/08/2018]. Disponível na Internet: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:NUTS_3_regions_EU-27.svg

importante dar continuidade ao levantamento e caracterização das marcas de água em documentos do Arquivo Municipal numa perspetiva de identificar o maior número possível de desenhos para, no futuro, possibilitar a resposta a questões que ficam em aberto: Quantas marcas de água diferentes existem? São de origem nacional ou estrangeira? Podem ser encontradas novas zonas de produção? Quais as iconografias mais representadas? Que outros circuitos de distribuição podem ser identificados?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1º de juro do tempo dos Filipes.

ESTUDOS

ASUNCIÓN, Josep – *O papel: técnicas e métodos tradicionais de fabrico*. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 2002. Edição original espanhola © Parramon Paidotribo.

BELLOTO, Heloisa Liberalli – *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BRIQUET, Charles-Moïse – *Les filigranes: dictionnaire historique des marques du papier*. Paris: W. Kunding & Fils, 1907. vol. I-IV.

ILVESSALO-PFÄFFLI, Marja-Sisko – *Fiber Atlas: identification of papermarking fibers*. New York: T. E. Timell, 1995.

MARQUES, Luís Alves – O papel e as marcas de água nas cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos – *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)* Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. p. 41-70.

SANTOS, Maria José Ferreira dos – Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo. *Cultura*. Vol. 33 (2014), p. 11-29.

SANTOS, Maria José Ferreira dos – *Marcas de água: séculos XIV-XIX*. Tomar: Tecnicelpa, 2015.

TOJAL, Arménio; VIEGAS, Inês Morais – Marcas de água no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. Nº 2 (1998), p. 42-56.

TURNER, Silvie – *Which paper: a review of fine papers for artists, craftspeople & designers*. 1ªed. London: BAS Printers Limited, 1991.

RECURSOS ONLINE

Bernstein-Memory of paper [Em linha]. [Consultado em 25-07-2018]. Disponível na Internet: http://www.memoryofpaper.eu/BernsteinPortal/appl_start DISP

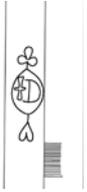
British Association of Paper Historians [Em linha]. [Consultado em 22-07-2018]. Disponível na Internet: <http://baph.org.uk/links.html>

Watermark Database, Dutch University Institute for Art History Florence [Em linha]. [Consultado em 22-06-2018]. Disponível na Internet: <http://www.wm-portal.net>

Watermarks in Incunabula printed in the Low Countries [Em linha]. [Consultado em 18-07-2018]. Disponível na Internet: <http://watermark.kb.nl>

ANEXO 1

| Fólio | Imagem | Briquet | Documento | Data | Descrição | Proveniência |
|-------|--------|----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 8 | | | Alvará régio de D. Sebastião | 1570 | Bernstein: fauna, serpente, composto por duas linhas com outros motivos acessórios | Sem informação |
| 14 | | Mão com coroa (Briquet nº 11044) | Contrato de venda entre João Gomes da Silva | 1570 /1571 | Bernstein: figuras antropomórficas, mão/ luva, com coroa (presença da letra P no meio da mão/luva) | Sudoeste de França, Bretanha, Normândia, Países-Baixos, Vestefália, Hamburgo, Brèmen, Lubeque |
| 33 | | Cruz Latina (Briquet nº 5690) | Alvará régio de Filipe II | 1619 | Bernstein: símbolo/ insígnia, cruz, cruz latina (presença de duas letras não identificadas) | Génova |
| 36 | | Cordeiro de Deus - Cordeiro pascal (Briquet nº 56) | Alvará régio de Filipe II | 1619 | Bernstein: brasões, escudo com cordeiro, outros | Fabriano, Nápoles, Salene e Amalfi |
| 42 | | | Mandado ao presidente e vereadores da Câmara da cidade de Lisboa | 1623 | Bernstein: objeto, arma, bandeira | Sem informação |
| 54 | | Esfera (Briquet nºs 14060, 14066 e 14071) | Alvará régio de Filipe III | 1624 | Bernstein: figura geométrica, quatro elementos, outros (letras A D no círculo inferior) | Sem informação |
| 105 | | Esfera (Briquet nºs 14060, 14066 e 14071) | Contrato de venda, redução de juro | 1625 | Bernstein: figura geométrica, 3 elementos (letras P, V) | Rabinet de Rencogne, Etienne de Prouzac, Remy Boisson, François Chevalier e Jehan Roy |
| 124 | | | Contrato de venda, redução juro | 1626 | Bernstein: brasão, escudo com letra D no interior | Sem informação |

| | | | | | | |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| 128 |  | Esfera (Briquet n ^{os} 14060, 14066 e 14071) | Relações feitas pelos tabeliães públicos de notas, Gaspar Pereira e Luís de Gouveia | 1626 | Bernstein: figura geométrica, três elementos | Rabinet de Rencogne, Etienne de Prouzac, Remy Boisson, François Chevalier e Jehan Roy |
| 4 |  | Mão com estrela (Briquet n ^o 10750 e 10761) | Folha de rosto | | Bernstein: figuras antropomórficas, mão/luva, com flor/folha/estrela | Espanha, Sul de França, Sicília |

Submissão/submission: 29/08/2018

Aceitação/approval: 13/11/2018

Adriana Batista Ferreira Santos, Arquivo Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal. adriana.ferreira@cm-lisboa.pt

Maria Beatriz de Castro Nunes Lobato de Sousa, Instituto Politécnico de Tomar, 2300-313 Tomar, Portugal. mariabeatrizcnls@gmail.com

Maria Helena Lopes dos Reis Oliveira Nunes, Arquivo Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal. helena.nunes@cm-lisboa.pt

SANTOS, Adriana Batista Ferreira; SOUSA, Maria Beatriz de Castro Nunes Lobato de; NUNES, Maria Helena Lopes dos Reis Oliveira – Levantamento e caracterização de marcas de água no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2^a Série N^o 10 (julho-dezembro 2018), p. 111 – 130.

“Se o auees por ydoneo e perteencente”. A propósito da atividade dos tabeliães de Lisboa nos séculos XIV e XV

“Se o auees por ydoneo e perteencente”. Concerning the activity of the notaries public of Lisbon during the 14th and 15th centuries

Maria Cristina Cunha
Ricardo Seabra

RESUMO

Em Portugal o tema do notariado público medieval tem sido alvo de estudo de vários autores nos últimos anos. Todavia, a discussão em volta de alguns aspetos do processo que envolvia o exercício do cargo carece de desenvolvimento. A partir de um quadro teórico geral baseado na legislação coeva, procuraremos aproximar-nos da realidade notarial portuguesa através do enunciado de alguns exemplos práticos. O objetivo deste trabalho não é o estudo do tabelionado lisboeta, mas a reflexão sobre alguns aspetos que envolviam o exercício desse ofício, desde a obrigatoriedade do exame à elaboração das notas e registos. Partindo de uma carta de D. Fernando (1367-83), depositada no Arquivo Municipal de Lisboa e copiada no códice conhecido como Livro dos pregos, publicado em 2016, pretendemos apresentar essa reflexão tendo em conta algumas informações complementares patentes em diversos capítulos de Cortes e na Chancelaria Régia, igualmente recolhidas naquele códice.

PALAVRAS-CHAVE

Tabelionado / Exame / Diplomática / Livro dos pregos

ABSTRACT

In Portugal the medieval notary public has been the subject of study by several authors in recent years. However, the discussion around the process involving the exercise of this activity is still insufficient. Based on royal legislation, we will approach the medieval Portuguese notarial public reality through the presentation of some practical examples. The focus of this paper is not the study of the Lisbon notary public, but the reflection on some aspects that involved the exercise of this activity, from the obligation of the examination to the elaboration of the notes and registers. From a diplom of King D. Fernando (1367-83), preserved in the Arquivo Municipal de Lisboa and copied in a codex known as *Livro dos pregos*, which was published in 2016, we present some ideas on the subject taking also into account complementary information evident in several documents of the parliament (*documentos das Cortes*) and of the Royal Chancery also copied in the same codex.

KEYWORDS

Notary public / Examination / Diplomatics / *Livro dos pregos*

INTRODUÇÃO

De um modo geral, os estudos sobre o tabelionato régio em Portugal têm conhecido um enorme progresso desde a década de 80 do século passado. Temos, por essa razão, um conhecimento geral, não só do perfil dos homens que exerciam esta atividade, como também do enquadramento legal em que esta se inseria. Continuam, no entanto, por esclarecer alguns aspetos que, no nosso entender, melhor ajudarão a compreender o alcance e os limites da atividade dos tabeliães públicos durante o período medieval. A publicação de um número temático dedicado à Paleografia e à Diplomática nos *Cadernos do Arquivo Municipal* pareceu uma oportunidade para, a partir do Livro dos pregos, conservado no Arquivo Municipal de Lisboa (AML), e aproveitando outras informações disponíveis, retomar uma temática sempre interessante e importante. Não se pretende tornar os tabeliães da cidade de Lisboa, nos séculos XIV e XV, num estudo de caso, mas tão somente referir algumas especificidades daqueles e refletir sobre o processo que envolvia o exercício do cargo, desde a obrigatoriedade do exame à elaboração de notas e registos.

PERFIL DOS TABELIÃES

Começamos por apontar, de uma forma breve, o que se sabe sobre o perfil dos tabeliães portugueses medievos¹. Desenhado desde o tempo de D. Dinis e de D. Afonso IV o quadro legal da atividade tabeliônica – relembrem-se os regimentos de 1305 e de 1340² – o desenvolvimento desta foi obrigando a novas regulações, como aconteceu em 1379³, posteriormente codificadas nas Ordenações Afonsinas. Desde o início, as disposições legais obrigavam a que qualquer tabelião fosse um homem leigo, casado, com a idade mínima de 25 anos e, obviamente, possuidor de conhecimentos de escrita e latim. Atributos que, como facilmente se compreende, lhes abririam também o mundo dos tribunais e da justiça. Daí que a legislação fosse clara: os tabeliães estavam proibidos de ser juízes e de advogar perante estes⁴, apesar de serem obrigados a estar presentes nos julgamentos, como testemunhas, quando fossem convocados pelas partes ou pelos magistrados⁵. A sua isenção em tribunal era assegurada pelo facto de os tabeliães serem escolhidos pelos homens bons e vereadores dos concelhos⁶.

Possuidores de uma profissão cujo acesso era limitado a uns quantos por concelho, não admira que os tabeliães fossem homens da classe média urbana, incluindo-se, pelo menos alguns, na aristocracia vilã⁷. A crescente riqueza que foram possuindo permitiu-lhes, no século XV, ascender aos graus inferiores da nobreza, e, como escudeiros, ser vassalos régios ou “criados” de senhores.

¹ Recolhemos, na caracterização dos tabeliães, as informações fornecidas em vários estudos dedicados ao tabelionato medieval português. Dado que essas indicações surgem em muitos estudos de caráter pontual, permitimo-nos remeter apenas para os de maior fôlego: assim, *vd.* BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa, imp., 1959. tomo VIII, p. 363-484; NOGUEIRA, Bernardo Sá – *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008; COELHO, Maria Helena da Cruz – Os tabeliães em Portugal: perfil profissional e sócio-económico (sécs. XIV-XV). *Historia. Instituciones. Documentos*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad. Vol. 23 (1996), p. 173-211 (mormente as p. 173-192); PEREIRA, Isaias da Rosa – O tabelionato em Portugal. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIPLOMÁTICA NOTARIADO PÚBLICO Y DOCUMENTO PRIVADO: DE LOS ORIGENES AL SIGLO XIV, 7, Valencia, 1986 – *Actas*. Valência: Generalitat Valenciana, Conselleria de Cultura, Educació i Esport, 1989. p. 615-690; e SEABRA, Ricardo – *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242-1383)*. Porto: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (sobretudo as p. 25-29).

² *Livro das Leis e Posturas*. Lisboa: Universidade, Faculdade de Direito, 1971. p. 63-70.

³ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública (...)*, p. 397.

⁴ Artº 12 e 2º do Regimento de 1305, in *Livro das Leis e Posturas* (*vd.* nota 2).

⁵ Artº 11º e 19º do Regimento de 1305, in *Livro das Leis e Posturas* (*vd.* nota 2).

⁶ *Livro das Leis e Posturas (...)*, p. 272-273.

⁷ Nos costumes do concelho de Santarém, de 1294, o tabelião equipara-se a cavaleiro vilão, o que o torna isento do pagamento de jugada ou de qualquer outro foro (ref. por BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública (...)*, p. 375).

Como o exercício da profissão lhes proporcionava bons rendimentos, arrendavam frequentemente a cobrança de direitos régios ou de rendas eclesiásticas, apesar de o Regimento de 1305 os impedir de ser rendeiros do mordomado ou de terem outras rendas⁸. Tinham dinheiro, quiseram o poder político. “Na sombra, pressionando os que mandam, ou frontalmente, desempenhando cargos municipais, acumulando-os ilegalmente, ou alternando-os com a sua profissão”⁹. Incompatibilidades que os corregedores deviam controlar, assim como outros desvios às prescrições legais¹⁰.

O TABELIONADO DE LISBOA EM TREZENTOS

Em Lisboa, como aliás no resto do país, o tabelionato de Trezentos foi uma instituição em crescendo, acompanhando o próprio desenvolvimento da cidade. Em 1287-90, e de acordo com o rol de tabeliães, havia 21 oficiais¹¹. No tempo de Afonso IV, Lisboa contava apenas com 20 tabeliães “boons e honrrados e rricos e taaes que a çidade era delles honrada”¹². Mas este número não parou de aumentar, quanto mais não fosse porque a sua atividade era lucrativa e porque o rei permitira que se nomeassem novos tabeliães. Por isso, não espanta que em 1376 fossem já 60, número que D. Fernando procurou reduzir pelo menos para metade, dando indicações ao corregedor e aos vereadores nesse sentido¹³. Longe de diminuir, a abundância de tabeliães na capital continuou a constituir um problema grave no contexto da crise política que levou ao trono D. João I: em 1385, nos capítulos especiais apresentados às Cortes de Coimbra, o concelho de Lisboa queixava-se “que som ora saseenta tabeliãaes e mais”¹⁴, pelo que pedia ao rei que reduzisse esse número para trinta. A resposta régia foi cuidadosa: não procederia à redução solicitada nessa ocasião em virtude de não poder “tirar os ofícios aquelles que ora os teem ca lhes seeria injuria”, sugerindo antes que qualquer tabelião que falecesse não fosse substituído, até se atingir o número pretendido, objetivo ainda não alcançado em 1390 altura em que o monarca volta a reforçar esta medida¹⁵.

Até ao final do reinado de D. Dinis, o concelho de Lisboa escolheu um tabelião da cidade para escrever (e registar) os atos que lhe eram necessários, atividade que era exercida num qualquer espaço urbano por um *tabellio* sem “vínculo profissional” com a instituição¹⁶. Não obstante, em 1324, era ao tabelião Egas Peres que cabia a responsabilidade de escrever “as coussas que se passauam no Conçelho”¹⁷. A sua presença mantinha-se, contudo, nos diversos espaços da cidade, sempre que se publicitavam documentos com normas importantes para os habitantes, sobretudo se alguma delas exigia a prática tabeliônica: assim, em 1331, todos os capítulos gerais e especiais de Lisboa das Cortes desse ano são lidos no adro da Sé, na presença de vários tabeliães¹⁸, o mesmo

⁸ Artº 13 do Regimento de 1305, in *Livro das Leis e Posturas* (vd. nota 2).

⁹ COELHO, Maria Helena Cruz – *Os tabeliães em Portugal* (...), p. 186.

¹⁰ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública* (...), p. 393-395.

¹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – A população portuguesa nos fins do século XIII. In *Ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Ed. Vega, 1980. p. 81.

¹² Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro dos pregos, doc. 129, f. 134v. In VIEGAS, Inês Moraes; GOMES, Marta, coord.; ALBERTO, Edite Martins, est. intr. – *Livro dos pregos: estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices*. Lisboa: Câmara Municipal, 2016. p. 246.

¹³ AML, Livro dos pregos, doc. 80, f. 80v. In *Livro dos pregos: estudo introdutório* (...), p. 106. NEVES, João António Mendes – *A “formosa” Chancelaria: estudo dos originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Coimbra: [s.n.], 2005. p. 265-266. Dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹⁴ AML, Livro dos pregos, doc. 129, f. 134. In *Livro dos pregos: estudo introdutório* (...), p. 246.

¹⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria Régia, D. João I, Livro 2, f. 6v.

¹⁶ Sobre isto, vd. FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: [s.n.], 2009. p. 83-84. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; ROLDÃO, Ana Filipa – *Escrita e poderes urbanos nos concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*. Lisboa: [s.n.], 2007. p. 66. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹⁷ ANTT, Mosteiro de Santos-o-Novo, nº 680 (1324, Mar. 17, Lisboa (Alfândega) em traslado de 1340, Ago. 11, Lisboa (Concelho)). Referido por FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa* (...), p. 84.

¹⁸ AML, Livro dos pregos, doc. 47, f. 39v. a 47, e AML, Livro dos pregos, doc. 48, f. 47v. a 54v. In *Livro dos pregos: estudo introdutório* (...) p. 98-122. MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Maria Teresa Campos; DIAS, Nuno José Pizarro Pinto, ed. – *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

acontecendo em 1352, quando as respostas régias aos *pedidos* do povo foram publicadas “na cidade de Lisboa... hu fazem comcelho”¹⁹.

A progressiva complexificação da administração concelhia por todo o país levou ao aparecimento de escrivães próprios dos concelhos e por estes nomeados²⁰, sendo os tabeliães chamados apenas quando se tornava necessário lavrar pública-formas²¹, ou, de forma mais genérica, qualquer *instrumentum publicum*²². A alguns, os chamados tabeliães das Audiências, competia-lhes igualmente estarem presentes nas Audiências, onde deveriam escrever as sentenças dadas pelos juízes locais. Mas, a julgar pela queixa que o povo fazia ao rei nas Cortes de Santarém de 1331, de facto, tal nem sempre ocorreria. Diziam os procuradores dos concelhos que, quando os corregedores chegavam às terras, os tabeliães entregavam-lhes os processos judiciais incompletos, pelo que aplicavam penas sobre homens que desconheciam ser “liures per sentença”²³. Nas mesmas Cortes, os procuradores de Lisboa queixavam-se do que pagavam aos tabeliães e da distribuição da lavra das escrituras que entre estes oficiais era feita²⁴. Em 1390, eram acusados do exercício de outras atividades, legalmente incompatíveis com o tabelionato²⁵, e, no ano seguinte, em Évora, de cobrarem mais pelas escrituras do que lhes era permitido e de nelas não registarem os respetivos custos. Pedia-se igualmente que o rei proibisse “aos tabaliãaes que nom demandem papell nem purgaminho aas partes”²⁶.

ATIVIDADE DOS TABELIÃES: NOTAS E REGISTOS

De acordo com a vária legislação, os tabeliães estavam obrigados a fazer notas em *livros de papel*²⁷ de todas as escrituras que lavrassem. Inicialmente utilizavam para tal papéis soltos, que frequentemente se perdiam, o que causava problemas à população: sem as notas, os tabeliães ficavam incapazes de redigir os documentos quando lhe pediam. Não admira, portanto, que o rei obrigasse, reiteradamente, ao cumprimento daquela obrigação. Em Lisboa, e de acordo com os capítulos especiais da cidade levados às Cortes de 1418, tanto os tabeliães do Paço (i.e. os tabeliães do público) como os das Audiências (tabeliães judiciais) deveriam ter um armário cada um (“que assi a elle for asijnado”) onde colocariam os respetivos livros de notas²⁸. Os primeiros deveriam fazê-lo até um mês depois de finalizar o ano em que exerceriam o cargo e os segundos mal terminassem os feitos e fossem

¹⁹ AML, Livro dos pregos, doc. 57, f. 59v. a 70. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 132-39.

²⁰ Por exemplo, em 1391 D. João I autoriza o concelho de Lisboa a nomear vários escrivães de diversos ofícios da cidade. AML, Livro dos pregos, doc. 167, f. 154. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 291.

²¹ Assim e por exemplo, a 20 de dezembro de 1326 é feito por Miguel Pires, tabelião público de Lisboa, “ante a porta da ssee em comcelho”, um traslado em pública forma de uma carta de D. Dinis, do ano anterior, traslado esse novamente copiado em documento autêntico em 1340, já na “camara do paaço do comcelho”. AML, Livro dos pregos, doc. 99, f. 119v. a 122. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 217-22. Em 1361, Lopo Gil, tabelião de Lisboa, é chamado à Camara do paço do concelho para aí fazer a pública forma do foral de 1179 e suas confirmações dados pelos primeiros reis portugueses à cidade de Lisboa. AML, Livro dos pregos, doc. 9, f. 27 a 29v.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p.73-78.

²² Contudo, em 1384 D. João, enquanto regedor do reino, permite ao escrivão dos órfãos de Lisboa fazer escrituras públicas nas quais deveria apôr o seu sinal “e dar fee assi come cada huum dos outros tabaliães da dicta cidade” (AML, Livro dos pregos, doc. 126, f. 132. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 238-39). Disposição semelhante ocorrerá mais tarde, em [1395], altura em que D. João I permite que o escrivão do tesouro da cidade “podesse dar fe como tabalyam nas cousas que perteeçessem ao dicto ofiço”, por tal lhe ter sido pedido pelos homens bons. AML, Livro dos pregos, doc. 126, f. 126. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 231.

²³ AML, Livro dos pregos, doc. 47, f. 45v.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 109. MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Maria Teresa Campos; DIAS, Nuno José Pizarro Pinto, ed. – *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982. p. 47 (artº 53º).

²⁴ Assim, a obrigatoriedade da presença de dois tabeliães na execução das penhoras encarecia imenso esta diligência (AML, Livro dos pregos, doc. 47, f. 45v.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 110. MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Maria Teresa Campos; DIAS, Nuno José Pizarro Pinto, ed. – *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982. p. 50 (artº 59º).

²⁵ AML, Livro dos pregos, doc. 164, f. 150. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 283.

²⁶ AML, Livro dos pregos, doc. 165, f. 153. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 289.

²⁷ Regimento de 1305, artº 1.

²⁸ AML, Livro dos pregos, doc. 284, f. 199. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 375 e FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (...)*, p. 17, nota 79.

promulgadas as sentenças. Esses armários, que assim funcionavam como arquivos pessoais, deveriam ter duas chaves, uma das quais estava na posse do tabelião ao qual o móvel estivesse destinado, e a outra na de um homem bom que “pera esto fosse escolheito”. Ficava, assim, salvaguardada a possibilidade de os tabeliões recorrerem às notas para lavrar documentos sempre que lhes fosse solicitado. É possível que esta medida pedida pelo concelho de Lisboa ao rei não tenha sido seguida no resto do reino: em 1428, nos capítulos gerais apresentados às Cortes desse ano, os tabeliões ainda eram acusados não só de escreverem e entregarem *stormentos de sentença* sem antes os mostrarem aos juízes, como de não fazerem as notas das referidas sentenças. Pedem assim os povos que “nom passem elles taes sentenças sem as escrepuerem em notas ou em protocollos e sseer a nota ou trassunto que ffor dado aa parte assijnada per mão do juiz que a der”²⁹. Ou seja, sobretudo no que se refere à generalidade dos tabeliões das Audiências, se não haveria o cuidado de elaborar as notas dos atos jurisdicionais (o que lhes permitia neles introduzir “muytas mentiras e falsidades”), muito menos deveriam existir armários onde as notas relativas aos textos promulgados pelos juízes fossem guardadas...

Não se deve, contudo, confundir estas notas com o registo dos documentos a que também o tabelionado estava obrigado. De facto, e de acordo com o Regimento de 1305, competia igualmente aos tabeliões registar os atos que lavravam num *livro boom de coyro*³⁰, o que deveria ocorrer imediatamente antes da expedição do documento, mas certamente após a sua validação. Mas, já antes há notícias desta prática: relativamente a Braga temos referências a um *registro bracarensis* logo em 1228³¹. Também em Lisboa, em 1264, Domingos Pais, público tabelião dessa cidade, diz, a propósito de uma carta de venda, “qui eam notavit et eam in Registro suo rescripsit et signum suum in testimonium apposuit infrascriptum”³². Em 1265, Afonso III termina o texto enviado ao concelho de Lisboa pelo qual regulamenta a cobrança da anúduva ordenando “quod Tabelio de uestra villa registret istam cartam im suo registro”³³.

ACESSO À PROFISSÃO: O EXAME

Como se recordou mais acima, era condição *sine qua non* para o exercício do tabelionado tanto o domínio da leitura e escrita dos documentos como o conhecimento do latim. E, de facto, nos traslados em pública forma, não raras vezes os tabeliões fazem referência à sua capacidade de tradução dos textos antigos, escritos em latim, para *linguagem*. Tal aconteceu em 1361, quando Lopo Gil, a requerimento do procurador do concelho de Lisboa, copia, traduzindo para português, os antigos forais da cidade³⁴. Mas, a documentação mostra-nos, por vezes, um quadro muito diferente: em 1358 havia em Coimbra um tabelião que não sabia latim³⁵. No séc. XV já deveria ser frequente o desconhecimento do latim³⁶. A atestá-lo está o facto de em 1441 um clérigo ser nomeado tabelião geral para os instrumentos redigidos em latim³⁷. Alguns anos mais tarde, em 1453, Afonso Gil, tabelião da cidade do Porto e seus termos, nega-se a publicar uma carta de Nicolau V porque “a dicta letera do Santo Padre era em latim e eu [Afonso Gil] nom sabia latim”, pelo que Henrique Henriques, cónego da Sé do Porto, leu a carta e publicou a “dicta letera apostolica (...) do começo ata o rabo”³⁸. Situações como esta são relativamente abundantes na documentação

²⁹ AML, Livro dos pregos, doc. 302, f. 213v.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 399.

³⁰ Regimento de 1305, artº 3º.

³¹ Arquivo Distrital de Braga (ADB), Gaveta, *Prazos particulares*, nº 9.

³² ANTT, Gaveta 11, maço 2, nº 20. Referido PEREIRA, Isaías da Rosa – *O tabelionado em Portugal (...)*, p. 617.

³³ AML, Livro dos pregos, doc. 52, f. 57v. a 58. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 128-29.

³⁴ AML, Livro dos pregos, doc. 9, f. 27 a 29v.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 73-78.

³⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz – *Os tabeliões em Portugal (...)*, p. 189, nota 88.

³⁶ Esta constatação poderá estar relacionada com a disposição, muitas vezes não cumprida diga-se, de os tabeliões não poderem ser clérigos, conforme o Regimento de 1305. PEREIRA, Isaías da Rosa – *O tabelionado em Portugal (...)*, p. 617. Também relativamente à leitura, ocorriam casos em que oficiais encarregados da escrita não cumpriam o requisito. Assim, e por exemplo, D. Afonso V dá, em 1480, o ofício de escrivão das Sisas de Penafiel de Sousa, termo da cidade do Porto, a Lopo Nunes, escudeiro do abade de Paço de Sousa, vago pela morte de Gomes Dias, e que tinha sido pedido por Álvaro (...) mas rejeitado pois este último não sabia ler (ANTT, Chancelaria D. Afonso V, Livro 32, f. 9v.).

³⁷ ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, Livro 2, f. 103.

³⁸ 1453.02.27. Arquivo Distrital do Porto (ADP), São Domingos, Pergaminhos originais dos títulos do convento, caixa 775, perg. 145a.

medieval. Coloca-se então a questão de saber se o exame de acesso ao exercício da profissão incluía ou não uma prova de conhecimento de latim, e, em caso afirmativo, como é que os tabeliães desconhecedores dessa língua teriam sido considerados “auctos e pertencentes”. Por outras palavras, impõe-se perguntar o que se exigia ao candidato a qualquer tabelionato aquando da *eisaminação* necessária ao provimento no ofício.

Apesar de os primeiros regimentos que regulamentavam o exercício da profissão (1305) não se referirem a qualquer exame como condição prévia à função de tabelião, o certo é que muito cedo ele terá começado a ser exigido: logo em 1321, D. Dinis é confrontado pelos tabeliães de Guimarães com o dano que lhes causava uma recente nomeação régia de mais uns quantos oficiais, após os primeiros terem sido confirmados no cargo aquando de uma deslocação à Corte onde se tinham submetido a uma “Eisaminação assi como eu mandei aos outros Tabeliões do meu senhorio”³⁹. Provavelmente o exame versava sobre dois assuntos distintos. Antes de mais, e de acordo com as Ordenações Afonsinas, competia ao chanceler mor averiguar da capacidade de escrita dos tabeliães e escrivães: “fazendo-os escrepver perante si, e se vir que escrepvem bem, e som pertencentes para os Officios devem-lhes dar suas cartas”⁴⁰. Depois, o examinador deveria igualmente verificar se o candidato cumpria os requisitos patentes na legislação sobre a atividade tabeliônica, nomeadamente no que respeita à acumulação de cargos ou outros ofícios. Deve ter sido o que aconteceu em [1431].08.01 quando os juízes, vereadores e homens bons de Lisboa foram chamados a informar o infante D. Duarte se Lopo Esteves, que deveria substituir Martin Anes, tabelião e escrivão da alcaidaria de Lisboa que renunciara ao tabeliado, era “ydoneo e pertencente para o dicto officio” de tabelião⁴¹. O mesmo se terá passado com o tabelião do judicial Tristão Rodrigues, do Porto, que tendo sido acusado pelo concelho de acumular o ofício de tabelião do judicial com o cargo de procurador/advogado, foi examinado pelo chanceler mor que confirmou que o tabelião era “aucto e pertencente” para o exercício do tabelionato⁴². Contudo, são constantes os pedidos em Cortes para os tabeliães concelhios (ou das Audiências dos concelhos) não acumularem com cargos/ofícios judiciais⁴³. Assim sendo, quando em 1376 D. Fernando comete ao corregedor e aos homens bons de Lisboa a realização dos exames aos tabeliães, com o intuito de reduzir o número destes, o rei mais não pretenderia senão que chegasse à Corte a informação (“e enujade nos dizer”) sobre a existência de qualquer incompatibilidade no exercício do tabelionato por homens que ele próprio, ou o seu pai, havia nomeado, vontade consubstanciada na frase “dizer quaes som os que mais perteeçentes forem pera auerem os dictos ofícios”⁴⁴. Situação semelhante ocorreria com os escrivães: em 20 de dezembro de 1433, D. Duarte, em carta dirigida ao corregedor e chanceler da comarca de Entre Douro e Minho, permite que Afonso Gil, escrivão da chancelaria da dita correição seja substituído por outro desde que “visto e examinado per vos” [corregedor e/ou chanceler da correição] para constatar que era “idóneo e pertencente” para o exercício do cargo⁴⁵. Ou seja, seria o corregedor e/ou os oficiais locais (mormente os vereadores) quem deveriam verificar se o tabelião a nomear pelo rei, e a receber dele a *auctoritas*, reunia as condições para o poder ser.

Em princípio, o exame deveria ter lugar na Chancelaria Régia: assim já o deveria ser em 1331⁴⁶ e assim o prescrevem as Ordenações Afonsinas⁴⁷. Na sua sequência, cada tabelião deveria “depositar” o seu *signum tabellionis* nesse

³⁹ ANTT, Chancelaria Régia, D. Dinis, Livro 3, f. 134v. BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública (...)*, p. 422 e PEREIRA, Isaiás da Rosa – *O tabelionato em Portugal (...)*, p. 618.

⁴⁰ Ordenações Afonsinas, Liv. I, Tit. II, § 10. Referido por BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública (...)*, p. 422, por PEREIRA, Isaiás da Rosa – *O tabelionato em Portugal (...)*, p. 618 e por COELHO, Maria Helena da Cruz – *Os tabeliães em Portugal (...)*, p. 179-180.

⁴¹ AML, Livro dos pregos, doc. 344, f. 261v.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 482.

⁴² Chamado à Corte depois para apresentar o seu “rezoado”, acabou por perder a prerrogativa que lhe tinha sido dada pelo rei para acumular o cargo. Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), 5º Livro dos pergaminhos, f. 14 [Em linha]. [Consultado no dia 22/07/18]. Disponível na Internet: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/351363/?q=codigo%3A%28353%29+notaGeral%3A%28Livro+V%29>

⁴³ *Vd.*, por exemplo, os capítulos apresentados às Cortes de 1371 (AML, Livro dos pregos, doc. 95, f. 106 a 106v.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 196-197; MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, Nuno José Pizarro Pinto; SALVADO, João Paulo, org. – *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990-93. p. 57.

⁴⁴ AML, Livro dos pregos, doc. 80, f. 80v.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 158.

⁴⁵ ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, Livro 19, f. 39v.

⁴⁶ AML, Livro dos pregos, doc. 47, f. 44.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 106. *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (...)*, p. 43 (artº 44º).

⁴⁷ Ordenações Afonsinas, Liv. I, Tit. II, § 10.

serviço central. Sabe-se que por vezes, e por motivos diversos, os tabeliães se fizeram representar por procuradores para este registo do seu sinal privativo⁴⁸. Então impõe-se perguntar: como constataria o chanceler a capacidade de escrita do tabelião que se “empossava”? Como distinguir se a carta de procuração (de onde muitas vezes se retirava o sinal que havia de ser cosido ao livro da Chancelaria⁴⁹) era feita pelo próprio ou por outrem a quem ele tivesse pedido para o fazer? E como explicar que à morte de um tabelião se seguisse a imediata nomeação de outro para o seu lugar, sem preocupação aparente de realização de um qualquer exame⁵⁰? A ausência de qualquer referência à realização do exame dos tabeliães nos livros de Chancelaria parece apontar no sentido de se verificar tão somente a inexistência de incompatibilidades. Não se constatando a existência destas, o chanceler podia receber o juramento do tabelião⁵¹ e dar-lhe a tão almejada *carta de tabelião*.

As queixas feitas pelos procuradores remetem-nos para a incompetência dos tabeliães o que pode significar que alguns seriam nomeados sem saberem exatamente a que é que estavam obrigados, isto é, quais eram as normas básicas pelas quais deviam conduzir a sua atividade. Pelo menos é o que sugere a justificação dos procuradores de 1331 para o rei novamente obrigar ao juramento na Chancelaria: os tabeliães não guardavam “os uossos artigos nem outras cousas que mandades guardar aos outros tabaliões”.

CONCLUSÃO

Como se acabou de afirmar, o tabelionado de Trezentos foi uma instituição em crescendo em Lisboa como no resto do país. Nesse sentido, nos séculos finais da Idade Média, o concelho de Lisboa escolhia, entre o corpo de tabeliães que trabalhavam na cidade, um para escrever (e registar) os atos que lhe eram necessários, bem como para publicitar documentos com normas importantes para os habitantes. Existiam também na capital, como em outras vilas e cidades do reino, tabeliães das Audiências a quem competia estar presentes nos julgamentos, onde deveriam escrever as sentenças dadas pelos juízes locais. Uns e outros deveriam, no século XV, ter um armário individual onde cada um colocaria os respetivos livros de notas. Não se deve, contudo, confundir estas notas com o registo dos documentos a que também o tabelionado estava obrigado, e de que temos notícia, relativamente a um tabelião de Lisboa, desde 1265.

Qualquer tabelião deveria, no mínimo saber ler e escrever, tanto em português como em latim. Contudo, o facto de não existirem notícias de exames que permitissem o acesso à profissão tabeliônica nos livros de Chancelaria Régia levanta questões não só sobre as exigências requeridas aos candidatos ao exercício do tabelionado (capacidade de escrita e incompatibilidades com outras funções ou cargos) como sobre a possibilidade de não comparecerem pessoalmente. Por essa razão, a partir de alguns diplomas copiados no Livro dos Pregos, procurámos olhar para documentos há muito conhecidos dos historiadores e dos diplomatas portugueses, e neles encontrar respostas para essas e outras questões que temos vindo a colocar a propósito do notariado público medieval português. Mas, mais do que encontrar soluções, o objetivo do presente estudo foi essencialmente deixar no ar pistas para reflexões que, num futuro próximo, darão certamente os seus frutos.

⁴⁸ ROMÃO, João Maia – *Tabelionado e tabeliães nos livros de chancelaria de D. Afonso V*. Lisboa: [s.n.], 2014. p. 54-57. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁰ No dia 23 de março de 1432, quarta-feira, o concelho da cidade foi informado que Salvador Eanes, tabelião público, tinha falecido exatamente nesse dia. Imediatamente, João Gonçalves, escrivão da Câmara, propôs o seu irmão, Pedro, para o ofício de tabelião. Pedro Gonçalves “era natural da dita cidade e auto e pertencente pera o dito ofício emlegeram em elle e lhe mandarom dar a dicta emliçom e pedem por mercee a El Rey ou ao Infante que lho confirme”. A Câmara ordenou que se escrevesse uma carta ao rei de forma a obter confirmação régia. AHMP, Livro 1^o de vereações, f. 31. MACHADO, João Alberto; DUARTE, Luís Miguel, leitura, índ. e notas – *Vereações: 1431-1432: livro I*. Porto: Câmara Municipal, 1985. p. 96-97.

⁵¹ Já referido nas Cortes de 1331. AML, Livro dos pregos, doc. 47, f. 44.. In *Livro dos pregos: estudo introdutório (...)*, p. 106. *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (...)*, p. 43 (art^o 44^o).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo distrital de Braga

Gaveta, Prazos particulares, nº 9.

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro dos pregos.

Arquivo Distrital do Porto

São Domingos, Pergaminhos originais dos títulos do convento, caixa 775, perg. 145^a.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

5º Livro dos Pergaminhos.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Chancelaria Régia, D. Afonso V, Livro 2.

Chancelaria Régia, D. Afonso V, Livro 19.

IMPRESSAS

MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Maria Teresa Campos; DIAS, Nuno José Pizarro Pinto, ed. – *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, Nuno José Pizarro Pinto; SALVADO, João Paulo, org. – *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990-93.

DIAS, João José Alves, org. – *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2004-2006.

Livro das Leis e Posturas. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1971.

VIEGAS, Inês Morais; GOMES, Marta, coord.; ALBERTO, Edite Martins, est. intr. – *Livro dos pregos: estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices*. Lisboa: Câmara Municipal, 2016.

MACHADO, João Alberto; DUARTE, Luís Miguel, leitura, índ. e notas – *Vereações: 1431-1432: livro I*. Porto: Câmara Municipal, Arquivo Histórico, 1985.

ESTUDOS

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa, imp. 1959. tomo VIII.

COELHO, Maria Helena da Cruz – Os tabeliães em Portugal: perfil profissional e sócio-económico (sécs. XIV-XV). *Historia. Instituciones. Documentos*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad. Vol. 23 (1996), p. 173-211.

FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira – A população portuguesa nos fins do século XIII. In *Ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: ed. Vega, 1980. p. 51-92.

NEVES, João António Mendes – *A “formosa” Chancelaria: estudo dos originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Coimbra: [s.n.], 2005. Dissertação de mestrado em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

NOGUEIRA, Bernardo Sá – *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.

PEREIRA, Isaiás da Rosa – O tabelionato em Portugal. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIPLOMÁTICA NOTARIADO PUBLICO Y DOCUMENTO PRIVADO: DE LOS ORIGENES AL SIGLO XIV, 7, Valencia, 1986 – *Actas*. Valência: Generalitat Valenciana, Conselleria de Cultura, Educació i Esport, 1989. p. 615-690.

ROLDÃO, Ana Filipa – *Escrita e poderes urbanos nos concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*. Lisboa: [s.n.], 2007. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ROMÃO, João Maia – *Tabelionato e tabeliões nos livros de chancelaria de D. Afonso V*. Lisboa: [s.n.], 2014. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SEABRA, Ricardo – *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242-1383)*. Porto: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Submissão/submission: 22/07/2018

Aceitação/approval: 26/10/2018

Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, DHEPI-Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais;
CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, Faculdade de Letras,
Universidade do Porto, 4150-564 Porto, Portugal. mcunha@letras.up.pt

Ricardo Lema Sinde Rosmaninho Seabra, CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”,
Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 4150-564 Porto, Portugal. ricardoseabra2@gmail.com

CUNHA, Maria Cristina; SEABRA, Ricardo – “Se o auees por ydoneo e perteentente”: a propósito da atividade dos Tabeliões de Lisboa nos séculos XIV e XV. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 10 (julho-dezembro 2018), p. 131 – 139.

Anotações de diplomática judicial portuguesa: os tribunais superiores na Lisboa quinhentista

Notes on Portuguese judicial diplomatics: high courts in sixteenth century Lisbon

Jorge Veiga Testos

RESUMO

Tendo por base a análise de um conjunto de cartas de sentença dos tribunais superiores portugueses – Casa do Cível e Casa da Suplicação – datadas da primeira metade do século XVI, o artigo procura reconstituir os respetivos mecanismos de produção escrita. A análise do seu discurso diplomático permite evidenciar as particularidades desta tipologia documental.

PALAVRAS-CHAVE

Diplomática judicial / Tribunais superiores / Administração da justiça / Carta de sentença

ABSTRACT

Based on the analysis of a set of sentences from the Portuguese high courts – *Casa do Cível* and *Casa da Suplicação* – dated from the first half of the sixteenth century, this paper aims to recreate their mechanisms of written production. The analysis of the diplomatic discourse found therein allows to highlight the particularities of this specific type of document.

KEYWORDS

Judicial diplomatics / High courts / Administration of justice / Judicial sentence

1. DOS DOCUMENTOS JUDICIAIS

Em Portugal, a diplomática judicial, embora tema interdisciplinar comum à História e à História do Direito¹, não tem suscitado particular interesse a historiadores ou jurishistoriadores². O lugar de menor destaque a que esta diplomática especial tem sido votada não é, aliás, exclusivo do nosso país, na medida em que os principais manuais de diplomática estrangeiros não conferem autonomia ao estudo dos documentos judiciais³.

A essência de um documento é a conjugação de duas componentes concorrentes: por um lado, a outorga negocial, a atuação que materializa a vontade negocial do *ator* e que constitui o conteúdo do documento (*actio* ou *negotium conscriptum*); por outro, a escrituração documental que atesta que o teor textual corresponde à vontade negocial outorgada (*conscriptio negotii*)⁴. Assim, o *ator* (outorgante ou atuante) outorga o negócio jurídico, proporcionando a matéria do documento. Já a escrituração exige um *actor* (autor), que elabora o documento, dando-lhe a forma requerida.

Face à obsolescência da tripartição clássica da diplomática em régia, papal e particular, exclusivamente fundada na pessoa do *actor* (rei, imperador, papa, particulares), a partir de meados do século (séc.) XX abriu-se caminho a novos domínios não privilegiados, dando um novo fôlego aos estudos diplomáticos que se espalharam nas mais diversas direções. O estudo das novas categorias especiais da diplomática permitia agrupar os documentos por categorias de proveniência e natureza equivalentes e colocá-los lado a lado para que, nas sugestivas palavras de Arthur Giry, estes se iluminem mutuamente⁵.

Deter-nos-emos, em particular, sobre os documentos judiciais. Um documento judicial é, desde logo, um documento público, ou seja, um documento emanado de uma autoridade pública e que atua *ex potestate*, ou seja, no exercício de um poder público. Com efeito, essa autoridade pública atua no exercício de um poder jurisdicional, que se caracteriza pela existência de um conflito de interesses e um contraditório⁶. A *iurisdictio* traduz-se na resolução de uma causa que, por regra, envolve uma disputa entre partes (controvérsia), aplicando o Direito ao caso concreto. Assim, o critério de distinção de um documento judicial deve assentar numa base objetiva, atendendo ao poder que é exercido, e não numa base subjetiva, assente no *ator* ou *actor*⁷.

¹ Sobre a relação entre as duas disciplinas científicas, v. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Diplomática e História do Direito, raízes da “nova” História Política. *Cuadernos de Historia del Derecho*. Madrid. Nº 12 (2005), p. 43-56; NOGUEIRA, José Artur Duarte – Jurishistoriadores e historiadores: identidade e diferença (algumas reflexões). In *Estudos em honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão*. Coimbra: Almedina, 2008. vol. II, p. 1845-1856.

² As abordagens portuguesas que versam assumidamente a diplomática judicial resumem-se a duas comunicações apresentadas no X Congresso Internacional da *Comission Internationale de Diplomatie*, subordinado ao tema e realizado em 2001 (MARQUES, José; CUNHA, Maria Cristina – Conflit de jurisdictions et documents judiciaires: le cas de Braga. In NICOLAJ, Giovanna, ed. – *La diplomatica dei documenti giudiziari (dai placiti agli acta – secc. XII-XV)*. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2004. p. 243-280; COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Les actes judiciaires de Pierre I^{er} du Portugal (1357-1366). In NICOLAJ, Giovanna, ed. – *op. cit.*, p. 281-293 e a uma dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática sob orientação de Armando Luís de Carvalho Homem e Bernardo Sá Nogueira (TESTOS, Jorge Veiga – *Sentenças régias em tempo de Ordenações Afonsinas, 1446-1512: um estudo de diplomática judicial*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

³ O principal impulso dado à diplomática judicial resultou do já referido Congresso Internacional da *Comission Internationale de Diplomatie*, organizado em Bolonha por Giovanna Nicolaj (v. NICOLAJ, Giovanna, ed. – *op. cit.*). V. o diagnóstico feito em TESTOS – *op. cit.*, p. 10-16.

⁴ V. BONO Y HUERTA, José – Conceptos fundamentales de la Diplomática notarial. *Historia, instituciones, documentos*. Sevilla. Nº 19 (1992), p. 73-88; CÁRCEL ORTÍ, Maria Milagros, ed. – *Vocabulaire internationale de la Diplomatie*. 2ª edição. València: Universitat de València, 1997; GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques; TOCK, Benoit-Michel – *Diplomatique médiévale*. Turnhout: Brepols, 2006.

⁵ GIRY, Arthur – *Manuel de Diplomatie*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1925. p. 659.

⁶ NICOLAJ, Giovanna – Lineamenti di diplomatica generale. *Scrinium Rivista*. Pavia. Nº 1 (2003), p. 81.

⁷ O critério assente na produção documental do *actor*, proposto por José Bono, deixaria de fora, por exemplo, os casos em que a redação do documento judicial não é feita num órgão próprio do tribunal mas na Chancelaria Régia ou quando o notário local redige a documentação concelhia em matéria judicial (v. BONO – *op. cit.*, p. 75).

Como uma representação teatral, a atividade judicial (juízo, *iudicium*) desenrola-se num palco próprio – o tribunal – onde três personagens principais (o *iudicium* é um *actus trium personarum*)⁸ representam o seu papel: o autor que demanda e o réu que se defende digladiam-se perante o juiz. Este diálogo teatralizado entre os litigantes e o juiz obedece a uma ordem própria (ordem do juízo), uma sequência de atos jurídicos ordenados para um fim que constituem o processo jurisdicional. A assistir à ação dramática está o escrivão que confere fé pública ao que se desenrola perante ele. Os documentos judiciais traduzem-se, por conseguinte, na escrituração produzida durante a tramitação de um processo, respondendo às necessidades funcionais do procedimento⁹.

O que também caracteriza o documento judicial é a sua diversidade potencial, na medida em que pode corresponder a documentação específica de uma fase da marcha do processo e que pode ser produto de uma diversidade de instâncias jurisdicionais, representantes da justiça régia, pontifícia, episcopal, senhorial, comunal ou qualquer outra que desempenhe funções jurisdicionais. Podem integrar, por conseguinte, o conceito de documento judicial, as petições, as citações, as notificações, as procurações, os requerimentos, as diligências, as alegações, as inquirições, enfim, toda a documentação produzida no âmbito de um processo. Nas palavras de Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, os documentos de atos jurídicos constituem o “espelho daquilo que se chamou o direito vivo”¹⁰.

Contudo, o documento judicial por excelência é a carta de sentença. A carta de sentença, expedida a petição de uma parte, como garantia dos seus direitos judicialmente declarados, tem como conteúdo essencial a sentença dada pelo juiz no processo. A sentença consiste na decisão de um juiz (ou juízes) que traduz o poder de conformar um litígio, por forma a reestabelecer a ordem entre as partes em conflito. A decisão impõe-se às partes e a autoridade que detém o poder de decidir faz executar a decisão, se necessário pela força¹¹. A função da carta de sentença é múltipla: tem valor dispositivo, porque traduz uma decisão que resolve um litígio; adquire valor probatório quando reduzida a escrito, dando fé pública à decisão e servindo de garantia dos direitos das partes; desempenha também uma função executória, por constituir um título bastante para que a decisão seja executada.

O seu papel como fonte primordial resulta, sobretudo, do seu conteúdo. Na medida em que encerra – mesmo que provisoriamente – a marcha do processo, a sentença permite reconstituir virtualmente o *iter* processual decorrido e intuir o percurso burocrático associado. Reconstrução que se baseia na produção concreta do tribunal e não somente num retrato normativo abstrato, formando, deste modo, os alicerces para uma comparação entre a realidade normativa e a realidade produzida. Nesse sentido, o apelo ao estudo dos documentos judiciais e, em particular, das cartas de sentença tem sido repetido pelos mais diversos autores, entre historiadores e jurishistoriadores. Carvalho Homem, na sua obra fundadora dedicada ao desembargo régio, destacava que:

a análise detalhada das cartas de sentença poderá facultar aos historiadores do Direito um conhecimento dos trâmites processuais com base no funcionamento efectivo das instituições judiciárias, e não apenas estribado na legislação, que tem constituído o sustentáculo fundamental dos estudos até agora feitos na matéria¹².

Também António Manuel Hespanha acentuou a mesma ideia:

(...) quem quiser fazer a história das instituições jurídicas tal como a vida real as conhece (os ingleses falam em *law in action*, por contraposição a *law in books*) tem que se preocupar, sobretudo, com os resultados da prática jurídica concreta, com essa massa de fenómenos jurídicos todos os dias repetidos (contratos, sentenças, decisões

⁸ Na definição de atividade jurisdicional legada no século XII por Búlgaro, “*iudicium est actus ad minus trium personarum, actoris intendentis, rei intentionem evitantis, iudicis in medio cognoscentis*” (WAHRMUND, Ludwig, ed. – *Quellen zur Geschichte des römisch-kanonischen Processes im Mittelalter*. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 1925. vol. IV, parte 1, p. 5).

⁹ RUIZ GARCIA, Elisa – La carta ejecutoria de hidalguía: un espacio gráfico privilegiado. *En la España medieval*. Madrid. Nº extra 1(2006), p. 251-276; ORTEGO GIL, Pedro – Sentencias criminales en Castilla: entre jueces y abogados. *Clio & Crimen*. Durango. Nº 10 (2013), p. 359-372.

¹⁰ ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito português*. Lisboa: Ed. Pedro Ferreira, 1999. vol. I, p. 372.

¹¹ GODDING, Philippe – *La Jurisprudence*. Turnhout: Brepols, 1973. p. 18.

¹² HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto, 1990. p. 171.

administrativas, pareceres doutrinários e forenses, intervenções parlamentares, etc.). São eles de facto, mais do que os textos das leis ou as obras de ponta da ciência jurídica a medula das instituições jurídicas concretas, o corpo do direito vivido¹³.

A esta luz, propomo-nos analisar um conjunto de cartas de sentença dos tribunais superiores portugueses. Antes, porém, e a fim de melhor colhermos e retratarmos o seu conteúdo, cumpre deixar um excuro sobre a origem e singularidade destes dois tribunais, tão breve quanto a economia que nos é exigida neste escrito nos permite.

2. DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: A CASA DA SUPLIÇÃO E A CASA DO CÍVEL

No séc. XVI, a ligação entre a cidade de Lisboa e os dois tribunais superiores que representam a justiça contenciosa régia¹⁴ – a Casa da Suplicação e a Casa do Cível¹⁵ – intensifica-se. No entanto, o caminho percorrido pelos dois tribunais desde a sua génese passou por várias fases até à sua sedentarização na capital do reino.

O tribunal do rei é, no início da nacionalidade, uma instituição una. A afirmação dos recursos como instrumentos de excelência da justiça régia, por influência do renascimento do direito romano, e a conseqüente construção de uma arquitetura hierárquica judiciária, transformará o tribunal do rei numa *longa manus* que paira sobre as justiças locais de todo o reino, sujeitas à possibilidade de revisão das suas decisões enquanto concretização prática do arquétipo medieval do rei-juiz. A apelação tornar-se-á a peça central da administração da justiça régia: toda a parte que se sentisse prejudicada pela sentença de um tribunal inferior podia recorrer (apelar) da mesma. Não sendo possível apelar das sentenças definitivas de certos juizes dos tribunais superiores era, contudo, admissível, dependendo do valor da demanda, interpor um recurso de agravo (suplicação) das suas sentenças.

A prática processual, também inspirada no direito romano (e canónico), desenvolve uma teia complexa de regras consolidadas, apreendidas por um núcleo de oficiais que desempenham funções especializadas na administração da justiça. O caminho da especialização, que ocorre quase simultaneamente ao nível das matérias e dos julgadores, permitirá a distinção entre os núcleos das matérias crimes e das matérias cíveis, adstritos a oficiais próprios, já ocorrida na primeira metade do séc. XIV.

O peso da máquina da justiça pedia, então, sedentarização: o tribunal do rei desdobra-se e os recursos em matéria cível autonomizam-se da Corte. O rei mantém, contudo, junto de si, a essência do seu poder de punir, preservando o núcleo do crime. Formam-se dois tribunais distintos: um com carácter sedentário, que ganha uma Chancelaria própria e um corpo burocrático autónomo (que se designará por Casa do Cível); outro que acompanha o rei na sua itinerância, que recorre à Chancelaria Régia que também se mantém itinerante (que se designará Casa da Suplicação).

¹³ HESAPANHA, António Manuel – *História das instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982. p. 20.

¹⁴ Excluímos desta equação o Desembargo do Paço, instituição que ganha autonomia durante o reinado de D. João II e que assumirá a sua preponderância na hierarquia judiciária ao longo do séc. XVI. Trata-se, contudo, de um tribunal-conselho, de natureza híbrida, onde se decidem sobretudo os casos da graça régia e onde a intervenção contenciosa é residual, limitada ao recurso de revista. O estudo mais aprofundado sobre esta instituição concentra-se, porém, no seu último século de existência (v. SUBTIL, José – *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996).

¹⁵ Os elementos recolhidos no século XIX por Gama Barros constituem, ainda hoje, a base essencial do que se divulga sobre estas duas instituições (BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. tomo I, p. 611-626). Veja-se também CAETANO, Marcello – *História do Direito português*. 4ª edição. Lisboa: Verbo, 2000. p. 308-311, 484-486; CRUZ, Maria do Rosário Azevedo – *As regências na menoridade de D. Sebastião*. Lisboa: INCM, 1992. I volume, p. 128-155; DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Porto: [s.n.], 1993. vol. 1, p. 259 e segs. e vol. 2. Tese de doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; HESAPANHA – *op. cit.*, p. 332 e segs; HOMEM – *op. cit.*, p. 163-171; TORRES, Ruy d'Abreu – Casa do Cível. In SERRÃO, Joel, ed. – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975. vol. II.

A primeira referência expressa à Casa do Cível surge no reinado de D. Pedro I (1362)¹⁶. Dotada de Chancelaria própria (1362), encabeçada por um vedor, e de selo autónomo (1375), a Casa esteve sediada em Coimbra (1362-1363) e depois em Santarém (a partir de 1364). Relativamente a este período pouco se sabe acerca das suas competências: apenas temos notícia de que na Casa do Cível desembargavam os sobrejuizes, com competência em matéria de recurso de feitos cíveis.

O séc. XV afirma-se como um período de continuidades, assente na consolidação e estabilização dos órgãos judiciais régios. D. João I procurou fixar a Casa do Cível na cidade de Lisboa, embora ainda se conheçam períodos de permanência em Santarém. Neste reinado o tribunal também surge designado por Casa do Cível e Crime¹⁷, o que é tributário dos compromissos adotados pelo monarca nas Cortes de 1385. Parece ser no período em que D. Duarte, ainda infante, está associado ao trono na administração dos assuntos da justiça que a Casa do Cível adquire residência permanente em Lisboa, instalada já em 1429 no “paaço do Jfante”¹⁸. Trata-se do Paço que se erguia defronte da desaparecida Igreja de S. Martinho, acima da Sé de Lisboa, e que conheceu várias designações ao longo do tempo¹⁹. No séc. XIV o edifício fora ocupado, talvez parcialmente, pela Casa da Moeda, designando-se no reinado de D. Fernando por Paços da Moeda. Fernão Lopes diz-nos que o monarca habitava os “paaços que chamavam dos Iffantes, que som acerca dessa egreja [de S. Martinho]”²⁰.

Nas Cortes de 1434 D. Duarte irá esclarecer as dúvidas relativas à competência dos dois tribunais superiores: as apelações dos feitos cíveis de qualquer parte do reino iriam à Casa do Cível, salvo as que saíssem do lugar onde o rei ou Corte estivessem ou cinco léguas em redor; as apelações dos feitos crimes de qualquer parte do reino iriam ao tribunal da Corte, salvo as que saíssem da cidade de Lisboa e seu termo²¹.

No reinado de D. Afonso V a designação do tribunal itinerante da Corte está já consolidada como Casa da Suplicação (ainda que, com forte probabilidade, pelo envolvimento de D. Duarte em matéria de justiça, a designação resulte do reinado anterior)²². Em 1459, na medida em que os sobrejuizes da Casa do Cível estavam sobrecarregados com os feitos dos resíduos e os feitos das penas ordenadas para a rendição dos cativos, deixando de despachar os feitos cíveis que lhes pertenciam por força do seu regimento, D. Afonso V determina que os feitos dos resíduos e cativos passem para a Casa da Suplicação²³.

¹⁶ É certo que a separação física no julgamento das apelações crime e das apelações cíveis, entregues a magistrados distintos, data do reinado de D. Afonso IV, embora sem certeza de que o desdobramento dos tribunais superiores já se verificara. A referência à existência da Casa do Cível já em 1355, por força de uma lei de 12 de março desse ano integrada no corpo das Ordenações Afonsinas (OA.5.59.1 a 11) é equívoca, na medida em que a mesma lei copiada no Livro das Leis e Posturas apenas refere os “sobrejuizes do nosso civil” (v. BARROS – *op. cit.*, p. 615; HOMEM – *op. cit.*, 1990, p. 169).

¹⁷ V. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 41 (carta de 11.05.1391 – “nossa cassa do Cyvil E crime que ora esta na Çidade de lixboa”); AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos de reis, doc. 10 (instrumento de treslado de 01.04.1429 – “em a cidade de Lixboa no paaço do Jfante em a cassa da Rollaçom per ante pedreanes lobato Regedor por ElRej da cassa do Çiujll E crime que ora em a dicta çidade esta”).

¹⁸ AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos de reis, doc. 10 (acima referido). No ano de 1434 o espaço em que estava sediada a Casa do Cível recebia obras. Por carta de 11 de abril, dirigida ao regedor da Casa do Cível, Pedro Eanes Lobato, o rei D. Duarte autoriza que o produto das penas pecuniárias julgadas naquele tribunal até dia 1 de maio fosse entregue ao “almoxariffe das obras do Noso castello pera as despender nas obras E corregimento deses paaços em que uos E eses desembargadores fazees as Relaçoes” (AML, Livro II de D. Duarte e de D. Afonso V, doc. 6).

¹⁹ CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. 2ª edição. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1937. vol. IX, p. 18 e segs; SILVA, Augusto Vieira da – *A Cêrca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. 3ª edição. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1987. p. 167-171.

²⁰ Como notou Castilho, a designação como Paço dos Infantes parece ser anterior aos filhos de D. João I. Com efeito, em 1401 o espaço é designado por “paaços do Inffante herdeiro” ou por “paços dos infantes onde soiam fazer a moeda”. Em 1405 pousavam no Paço dos Infantes as donas do Mosteiro de Santos, entre elas a sua comendadeira Inês Pires, mãe de D. Afonso, 1º duque de Bragança. Ora, em 1401 o infante D. Duarte teria apenas 10 anos e só veio a receber casa própria após as Cortes de Évora de 1408.

²¹ As Ordenações Afonsinas virão dispor que se o rei estivesse em Lisboa, o conhecimento das apelações crime da cidade pertencia à Casa da Suplicação (OA.3.90.1).

²² A primeira preferência que encontramos ao supremo tribunal da Corte com esta designação consta da carta régia de 30 de abril de 1440 dirigida a D. Álvaro [de Abreu], bispo de Évora, do Conselho do Rei, “que ora por Nos tendes carrego da Nossa casa da soplicaçom (...) e aos desembargadores da dita casa” (*Ordenações de el-Rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 678).

²³ AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 385, f. 277 e 277v. (alvará de 05.08.1459).

Entretanto, no mesmo espaço ocupado pela Casa do Cível, já em 1463, situava-se a prisão do Limoeiro²⁴. No reinado de D. Manuel I fez-se neste espaço “obra muito magnifica, & sumptuosa”, destinada a albergar os paços da Casa da Suplicação e do Cível e a Cadeia do Limoeiro²⁵. O monarca encomendou ao pintor flamengo Francisco Henriques uma grande obra de pintura “pera o curucho do Llimoeyro” (ou “da Rellaçam desta casa do cyvell”), obra que decorria ainda em 1518, quando a peste assolou Lisboa, vitimando o pintor e vários dos seus colaboradores, intimados pelo monarca a ficarem na cidade para terminar a obra²⁶.

A reconstrução do espaço para albergar os dois tribunais superiores do reino – e não apenas a Casa do Cível, que já o ocupava há quase um século – é reveladora da tendência para a sedentarização da Casa da Suplicação. Em 1534, atendendo a que a Casa da Suplicação se separava com frequência do rei, D. João III decide dotar o tribunal de uma Chancelaria própria (e de um chanceler), para evitar que o chanceler-mor, que tinha até então assento no tribunal, deixasse os selos à guarda de outro oficial²⁷. Em 1550, numa descrição das justiças superiores do reino, diz-se que a Casa da Suplicação acompanhava “a mais das vezes” o monarca, mudando-se “pera as cidades e vilas pera onde Sua Alteza vay quando comodamente se pode fazer”; quando a mudança se revelava incómoda, o tribunal ficava em Lisboa “ou em outro lugar segundo a Sua Alteza parece que convem”. Quanto à Casa do Cível, estava “de asemto na cidade de Lixboa”²⁸. No entanto, quando a cidade era assolada pela peste, era frequente que a Casa do Cível se deslocasse para o termo da cidade, designadamente para o Lumiar (1523 e 1531)²⁹.

Quando Filipe II de Espanha ocupa o trono de Portugal e inicia uma importante reforma da justiça, os dois tribunais superiores residiam em Lisboa. Filipe I irá definitivamente pôr fim à itinerância – ainda que essencialmente formal – da Casa da Suplicação (de difícil praticabilidade no contexto da união ibérica), determinando que o tribunal passe a residir continuamente em Lisboa

& della se nom mudar, nem andar com a corte, como se costumaua, pella muita oppressão que por essa causa recebiam as partes que na dita casa tinhão negocio, & pella muita despesa que o Regedor, Desembargadores, & mais officiaes faziam nas mudanças della, & inquietação que recebiam, os quaes pera melhor fazerem seus officios, & comprirem com suas obrigações, conuem estarem quietos, & dasseto em hum lugar³⁰.

A Casa do Cível tornava-se dispensável e a centralização dos tribunais superiores na capital dificultava o acesso à justiça aos que viviam longe da capital, sobretudo por parte das populosas comarcas do norte do reino, obrigando-os a “virem as ditas Casas com suas appellações, & aggrauos, & muitas vezes por casos tam leues, & de tam pequenas contias, que importam menos, que a despesa que nisso fazem”³¹. A Casa do Cível será extinta em 1582, sendo ordenada a criação de um novo tribunal na cidade do Porto, a Casa da Relação do Porto.

²⁴ Por carta de 20 de julho de 1463, D. Afonso V concede privilégio a Diogo Sanches, morador na cidade de Lisboa, a pedido dos presos que jazem no Limoeiro, enquanto pedir as esmolos por eles (ANTT, Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, f. 119).

²⁵ GÓIS, Damião de – *Chronica do felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa: Francisco Correia, 1566-7. IV parte, cap. 85, f. 109v.

²⁶ VITERBO, Sousa – *Notícia de alguns pintores portugueses e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1903. p. 56-64.

²⁷ Os regimentos de 1534 constam da compilação manuscrita de Duarte Nunes de Lião, datada de 1566 (ANTT, Feitos Findos, Casa da Suplicação, livro 72, f. 61 e ss.).

²⁸ LEAL, José da Silva Mendes – *Corpo Diplomático Portuguez*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1884. tomo VI, p. 367-370.

²⁹ Nas Cortes de 1498 a cidade agrava-se da opressão feita pelo aposentamento dos desembargadores e oficiais “quando a casa da Rellaçam alguuas vezes por causa da Jmfirmidade da cidade se vay assentar no termo” (v. DIAS, João José Alves, org. – *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002. p. 437). Em 1523, atacando a peste a cidade, a Casa do Cível encontrava-se no Paço do Lumiar (ANTT, Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, Processo do bacharel Pedro Lourenço, procurador da Casa do Cível, proc. 10931, f. 25 – “vimdo huma peste a esta Cydade na era de vymte E dous ou vymte E tres annos (...) ele declarante estava emtaao no paço do lumear procurando por ao tal tempo estar ahy a casa do cível E Cessando a peste se veyo (...) pera esta Cydade”). Em 1531, ano em que um forte terramoto e a peste também assolaram a cidade, a Casa do Cível estava no Lumiar (v. ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, Maço 168, doc. 20 – mandado de 18.04.1531 feito “no lomear termo da cidade onde a Relaçam E casa do çivell esta”).

³⁰ Preâmbulo do Regimento da Casa da Suplicação de 27.07.1582 (*Regimento da Casa da Suplicação e da Relaçam do Porto. E o Perdão geeral, com outras Leys & Prouisões*. Lisboa: aa custa de Luis Marteel Livreiro del Rey Nosso Senhor per Antonio Ribeiro Impressor do mesmo Señor, 1583). A ideia de fixar a Casa da Suplicação não era nova, e já nas Cortes de Lisboa de 1562 fora pedido que a Casa da Suplicação se não mudasse de Lisboa “pela muita despesa e vexação que de sua mudança se segue aas partes, todos os Officiaes e os Desembargadores della e tambem he dano da fazenda de S.A.” (RIBEIRO, João Pedro – *Reflexões históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1836. p. 101).

³¹ Preâmbulo do Regimento da Relação da Casa do Porto de 27.07.1582 (*Regimento... – op. cit.*).

A Casa da Suplicação manteve-se no Limoeiro até ao terramoto de 1755. Em 1584, a cadeia pública do Limoeiro é descrita como

amplíssima, em cujo andar superior há salas muito espaçosas, destinadas à administração da justiça. Aí, senadores da maior ponderação e sabedoria reúnem todos os dias, para decidir com toda a rectidão as causas da maior importância, enviadas de todo o reino por magistrados inferiores, e castigam os criminosos com a morte, o exílio, e outras penas³².

Enquanto a Casa do Cível esteve fixa na capital do reino, a interação com a Câmara de Lisboa revelou-se tensa e conflituosa, como resulta das respostas régias aos agravos da cidade³³.

Um dos privilégios concedidos a Lisboa por D. João I no início do seu reinado, que fazia reverter para a reparação dos muros da cidade o valor das penas maiores de mortes cometidas pelo reino alvidradas em dinheiro, revelou-se fonte de discórdias. Em 1386, D. João I ordenava que fosse guardado o privilégio concedido ao concelho e que as justiças entregassem à cidade o dinheiro das penas já tomado³⁴. Dois anos depois o monarca dirige-se à Casa do Cível, determinando que o tribunal não soltasse as pessoas que deviam pagar as penas que revertiam a favor da cidade e que o escrivão da Chancelaria da Casa do Cível não passasse cartas para que tais pessoas fossem soltas, de modo a que os montantes fossem pagos à cidade e não à Casa do Cível³⁵. Em 1391, D. João I dirige nova carta às justiças do reino, ordenando que não fossem entregues aos condenados nas penas as cartas e instrumentos de sentenças para os soltar até que eles demonstrassem já terem pago as penas a dinheiro que revertiam para as obras da cidade³⁶. D. Duarte confirmará a mercê de seu pai em 1434, constringendo o regedor da Casa do Cível a entregar as penas de dinheiro para as obras da cidade³⁷.

Por outro lado, os conflitos de jurisdição entre a Câmara de Lisboa e a Casa do Cível são constantes. O tribunal é frequentemente acusado de usurpar a jurisdição da cidade: o regedor é proibido de tomar conhecimento dos assuntos que estavam além do contido no regimento dado ao regedor e oficiais da Casa do Cível (1459)³⁸; os desembargadores da Casa são proibidos de tomar conhecimento de coisas da cidade cujo conhecimento pertencia ao rei por agravo, bem como de dadas de ofícios e privações deles (1465)³⁹; o governador da Casa é proibido de intervir na execução das dívidas das rendas da cidade (1500)⁴⁰ e de tomar conhecimento das injúrias verbais demandadas na cidade e nos furtos feitos na cidade até 300 reais, mesmo que aos ladrões fossem cortadas as orelhas, por ser jurisdição da cidade (1502)⁴¹, proibição reforçada no ano seguinte, dirigindo-se igualmente ao regedor da Casa da Suplicação – o que revela que os dois tribunais se encontravam então na cidade⁴². Em 1498, D. Manuel já recomendara que, existindo alguma dúvida acerca da jurisdição da Câmara com a Casa do Cível, se

³² SANDE, Duarte de – *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à Cúria Romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Centro Científico e cultural de Macau, 2009. tomo I, p. 344.

³³ Mais tarde, a sedentarização dos tribunais superiores na cidade teve impacto direto na composição da vereação de Lisboa, que caminhava para uma extensão do poder régio, em confronto com a autonomia municipal. Em 1572, D. Sebastião determinou que o Senado da Câmara tivesse um presidente e “tres Vereadores letrados que sejam meus Desembargadores”. Os desembargadores da Casa da Suplicação passarão a participar no governo da capital. V. TERENO, Isaura – Estudo das provisões régias recebidas pela cidade de Lisboa (1565-1585): o rei e a cidade, homens e ofícios. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2ª Série, nº 2 (julho-dezembro 2014), p. 87-88.

³⁴ AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 16 (carta de 26.07.1386).

³⁵ AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 25, f. 1 e 1v. (carta de 08.06.1388, dirigida a Diogo Lopes Pacheco, vassalo do rei e do seu Conselho e desembargo e aos outros homens bons do desembargo da Casa do Cível). Por esta carta se vê que o longo *matador* de Inês de Castro e conselheiro de D. João I, serviu de regedor do tribunal. Braamcamp Freire identifica um Diogo Lopes como regedor da Casa do Cível, mas não o faz corresponder ao famoso Diogo Lopes Pacheco (ver nota de rodapé 52).

³⁶ AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 41 (carta de 11.05.1391).

³⁷ AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 6 (carta de 11.04.1434).

³⁸ AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 355, f. 265 (alvará de 04.08.1459).

³⁹ AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 397, f. 279 e 279v. (alvará de 04.09.1465).

⁴⁰ AML, Chancelaria da Cidade, Livro de posturas antigas, doc. 272, f. 88 (alvará de 15.02.1500), transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 246 e 247.

⁴¹ AML, Chancelaria da Cidade, Livro de posturas antigas, doc. 272, f. 95 e 95v. (alvará de 02.05.1502), transcrito em RODRIGUES – *op. cit.*, p. 266 e 267.

⁴² AML, Chancelaria da Cidade, Livro de posturas antigas, doc. 272, f. 101 e 101v. (alvará de 20.12.1503), transcrito em RODRIGUES – *op. cit.*, p. 280-282.

deviam juntar “em huma cassa em çima em nossos paaços” alguns desembargadores da Casa do Cível e outros tantos que a cidade indicar e julgassem a quem pertencia⁴³.

Durante a longa regedoria (1450-1478) de Pêro Vaz de Melo, depois conde da Atalaia, o conflito entre a Câmara e o tribunal parece ter sido particularmente intenso. Em 1454, D. Afonso V advertia o tribunal por se recusar a responder a certos requerimentos da cidade; o tribunal proibira os tabeliães da cidade de passarem cartas testemunháveis que atestavam que a Casa do Cível não lhes dava resposta, mandando mesmo prender os tabeliães⁴⁴. Em 1478, a cidade queixa-se do regedor por este se recusar a ir à Câmara para responder a consultas sobre coisas do bem comum e outras pertencentes à boa guarda e conservação da cidade⁴⁵ e a guardar os privilégios dos cidadãos de Lisboa de não serem presos por dívidas⁴⁶. Os oficiais da Câmara queixavam-se ainda ao rei da forma como eram recebidos quando iam à Casa do Cível em representação da cidade, sendo “muy mall acatados nem honrrados” pelos desembargadores, que os faziam “estar em pee nam lhes fazendo aquella honrra que eles mereçem e ainda os espedem dante si com asaz pouca onestidade”⁴⁷. D. Afonso V exige então ao tribunal que dê “toda honrra e onesto fauor” aos oficiais “da principal cidade destes regnos”, fazendo-os “assentar nos lugares que a elles pertence por honrra da çidade”. A descortesia com que os oficiais da Câmara eram tratados culminara na derradeira afronta quando “ha ora poucos dias” o regedor e os desembargadores tinham ido à Câmara discutir a taxa do trigo (procurando escusar-se do seu pagamento); defendendo o procurador da cidade a sua posição, os desembargadores “se endynaram” contra ele, ameaçando “que se esperauam de vingar e bem” se algum dos presentes fosse requerer à Casa do Cível. D. Afonso V, condenando fortemente as ameaças dos desembargadores – embora recusando declará-los por suspeitos, como fora pedido pela cidade⁴⁸ –, ordenava que os desembargadores guardassem inteiramente o direito dos oficiais da Câmara se aparecessem no tribunal, esperando não ter de voltar ao assunto “asperamente de maneira que a elles seja castigo E aos outros enxemplo”⁴⁹.

Do ponto de vista da sua estrutura orgânica, os dois tribunais superiores assemelhavam-se, embora a dimensão da Casa do Cível seja inferior à da Casa da Suplicação⁵⁰. As dúvidas sobre a jurisdição de cada tribunal e competências dos seus oficiais foram recorrentes⁵¹.

Ambos os tribunais começam por ter o seu regedor⁵², a principal figura do tribunal, que regia os desembargadores da relação e demais oficiais da Casa, com competências ao nível da coordenação, governo e supervisão do tribunal e maior pendor político do que jurídico. No reinado de D. João II (1485), para evitar confusões entre os dirigentes

⁴³ AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 485, f. 313 (carta de 26.03.1498).

⁴⁴ AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 383, f. 277 (alvará de 23.01.1454).

⁴⁵ AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 422, f. 288v. (carta régia de 18.06.1478).

⁴⁶ AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 436, f. 294 (carta de 04.08.1478).

⁴⁷ O tratamento contrastava com aquele que era dado aos desembargadores quando iam à Câmara: os oficiais da cidade davam-lhes “outro acatamento E mesura”, despachando graciosamente, “poemdos e asentandoos acyma de sy”.

⁴⁸ Os oficiais da Câmara pediam que tivessem por juiz nos seus feitos o corregedor da cidade, com apelação para a Casa da Suplicação.

⁴⁹ AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 439, f. 294v. e 295 (carta de 04.08.1478).

⁵⁰ Os regimentos dos oficiais da Casa da Suplicação encontram-se nos títulos 1 a 22 das Ordenações Afonsinas. Nas Ordenações Manuelinas de 1521 os regimentos dos oficiais da Casa da Suplicação constam dos títulos 1 a 25 e os da Casa do Cível dos títulos 29 a 37. Estas disposições sofreram alterações posteriores, registadas nas Leis Extravagantes de Duarte Nunes de Lião (Extravagantes), 1ª parte, tít. 1 e segs. V., também, OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: sumário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. p. 83 e segs; OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991. p. 635 e segs. Para a comparação do oficialato judicial régio entre as Ordenações Afonsinas e Ordenações Manuelinas, v. FREITAS, Judite Gonçalves – *Tradição legal, codificação e práticas institucionais: um relance pelo poder régio no Portugal de Quatrocentos. História: Revista da Faculdade de Letras*. Porto. III Série Vol. 7 (2006), quadro I, p. 66.

⁵¹ Extravagantes, 2ª parte, tít. 1.

⁵² Os catálogos dos regedores da Casa da Suplicação e dos regedores e governadores da Casa do Cível encontram-se em FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. Livro segundo, p. 149-167 e 167-182. V. nota de rodapé 35.

máximos de ambas as casas, a Casa do Cível passou a ter um governador (1485)⁵³. O papel de cada um deles na estrutura administrativa do reino era de tal forma importante que os seus titulares eram designados como regedor e governador por antonomásia (e assim assinavam).

Os desembargadores são os oficiais que julgam nos tribunais superiores. Em cada tribunal existe um número fixo de julgadores com ofícios certos, aos quais se podiam juntar os desembargadores extravagantes (sem ofício certo).

A Casa da Suplicação dividia-se em cinco núcleos essenciais: (i) o Juízo dos Agravos e Apelações (composto por seis desembargadores dos agravos em 1500, mais um em 1561), que conhece os agravos vindos das sentenças definitivas dos outros núcleos do tribunal e da Casa do Cível (terceira instância); (ii) o Juízo da Correição da Corte (composto por um corregedor do crime da Corte e um corregedor das causas cíveis da Corte; em 1561 existiam já dois corregedores para cada ofício), que exerce as suas competências no lugar onde se encontra o rei e cinco léguas em redor; (iii) o Juízo dos Feitos do Rei (composto por um juiz dos Feitos do Rei e um procurador dos Feitos do Rei, a que se somam dois juízes dos Feitos da Fazenda e um procurador dos Feitos da Fazenda, integrados no tribunal em 1568), que despacha os feitos que envolvam direitos reais, direitos da Coroa e a Fazenda do rei; (iv) o Juízo da Ouvidoria do Crime (composto por três ouvidores, mais um em 1561 e outro em 1565), que conhece as apelações crime vindas do reino; (v) o Juízo da Chancelaria (autonomizado em 1534, composto por um juiz da Chancelaria), que julga dos erros dos escrivães, tabeliães e outros funcionários.

Por seu turno, a Casa do Cível dividia-se em cinco núcleos essenciais⁵⁴: (i) o Juízo dos Agravos (composto por dois desembargadores do agravo; já doze desembargadores em 1561), que despacha os agravos vindos dos sobrejuízes até 8 marcos de prata; (ii) o Juízo dos Sobrejuízes (composto por seis sobrejuízes, extinto em 1529), que despacha as apelações cíveis vindas do reino, salvo da Corte (quando não esteja em Lisboa), com alçada até quatro marcos de prata (acima da alçada é admissível recurso para a Suplicação); para evitar a existência de duas instâncias este juízo foi extinto, passando as suas competências para o Juízo dos Agravos⁵⁵; contudo, durante a regência de D. Catarina (1559), foi determinado que, independentemente da quantia, todas as apelações de feitos cíveis fossem à Casa do Cível, sendo possível agravar para a Casa da Suplicação acima de determinados valores⁵⁶; (iii) o Juízo da Ouvidoria do Crime (composto por 2 ouvidores), que conhece dos feitos crimes vindos por apelação ou agravo de Lisboa e seu termo do corregedor da cidade ou de outros juízes; (iv) o Juízo da Corregedoria da Cidade⁵⁷

⁵³ O primeiro governador foi Gonçalo Vaz de Castelbranco, senhor de Vila Nova de Portimão, que já servia o ofício de regedor da Casa do Cível desde 1481. Seu filho, D. Martinho de Castelbranco, feito conde de Vila Nova de Portimão por D. Manuel I, tinha os seus paços junto ao Limoeiro, defronte da Igreja de S. Martinho (CASTILHO – *op. cit.*, p. 70). A família, embora tenha deixado a governadoria da Casa do Cível, manteve o seu paço no Limoeiro e a ligação à Igreja de S. Martinho, mausoléu da família (CASTILHO – *op. cit.*, p. 77; inscrições sepulcrais na p. 96). Sobre o 1º conde de Vila Nova de Portimão, v. FREIRE – *op. cit.*, livro terceiro, 1930, p. 373 e segs.; COUTINHO, Valdemar – O Condado de Vila Nova de Portimão. In CONGRESSO INTERNACIONAL A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA, Lisboa, 2001 – *Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: Centro de História da Além-Mar Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, 2004. p. 227-238. Sobre o palácio do Limoeiro v. MIGUEL, Pedro – *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII: titulares, a corte, vivências e sociabilidades*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. II, p. 29-35.

⁵⁴ Em 1565 é criado o Juízo dos Feitos da Misericórdia e do Hospital de Todos os Santos, sendo integrado na orgânica da Casa do Cível (Extravagantes, 1ª parte, tít. 14, lei 1).

⁵⁵ Extravagantes, 2ª parte, tít. I, leis III e IV.

⁵⁶ ANTT, Leis e Ordenações, Leis, mc. 3, nº 29 (lei de 15.02.1559).

⁵⁷ Pela dimensão, importância e centralidade da cidade, o município de Lisboa beneficiava de uma organização judiciária distinta. A cidade tinha os seus juízes do cível e do crime, que respondiam perante um corregedor privativo, criado no reinado de D. Fernando (1373). O ofício seria desdobrado no reinado de D. Manuel (1515), com a nomeação, para melhor administração e provimento das coisas da justiça, de dois corregedores, um para feitos crimes e outro para os feitos cíveis (AML, Livro I do provimento de ofícios, f. 150 (carta de 02.01.1515)). D. Sebastião terá ordenado em 1569 a divisão de Lisboa em bairros, com ministros da justiça separados, para que a administração da justiça na cidade fosse mais eficaz (v. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1904. tomo XIV, p. 38, nota). A fixação da Casa da Suplicação em Lisboa e extinção da Casa do Cível tem efeitos nas justiças da cidade, designadamente no que diz respeito às competências do juízo da Corregedoria da Corte e da Corregedoria da Cidade. Por alvará de 06.02.1593 Filipe I reparte a cidade em seis bairros, nos quais deviam ter suas moradas os corregedores do Crime da Corte e da Cidade e os juízes do Crime e alcaides dela (OLIVEIRA – *op. cit.*, 1904, p. 36-38). Por carta régia de 31.07.1605 a cidade é novamente dividida em 10 bairros, 6 pelos corregedores do Crime da Corte e da Cidade, 2 pelos juízes do Crime e para os outros 4 bairros se criem 2 novos corregedores e 2 juízes do Crime da cidade “além dos que até agora houve”. (OLIVEIRA – *op. cit.*, tomo II, 1887, p. 152). Sobre a administração da justiça da cidade, v. FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: [s.n.], 2009. p. 253 e segs. Tese de doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; FERNANDES, Paulo Jorge – *A organização municipal de Lisboa*. In OLIVEIRA, César, dir. – *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 103-105; PEREIRA, Rui Pedro – *Evolução dos bairros de Lisboa. Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2ª Série N° 2 (julho-dezembro 2014), p. 357-371.

(composto por um corregedor do crime da cidade e um corregedor do cível da cidade, criados em 1515; em 1561 existiam já dois corregedores para cada ofício), que conhece os feitos da correição de Lisboa em matéria crime e cível; (v) e o Juízo dos Feitos da Índia, Mina e Guiné (composto por um juiz)⁵⁸, que conhece dos feitos relativos concernentes ao comércio ultramarino e cargas e descargas dos navios e das justificações para cobrança do dinheiro de defuntos e ausentes.

Cada juízo tinha adstrito um conjunto de escrivães do ofício, responsáveis por redigir os feitos perante os respetivos julgadores. Em torno dos ofícios de escrita rondavam os distribuidores, inquiridores, corredores das folhas, contadores das custas e recebedores do tribunal. Mais, cada tribunal tinha o seu promotor de justiça, um número de solicitadores para solicitar os feitos que aí corriam e os seus procuradores residentes, que alegavam as leis, acompanhavam em permanência o tribunal e representavam as partes nos litígios submetidos à jurisdição superior; com formação universitária e familiarizados com o *stylus curiae*, estavam sujeitos a um exame perante o regedor ou governador e o chanceler para acesso ao ofício.

Os tribunais são ainda compostos por pessoal subalterno com funções executórias, como os porteiros, adstritos a um juízo, que têm a seu cargo a comunicação com o exterior e guardam as audiências; o pregoeiro da Corte, que apregoa nas audiências e faz arrematações das execuções das sentenças; o meirinho da Corte, acompanhado pelos seus homens, que executa as decisões do juiz, prendendo os malfeitores e arrecadando as penas. No mesmo edifício que albergava os tribunais superiores na cidade de Lisboa existiam duas cadeias, a Cadeia da Corte e a Cadeia da Cidade, com os respetivos meirinhos, alcaides, carcereiros, guardas e carrascos (e uma população prisional de centenas de presos).

3. DA FORMA DOCUMENTAL: O DISCURSO DIPLOMÁTICO DAS CARTAS DE SENTENÇA

A compreensão e reconstituição dos mecanismos de produção escrita dos tribunais superiores encontram nas cartas de sentença uma fonte essencial. A análise de um conjunto de quinze cartas de sentença originais da Casa do Cível e da Casa da Suplicação datadas da primeira metade do séc. XVI e conservadas no Arquivo Municipal de Lisboa⁵⁹ permite-nos revisitar os processos burocráticos e sentir o pulsar do quotidiano dos tribunais superiores.

Do ponto de vista externo, as cartas de sentença analisadas pouco se distinguem das cartas (*literae*) redigidas na Chancelaria Régia. O suporte é o pergaminho⁶⁰, em fólio único ou em caderno⁶¹, dependendo da dimensão do texto, sempre redigido em português. Do ponto de vista interno, contudo, as cartas de sentença possuem características próprias que as permitem distinguir e autonomizar de outros documentos régios, características que se evidenciam através da análise do seu discurso diplomático.

O teor das cartas de sentença desenvolve-se através de um conjunto de elementos que formam a sua estrutura, desempenhando cada um desses elementos uma função específica no documento⁶². As fórmulas textuais que

⁵⁸ Em 1565 este juízo parece deixar de integrar a Casa do Cível, passando a despachar na Casa do Despacho da Fazenda ou na Casa da Índia (Extravagantes, 1ª parte, tít. 13, lei 4).

⁵⁹ Na medida em que não chegaram até nós livros de registos de sentenças dos tribunais superiores para este período, as cartas de sentença encontram-se dispersas pelos arquivos, dependendo do interesse dos seus detentores na sua conservação (por regra, por conferirem ou reconhecerem determinado direito, isto é, por serem favoráveis à entidade que as conservou). Nesse sentido, o *corpus* documental analisado dá-nos uma visão naturalmente muito limitada das cartas produzidas pelos tribunais superiores (em todas as cartas a cidade é parte da contenda, como autor ou réu, e em todas a decisão é favorável à cidade). O *corpus* compõe-se de oito cartas de sentença da Casa do Cível (1511-1535) e sete cartas de sentença da Casa da Suplicação (1511-1528), conservadas no códice conhecido por Livro 1º das sentenças, que inclui um conjunto de decisões judiciais produzidas entre finais do séc. XIII e a primeira metade do séc. XVI. Para melhor identificação das cartas de sentença, utilizaremos o número do documento conforme catalogado no códice, precedido da letra C para sentenças da Casa do Cível e da letra S para sentenças da Casa da Suplicação (v. Anexo).

⁶⁰ As ordenações determinam que o papel ou pergaminho utilizado para as cartas deve vir da Chancelaria (OM.1.20.20).

⁶¹ Cadernos de dois (S40, S42, S44, C49), quatro (S45), cinco (S47) ou seis (C50) fólhos.

⁶² Esta estrutura documental ter-se-á consolidado na primeira metade do séc. XV, possivelmente por volta de 1410-1420, não devendo ser alheio o facto de, neste período, D. Duarte ter intervenção no governo do reino e da Casa da Justiça (v. TESTOS – *op. cit.*, p. 16).

preenchem essa estrutura não são completamente rígidas. Reconhecem-se variantes nas fórmulas utilizadas em cada elemento do discurso diplomático, ainda que o conteúdo não seja alterado de forma significativa. Considerando que o mesmo escrivão, em curtos períodos de tempo, não utiliza as mesmas fórmulas textuais de carta para carta, entendemos que a redução a escrito não tem por base a rigidez de um formulário obrigatório, havendo antes lugar ao arbítrio do escriba. Apelando à sua memória, o escrivão teria presente o costume seguido no tribunal (*stylus curiae*), apreendido durante a sua formação⁶³.

A estratégia narrativa utilizada nas cartas de sentença reduz a escrito a representação teatral própria dos processos judiciais, a que atrás aludimos. O seu conteúdo, dominado por um narrador, apresenta-nos as personagens principais e as respetivas interações acrescentam tensão dramática ao texto, até alcançarmos o final da narrativa, a decisão, que favorece uma das personagens em detrimento da outra.

Na intitulação (*intitulatio*) das cartas de sentença analisadas, é o monarca reinante que surge como emissor do documento e autor do negócio jurídico consignado na carta. O tratamento de “Dom” inicia a carta, seguindo-se o nome do rei, a fórmula de devoção e legitimação “pela graça de Deus”, bem como a respetiva titulação com menção dos seus domínios⁶⁴.

Ao longo da carta de sentença ouve-se sempre a voz do rei. Trata-se, contudo, de uma narração ficcionada, na medida em que o rei não está fisicamente presente, não atua, não decide, não assiste ao desenrolar do feito, mas está representado em todo o processo pelos seus juizes. O juiz dos tribunais superiores decide em nome do rei e da justiça régia, integrando o seu corpo místico⁶⁵. No entanto, apesar da delegação do seu poder de julgar em oficiais próprios, os reis, numa manifestação cerimonial de poder, não deixam de comparecer no principal tribunal da Corte, a Casa da Suplicação, para o despacho em relação. Garcia de Resende diz de D. João II que “todalas sextas feiras hia sempre à rolação pollas manhaãs”⁶⁶. Também D. Manuel – relata-nos Damião de Góis – no mesmo dia “hia sempre à casa da suplicação ouvir hos presos & ser presente aho dar das sentenças & isto sem nunca faltar nem lho nenhum outro caso impedir senão doença”⁶⁷. De D. João III diz-nos Francisco de Andrade que “[q]uando se achava presente na rolação aos despachos della, que era huma vez cada somana, mais inclinado se mostrava ha brandura da equidade, que ao rigor da justiça”⁶⁸.

A partir de 1524, dá-se uma alteração no tratamento dado ao rei na documentação escrita em seu nome. Reunido nesse ano o Conselho de D. João III em Évora, discutiu-se o modo como os seus antecessores tinham usado a expressão “nós el-Rei” nos documentos que se escreviam em seu nome. O parecer do Conselho foi favorável à mudança para o estilo novo de se escrever “eu el-Rei” somente, por outros reis passados o terem assim escrito e “por ser assy mais proprio & decente ha majestade real”. Nesse sentido, foi passada provisão pelo secretário António Carneiro a 16.06.1524 para que o costume antigo fosse afastado e que daí em diante se deveria utilizar “eu el-Rei”, com as correspondentes alterações verbais, em todos os papéis que deviam ser assinados pelo rei ou pelos seus oficiais em seu nome, para que o rei “sempre falle por eu”⁶⁹.

O destinatário (*inscriptio*) identifica a pessoa a quem o documento é dirigido, para efeitos da sua execução (não corresponde, portanto, à pessoa que pode usar o documento em seu benefício). As cartas de sentença apresentam

⁶³ No mesmo sentido, v. TESSIER, Georges – *La Diplomatie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962. p. 63 e VARONA GARCIA, María Antonia – *op. cit.*, p. 1449.

⁶⁴ Sobre a intitulação régia, v. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1811. tomo II, apêndice VI, p. 206-209.

⁶⁵ V. HOMEM, António Pedro Barbas – *A Lei da liberdade*. Cascais: Principia, 2001. p. 103 e segs.

⁶⁶ RESENDE, Garcia de – *Choronica que tracta da vida e grandissimas virtudes e bondades, magnanimo esforço, excellentes costumes & manhas & claros feytos do christianissimo Dom João ho segundo deste nome....* Lisboa: em casa de Simão Lopes, 1596. f. 2.

⁶⁷ GÓIS, *op. cit.*, IV parte, cap. 84, f. 107.

⁶⁸ ANDRADE, Francisco de – *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João o III. deste nome*. Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1613. parte IV, f. 154v.

⁶⁹ Extravagantes, 6ª parte, tít. I, lei VI; ANDRADE – *op. cit.*, parte I, f. 53 e 53v.

um destinatário corporativo em matéria de justiça, sem que seja especificado o nome de uma pessoa em concreto. Com variantes, a carta é dirigida “a todos⁷⁰ juizes e justiças de nossos reinos⁷¹ a que esta nossa carta de sentença for mostrada⁷²”⁷³. Este elemento apresenta uma importante auto-classificação, inserindo o documento na tipologia das cartas de sentença.

A saudação (*salutatio*) fecha o protocolo inicial com a fórmula de cortesia “saúde”⁷⁴.

O texto inicia-se com a notificação (*notificatio*), que anuncia o conteúdo do documento ao destinatário, traduzindo-se numa forma verbal imperativa “sabe de que...”⁷⁵, substituída a partir de 1514 por “fazemos vos saber que...”. No reinado de D. João III, com a mudança atrás referida para o estilo novo no tratamento do rei, a expressão utilizada passa a ser “faço-vos saber que...”⁷⁶.

Segue-se a exposição (*narratio*), onde se procede à reconstituição dos factos que dão origem ao processo e à enumeração das diferentes etapas processuais percorridas. Na carta de sentença, a exposição ocupa a maior parte do documento, identificando as partes em litígio, com indicação dos seus nomes e dignidades, o pedido feito pelo autor e os seus motivos e a relação sumária do processo com o resumo dos atos processuais ocorridos e que antecedem a decisão.

A fórmula habitualmente utilizada para dar início à exposição é igualmente ficcionada, revelando a pendência de certo litígio no tribunal superior. A expressão textual, com variantes, indica que no tribunal (“em a nossa corte”⁷⁷; “em esta minha corte e Casa do Cível”⁷⁸; “em esta nossa corte e Casa da Suplicação”)⁷⁹ perante o rei (“perante nós”)⁸⁰, na verdade representado pelos seus juizes (“perante mim e o licenciado Antão Gonçalves, do meu desembargo”)⁸¹, foi ordenado certo litígio (“se tratou um feito”⁸²; “se tratou um feito cível”)⁸³ entre as partes que logo se identificam.

Com o dispositivo (*dispositio*), que exprime a vontade do autor através de uma decisão, atinge-se o clímax narrativo. O dispositivo inicia-se com a expressão “O qual visto por nós”⁸⁴ ou “E visto por nós em Relação com os do nosso desembargo”⁸⁵, a que se segue a conjugação verbal reveladora de assentimento “Acordamos” (depois “Acordei”)⁸⁶, a qual anuncia a decisão final, tendo por base o pedido deduzido pelo autor.

⁷⁰ Nalgumas cartas são acrescentados os corregedores (S42, S43, S44, S45, C49) e ouvidores (S47, C50).

⁷¹ Ou “reinos e senhorios” (S42, S43, S44, S45, S47, C49, C50).

⁷² Seguido de “e o conhecimento delo pertencer” (S40, S45, C49) ou “e o conhecimento delo com direito pertencer” (S42, S44, S47), ainda acrescido de “por qualquer guisa que seja” (S42, S44, S45, C50).

⁷³ C35, C36, C37, C38, S39, C41, C46.

⁷⁴ Identificada em todas as cartas de sentença.

⁷⁵ C35, C36, C37, C38, C39, S40, C41 e C46. Note-se que a carta C46 é redigida em 1518 por Henrique Vaz, ativo nos anos anteriores e que mantém a formulação que estaria a ser substituída.

⁷⁶ S47, C49 e C50 (com variantes).

⁷⁷ C35, C36, C37, C38, C41, C46.

⁷⁸ C50.

⁷⁹ S42, S43, S45.

⁸⁰ C35, C36, C37, C38, C41, C46.

⁸¹ C50.

⁸² C35, C36, C37, C38, C41, C46.

⁸³ S39, S40, S42, S43, S45.

⁸⁴ C35, C36, C37, C38, C41, C46. Com a variante “com os do nosso conselho e desembargo”, S40 ou “com os do nosso desembargo”, S45.

⁸⁵ S39, S42, S43. Com a variante “visto por mim... com os do meu desembargo”, S47, C49, C50.

⁸⁶ S47, C49, C50.

O processo diegético do texto termina com duas cláusulas finais que asseguram a execução da manifestação de vontade inscrita no documento. A primeira é uma cláusula injuntiva, que determina que a decisão seja cumprida e executada pelo destinatário, prevista na fórmula, com variantes, “E porém vos mandamos que assim o cumprais e guardeis e façais (mui inteiramente)⁸⁷ cumprir e guardar como por nós é acordado, (determinado)⁸⁸, julgado e mandado”⁸⁹. A esta segue-se uma cláusula proibitiva, que interdita a realização de qualquer ato contrário ao que o documento dispõe (“E all nom façades”, depois “E all nom façaes”)⁹⁰.

O escatocolo abre com a datação tópica, seguida da data cronológica, com referência ao dia e mês. O ano é identificado no final do escatocolo. Uma fórmula consignatória identifica, finalmente, o nome do julgador, que ordena o conteúdo da carta em substituição do monarca (“El-Rei o mandou por...”) e o nome do escrivão, enquanto autor material do documento. Foi o escrivão, como veremos, que permitiu o desenvolvimento narrativo através do feito que foi redigindo ao longo das audiências.

A validação (*validatio*) da carta de sentença é feita através da assinatura dos juízes que intervieram no pleito e, no verso do documento, da assinatura do chanceler, junto do selo pendente, símbolo da vontade do rei. Onde o selo régio é apostado, ouve-se a voz do rei.

Por fim, a carta de sentença contém ainda, por regra, referências aos emolumentos cobrados. O verso da carta pode também integrar atos notariais relativos ao cumprimento e execução da sentença⁹¹.

4. DA GÉNESE DOCUMENTAL: AS CHANCELARIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

A Chancelaria, dirigida pelo chanceler⁹², é o departamento responsável pela redução a escrito dos documentos emitidos pelo tribunal, pelo seu registo em livros próprios⁹³, pela sua validação através da aposição do selo régio e pela sua expedição, por via da sua entrega aos interessados. Recorde-se que, se a Casa do Cível tinha a sua Chancelaria própria desde a sua autonomização em finais do séc. XIV, a Casa da Suplicação recorria à Chancelaria-mor do Reino até 1534, quando é criado o ofício de chanceler da Casa da Suplicação.

Enquanto centro de produção documental, a Chancelaria controla, através do chanceler, o trabalho dos escrivães do respetivo tribunal, de modo a assegurar que as sentenças eram bem redigidas e que os escrivães não cobravam mais pela redação do que os valores tabelados.

O trabalho do escrivão desenrola-se durante as audiências, sendo responsável por registar os termos da audiência, diligenciar a apresentação das peças e requerimentos das partes (que, através dos seus procuradores, registam os respetivos atos processuais) e os desembargos do juiz, indicar os prazos dados às partes para comparecerem em nova audiência, juntar ou trasladar as inquirições de testemunhas e as escrituras dadas pelas partes como prova e promover o andamento do processo, entregando-o às partes ou fazendo-o conclusivo aos juízes (que pelo

⁸⁷ S40, S42, S44, S45, S47.

⁸⁸ S40, C49, C50.

⁸⁹ C35, C36, C37, C38, S39, C41, S43, C46.

⁹⁰ S47, C49, C50.

⁹¹ Instrumentos de posse em C41 (18.09.1514), S39 (13.08.1511), S42 (28.08.1514) e um auto de execução em S47 (31.03.1528).

⁹² Sobre o ofício de chanceler, v. HOMEM – *op. cit.*, 1990, p. 100 e segs; GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p. 30 e segs. Sobre a chancelaria medieval portuguesa, v. AZEVEDO, Rui de – *A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução*. *Revista da Universidade de Coimbra*. V. XIV (1940), p. 1-54; COSTA, Avelino Jesus da – *La chancellerie royale portugaise jusqu’au milieu du XIII^e siècle*. *Revista Portuguesa de História*. T. XV (1975), p. 143-168; COSTA, Avelino Jesus da – *A chancelaria real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438*. *Revista da Faculdade de Letras*. II série, XIII (1996), p. 71-101; COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIII^e-XV^e siècles)*. *Revista da Faculdade de Letras*. II Série, XII (1996), p. 48-76.

⁹³ No que respeita ao desempenho da função registral, não chegaram até nós livros de registo de sentenças dos tribunais superiores.

punho do juiz relator, registam a sentença). Embora o processo físico que se vai formando ande de mão em mão – e seja redigido por várias mãos –, entre as partes, o juiz e o escrivão, este último assume-se como o seu guardião. O processo desempenha uma função instrumental, na medida em que permite recolher as posições dos intervenientes no litígio para que no fim da demanda possa ser passada a carta de sentença.

Depois de a sentença ser verbalmente tornada pública em audiência, as partes (designadamente, a parte vencedora) poderiam obter uma carta de sentença, feita com base no processo do feito, de modo a promover o cumprimento da decisão que conformou o litígio.

A 18 de julho de 1511, o escrivão Estêvão Vaz redige quatro cartas de sentença favoráveis à Câmara de Lisboa, passadas pelo juízo das propriedades da cidade e relativas à proibição de tabuleiros em frente das portas das casas da Rua Nova dos Mercadores. As sentenças, contudo, tinham sido dadas mais de nove anos antes, mas o procurador da cidade não tinha ainda tirado a sentença do processo

ate ora que Nos veio pedir que lhe mandassemos dar a dyta nossa sentença *E* passar *per* a nossa chamçellaria *E* antes de lhe seer dado mandamos que citasse a parte porquanto passava de sseis meses que a dita sentença era dada para dizer se tinha embargos ha nom seer tirada do processo⁹⁴.

Por regra, a carta de sentença era redigida pelo escrivão que tinha o feito. Encontramos, contudo, referências a escrivães que redigem a carta de sentença mas que não têm o feito⁹⁵. Na carta de sentença o escrivão do feito devia anotar “por suas mãos” a retribuição devida pela feitura da carta⁹⁶. Sem levarem postas a paga o chanceler não devia passar as cartas que não levassem postas as pagas do que os escrivães levavam pela sua feitura⁹⁷. Encontram-se referências a este pagamento no final do texto da carta de sentença. Na Casa da Suplicação o valor mais frequente é de 60 reais por fólio (“pg lx rs”)⁹⁸. Na Casa do Cível paga-se 70 reais (“pg lxx rs”)⁹⁹.

Redigida a carta de sentença, esta era entregue aos desembargadores que tinham proferido a decisão para a assinar. O valor da assinatura é, em ambas as casas, de 100 reais (“d’assinatura cem *reaes*”)¹⁰⁰. Por vezes, os desembargadores encontravam-se ausentes e não assinavam a carta de sentença: “E *por* quanto Ao asynar desta os ssobreditos bispo da goarda *nem* vygairo de tomar *nom* eram presentes passou ssomente pollo dito doutor bras neto”¹⁰¹.

Depois de assinadas pelo julgador, cabia ao chanceler proceder à revisão das cartas e exercer o controlo de legalidade sobre as mesmas, no momento da sua validação. Assim, cumpria ao chanceler identificar, do ponto de vista formal, falhas de redação e, do ponto de vista material, conflitos com outras disposições ou privilégios previamente concedidos. As cartas que fossem expressamente contra as ordenações ou direito não eram seladas:

⁹⁴ S35. As sentenças tinham sido dadas, respetivamente, a 29.04.1502, 05.04.1502, 07.05.1502 e 05.04.1502 pelo licenciado Aires de Almada, do Conselho do Rei e juiz dos seus Feitos e pelo bacharel João Cotrim, corregedor da Corte dos Feitos Cíveis, que por especial mandado foram juízes das propriedades da cidade de Lisboa (C35, C36, C37, C38). Sobre os juízes (ou almotacés) das propriedades, v. PINTO, Sandra – A instituição da almotaçaria, o controlo da atividade construtiva e as singularidades de Lisboa em finais da Idade Média. In AAVV – *Lisboa Medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM-Instituto de Estudos Medievais, 2016. p. 309.

⁹⁵ “*pero* de matos a fez *E* diogo de bellmonte escrivam tem hos autos” (S42); “Amrrique Vaaz emqueredor em ela [na Corte] *por* diogo de belmonte que tem o feito a ffez” (S43); “Amrrique Vaaz pelo podeer que do dito *Senhor* tem a fez *por* diogo laso que tem o feito” (S45).

⁹⁶ OM.1.20.6.

⁹⁷ Extravagantes, 1ª parte, tit. 2, §10.

⁹⁸ S39, S40, S43, S44. Não se enquadram neste montante os valores de 150 reais por dois fólhos (S42), ou de 140 reais por um fólio (S45).

⁹⁹ C46, C49. Não se enquadra neste montante o valor de 160 reais pago por seis fólhos (C50).

¹⁰⁰ S39, S43, S44, C50. Noutra carta pagou-se «um justo dassinatura» (S40). A carta que decide o embargo posto a que não passasse na Chancelaria foi taxada em «R.ta de assinar» (S42). A lei de 05.07.1540 sobre assinaturas – que confirma estes valores – revela que o montante a pagar depende do valor da ação, do desembargador por quem passa ou da decisão (Extravagantes, 3ª parte, tít. 6, lei 2).

¹⁰¹ S40. «E *por* quanto ao asinar desta o ditoo bispo *nom* era presentem na dita cidade pasou soomente pelo dito bras neto» (Lisboa, 08.10.1517 – S45).

o chanceler punha-lhes uma glosa e levava-as à relação do tribunal para discussão. Se achasse que não havia dúvidas na carta, punha o seu sinal acostumado de acordo com o selo utilizado¹⁰² e mandava selá-las na sua presença ao porteiro da Chancelaria.

Embora apenas uma das cartas de sentença conserve vestígios do selo pendente de cera vermelho¹⁰³, encontramos a assinatura do chanceler – apenas com o nome latino, sem apelido, tal como os desembargadores¹⁰⁴ – no fundo da carta, ao centro, por cima do local onde era colocado o nastro¹⁰⁵, ou, no caso de cadernos, no canto inferior junto à dobra do caderno¹⁰⁶.

No verso das cartas de sentença da Casa da Suplicação¹⁰⁷, validadas pelo chanceler-mor, encontra-se um «p» oblongo, de altura excessiva, ocupando quase todo o fôlio, feito pela mão do chanceler-mor. Não se conhece o sentido desta marca do chanceler-mor¹⁰⁸, podendo, por ventura, corresponder a um visto de conformidade ou uma autorização para que a carta passe na Chancelaria.

Selada a carta, iniciava-se o ritual da entrega, carregado de formalismo e positivamente descrito nos regimentos dos oficiais envolvidos. A partir do momento em que carrega o selo do rei, o documento ganha a dimensão de uma preciosidade. O porteiro guardava a carta num saco, que fechava e selava, levando-o de imediato à Casa da Chancelaria, onde era feita a expedição das cartas de sentença. As cartas eram mantidas nesse saco até o escrivão da Chancelaria e o recebedor se sentarem para iniciar a entrega, num jogo tripartido de controlo e responsabilidade. Perante o escrivão da Chancelaria, o porteiro abria o saco e tirava as cartas, uma a uma, entregando-as ao escrivão, que assentava na carta a sua paga (taxa da Chancelaria, importante fonte de rendimento do tribunal) e registava-a no livro da receita (para confrontar depois com a conta do recebedor).

Não chegaram até nós estes livros de receita nem o registo das taxas da Chancelaria a cobrar. Encontramos, porém, a paga da carta na Chancelaria registada nas cartas de sentença, com a assinatura do escrivão da Chancelaria, conforme prescreve o texto legal: na Casa da Suplicação o valor pago é de 36 reais em 1511¹⁰⁹, diminuindo para 30 reais entre 1513 e 1528¹¹⁰. Já na Casa do Cível, estava fixado em 36 reais em 1511¹¹¹, parecendo diminuir para 30 reais em 1514¹¹² mas logo aumentando para 40 reais entre 1518 e 1535¹¹³.

Depois de ao recebedor ser entregue a quantia devida, o porteiro entregava a carta às partes indicadas pelo escrivão. O cerimonial repetia-se para cada carta, até todas terem sido entregues. Então o porteiro recupera as cartas que ficaram por entregar e que se encontravam numa arca, que se abria com a chave do escrivão e do recebedor¹¹⁴. Se aí estivessem as partes, procedia-se à sua entrega, regressando, caso contrário, à referida arca.

¹⁰² O chanceler assinava “na Carta de seello redondo em fundo, honde ha de seer o dito seello; e nas cartas do seello pendente em cima da fita, em que hade pender o dito selo” (OA, I, 17). A disposição não foi acolhida pelas Ordenações Manuelinas.

¹⁰³ C38.

¹⁰⁴ A exceção é o doutor Pedro Nunes, chanceler da Casa do Cível em 1535. João Pedro Ribeiro fez notar que a partir do reinado de D. João III os chanceleres passam a assinar com o nome inteiro (v. RIBEIRO – *op. cit.*, 1813, p. 33).

¹⁰⁵ Na Casa da Suplicação, «Rodericus» (Rui Boto, S39, S43). Na Casa do Cível, «fernandus» (C35, C38) e «stephanus» (Estêvão Correia, C41).

¹⁰⁶ Na Casa da Suplicação, «Rodericus» (Rui Boto, S42, S44, S45) e Alvarus (Álvaro Fernandes, S47). Na Casa do Cível, «petrus u. j. doctor» (Pêro Jorge, C49) e «ho doctor pero nunez» (Pedro Nunes, C50).

¹⁰⁷ V. S39, S40, S42, S43, S44, S45, S47. Não se encontra sinal equivalente nas cartas validadas pelo chanceler da Casa do Cível.

¹⁰⁸ João Pedro Ribeiro faz referência a este p. cubital, debaixo do qual assinava o chanceler, balizando-o entre os reinados de D. Afonso V e Filipe I, embora não avenge qual o seu significado (v. RIBEIRO – *op. cit.*, 1813, p. 33).

¹⁰⁹ S39.

¹¹⁰ S40, S47.

¹¹¹ C35.

¹¹² C41.

¹¹³ C46, C50.

¹¹⁴ No caso da Chancelaria da Casa do Cível, o chanceler tinha uma terceira chave.

Estando presente na entrega, a parte condenada pode opor-se a que uma carta de sentença passe pela Chancelaria, pagando o direito do embargo à Chancelaria. O escrivão entrega a carta de sentença com os embargos apresentados pelo embargante e leva-os ao desembargador que a assinou, para despacho. Quem opusesse embargos à Chancelaria que não sejam recebidos ou não os provar, era condenado nas custas em dobro, mesmo que a sentença fosse sem custas.

No litígio que opõe a cidade de Lisboa a Pêro Vaz e Vasco Gonçalves sobre o aforamento de umas casas junto da Portagem do Pão foram passadas, por escrivães distintos, duas cartas de sentença, a primeira a 27 de junho de 1514 e a segunda a 23 de julho de 1514¹¹⁵. Passada a primeira carta, vieram os réus com embargos a não passar na Chancelaria a sentença. A segunda sentença, de conteúdo igual à primeira, decide sumariamente os embargos, determinando que a sentença passe pela Chancelaria¹¹⁶. Construídas as duas sentenças com base no mesmo processo de feito, são identificáveis variantes textuais que as distinguem, o que comprova a margem que cada escrivão tem na redação da carta de sentença.

Ainda que a amostragem seja muito limitada para conclusões definitivas, encontramos semelhanças e diferenças na atuação dos dois tribunais. Se, do ponto de vista da análise do discurso diplomático, verificamos que a formalidade documental exigida é comum a ambas as casas, do ponto de vista da redução a escrito vislumbram-se diferenças ao nível do regime de taxas e emolumentos – que parecem ser mais elevados na Chancelaria da Casa do Cível –, que podem indiciar uma autonomia dos tribunais superiores na sua gestão interna ou a vontade régia de estabelecer distinções a esse nível entre os dois tribunais.

IDENTIFICAÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL

| Doc. | Descrição |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 35 18.07.1511 (Lisboa) | A: Cidade de Lisboa R: Pêro Almirante, morador em Lisboa O: Tabuleiros na Rua Nova dos Mercadores J: Doutor (Dr.) António Dias e bacharel Estêvão Dias, desembargadores das petições e agravos na Casa do Cível, por especial mandado juízes das propriedades da cidade de Lisboa E: Estêvão Vaz por Nuno Fernandes |
| 36 18.07.1511 (Lisboa) | A: Cidade de Lisboa R: João Álvares Má Letra, morador em Lisboa O: Tabuleiros da Rua Nova dos Mercadores J: Dr. António Dias e bacharel Estêvão Dias, desembargadores das petições e agravos na Casa do Cível, por especial mandado juízes das propriedades da cidade de Lisboa E: Estêvão Vaz por Nuno Fernandes |

¹¹⁵ Respetivamente S43 e S42.

¹¹⁶ Não encontramos prazo fixado nas ordenações para opor embargos à Chancelaria, indefinição que pode explicar a razão para a primeira carta ter sido passada na Chancelaria. Teriam sido opostos já depois de passada a carta de sentença?

| | |
|---------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>37 18.07.1511 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa R: Gonçalo Fernandes e João Rodrigues, sirgueiros O: Tabuleiros da Rua Nova dos Mercadores J: Dr. António Dias e bacharel Estêvão Dias, desembargadores das petições e agravos na Casa do Cível, por especial mandado juízes das propriedades da cidade de Lisboa E: Estêvão Vaz por Nuno Fernandes</p> |
| <p>38 18.07.1511 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa R: Beatriz Lopes, dona viúva, mulher que foi de João Nunes, escrivão que foi das armas na cidade de Lisboa e nela morador O: Tabuleiros da Rua Nova dos Mercadores J: Dr. António Dias e bacharel Estêvão Dias, desembargadores das petições e agravos na Casa do Cível, por especial mandado juízes das propriedades da cidade de Lisboa E: Estêvão Vaz por Nuno Fernandes</p> |
| <p>39 01.08.1511 (Lisboa)</p> | <p>A: Gabriel Lopes, Gonçalo Mateus, Gonçalo Rodrigues, mercador, Sebastião Chamosso, Jorge Martins, Pêro de Castro, João Gonçalves e João de Toledo R: Cidade de Lisboa O: Aforamento dos açougues novos J: Dr. Álvaro Fernandes, corregedor da Corte nos feitos crimes, por seu especial mandado com outros desembargadores E: Luís Fernandes por Rui Jorge</p> |
| <p>40 18.10.1513 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa R: Dignidades, cónegos e Cabido da Sé O: Refazimento do muro do adro da Sé da banda do mar J: Dr. Brás Neto, desembargador dos agravos na Casa da Suplicação e cónego na Sé de Lisboa, e Dr. D. Diogo Pinheiro, vigário de Tomar, do Conselho do Rei e desembargador do Paço e petições, por especial mandado com o bispo da Guarda E: Simão Rodrigues</p> |
| <p>41 16.05.1514 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa R: Diogo Lobo, fidalgo da casa do rei, e D. Filipa sua mulher O: Posse de uma azinhaga junto à Rua das Esteiras J: Dr. António Dias e bacharel Estêvão Dias, desembargadores do agravo na Casa do Cível, juízes das propriedades da cidade de Lisboa por especial mandado E: Estêvão Vaz por Nuno Fernandes</p> |

| | |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>42</p> <p>23.07.1514 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa</p> <p>R: Pêro Vaz e Vasco Gonçalves</p> <p>O: Aforamento de umas casas junto da portagem do pão</p> <p>J: Dr. Álvaro Fernandes, corregedor com alçada dos feitos crimes na Casa da Suplicação</p> <p>E: Pêro de Matos por Diogo de Belmonte</p> |
| <p>43</p> <p>27.06.1514 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa</p> <p>R: Pêro Vaz e Vasco Gonçalves</p> <p>O: Aforamento de umas casas junto da portagem do pão</p> <p>J: Dr. Álvaro Fernandes, corregedor com alçada dos feitos crimes na Corte</p> <p>E: Henrique Vaz por Diogo de Belmonte</p> |
| <p>44</p> <p>10.08.1514 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa</p> <p>R: Mestres dos navios</p> <p>O: Pagamento do marco dos navios</p> <p>J: Licenciado Rui da Grã, do Conselho do Rei, e Dr. Brás Neto, cónego na Sé de Lisboa, desembargadores dos agravos na Corte, e Dr. Álvaro Fernandes, corregedor dos feitos crimes da Casa da Suplicação</p> <p>E: João Álvares por Diogo Lopes</p> |
| <p>45</p> <p>08.10.1517 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa</p> <p>R: Pêro Anes, morador no termo de Lisboa</p> <p>O: Posse do uso da água da fonte da Horta Navia, junto da ponte de Alcântara</p> <p>J: D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal e primaz das Índias, e Dr. Brás Neto, cónego na Sé de Lisboa e desembargador dos agravos na Casa da Suplicação</p> <p>E: Henrique Vaz por Diogo Lasso</p> |
| <p>46</p> <p>20.07.1518 (Lisboa)</p> | <p>A: Prior, cónegos e convento do Mosteiro de São Vicente de Fora</p> <p>R: Cidade de Lisboa</p> <p>O: Posse de uma horta e chão à porta de São Vicente da Mouraria</p> <p>J: Licenciado António Lopes, sobrejuiz e juiz das propriedades da cidade por especial mandado, e Dr. Fernão de Álvares de Almeida, ouvidor na sua Casa do Cível e juiz das propriedades da cidade de Lisboa</p> <p>E: Estêvão Vaz por Nuno Fernandes</p> |
| <p>47</p> <p>06.03.1528 (Santarém)</p> | <p>A: Corretores das mercadorias da cidade de Lisboa</p> <p>R: Jorge Arbet, alemão, corretor, estante na cidade de Lisboa</p> <p>O: Pagamento da corretagem das mercadorias</p> <p>J: Dr. Pêro Jorge, do desembargo do rei, com outros dois desembargadores do agravo da Casa da Suplicação</p> <p>E: Brás Fernandes</p> |

| | |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>49</p> <p>[?].[?].1533 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa</p> <p>R: Vigário geral de Lisboa</p> <p>O: Competência para embargo de obra no adro da Igreja de São Mamede</p> <p>J: Dr. Jorge Cotão e o licenciado Diogo da Grã, desembargadores dos agravos e petições na Casa do Cível</p> <p>E: Estêvão Dias de Bulhão</p> |
| <p>50</p> <p>30.08.1535 (Lisboa)</p> | <p>A: Cidade de Lisboa</p> <p>R: Diogo Dias</p> <p>O: Posse de casas no Arco do Rossio</p> <p>J: Licenciado Antão Gonçalves, corregedor dos feitos e causas crimes com alçada nesta cidade e seus termos</p> <p>E: Diogo Neto</p> |

Legenda – A: autor; R: réu; O: objeto da contenda; J: julgador; E: escrivão.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos de reis.

Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I.

Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e de D. Afonso V.

Chancelaria Régia, Livro dos pregos.

Chancelaria Régia, Livro 1º de sentenças.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Antt)

Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9.

Corpo Cronológico, Parte II, Maço 168.

Feitos Findos, Casa da Suplicação, liv. 72.

Leis e Ordenações, Leis, Maço 3, nº 29.

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo do bacharel Pedro Lourenço, proc. 1093.

IMPRESSAS

Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Ordenações de el-Rei Dom Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Ordenações Manuelinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Regimento da Casa da Suplicação e da Relação do Porto. E o Perdão geeral, com outras leys & prouisões. Lisboa: aa custa de Luis Marteel Livreiro del Rey Nosso Senhor per Antonio Ribeiro Impressor do mesmo Señor, 1583.

DIAS, João José Alves, org. – *Cortes portuguesas: reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

LEAL, José da Silva Mendes – *Corpo Diplomatico Portuguez*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1884. tomo VI.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1887-1904. tomo II (1887) e tomo XIV (1904).

RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974.

ESTUDOS

ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito português*. Lisboa: Ed. Pedro Ferreira, 1999. vol. I.

ANDRADE, Francisco de – *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom Ioão o III. deste nome...* Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1613.

AZEVEDO, Rui de – A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*. Volume XIV (1940), p. 1-54.

- BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. tomo I.
- BONO Y HUERTA, José – Conceptos fundamentales de la Diplomática notarial. *Historia, instituciones, documentos*. Sevilla. Nº 19 (1992), p. 73-88.
- CAETANO, Marcello – *História do Direito português*. 4ª edição. Lisboa: Verbo, 2000.
- CÁRCEL ORTÍ, Maria Milagros, ed. – *Vocabulaire internationale de la Diplomatie*. 2ª edição. València: Universitat de València, 1997.
- CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. 2ª edição. Lisboa: S. Industriais da CML, 1937. vol. IX.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIIIe-XVe siècles). *Revista da Faculdade de Letras*. II Série, XII (1996), p. 48-76.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Les actes judiciaires de Pierre Ier du Portugal (1357-1366). In NICOLAJ, Giovanna, ed. – *La diplomatica dei documenti giudiziari (dai placiti agli acta – secc. XII-XV)*. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2004. p. 281-293.
- COSTA, Avelino Jesus da – La chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIIIe siècle. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XV (1975), p. 143-168.
- COSTA, Avelino Jesus da – A Chancelaria Real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. *Revista da Faculdade de Letras*. II Série, XIII (1996), p. 71-101.
- COUTINHO, Valdemar – O Condado de Vila Nova de Portimão. In CONGRESSO INTERNACIONAL A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA, Lisboa, 2001 – *Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: Centro de História da Além-Mar Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, 2004. p. 227-238.
- CRUZ, Maria do Rosário Azevedo – *As regências na menoridade de D. Sebastião*. Lisboa: INCM, 1992.
- DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medieval (1459-1481)*. Porto: [s.n.], 1993. vol. 1 e 2. Tese de doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, Paulo Jorge – A organização municipal de Lisboa. In OLIVEIRA, César, dir. – *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 103-105.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927-1930. vol. 2 e 3.
- FREITAS, Judite Gonçalves – Tradição legal, codificação e práticas institucionais: um relance pelo poder régio no Portugal de Quatrocentos. *História: Revista da Faculdade de Letras*. Porto. III Série Vol. 7 (2006), p. 51-67.
- GIRY, Arthur – *Manuel de Diplomatie*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1925.
- GODDING, Philippe – *La Jurisprudence*. Turnhout: Brepols, 1973.
- GÓIS, Damião de – *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa: Francisco Correia, 1566-7.
- GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
- GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques; TOCK, Benoit-Michel – *Diplomatie médiévale*. Turnhout: Brepols, 2006.
- HESPANHA, António Manuel – *História das instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

- HOMEM, António Pedro Barbas – *A lei da liberdade*. Cascais: Principia, 2001.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto, 1990.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Diplomática e História do Direito, raízes da “nova” História Política. *Cuadernos de Historia del Derecho*. Madrid. Nº 12 (2005), p. 43-56.
- MARQUES, José; CUNHA, Maria Cristina – Conflit de juridictions et documents judiciaires: le cas de Braga. In NICOLAJ, Giovanna, ed. – *La diplomatica dei documenti giudiziari (dai placiti agli acta – secc. XII-XV)*. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2004. p. 243-280.
- MIGUEL, Pedro – *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII: titulares, a corte, vivências e sociabilidades*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- NICOLAJ, Giovanna – Lineamenti di diplomatica generale. *Scrineum Rivista*. Pavia. Nº 1 (2003), p. 5-112.
- NICOLAJ, Giovanna, ed. – *La diplomatica dei documenti giudiziari (dai placiti agli acta – secc. XII-XV)*. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2004.
- NOGUEIRA, José Artur Duarte – Jurishistoriadores e historiadores: identidade e diferença (algumas reflexões). In *Estudos em honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão*. Coimbra: Almedina, 2008. vol. II, p. 1845-1856.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: sumário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991.
- ORTEGO GIL, Pedro – Sentencias criminales en Castilla: entre jueces y abogados. *Clio & Crimen*. Durango. Nº 10 (2013), p. 359-372.
- PEREIRA, Rui Pedro – Evolução dos bairros de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2ª Série Nº 2 (julho-dezembro 2014), p. 357-371.
- PINTO, Sandra – A instituição da almotaçaria, o controlo da atividade construtiva e as singularidades de Lisboa em finais da Idade Média. In AAVV – *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM-Instituto de Estudos Medievais, 2016. p. 287-312.
- RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1811-13. tomos II e III.
- RIBEIRO, João Pedro – *Reflexões históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1836.
- RESENDE, Garcia de – *Choronica que tracta da vida e grandissimas virtudes e bondades, magnanimo esforço, excellentes costumes & manhas & claros feytos do christianissimo Dom Ião ho segundo deste nome....* Lisboa: em casa de Simão Lopes, 1596.
- RUIZ GARCIA, Elisa – La carta ejecutoria de hidalguía: un espacio gráfico privilegiado. *En la España medieval*. Madrid. Nº Extra 1 (2006), p. 251-276.
- SANDE, Duarte de – *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à Cúria Romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Centro Científico e Cultural de Macau, 2009. tomo I.
- SILVA, Augusto Vieira da – *A cêrca moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. 3ª edição. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1987.
- SUBTIL, José – *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

TERENO, Isaura – Estudo das provisões régias recebidas pela cidade de Lisboa (1565-1585): o rei e a cidade, homens e ofícios. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2ª Série, Nº 2 (julho-dezembro 2014), p. 55-101.

TESSIER, Georges – *La Diplomatie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

TESTOS, Jorge Veiga – *Sentenças régias em tempo de Ordenações Afonsinas, 1446-1512: um estudo de diplomática judicial*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TORRES, Ruy d'Abreu – Casa do Cível. In SERRÃO, Joel, ed. – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975. vol. II.

VARONA GARCIA, María Antonia – Cartas ejecutorias: aportación a la diplomática judicial. *Estudis Castellonencs*. Logroño. Nº 6 (1994-1995), p. 1445-1454.

VITERBO, Sousa – *Notícia de alguns pintores portugueses e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1903.

WAHRMUND, Ludwig, ed. – *Quellen zur Geschichte des römisch-kanonischen Processes im Mittelalter*. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 1925. vol. IV, parte 1.

Submissão/submission: 24/09/2018

Aceitação/approval: 24/10/2018

Jorge André Nunes Barbosa da Veiga Testos, THD-UL – Teoria e História do Direito,
Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 1649-014 Lisboa, Portugal. jorgetestos@fd.ulisboa.pt

TESTOS, Jorge Veiga – Anotações de diplomática judicial portuguesa: os tribunais superiores na Lisboa quinhentista. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 10 (julho-dezembro 2018), p. 141 – 163.

Assinaturas, Selos e Sinais

Sandra Cunha Pires

Numa era em que a circulação tátil de documentos tende a ser menor, as rubricas digitais vulgarizam-se como forma de adaptação às novas tecnologias, correspondendo à evolução das assinaturas, dos selos e dos sinais de outrora, cujo objetivo último era a autenticidade do diploma¹ ou documento. Embora pareçam votados ao esquecimento são múltiplas as áreas que se dedicam ao estudo destes elementos.

Entre os venerados monumentos da antiguidade, "fão os Sellos huma das provas, em que fe funda a Hiftoria, e a Genealogia, como em verdadeiros, e indubitáveis documentos coetanos que mudamente reprefentam a foberania, e a nobreza, affim nos Principes, como nos grandes Vaffallos; dando a conhecer em huns o iluftre, e o antigo das famílias, e em os outros a elevação, e a magnificencia da Mageftade"².

No *Dicionário Popular* de Augusto Moreno, "sêlo (sello)" é uma "peça de ordinário metálica, em que estão gravadas armas, divisa ou assinatura e que serve para imprimir sobre certos papéis, com o fim de os validar ou autenticar; carimbo; sinete; chancela; marca estampada; estampilha; fecho; (fig.) sinal ["firma de tabelião ou signatário"³]; cunho; distintivo"⁴. Adquirindo as mais variadas formas – modificando-se consoante as diferentes épocas, como salientou Maria do Rosário Morujão –, os selos contam com "milénios de história", tendo começado a ser utilizados pelas "civilizações mesopotâmicas (...) como modo de fechar, identificar e validar objectos e documentos"⁵.

Em 1983, o marquês de Abrantes, na sua obra intitulada *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, na qual inventariou os selos existentes em alguns arquivos públicos e particulares, e em casas comerciais, alertava para a ausência de fichas, "ainda que sumárias", dos selos existentes nos repositórios⁶. Conquanto este autor tenha contribuído grandemente para esse rol, tendo catalogado 513 exemplares, excluiu da sua pesquisa alguns arquivos nacionais, entre os quais o Arquivo Municipal de Lisboa. Este Arquivo não dispõe de técnicos especializados para

¹ Diploma: «Todo o *acto* escrito que assenta num formulário e que dimana de uma chancelaria, eclesiástica ou civil, ou que foi lavrado por determinação ou com a intervenção de pessoa qualificada». In CRUZ, António – Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal. *Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto* [Em linha]. (1966), p.176. [Consult. 09-10-2018]. Disponível na Internet: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9400/3/artigo512000066053.pdf>

² SOUSA, D. António Caetano de – *Historia genealógica da Casa Real Portuguesa* [Em linha]. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph António da Sylva, 1738. tomo IV, p. 1-2. [Consult. 18-09-2018]. Disponível na Internet: http://purl.pt/776/3/hg-2596-v/hg-2596-v_item3/index.html#/18

³ MORENO, Augusto – *Dicionário popular*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, [post. 1911]. p. 1265.

⁴ MORENO, Augusto – *Dicionário popular*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, [post. 1911]. p. 1244.

⁵ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A sigilografia portuguesa em tempos de Afonso Henriques. *Medievalista* [Em linha]. Nº11 (janeiro-junho 2012), p. 3. [Consult. 21-09-2018]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\morujao1103.html>

⁶ ABRANTES, Marquês de – *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação, 1983. p. 11-12.

a elaboração de tais fichas, pelo que procuraremos, nesta *Documenta*, centrar-nos na divulgação da existência de tão rico acervo à nossa guarda, desejando que o mesmo venha a ser estudado por especialistas das diferentes áreas de conhecimento que este tipo de "monumento"⁷ proporciona: sigilografia, história da arte, história monetária, simbologia, heráldica, direito, diplomática, entre outras⁸.

Assim, numa primeira secção, pareceu-nos interessante mostrar assinaturas de diversos reis e rainhas, desde o reinado de D. João I a D. José, abarcando um período temporal de 1386 a 1750, que nos permitem constatar semelhanças e diferenças entre algumas rubricas e, até, a alteração de assinatura, como exemplificamos com a do cardeal D. Henrique, enquanto regente e como rei.

O conjunto que agora se apresenta não esgota o acervo do Arquivo, repleto de variados exemplos distribuídos por uma extensa cronologia que se confunde com a história da cidade de Lisboa e do reino de Portugal. Numa segunda secção, apresentam-se vários selos reais pendentes, abarcando o período de 1350 a 1461, na sua maioria de D. João I e D. Afonso V, mas também – e talvez o mais relevante – o fac-símile da aclamação de D. João I nas Cortes de Coimbra (1385), que contém várias assinaturas, sinais de tabeliães e dez selos pendentes, de resina encerada, com cordões de algodão castanho.

Por fim, na última secção, temos documentos das mais variadas proveniências, cronologias e temáticas, contendo primorosos e singulares sinais – a confirmação do foral dado por D. Afonso Henriques a Lisboa (1214); um documento de reconciliação entre o Concelho de Lisboa e mestres e oficiais galegos (1297); um traslado, elaborado pelo tabelião de Lisboa, da exposição do rei D. Dinis, a propósito da situação de guerra civil (1321); um recenseamento dos moradores do Concelho de Arruda dos Vinhos (1369); documentos de instituição de procuradores (1420 e 1426); um traslado elaborado por Diogo Álvares de uma carta de D. João II de Castela (1432); um traslado de uma ordenação do arcebispo de Lisboa (1441); um documento de D. João autorizando Vasco Domingues, escrivão dos órfãos, a lavrar e colocar o seu sinal nas escrituras públicas (1384); e outro de D. Manuel I a determinar que as escrituras tivessem sinal público (1502).

Sandra Cunha Pires, DAM–Divisão do Arquivo Municipal, Departamento de Património Cultural, Direção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal. sandra.cunha.pires@cm-lisboa.pt

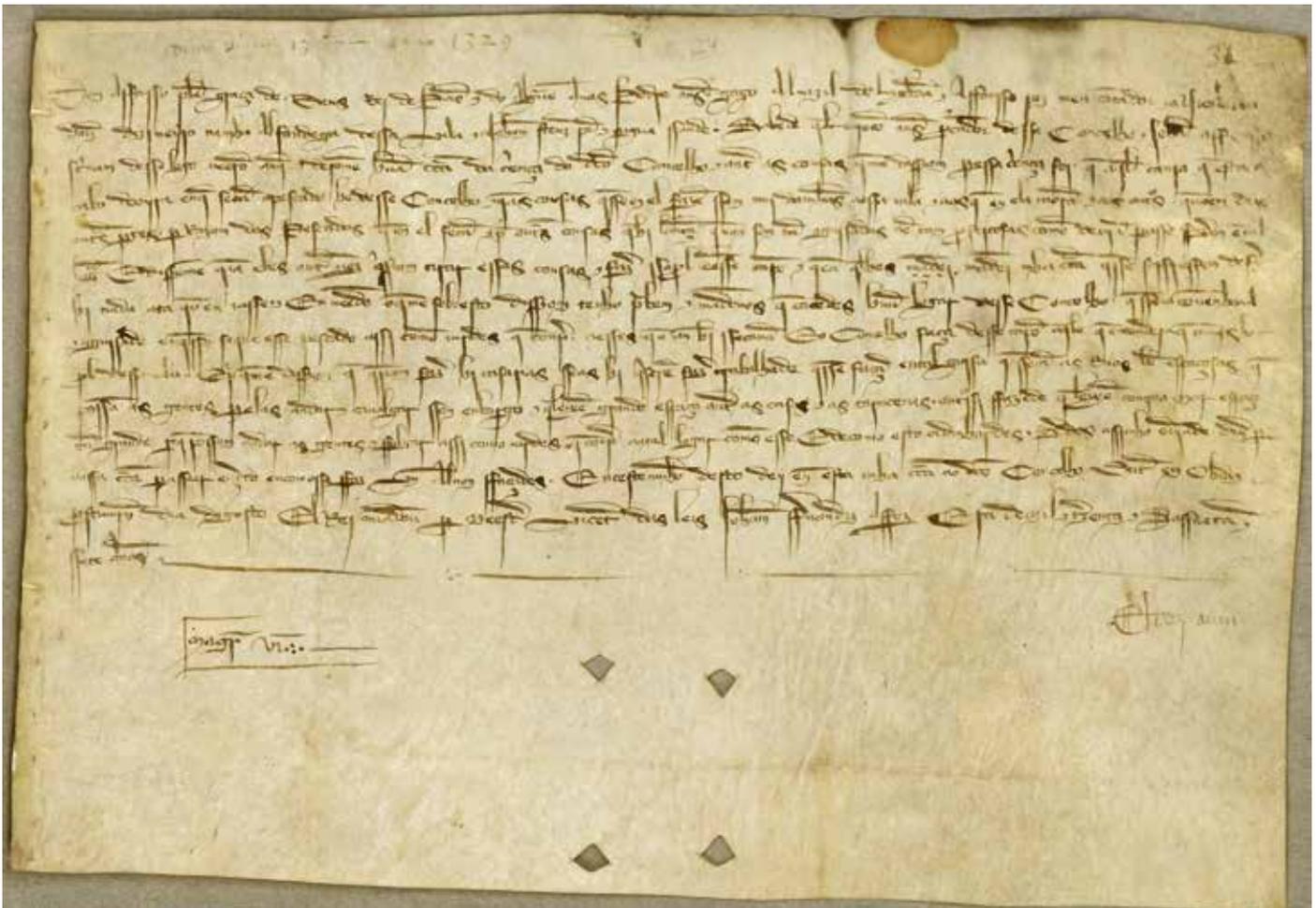
PIRES, Sandra Cunha – Assinaturas, selos e sinais.
Cadernos do Arquivo Municipal. 2.^a Série N.º 10 (julho-dezembro 2018), p. 165–234.

⁷ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A sigilografia portuguesa em tempos de Afonso Henriques. *Medievalista* [Em linha]. Nº11 (janeiro-junho 2012), p. 3. [Consult. 21-09-2018]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\morujao1103.html>

⁸ COLOQUIO DE SIGILOGRAFIA, 1, Madrid, 1987 – *Actas del primer coloquio de sigilografia* [Em linha]. Madrid: Archivos Estatales, 1990. [Consult. 03-09-2018]. Disponível na Internet: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=6884>

ASSINATURAS

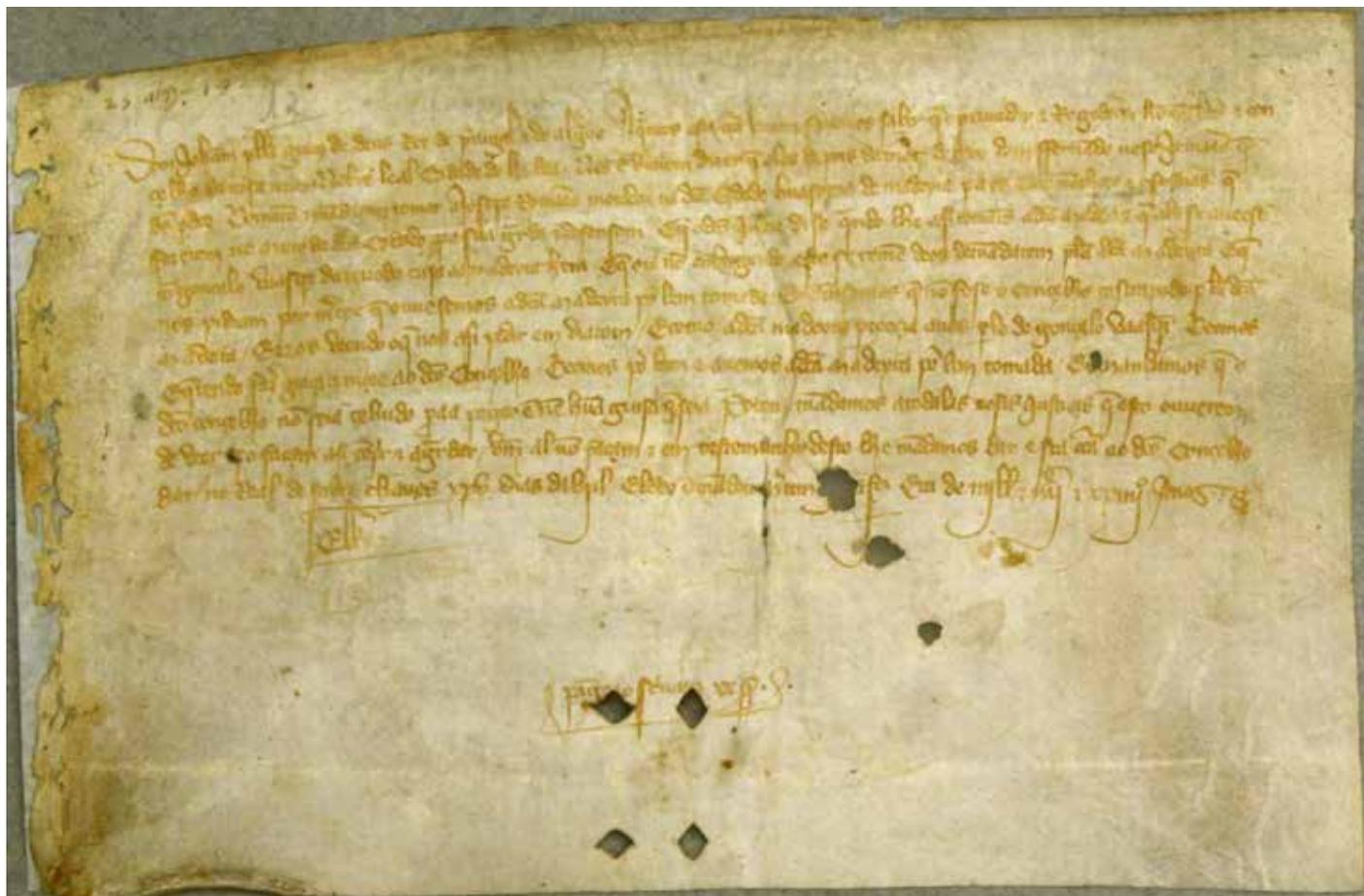
D. AFONSO IV (1325-1357)



[D. Afonso IV permite a construção de casas], 1329-08-31.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 24, f. 1 a 1v.

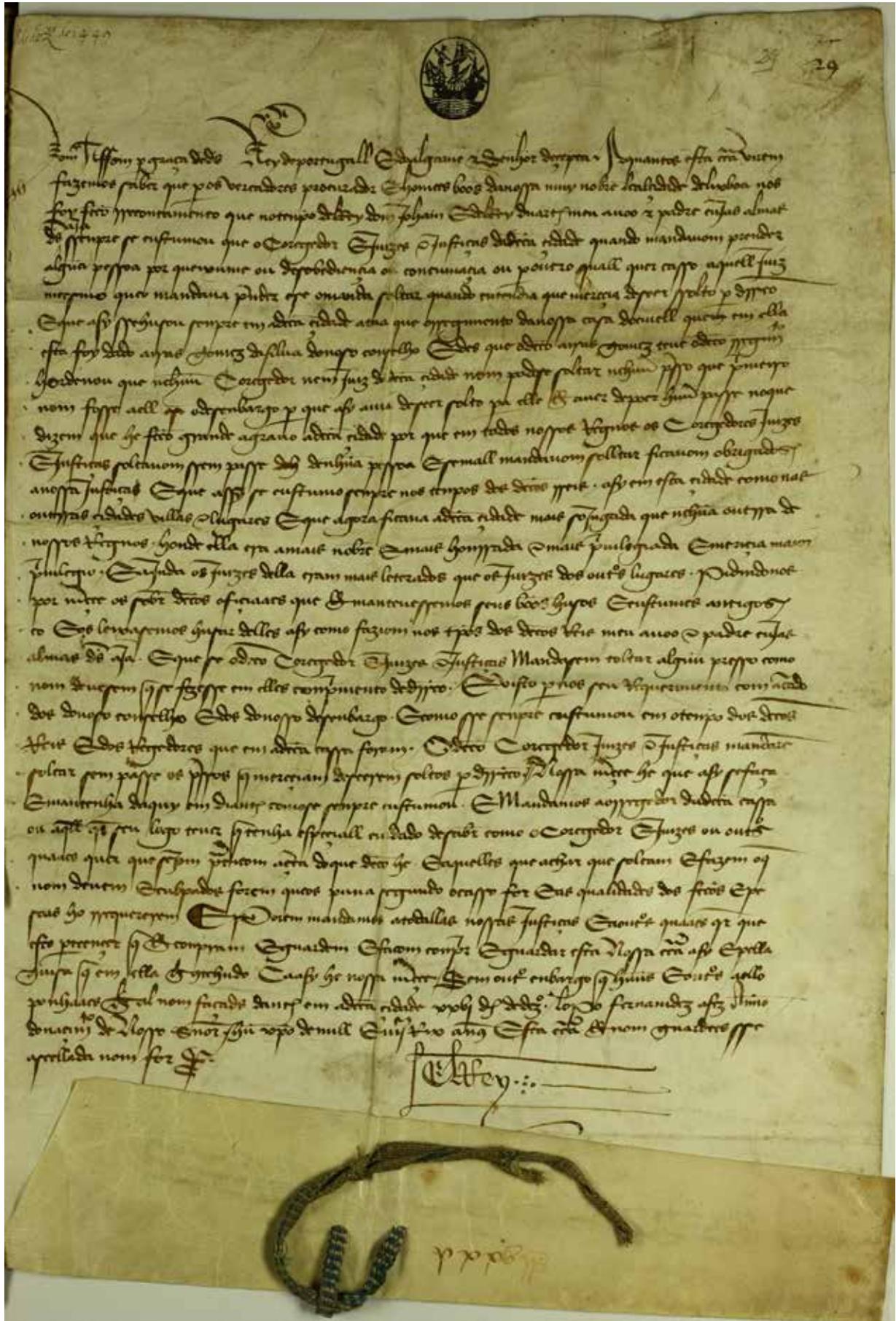
D. JOÃO I (1385-1433)



[D. João I concede privilégios], 1386-04-25.

AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. João I, doc. 12, f. 1 a 1v.

D. AFONSO V (1438-1481)



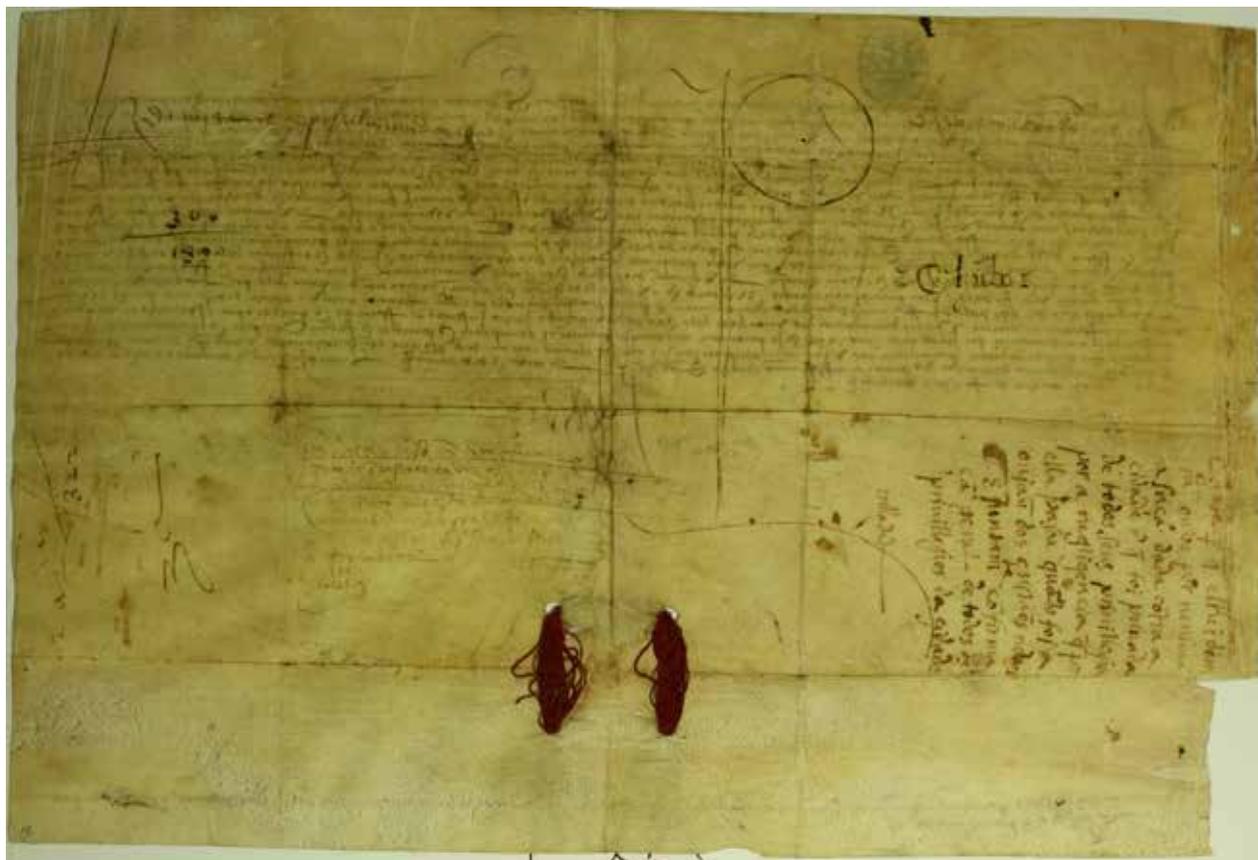
[D. Afonso V regulamentando a libertação dos presos], 1449-12-26. AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 29.

D. JOÃO II (1481-1495)

A fyma de diffença esta gome termo ordinado ppy b
 ruytury prafum defuzo. Jma monagas gteaaas
 Et todo os tres estabos af arce como adpuxp men pte
 tods mms anial opul fife / E queuy emvondumg
 mandamos q ay oumpaios damb aus dms vejos
 procuraibus ou mandam abito que ex pny procuravoois
 abastantes para dms ruyts / E doay fuzes velle qd
 ayentes e ttravms fmo / fte em pnyay ap d
 kni afon fms afz i 1777

Ruy...

D. MANUEL I (1495-1521)



[D. Manuel I revoga sentença imposta à cidade de Lisboa na sequência do levantamento contra os cristãos-novos, em 1506], 1508-08-02.

AML, Chancelaria Régia, Livro 3º de D. Manuel I, doc. 10, f. 1 a 1v.

CARDEAL D. HENRIQUE (1562-1568/REGÊNCIA)

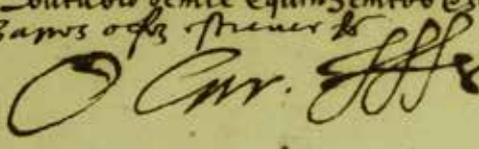
7 de out. 1563

102
25

20



Curia Regia. Para saber a vobz uereadores e procuradores de bairrada de
 Lisboa Caço procuradores do mestre de artilheria que por eu se fez em
 mado da necessidade que havia de se fazer hua ponte entre a ponte
 da misericordia da mouraria. E o postigo que se abriu ao segredo da
 mandej por minha prouisoão que fizesseis fazer dita ponte e pagar
 seis mil e trezentas e duas do real e mais que eu oute caouta a me
 tade se ligasse per finta per moradores da trua da palma e per
 o que uis forada dita ponte de sauidade e frado dito postigo
 segundo se comtem na dita prouisoão / e ad tempo que a paze parece
 se faria a dita ponte com o ditto tamil e a dita se firmado queda
 a mageria que se fez e como cum pua per a dita luga finta aliada a
 o brado de a. e o que se ad de pagar a metade que a fez em oitem ta e cinco
 mil e seiscentos e de quinquenta e metade a dita e a outa a dita
 de que se ad de pagar a metade que a fez em oitem ta e cinco
 mil e seiscentos e de quinquenta e metade a dita e a outa a dita
 noz e moradores so bre dita e o que uo comando que farias fin
 tar per o ditto uezinbo a comtia so bre dita que a casua a metade
 e se alguma culpa fuerem paguo he sera leuado em comtia a qual fin
 ta e se sera lançada per a maneira que se comtem na dita minha prou
 isoão e se cum pui posto que não paze pela bama laria sem b
 guo da denaço em comtia noz Dominguo da guia e fiz em li
 noz setenta e tres dias e mais de mil e quinhentos e sessenta e tres
 anos // Joao de Barros o foy treuer

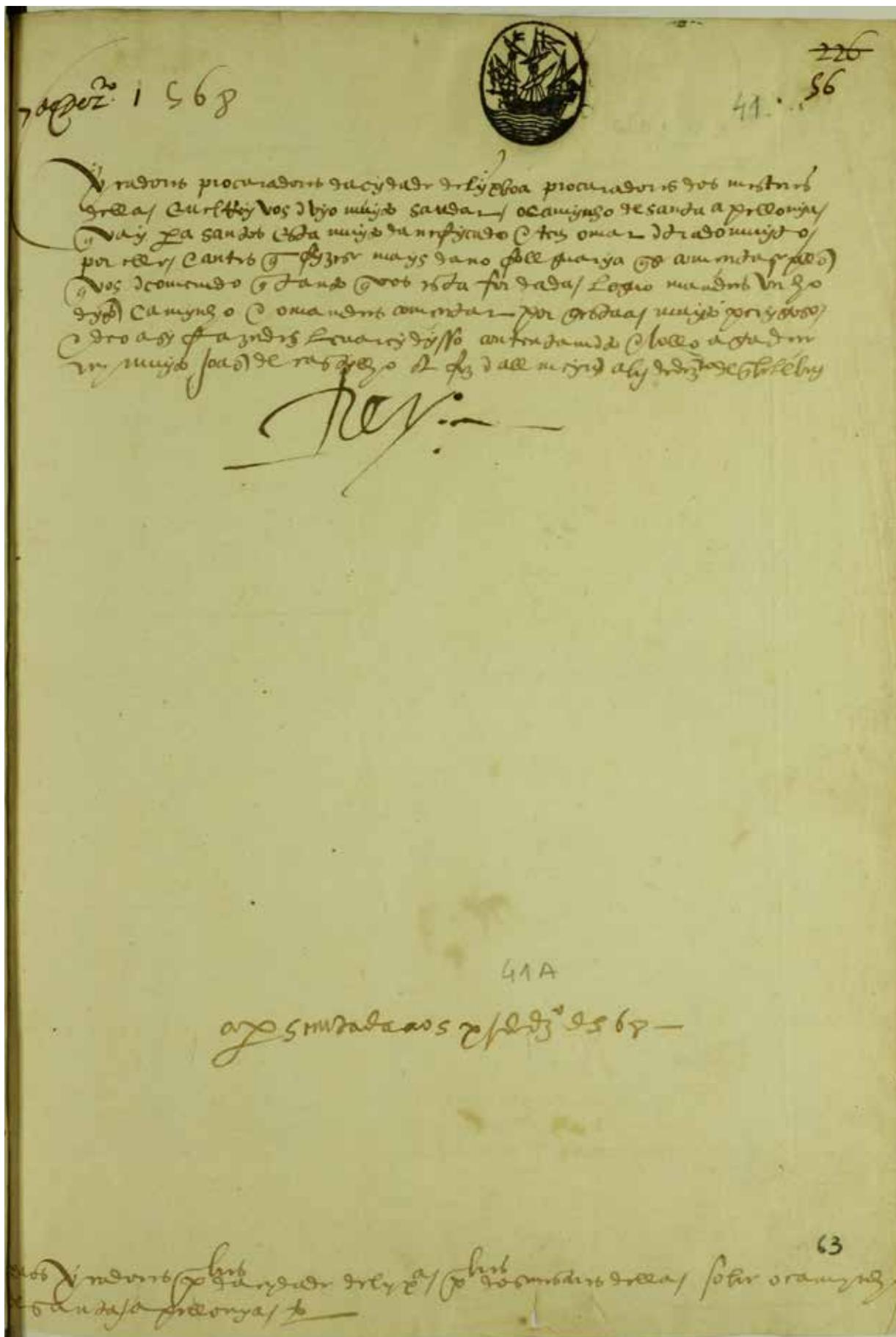


a noz a. por bem que se camz finta de oitem ta e bus mil e oitem centos e tres
 e se fez a dita ponte de sauidade da mouraria e o postigo noz e o ditto e a man
 eima e lançada e que se não paze e a dita

32

D. SEBASTIÃO (1557-1578)

[D. Sebastião ordena reparação do caminho entre Santa Apolónia e Santos], 1568-12-07 - 1568-12-11. AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião, doc. 41 e 41A, f. 63 a 64v.

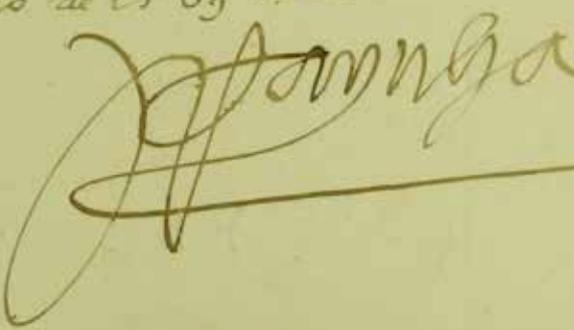


D. CATARINA DE ÁUSTRIA (1557-1562/REGÊNCIA)

2 de octo^o 1569 269
47 67



Vereadores e Procuradores da cidade de Lisboa e Pro-
 curadores dos melhores dela. Eu a Rainha vos emuyo muito
 saudar. Vj Acorda que me socorrestes sobre os cam^{os}
 que de Reis e Dam para esta cidade e que gomcals de Pinha
 Lossa meu camiceiro toma. Eu mandej logo tomar
 disso informaram por Rui de matos den^a que se me de al
 motaces mor. E se sumdo por ele soube os cam^{os} que ategora
 se tomaram foram dos que hiam sem carta de hezinhamea
 e eu. He mandej e senam tomarem cam^{os} a guis
 dos que foem para esta cidade com carta de hezinhamea
 e q dos outros pois se bam nomder a outras parte
 se tomarem os q foem necessarios para meu ser^o
 e quando aynda isto se e fechar tuendes a louno
 ymcomuenientes folgarej e mas se reuac^o Por q deseji
 tanto abem dessa cidade q Passarej Pelo que metiquar
 e quanto as de s q de Reis e gomcals de Pinha Lossa
 deue dos cam^{os} q tomou eu mandej a Rui de matos
 q lho fize provar. Dele estaa pucteo para yse
 Podeloham. Voz Recebi. Scripta e Alam q
 A 2 de outubro de 1569.



Para cidade de Lisboa 74

CARDEAL D. HENRIQUE (1578-1580)

13.º de Maio 1579. (1579)



sobre a escolha e q' não foy
fidalgos officiaes del Rey no
meado de p'p' de dellas e não
foyl l'gado offe.

Procuradores e Procuradores da Cidade de Lisboa, e Procura-
dores dos mesmos de ella; Eu El Rey vos envio
muito saudar. Pello Doctor D. Vitor Callemo;
(que coas mais pessoas q' de Elle allegastes, Vio
am' e nome dessa Cidade) teris sabido como d'amo
a d'os, das razoes por q'us foy, e Remetendome,
a Elles nesta materia, vos direi comete nesta carta,
o Comete de pris offeço, e se admirardes que o
procurador fidalgos dos dous procuradores q' aqui se
de Elleger, não seja officiaes meu, por q' se pod' se
fazer a Elleçao' e outros, sera razao q' não
quid' falta e deus o foy os que os d'os Edicto
anissaris os q' ouner de votar na dita Elleçao'
e no procurador l'gado vos não foy esta excoçao,
por q' quasi d'os os d'os partes q' se vota
melles são meus desembarçadores, scripta em
Almexa a 13 de Maio de 1579

Rey - - -

Pera a Cidade de Lisboa

FILIPE I (II ESPANHA, 1581-1598)



[Autorização para existirem mais escrituras], 1597-03-08.

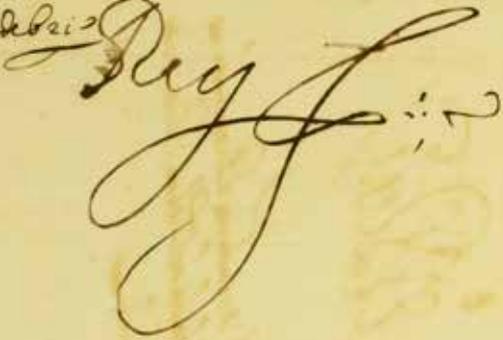
AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de Filipe I, doc. 143, f. 276 a 276v.

FILIPE III (1621-1640)

23. de ltho
 656.62²
 18



Presidente e Conselheiros, Provedores e Procuradores da Câmara da Cidade de Lisboa, e Procuradores
 das meliores d'ella, Eu El Rey, no seu nome e de seus herdeiros e sucessores, mandamos e mandamos
 fazer, e nomeamos para governadores d'elles, ao d'ns Jp de Coimbra, Dom Martin d'Almeida me
 xia, e Dom Jp de Castro, Presidente do desembargo do Paço, e a Dom Nuno Alves de Botto
 ga, me pareço fazer vós saber por esta carta, e dijerois que tenho por muyto certo, que na forma
 que na d'cidade cumprida com sua obrigação, e em que lida de, acudir as coisas de meu reino, no tempo
 dos governos passados, e continuara agora, sempre de modo que cuseja bom servido dos governadores,
 como os foy, e devam as honras e honras d'elles, e os naturais e vassallos d'elles. E mandamos
 em m. a. de julho de 62²



Para a Câmara de Lisboa
 M. de Almeida
 Conde de S. Paulo

19

D. JOÃO IV (1640-1656)

12

19

O Conde de Santarém Presidente da Câmara desta cidade, ordene e
 porqonca della se envie as vinte peças da Armada de Landeja q
 estão fôrta na Bahia de S. Catarina hum refresco a i nãticas
 do q se enviou a Armada de Franca, para q se faça o transem
 fazer se com ella defferente demoraçães. Em Lybor
 a 12. de Setembro de 1641. Rey...

As P. C. de Santarém

32

D. AFONSO VI (1656-1683)

33- 63

Hoje chegou a este porto o fardo da Ponte doménico. Leguerra, em cu^{da} Embaix.
 e habituario em Sagadaherra, com nova de estar deitar a juizado o Casam.
 edificar ja recebia a Infanta Dona Caterina munda m^{da} amada e prestada
 deitar com El Rey m^{do} em Simas e Primo. Esp^o q^{da} nova se detanta q^{da}
 o Reyno, e deha espero se digna^o amos q^{da} grandes utilidades, me pa-
 recem fazella presente ao Senado da camara, q^{da} 3o Presidente, e Miz-
 nistros della, m^{da} a sudem de se lejala com o amor e lemo no thalcoi q^{da} merece
 a estimac^o q^{da} de lhes f^o e a boa vontade, q^{da} Restando Em p^o as. de
 Agosto de 1661

[Signature]

Senado da camara

67

D. PEDRO II (1683-1706)

3
 f
 3
 Em Sabbatho 24. deste Março, se julga por nullo o matri-
 monio entre El Rey meu S.^o e a Princesa, minha sobrinha e
 muito amada, e prefada Mulher, em a terceira feira seguinte
 chegou Sum. Breve de dispensação para apoderar receber,
 dispensando no impedimento publico honestatis q^o se podia
 considerar entre mi^o e a Princesa. E porq^o o Rey no junto em
 Cortes, e conselho de Estado, e os mayores Ministros, me daniq^o
 pedido aconciase quanto fosse possível, o m^o de cecim^o, de
 Libris, em venou passar a qu^o duas (e dera os meos q^o guder)
 na quinta de Alcantara. De tudo me pare au dar conta
 ao Senado da camara, para q^o se tenha entendido. Em S.^o
 31. de Março de 1668.



Ao Senado da camara

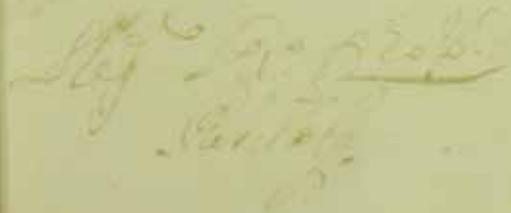
D. JOÃO V (1706-1750)

N
 1
 Foy servido ordenar ao Dez. Crispim Mascarenhas de Sig. do Vereador do Senado da Camera passasse à Provincia de Alentejo para nella fazer promptas as Carruagens necessarias para a conducaõ dos mantimentos com que adevim prover os Assentiadas; e que por bem que em quanto for occugado nesta diligencia vença ordenados, propinas, e tudo o mais que he tocar, como se prezente e tivesse no mesmo Senado, e vençam os mais vereadores delle, esdito Senado o tenha entendido e o faça executar.
 Lisboa a 26 de Janeiro de 1708.







D. JOSÉ (1750-1777)

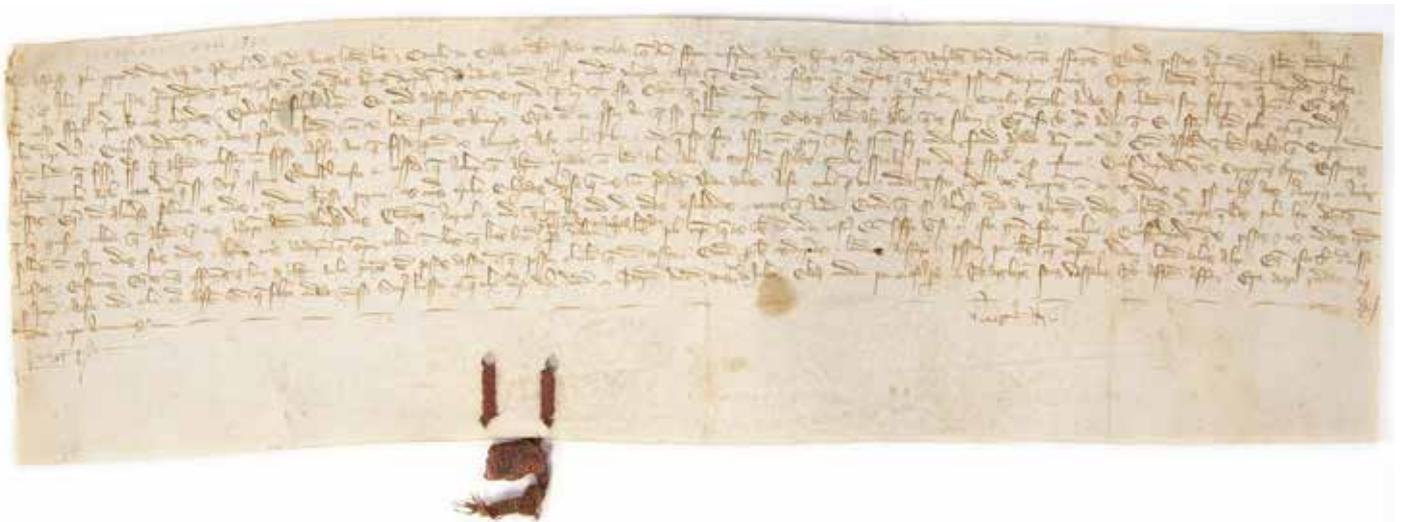
14

30

Havendo sucedido na Coroa destes Reinos e Synchronos
 de Portugal por falecimento do Illustre Affonso, e Illustre
 Príncipe Rey D. Joao 5.^o de boa memoria meu Rey,
 e Senhor que Deus foyrdo levar para si da vida presen-
 te a oitinta e hum de Julho proximo passado; e sendo
 justo que conforme a uss, e antiga costume destes Reinos
 me fuaõ juramento, preito, e homenagem na Coroa de les
 os Grãndes Titulos Seculares e Ecclesiasticos Vassallos, emay
 Leutas da Nobreza; fuisseõdo nomear para este
 Setembro proximo futuro para esta solemnidade; a qual
 se hade celebrar junto dos Paes da Ribeira na Villa
 que mandei fabricar para este effeito; em cujo acto devem as-
 sistir todos os Tribunaes, e fazerseõdo o mesmo juramento, preito,
 e homenagem. O Senado da Camara e vereha assim entendido,
 es executara pela parte que l'he toca. Lisboa vinte e cinco
 de Agosto de mil setecentas e cinquenta.

R

SELOS PENDENTES



[D. Afonso IV responde aos agravos apresentados pelo concelho de Lisboa], 1350-07-22.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 29, f. 1 a 1v.



[D. Pedro I quita o pagamento de uma vinha], 1362-08-24.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 32, f. 1 a 1v.

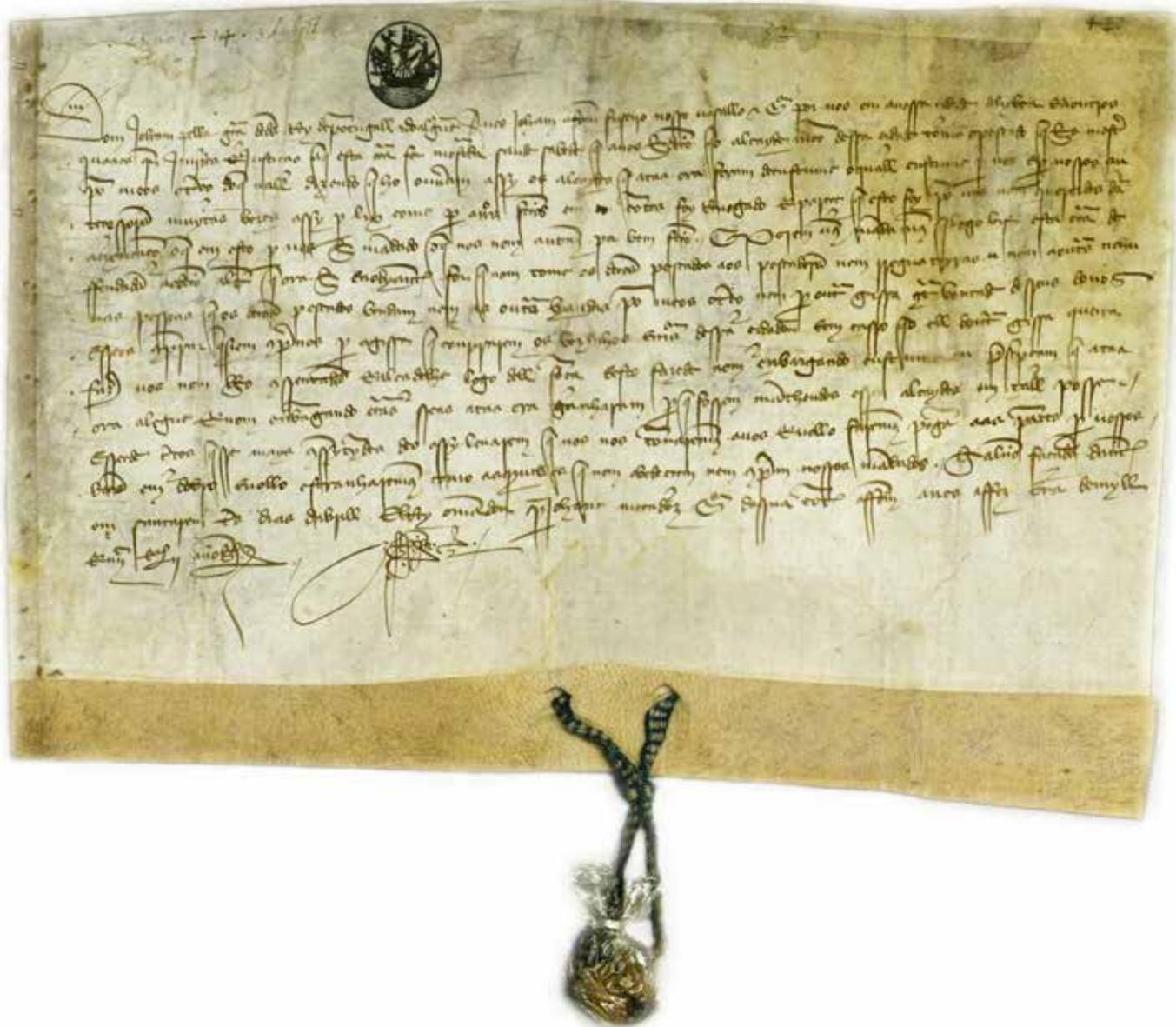


[D. João I proíbe a pesca com redes no rio Tejo], 1409-11-12. AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 20.



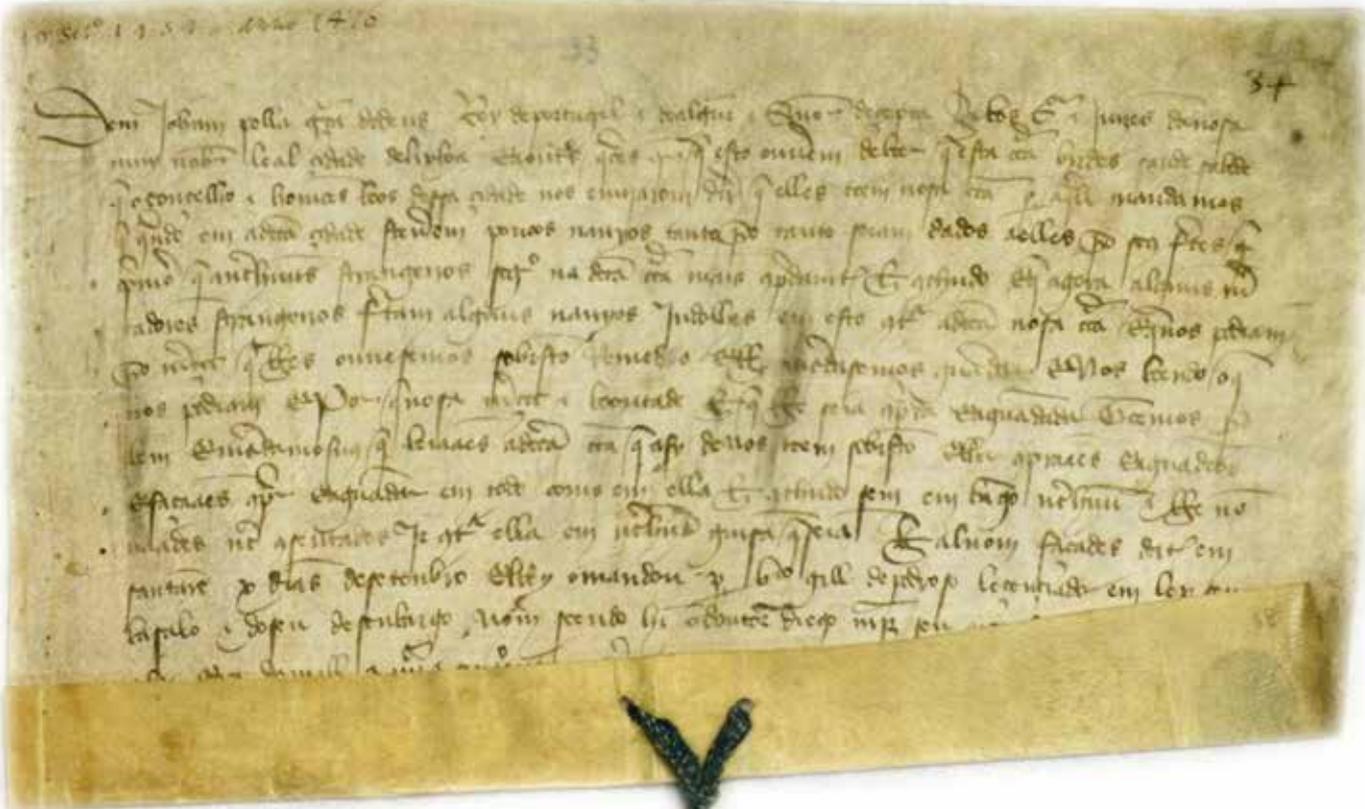
[D. João I autoriza a cobrança de um imposto para a edificação de Vila Nova], 1410-11-01.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 21.



[D. João I regulamenta a compra de peixe], 1414-04-03.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 31.

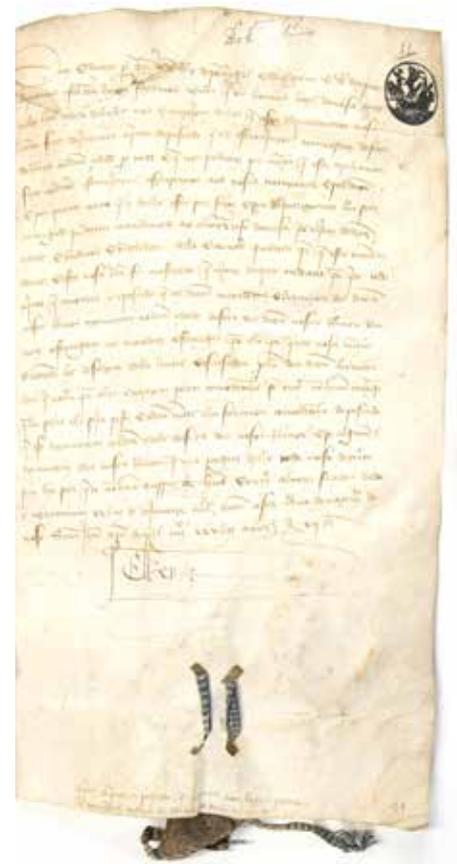


[D. João I regulamenta os fretes dos navios], 1416-09-10.
 AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 33.



[D. Duarte ordena a elaboração de uma cópia do foral de Lisboa], 1434-04-08.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 4.



[D. Duarte isenta os nacionais do quinto de todo o pescado], 1437-01-28.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 11.



[D. Afonso V absolve o concelho de Lisboa de uma alegada dívida], 1445-11-08.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 28.



[D. Duarte aumenta os vencimentos dos oficiais do Concelho de Lisboa], 1437-06-20.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 13.



[D. Afonso V determina sobre as obras da cidade], 1450-03-16.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 30.



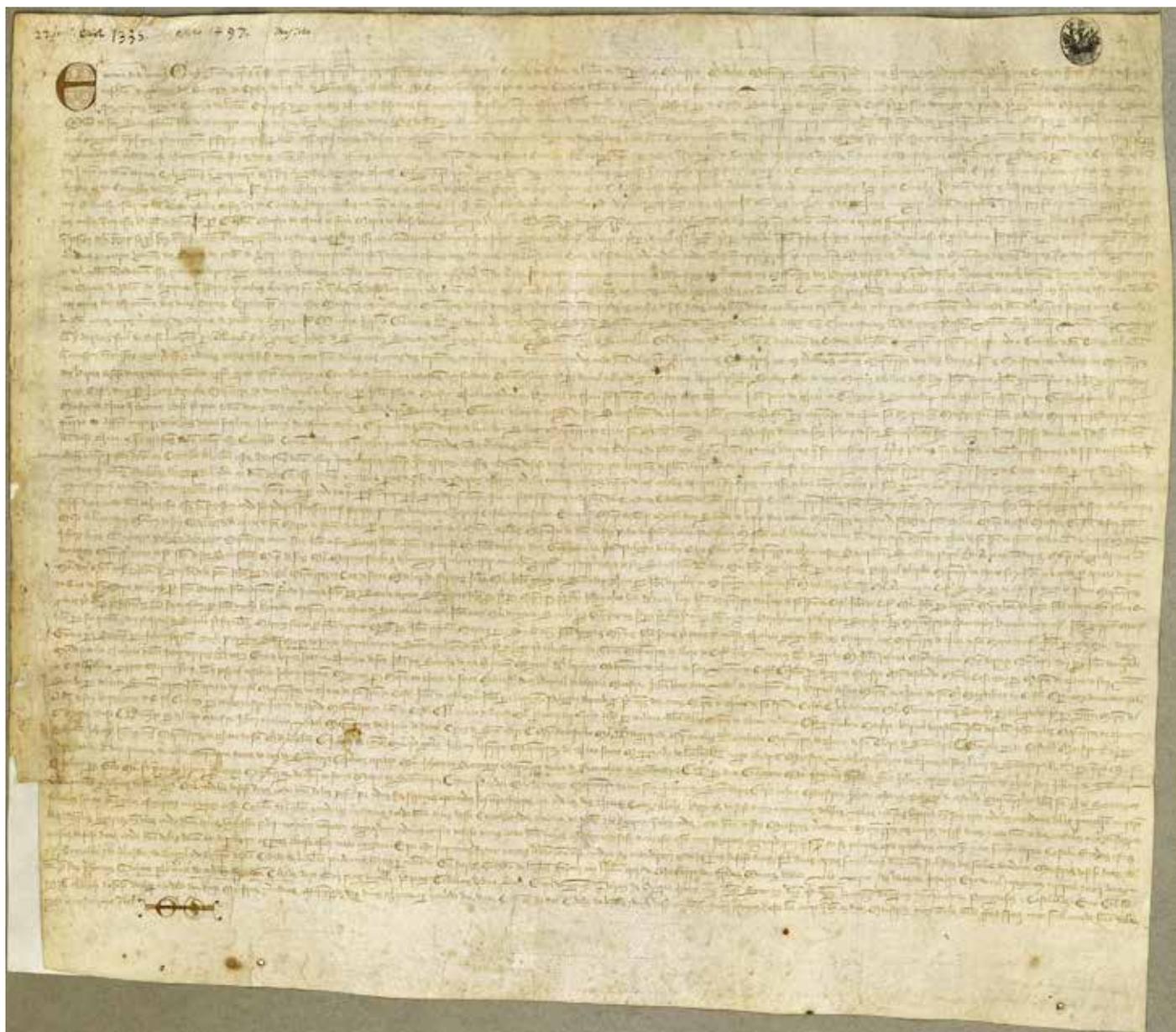
[D. Afonso V concede ao concelho de Lisboa jurisdição sobre alguns feitos], 1454-08-09.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 37.



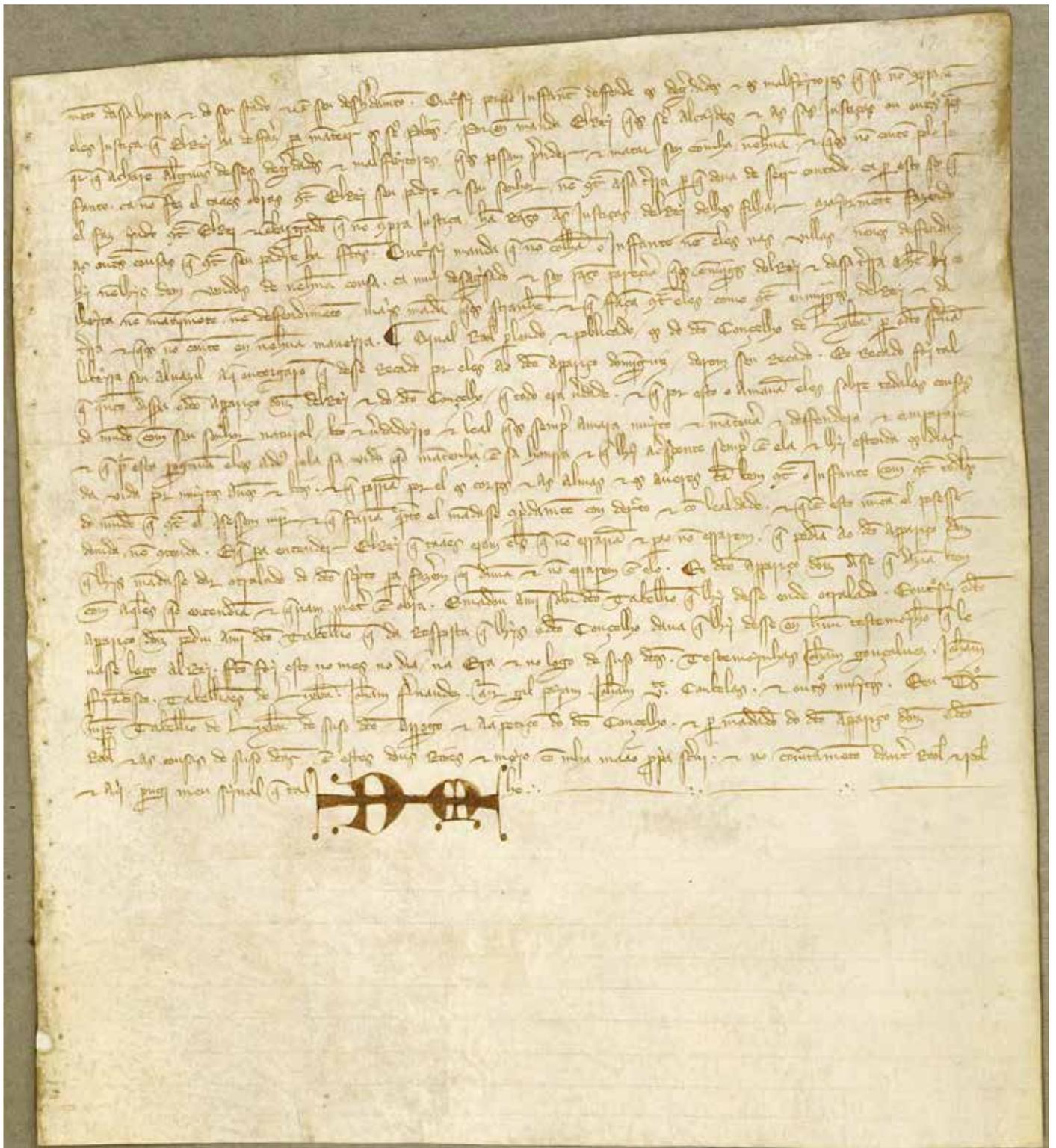
[D. Afonso V determina sobre uma oferta de banquete], 1461-09-27.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 44.



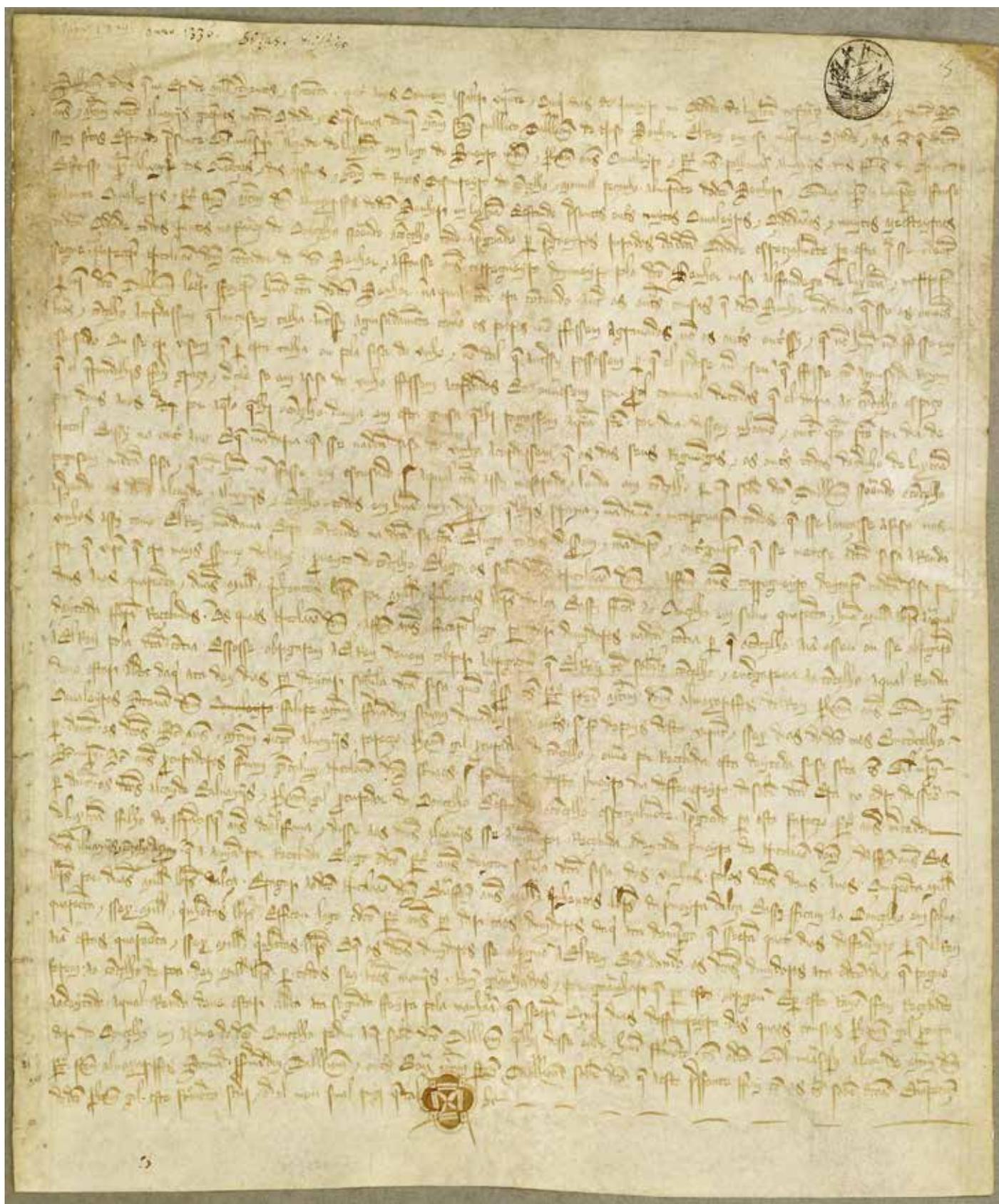
[Avença e composição amigável entre o concelho de Lisboa e diversos mestres, marinheiros e comerciantes galegos na sequência de conflitos], 1297-01-22.

AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos, doc. 2.



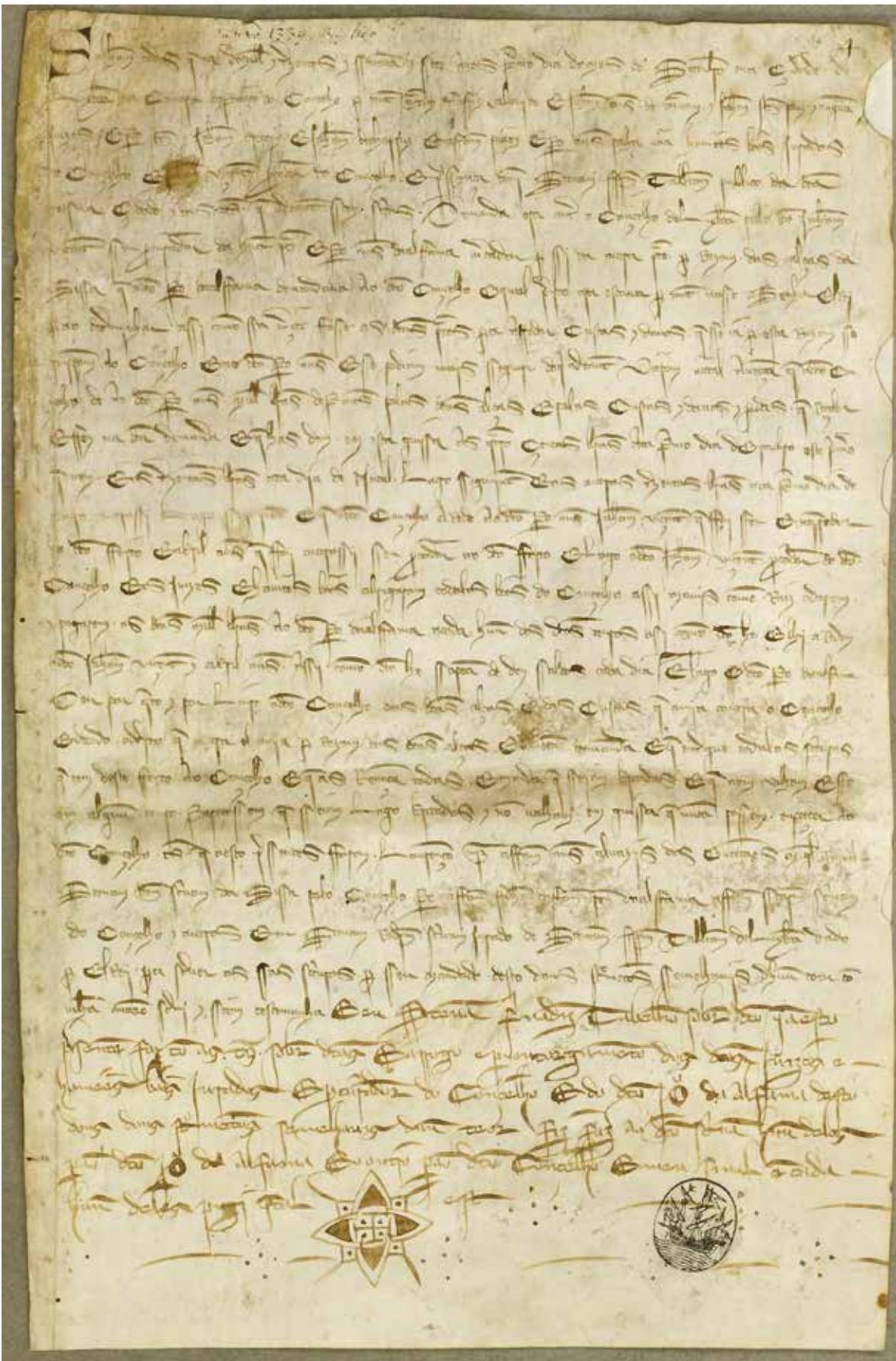
[Traslado em pública forma, elaborado por Domingos Martins, da exposição de D. Dinis, feita por Aparício Domingues, vassalo do rei, sobre a situação de guerra civil], 1321-12-17.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 15.

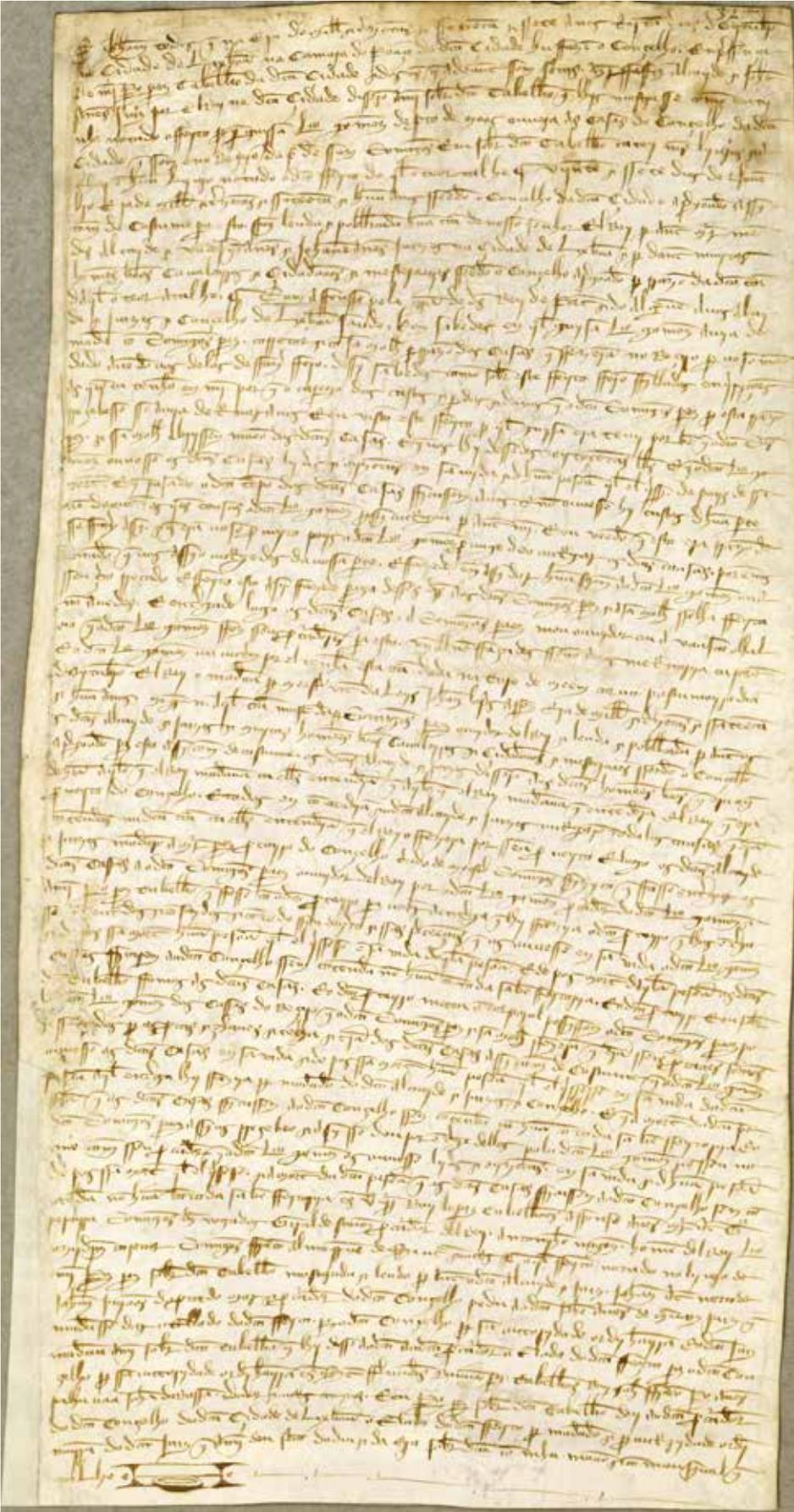


[Termo de abertura do prazo de arrendamento da sisa do vinho de acordo com carta régia], 1336-01-25 - 1336-02-01.

AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos, doc. 3 e 3A.



[Avença e composição amigável entre o concelho de Lisboa e Pedro Eanes de Alfama relativamente à cobrança da sisa dos vinhos], 1339-09-01.



[Traslado em pública forma, elaborado por Pedro Peres, do registo da entrega de umas casas a Lourenço Gomes de Porto de Mós], 1339-10-30.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 25.

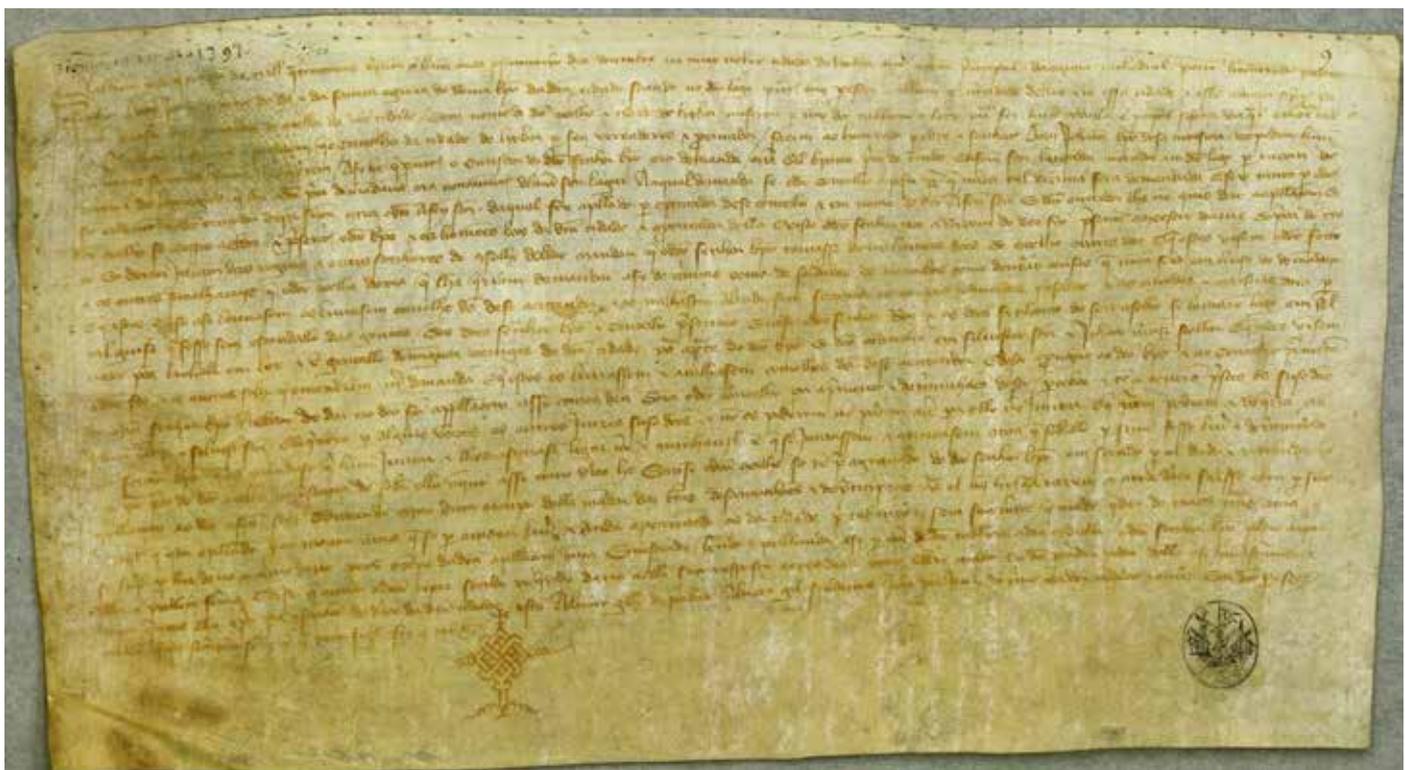
This image shows a single page of a medieval manuscript, likely a census record. The parchment is aged, yellowed, and has some staining, particularly at the bottom. The text is written in a dense, cursive medieval script, possibly a form of Gothic or Blackletter. The document is oriented vertically and appears to be a list or table of entries, with many lines of text. The handwriting is somewhat difficult to decipher due to its cursive nature and the age of the parchment. The overall appearance is that of a historical document, possibly a tax or population record from the late 14th century.

[O concelho de Arruda dos Vinhos envia o recenseamento dos moradores dessa localidade], 1369-12-23 - 1369-12-27. AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Fernando, doc. 5.



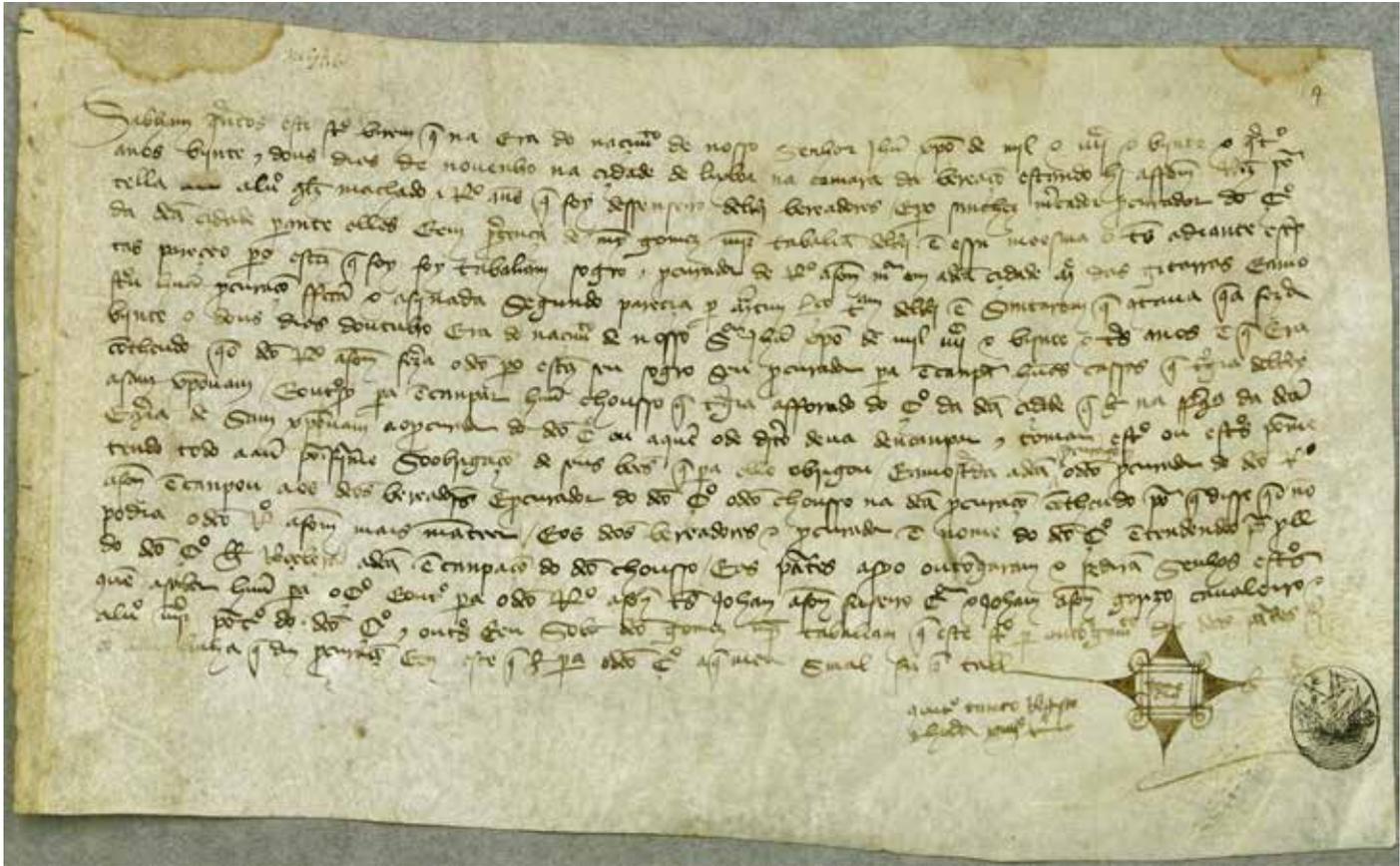
[D. João I autoriza Vasco Domingues, escrivão dos órfãos, a lavar e colocar o seu sinal nas escrituras públicas], 1384-04-03.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João I, doc. 36.



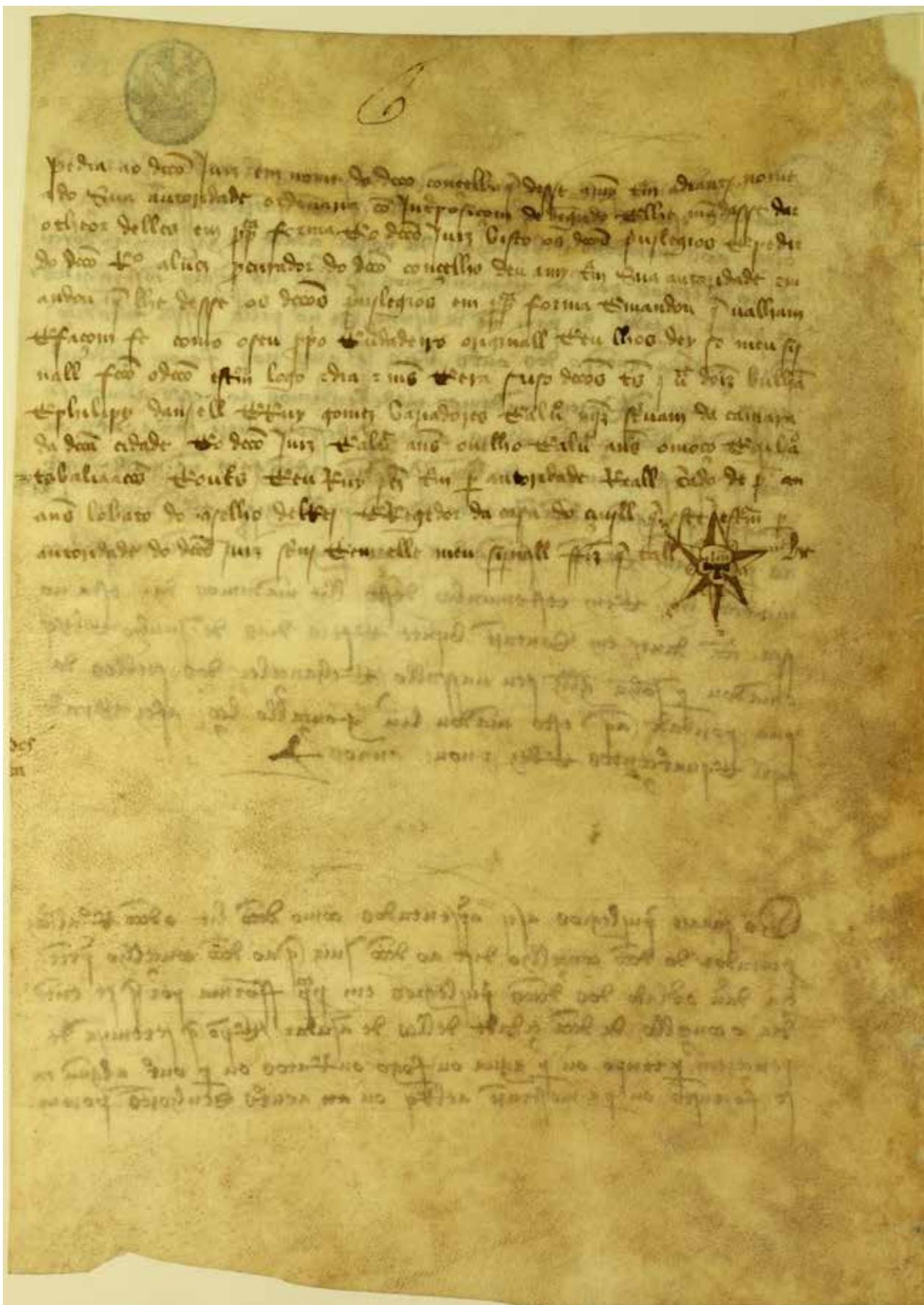
[Traslado do processo de uma contenda entre Afonso Esteves e o prior da Igreja de S. Lourenço], 1393-10-31.

AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos, doc. 9.

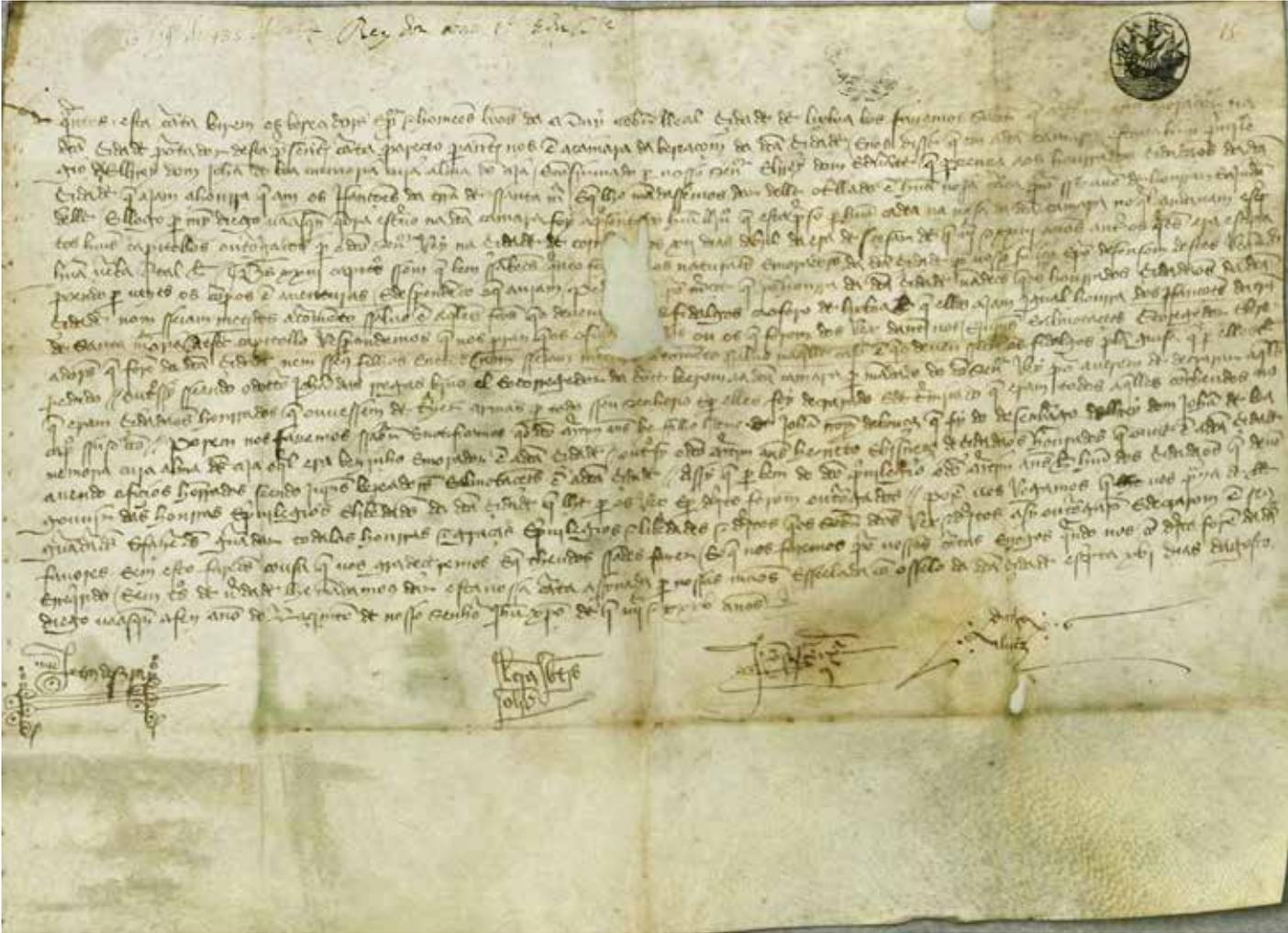


[Renúncia sobre a obrigação em manter um cerrado aforado do concelho, situado na freguesia de São Cristóvão], 1424-11-22.

AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos, doc. 14.



[Traslado de oito cartas do rei D. Fernando], 1433-11-17.



[O concelho de Lisboa atesta a paternidade legítima de Martim Eanes e traslada um capítulo das Cortes de Coimbra de 1385], 1435-08-16.

AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos de reis, doc. 15.



[Instrumento de fiança do fornecimento de couros], 1437-06-21.

AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos, doc. 20.



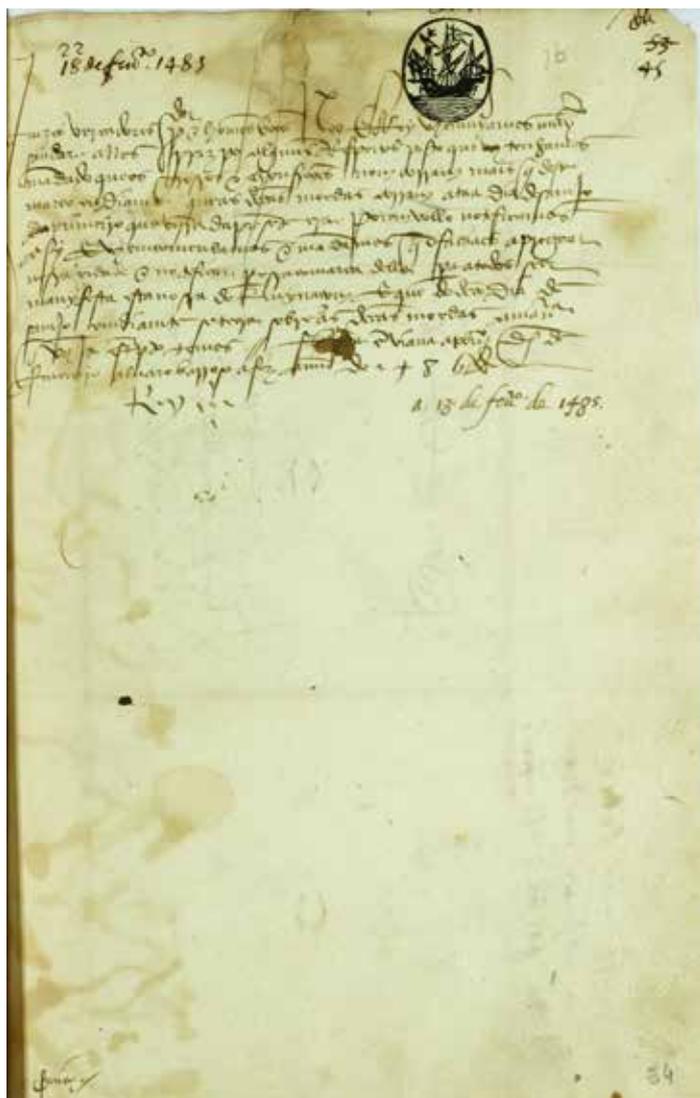
[D. Afonso V concede perdão geral], 1450-10-06.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V, doc. 33.



[Auto de aclamação de D. João II], 1481-09-01.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João II, f. 10 a 10v.



[D. João II determina sobre a circulação de moedas], 1485-02-18.

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João II, f. 54 a 54v.

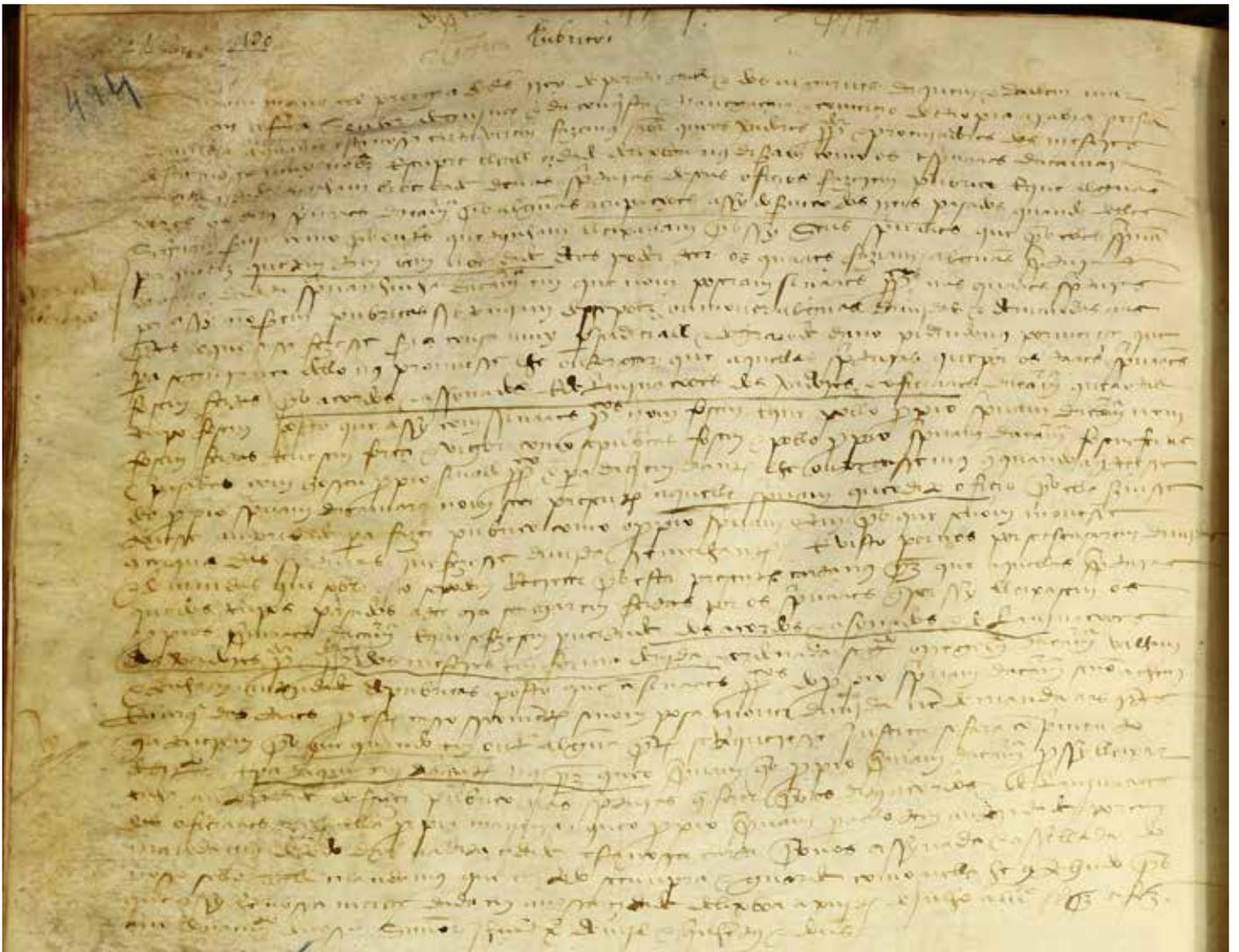
28. 8. 1495. Leitura de carta de D. Manuel I.

18

Em nome de deus... [The text is a dense, handwritten document in a medieval script, likely a royal charter or legal document. It begins with 'Em nome de deus' and contains numerous lines of text with some red ink used for initials or headings. The text is written in a cursive hand typical of the late 15th century. There is a large decorative initial 'A' at the top left and a decorative flourish at the bottom center. A circular seal or stamp is visible in the upper right corner. The page number '18' is written in the top right corner. The date '28. 8. 1495' and the title 'Leitura de carta de D. Manuel I.' are written at the top left of the page.]

[Auto da prestação de menagem por parte da cidade a D. Manuel I], 1495-10-28.

AML, Chancelaria Régia, Livro 1º de místicos de reis, doc. 18.



[D. Manuel determina que as escrituras tenham o sinal público], 1502-07-13.

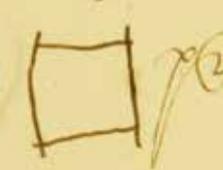
AML, Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 494, f. 316v.

Junho 29

+

43

Naos eby, salme do h lly
 o r h r g m b t e x o b d a e e t o u
 v a r a d i n o m o h e q n d a e p o t i o n e
 a b e n d e r n o d i e d o d u o d i o n o a p u
 q u e d a l a n n e d r o o n t a d e d o f i d i e
 d i d a a d i d a n i e n o a r g u e l e m o u d e m u o
 d o m o u . H e r v a n e s d u z o n
 f i a d e c o n y p a l e x a m a d a r a d y o p
 e n a d a s o n a l e i o t o l q u e p r e
 o m e l e d a v a d o r o t i g n a v a t o n a
 f o r a n o m e l e d e t o r i a b i d a e p
 v d a z a g n a r o c o n d e n d o n a t e y d o c a n n e y
 n a d o c o n f i n d o c o n s i d a o t r i g n a c a i d p a
 y o o f o r n d i n y p u s d e o n f o r o e
 f i n n d i p o n d e r f a m e o e m d e m a n
 e n g m o n e n d a s n a r a d a l l e u n o
 e l e d o o t t e



o n p r i o o m i d a b t i
 m a g a d

24

[Obrigação de Vicente Pires de vender no Açougue], 1597-04-28.

Os Filipes em Belém: dois desenhos de Teodósio de Frias (I) para o Mosteiro dos Jerónimos

Miguel Soromenho*

Embora raros, os desenhos de projecto dos séculos XVI e XVII conservados em arquivos e bibliotecas nacionais, faziam parte, naturalmente, dos processos de produção arquitectónica da época. Além da consabida usura do tempo, da fragilidade dos suportes e dos desastres naturais, a união dinástica foi, sem dúvida, uma das causas da grande dispersão de registos gráficos na Época Moderna. Entre nós, era na Provedoria das Obras Reais que se guardavam as traças dos grandes estaleiros dependentes da Coroa, mas entre 1580 e 1640 estes projectos subiam todos a Madrid e muitas vezes não voltavam. Muitos outros, ainda, perderam-se nos espólios pessoais dos arquitectos; em 1623, por exemplo, os frades de São Vicente de Fora e os vereadores da Câmara de Lisboa pediram ao rei que lhes mandasse entregar os desenhos da sua igreja, na posse de Baltasar Álvares, porque temiam que, com a sua morte, que ocorreu de facto no ano seguinte, pudessem vir a cair nas mãos dos legatários¹.

Cabia na verdade ao provedor das obras manter no seu arquivo todos os papéis tocantes ao cargo – provisões de officios, regimentos, contratos, orçamentos, consultas, folhas de pagamento, notas de despesa e correspondência diversa, tarefa que se revelou difícil. Em 1655, ainda se guardava memória dos livros da Provedoria Real levados para Espanha em 1629, e que nunca mais regressaram². Após a Restauração, o novo provedor, António Cavide, foi obrigado a reorganizar os seus serviços, na sequência da prisão do provedor que tinha atravessado todo o período filipino, Gonçalo Pires Carvalho, detido com o filho, Lourenço, ambos suspeitos de simpatias filocastelhanas³. Faltando, no arquivo, desenhos dos projectos principais das obras da Coroa, Cavide, homem de confiança de D. João IV, inquiriu a propósito o arquitecto régio Teodósio de Frias (II), que lhe lembrou todas as traças que deveriam estar em poder do provedor: as dos paços de Lisboa, das Casas dos Contos e da Alfândega, da Quinta de Alcântara – estas recentes, dizia, feitas para a remodelação ordenada pelo rei – as dos paços de Sintra, Almeirim, Salvaterra e da Penha Longa, as de Almada (talvez relativas às fábricas de biscoito de Vale do Zebro), as de todas as fortalezas do reino, as dos mosteiros da Batalha e dos Jerónimos, além da papelada administrativa correspondente, em documentos avulsos ou organizadas em livros de registo. Muitos desses desenhos, talvez a maior parte, escrevia o arquitecto, eram de sua lavra; mas ele só guardava os «borrões», ou seja, os esboços preparatórios e desenhos informais para servir na obra, que já vinham de «visavo, avo e pai que todos forão architectos mores de sua majestade»⁴. Os originais deviam estar portanto com o provedor, que zelava ainda por

¹ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas, respostas e cartas de Filipe III, f. 91-94v.

² Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Manuscritos da Livraria, nº 168, f. 141. Por esta nota manuscrita percebe-se que havia um arquivo organizado desde o século XVI, e que incluía livros de registo das consultas feitas pela provedoria. Sobre a data do documento indicada nos instrumentos de descrição da ANTT – 1689 – tenho algumas dúvidas: como leitura alternativa proponho 1655.

³ SOROMENHO, Miguel – A administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. Vol. IX-X (1997-1998), p. 197-209. Separata.

⁴ Biblioteca da Ajuda (BA), 51-IX-3, f. 214 e 214v.

outros materiais de arquivo e de apoio às obras, como a colecção de maquetes que se presume ali ter existido, uma vez que eram as obras régias que de uma forma sistemática mais recorriam a modelos tridimensionais, construídos em materiais e a escalas diversas⁵.

Os riscos dos Jerónimos que Teodósio de Frias assegurava existirem na provedoria eram sem dúvida os que o seu avô homónimo tinha produzido na década de 20 para a construção de uma nova caixa de escada e para a deslocação do portal de remate do corpo do dormitório para a portaria, que de novo se fazia. Nesta incumbência, uma importante empreitada de qualificação do Mosteiro que culminava um interesse continuado dos Filipes desde 1580, ou até anterior⁶, contou com o concurso do pedreiro Diogo Vaz⁷, empreiteiro e oficial useiro nas grandes obras da Coroa e sempre associado aos arquitectos régios.

Com Santa Maria de Belém sempre mantiveram os Habsburgo uma relação de reverência dinástica. Afinal, tinha sido na igreja que D. Manuel, avô de Filipe I de Portugal, se fizera sepultar, em campa rasa colocada no cruzeiro, e que a tia, D. Catarina, dispusera o panteão dos Avis-Beja, ampliando a capela-mor de acordo com um projecto de Jerónimo de Ruão, concebido internamente num classicismo triunfal bem adaptado às pretensões imperiais da dinastia.

Ao mausoléu real fez o monarca castelhano questão de acrescentar os túmulos da restante parentela lusa, distribuídos pelos braços do transepto, também segundo um plano de Jerónimo de Ruão. No final do ano de 1582, o embaixador de Veneza em Lisboa, Matteo Zane, reportou à Sereníssima República a organização da trasladação para os Jerónimos dos despojos do cardeal D. Henrique, que estava em Almeirim, e de D. Sebastião⁸,

⁵ São inúmeras na documentação da época as notícias sobre «modelos», que não podem ser confundidos com «desenhos», «traças», «riscos», «rascunhos», «debuxos» ou «feitos». Nos finais do século XVI já se usavam modelos nos mais diversos contextos, feitos sobretudo para as grandes obras da Coroa. Muitos deles estão documentados: os dos arcos triunfais da Entrada de Filipe I em Lisboa, em 1581, ainda existindo em 1612, na posse de Teodósio de Frias (OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tip. Universal, 1882-1943. 1ª parte, tomo II, p. 285-286); maquetes das principais fortalezas do reino, de que há notícia das que estavam na posse de Filipe Terzi (COELHO, Henrique; BATELLI, Guido – *Filippo Terzi architetto e ingegnere militare in Portogallo (1588-1597)*. Firenze: Tipografia Alfani, 1935. p. 49 e 51) e das que o engenheiro Anton Coll fez, de madeira e de papel, da fortificação do Monte Brasil, na ilha Terceira, em 1594 (CÂMARA, Alicia – *Fortificación y cuidad en los reinos de Felipe II*. Madrid: Editorial Nera, 1998. p. 112); a Jerónimo de Ruão foram mandados construir modelos dos sítios aptos para terem fortificações (MOREIRA, Rafael – *A arquitectura militar do Renascimento em Portugal*. In *A introdução da arte da Renascença em Portugal*. Coimbra: EPARTUR, 1981. p. 303); faziam-se modelos experimentais de engenhos, como o pedido por João Batista Lavanha a Francisco de la Hara para ilustrar um projecto que apresentou para uma máquina da fábrica de pólvora de Barcarena, em 1617 (ANTT, Manuscritos da Livraria, 2674, nº 11); do aqueduto da Água Livre mandou-se fazer em 1619 uma secção de madeira (OLIVEIRA, Eduardo Freire de, idem, p. 424-426); deviam, por outro lado, ser habituais os modelos para retábulos – veja-se o exemplo do altar e retábulo da capela de S. Vicente, na Sé de Lisboa, ordenados pelo rei em 1615 (OLIVEIRA, Eduardo Freire de, idem, p. 358-360) – que se tornaram muito comuns nos séculos XVII e XVIII.

⁶ Já em 1568, D. Catarina tinha consultado o rei de Espanha, seu sobrinho, sobre o retábulo que pretendia para a capela-mor da Igreja de Belém, pensando contratar o pintor flamengo Franz Floris, o que não chegou a fazer, vd. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, org. – *Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1999. p. 74.

⁷ OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa – Anexos documentais. *Cadernos: Mosteiro dos Jerónimos: a intervenção de conservação e restauro*. Lisboa: IPPAR, 2006. p. 287-288. Em 1611, Diogo Vaz edificou, com Estácio Correia, as casas de Baltasar Álvares. Em 1613 foi empreiteiro da reedificação do Convento de Santa Clara de Lisboa (SERRÃO, Vítor – *O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras (1616-1636)*. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. III Série Nº LXXXIII (1977). Separata).

Em 1614 aparece de novo como empreiteiro no estaleiro do Convento de Palmela, com Estácio Correia e Manuel Quaresma, este último irmão do arquitecto Pedro Nunes Tinoco (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Livro 1, f. 144-144v. e 188v. e FERNANDES, Isabel – *O castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Palmela: Câmara Municipal; Ed. Colibri, 2004. p. 303 e 304, e COELHO, Teresa Campos – *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2014. p. 72 e 73. Tese de doutoramento em História da Arte, especialidade História da Arte Moderna em Portugal, apresentada à Universidade Nova de Lisboa), sendo-lhe paga, em 1616, a segunda prestação pelos seus serviços, no valor de 2.500 cruzados (Idem, f. 190v.). Neste ano, titulado de mestre pedreiro, é o medidor do Convento da Penha de França, construída com risco de Teodósio de Frias (VITERBO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1988. vol. II, p. 33 e ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1076, sem foliação). De novo ligado a Pedro Nunes Tinoco, obriga-se a executar a capela-mor da Igreja do Mosteiro do Salvador (SERRÃO, Vítor – *Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)*. *Boletim Cultural - Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. 1º e 2º Tomos Nº 90 (1984-1988), p. 74 e 75) e participa nas obras da Igreja do Loreto (1630) e de S. Nicolau, esta em 1640. Outra notícia conhecida da actividade profissional de Diogo Vaz refere-se a um pedido de cordeamento do Convento de Santa Mónica de Lisboa, em 1625, quando as freiras quiseram demolir umas casas para construir a sua igreja (AML, Livro de cordeamentos de 1625-1626, f. 2v. a 4).

⁸ Os supostos restos de D. Sebastião foram trazidos de Ceuta pelo duque de Medina Sidónia. Sobre as trasladações cf. o relato setecentista de CASTRO, Frei Manuel Bautista de *Chronica do Maximo Doutor e Principe dos Patriarchas São Jeronymo Particular do Reyno de Portugal, dedicado a D. João V*, ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 729, f. 555v. e segs..

cerimónia que o rei pretendia feita com a maior solenidade e com a participação de toda a cleresia, e a que queria assistir pessoalmente⁹.

Por aqueles trabalhos de preparação dos túmulos reais foi paga de forma faseada a Jerónimo de Ruão a generosa quantia de quase um conto e quinhentos mil réis entre 1587 e 1592¹⁰. Em 1591, mandaram-se fazer retábulos novos para o Mosteiro¹¹ e foi comprado um lote de veludos e tafetás para as sepulturas que custou cento e vinte mil réis¹². Em 1597, encomendaram-se duas lâmpadas para os espaços sepulcrais com desenho idêntico às do Escorial¹³. O interesse da Coroa continuou vivo com Filipe II. Foi decidido desmancharem-se as sepulturas de D. Henrique e de D. Sebastião e fazerem-se umas novas, cujos desenhos foram enviados de Lisboa à Corte pelo bispo vice-rei, D. Pedro de Castilho, em Fevereiro de 1605¹⁴, projecto que pode ser atribuído a Teodósio de Frias, uma vez que Jerónimo de Ruão tinha morrido em 1601 e que foi ele o arquitecto da Coroa apontado às obras dos Jerónimos.

A ambição pela exclusividade régia dos enterramentos no Mosteiro de Belém explica ainda a ordem para o levantamento das sepulturas do claustro, a picagem dos respectivos epitáfios e a proibição de outros sepultamentos, feita por provisão de 1606, mas que o rei logo revogou, confrontado com as queixas dos monges¹⁵. Em 1610, revelou-se de novo o empenho de Filipe II no melhoramento da igreja. Dando seguimento a uma intenção que remontava ao reinado do cardeal-infante¹⁶ e que ele próprio tinha retomado já em 1599¹⁷, mandou-se finalmente comprar na Índia madeira de angelim para as portas do Mosteiro¹⁸. Não admira assim que tivessem decorrido nesta igreja, em 1599, as exéquias simbólicas de Filipe I, tanto mais que era notória a vocação funerária da Ordem de São Jerónimo e a sua ligação aos panteões espanhóis dos Habsburgos. A monumental erguida no cruzeiro, concebida por Nicolau de Frias, foi o primeiro memorial funerário a adoptar uma tipologia de templete turiforme, em vez das tradicionais máquinas piramidais¹⁹.

⁹ OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de – *Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 301. Por esta altura, continuava a Coroa a pagar dívidas contraídas muito tempo antes por trabalhos diversos na capela-mor. Foi o caso do pagamento aos pintores Gaspar Dias e António Nogueira – ou melhor, aos herdeiros – por «papéis», talvez decorações efémeras, pedidos no tempo de D. Sebastião para a trasladação definitiva de D. Manuel, D. Maria e D. João III (ANTT, Ementas da Casa Real, Núcleo Antigo, Livro 125, f. 16v., cf. CAETANO, Joaquim Oliveira – António Nogueira: um pintor do tempo de Trento. In PORTUGAL. Instituto Português de Conservação e Restauro – *Retábulo de Ferreira do Alentejo*. Lisboa: IPCR, 2004. p. 28).

¹⁰ ANTT, Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, Livro 125, f. 198v., e Livro 126, f. 73v., 118 e 140v.

¹¹ ANTT, Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, Livro 126, f. 61.

¹² Idem, f. 70v. e 71.

¹³ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Secção de Reservados, Colecção Pombalina, cod. 641, f. 585.

¹⁴ BA, 51-VIII-7, f. 180v.

¹⁵ OLIVEIRA, Lina Maria Marraffa – Anexos documentais. *Cadernos: Mosteiro dos Jerónimos: a intervenção de conservação e restauro*. Lisboa: IPPAR, 2006. p. 286.

¹⁶ Idem.

¹⁷ ANTT, Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, tomo 6L, f. 427 e 429. Carta de 8 de Fevereiro de 1599 do rei para D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia e conde almirante, sobre a necessidade de madeira de angelim para as portas dos Jerónimos. Conserva-se, em anexo, a relação da madeira necessária. Existem no ANTT duas relações afins da madeira necessárias para as portas do Mosteiro, uma delas com o sinal de Diogo Godinho, “mestre e carpyntheyro das obras del rey” (ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Belém, maço, 4, doc. 58), transcrito em OLIVEIRA, 2006, p. 287. Diogo Godinho foi mestre das obras de carpintaria do Paço da Ribeira entre 1585 (VITERBO, *op. cit.*, vol. I) e 1615 (VITERBO, idem, p. 552-553), estando documentados os pagamentos pela sua prestação nas obras da Torre do Relógio, feitos entre 1590 e 1592 (ANTT, Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, Livro 125, f. 29, Livro 126, f. 82v. e 83).

¹⁸ Sobejamente popular na época pelas suas qualidades, o angelim destacava-se, segundo João Baptista Lavanha, entre as boas madeiras importadas do Oriente, aquelas cuja «rijeza e fortaleza (...) resiste ao impeto dos mares, e dos Ventos, sendo enxutas da humidade, [e que] não apodreçam com a muita das agoas, antes nellas se conservão. E para as despedir de sy, ha de ser o seu çumo resinento, e para q não entre nellas o Busano, amargoso. E ultimamente brandas, para que de lavradas (como he necessario em algumas partes) não estalem». Resistente e apta para os trabalhos de marcenaria fina e de escultura, foi por isso a madeira escolhida para a cruz do altar-mor da Igreja do Mosteiro do Escorial, a pedido de Filipe II de Espanha, certamente por sugestão do cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha e do arquitecto régio Juan de Herrera, que fez procurar em Lisboa, em 1590, os toros adequados para a execução da peça, que ainda hoje existe, vd. SOROMENHO, Miguel – *Madeiras da Índia: Juan de Herrera, João Baptista Lavanha e a cruz do altar-mor do Escorial. Artis: Revista de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa. Nº 3 (2004), p. 353-361.

¹⁹ VITERBO, *op. cit.*, vol. I, p. 569 e 570, e SOROMENHO, Miguel – “Ingegnessi ornamentati”: arquitecturas efémeras em Lisboa no tempo dos primeiros Filipes. In PEREIRA, João Castel-Branco, coord. – *Arte efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 33-35.

Quando finalmente veio a Lisboa, em 1619, para reunir Cortes e assistir ao juramento do filho como príncipe herdeiro da monarquia dual, viagem repetidamente adiada desde a morte do pai, em 1598, Filipe II pousou por alguns dias no Mosteiro de Belém, à espera de que tudo estivesse pronto para a festa triunfal que se preparava no Terreiro do Paço e nas ruas circundantes. Cortesãos, ministros e outros oficiais régios foram também acolhidos nos Jerónimos ou espalhados em regime de aposentadoria pelas casas do lugar. O rei ali recebeu o marquês de Castelo Rodrigo para o beija-mão e aproveitou a estadia para conhecer os «Mosteiros circunvezinhos, a torre de S. Vicente, os engenhos das armas & pólvora de Barquerena», antes de embarcar, a 19 de Junho, nas galés acabadas de chegar de Espanha expressamente para a Entrada²⁰. É natural que se tivesse então demorado a visitar o Mosteiro e detido nas particularidades da sua arquitectura, e que tenha até acertado com a comunidade os melhoramentos que levaram à construção da nova portaria.

Como se viu, o ano de 1625 foi pois o ápice de um processo contínuo de investimento material e simbólico nos Jerónimos de Lisboa, processo acompanhado pelos frades mas em boa medida organizado e patrocinado pela Coroa. As evidências documentais dessa última empreitada filipina, espalhadas pelo cartório monástico – de que é exemplo o pagamento de trabalhos de gesso, em 1626, realizados na «casa da Portaria Nova»²¹ – pela Provedoria das Obras e pelo arquivo oficial e familiar dos Frias²², acabaram igualmente recolhidas no arquivo da Câmara de Lisboa, sempre que os correspondentes processos de obras careciam de autorizações camarárias. Foi o caso de dois desenhos assinados por Teodósio de Frias (I), à época, com Baltasar Álvares, o primeiro dos arquitectos portugueses, com um longo currículo de trabalhos para a Coroa e para a Câmara de Lisboa. Datados de 1625, estes debuxos conservam-se nos livros da Chancelaria Régia do Arquivo Municipal de Lisboa e referem-se a certas intervenções demandadas pelos padres jerónimos para os espaços exteriores do Mosteiro de Santa Maria de Belém e explanadas na súplica a que os desenhos estão anexos²³ (fig. 1).

Trata-se de duas aguadas coloridas, uma planta (fig. 2) e um alçado (fig. 3), destinados a ilustrar a pretensão dos monges em afastar o trânsito de pessoas e animais do caminho que habitualmente se fazia ao longo do dormitório monástico, «bem por baxo das janelas delle e de suas proprias cellas», caminho «torcido e mal tomado» que devassava também o adro da igreja, «pegado às portas della», propiciando evidentes incomodidades e indecências» à comunidade; era tão incómoda a circunstância que muitas vezes chegavam a entrar «cavalgadas carregadas dentro na mesma greiia».

A solução apresentada propunha a concentração do tráfego na estrada real que já existia, de traçado mais regular, através da construção de um muro de separação entre as duas vias, que deveriam desenvolver-se paralelamente, embora a cotas diferentes. O parapeito, desenvolvido no alçado, de pouca altura e pontuado por bolas assentes em plintos, devia ser apenas interrompido na zona fronteira ao portal sul com uma modesta escadaria de acesso. A zona do terreiro apresentada na planta era limitada, a Ocidente, pela portaria do Mosteiro, e, a Oriente, pelo braço do transepto; para ela, Teodósio de Frias concebeu um pavimento em «calsada», reticulado por faixas lageadas.

A planta e o alçado eram as projecções ortogonais habituais dos registos técnicos apresentados pelos arquitectos portugueses desta época. O corte, que fazia também parte dos métodos básicos de representação divulgados pela cultura arquitectónica renascentista, desde inícios do século XVI, era provavelmente usado de forma mais esporádica, por implicar talvez uma maior capacidade de abstracção. Os desenhos em perspectiva, os mais aptos

²⁰ LAVANHA, João Baptista – *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade a mandou*. Madrid: Thomas Iunti, 1622. p. 8.

²¹ ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Belém, maço 4, doc. 59. Pagamento, em Fevereiro de 1626, a Pedro Pinheiro «mestre do gesso», de 10 mil réis de um total de catorze que lhe eram devidos por obras miúdas na nova escada e portaria. É provável que um outro pagamento feito em Janeiro ao ferreiro André Gonçalves se refira também àquela empreitada (idem).

²² Neste arquivo guardava ainda Teodósio de Frias, além dos «borrões» de que falava, desenhos e modelos dos arcos triunfais da Entrada de Filipe I em Lisboa, em 1581, como vimos, testemunhos do provável envolvimento do pai, Nicolau de Frias, na preparação dos festejos, (vd. nota 5).

²³ AML, Chancelaria Régia, Livro 1 de consultas, respostas e cartas de Filipe III, f. 106 a 109v.

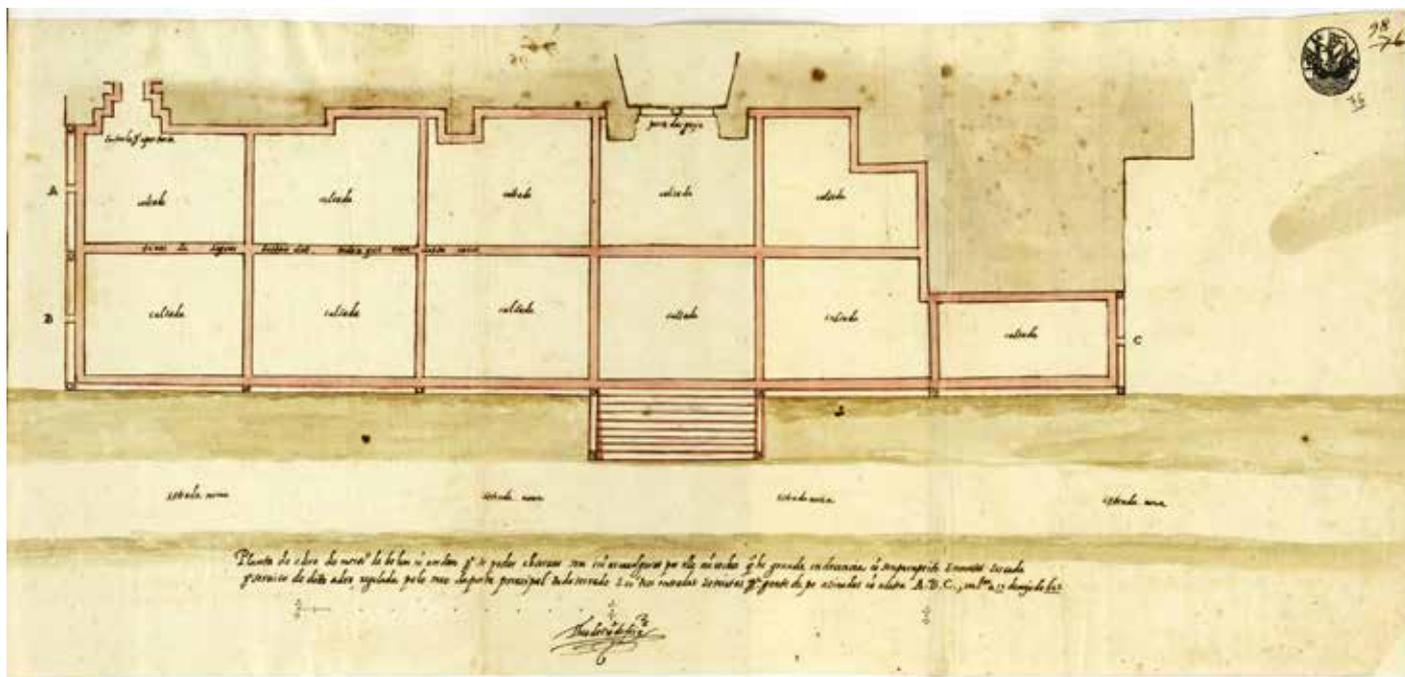


Figura 2 Perfil de como se ha de fechar o adro de belem..., papel, Teodósio de Frias. Arquivo Municipal de Lisboa.



Figura 3 Planta do adro do Mosteiro de Belem..., papel, Teodósio de Frias, 1625-05-15. Arquivo Municipal de Lisboa.

para agradar aos clientes, eram com certeza também conhecidos, bem como muitos outros recursos gráficos já então familiares aos arquitectos portugueses. O próprio patriarca da linhagem dos Frias, Nicolau (†1610), deixou num *taccuino* recentemente identificado as suas impressões arquitectónicas e antiquárias de uma viagem a Itália feita cerca de 1568-1570, recordadas em perspectivas, combinações de elevações ortogonais com projecções oblíquas e secções perspectivadas²⁴, mesmo se vertidas em desenhos frustes de um artista ainda em formação. Enfim, os códigos de cores, a que Teodósio de Frias recorre na planta do terreiro, indicando a cor «rosa» para distinguir as faixas lageadas do pavimento em «calsada»²⁵, eram também convenções gráficas usadas habitualmente em desenhos de projecto.

²⁴ DESWARTE-ROSA, Sylvie – Identificação do anónimo português do Museo Cartaceo de Cassiano del Pozzo: Nicolau de Frias em Roma. *Artis: Revista de História da Arte e Ciências do Património*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017. p. 20-31.

²⁵ No contrato para a construção da Estalagem das Vendas Novas feito com o empreiteiro Miguel Rodrigues em Março de 1610, faz-se menção a uma «trasa» do arquitecto Teodósio de Frias e ao código de cores usado no seu desenho para diferenciar as paredes já existentes (de «cor parda»), das que se deviam fazer de novo – estas, de «collor vermelha». Um passo mais obscuro do documento sugere a realização de desenhos de pormenor -- «as mais paredes e aliserses que mostra o dito desenho de partinhos(?)», FONSECA, Jorge – Teodósio de Frias e a construção da Estalagem Real de Vendas Novas. *Almonsor: Revista de Cultura*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Nº 3 3ª Série (2017), p. 145.



Figura 4 Vista do Mosteiro dos Jerónimos, Filipe Lobo, 1657. Museu Nacional de Arte Antiga.

A conhecida vista dos Jerónimos, do pintor Filipe Lobo, datada de 1657, sugere que o projecto de Teodósio de Frias não se terá concretizado (fig. 4). Ao longo do dormitório, que se estende para Poente, mantém-se o mesmo desarranjo de terras soltas, sem pavimento empedrado e sem o muro de separação da estrada real ou o lanço de escadas de acesso ao adro que o arquitecto propusera; e até à porta da igreja estaciona uma besta muar, irrespeitosa, confirmando as queixas dos frades sobre os animais que de vez em quando ali entravam. De resto, a utilização dos pisos térreos do dormitório para se «lavar a enxarcea para a fábrica das naos», ou seja, cordame para a mastreação dos navios das armadas oceânicas, aproveitando a dimensão das grandes naves do Mosteiro, fábrica estabelecida ali em 1626 e que se mantinha ainda em finais do século XVIII²⁶, sacrificou em definitivo o ordenamento condigno do espaço, contrariando aliás um desvelo especial pela dignidade simbólica da grande fachada sul, que desde D. João III fazia parte da política régia de salvaguarda do conjunto monástico de Belém²⁷.

²⁶ ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Belém, maço 4, doc. 39.

²⁷ A D. João III se deve a proibição de estender roupa «desde o princípio da Capella mor do dito dormitorio athee o cunhal do arco que esta abaixo dos dormitorios», ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Belém, maço 4, doc. 27, bem como a proibição de construção de casas «en fronte do dito mosteiro contra o mar», em 1524, alvará confirmado sucessivamente por D. Sebastião e por Filipe II, este em Abril de 1625, ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Belém, maço 5, doc. 91.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas, respostas e cartas de Filipe III.

Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas, respostas e cartas de Filipe III.

Livro de cordeamentos de 1625-1626.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Manuscritos da Livraria, 168.

Manuscritos da Livraria, 1076.

Manuscritos da Livraria, 2674.

Mesa da Consciência e Ordens, Livro 1.

Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, tomo 6L.

Mosteiro de Santa Maria de Belém, maço, 4.

Mosteiro de Santa Maria de Belém maço 5.

Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, Livro 125.

Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, Livro 125.

Núcleo Antigo, Ementas da Casa Real, Livro 126.

Biblioteca Nacional de Portugal

Secção de Reservados, Colecção Pombalina, cod. 641.

Biblioteca da Ajuda

51-IX-3.

51-VIII-7.

IMPRESSAS

CASTRO, Frei Manuel Bautista de – *Chronica do Maximo Doutor e Principe dos Patriarchas São Jeronymo Particular do Reyno de Portugal, dedicado a D. João V.* ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 729.

LAVANHA, João Baptista – *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal....* Madrid: Thomas Iunti, 1622.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa.* Lisboa: Tip. Universal, 1882-1943. 1ª parte, tomo II.

ESTUDOS

- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, org. – *Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1999.
- CAETANO, Joaquim Oliveira – António Nogueira: um pintor do tempo de Trento. In PORTUGAL. Instituto Português de Conservação e Restauro – *Retábulo de Ferreira do Alentejo*. Lisboa: IPCR, 2004.
- CÁMARA, Alicia – *Fortificación y ciudad en los reinos de Felipe II*. Madrid: Editorial Nera, 1998.
- COELHO, Henrique; BATTELLI, Guido – *Filippo Terzi architetto e ingegnere militare in Portogallo (1588-1597)*. Firenze: Tipografia Alfani, 1935.
- COELHO, Teresa Campos – *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento em História da Arte, especialidade História da Arte Moderna em Portugal, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie – Identificação do anónimo português do Museo Cartaceo de Cassiano del Pozzo: Nicolau de Frias em Roma. *Artis: Revista de História da Arte e Ciências do Património*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017. p. 20-31.
- FERNANDES, Isabel – *O castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Palmela: Câmara Municipal; Ed. Colibri, 2004.
- FONSECA, Jorge – Teodósio de Frias e a construção da Estalagem Real de Vendas Novas. *Almonsor: Revista de Cultura*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. N.º 3 3ª Série (2017).
- MOREIRA, Rafael – A arquitectura militar do Renascimento em Portugal. In *A introdução da arte da Renascença em Portugal*. Coimbra: EPARTUR, 1981. p. 281-305.
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de – *Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa – Anexos documentais. *Cadernos: Mosteiro dos Jerónimos: a intervenção de conservação e restauro*. Lisboa: IPPAR, 2006. p. 219-291.
- SERRÃO, Vítor – O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras (1616-1636). *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. III Série N.º LXXXIII (1977). Separata.
- SERRÃO, Vítor – Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650). *Boletim Cultural – Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. 1.º e 2.º Tomos N.º 90 (1984-1988).
- SOROMENHO, Miguel – A administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. Vol. IX-X (1997-1998), p. 197-209. Separata.
- SOROMENHO, Miguel – “Ingegnerosi ornamenti”: arquitecturas efémeras em Lisboa no tempo dos primeiros Filipes. In PEREIRA, João Castel-Branco, coord. – *Arte efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SOROMENHO, Miguel - Madeiras da Índia: Juan de Herrera, João Baptista Lavanha e a cruz do altar-mor do Escorial. *Artis: Revista de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa. Nº 3 (2004), p. 353-361.

VITERBO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1988. vol. II.

*O autor não escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Miguel Soromenho, MNAA–Museu Nacional de Arte Antiga, Direcção-Geral do Património Cultural, 1249-017 Lisboa, Portugal. miguelsoromenho@mnaa.dgpc.pt

SOROMENHO, Miguel – Os Filipes em Belém: dois desenhos de Teodósio de Frias (I) para o Mosteiro dos Jerónimos. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 10 (julho-dezembro 2018), p. 235 – 244.

La Asociación Hispánica de Historiadores del Papel y su nuevo reto en la organización de los congresos “Historia del Papel en la Península Ibérica”

A Associação Hispânica de Historiadores de Papel e o seu novo desafio na organização dos congressos “História do Papel na Península Ibérica”

The Hispanic Association of Paper Historians and their new challenge in the organization of congresses “Paper History in the Iberian Peninsula”

María del Carmen Hidalgo Brinquis*

RESUMEN

Con esta ponencia queremos dar a conocer las actividades desarrolladas por la Asociación Hispánica de Historiadores del Papel y la organización de los congresos “Historia del Papel en la Península Ibérica”. Hasta el momento se han celebrado XII congresos y se han publicado sus respectivas actas con 361 ponencias que recogen las últimas investigaciones sobre los más diversos temas de la historia del papel. También hacemos una breve exposición de nuestra exposición itinerante “El papel: 2.000 años de historia”. Desde nuestra fundación hemos contado con la colaboración de nuestros compañeros portugueses y a partir de nuestro último congreso se ha ampliado nuestro ámbito de estudio a toda la Península Ibérica.

PALABRAS CLAVE

Historia del papel / Congresos / Exposición itinerante / Historia del papel en Portugal

* Emérita del Instituto del Patrimonio Cultural de España y Secretaria General del la Asociación Hispánica de Historiadores del Papel.

RESUMO

Com este artigo queremos dar a conhecer as atividades desenvolvidas pela Associação Hispânica de Historiadores de Papel e a organização dos congressos “História do Papel na Península Ibérica”. Até ao momento organizaram-se XII congressos e foram publicadas as respectivas atas com 361 apresentações, que recolhem as últimas investigações sobre os mais diversos temas da história do papel. Também fazemos uma breve apresentação da nossa exposição itinerante “O papel: 2.000 anos de história”. Desde a nossa fundação temos contado com a colaboração de nossos companheiros portugueses e a partir do nosso último congresso ampliamos o nosso âmbito de estudo a toda a Península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVES

História do papel / Congressos / Exposição itinerante / História do papel em Portugal

ABSTRACT

In this paper we want to show the activities developed by the Hispanic Association of Paper Historians and the organization of the congresses on the "History of Paper in the Iberian Peninsula". Up to now twelve congresses have taken place and its papers were published including 361 communications covering the last investigations related with the history of paper. A brief description is also included of our exposition “El papel: 2.000 años de Historia”. We relate these activities with those accomplished by our Portuguese colleges and since our last congress our field of study extended to the whole Iberian Peninsula.

KEYWORDS

History of paper / Congress / Itinerant exhibition / History of paper in Portugal



Con este artículo deseamos invitar a todos nuestros compañeros portugueses interesados, como nosotros, en el estudio del papel a continuar una fructífera andadura desarrollando el estudio de este valioso y útil material soporte de nuestra cultura como nos recordaba el Padre Feijoo: “...el papel, artificio maravilloso que apenas cede a otro alguno ni en ingenio y utilidad”, P. Feijoo (1676 Orense-1764 Oviedo), “Teatro Crítico Universal”, Tomo IV. Discurso 12, nº 54.

Con la celebración de este XII congreso en Santa María da Feira se abrió una nueva etapa para la Asociación Hispánica de Historiadores del Papel (AHHP) ya que se incorporaron, con pleno derecho, nuestros queridos compañeros portugueses ampliándose su ámbito geográfico y pasando a denominarse nuestros congresos bianuales “Congresos de Historia del Papel en la Península Ibérica” e incluyendo el idioma portugués a sus actas y ampliando nuestros estudios no sólo a Iberoamérica si no también a África y Asia.

La relación de la Asociación con nuestros colegas portugueses se inició durante nuestro II Congreso de Historia del Papel en España celebrado en Cuenca en 1997 donde participaron Manuel Alegre Ribeiro¹ y Maria José

¹ El ingeniero D. Manuel Alegre Ribeiro, falleció en el año 2002. Fue miembro fundador del Associação Portuguesa dos Técnicos das Indústrias de Celulose e Papel (TECNICELPA) e impulsor de la creación del Gabinete de Investigación de Marcas de Água (GIMA) creado por TECNICELPA en 1986, para la recogida de marcas de agua de documentación albergada, sobre todo, en el Archivo Nacional Torre do Tombo y en la Biblioteca Nacional de Portugal. Descanse en Paz.

Ferreira dos Santos. A Manuel Alegre había tenido el gusto de conocerle en Leipzig durante el congreso del International Association of Paper Historians (IPH) en 1996 y desde entonces su presencia hasta su fallecimiento y la de doctora Santos ha sido continua en nuestros congresos y en todas las actividades de nuestra asociación aportando siempre su profesionalidad y su enorme cordialidad.

HISTORIA DE NUESTRA ASOCIACIÓN

La Asociación Hispánica de Historiadores del Papel nace a iniciativa de un grupo de documentalistas, historiadores y fabricantes de papel, tras la celebración, en la primavera de 1994, del primer congreso de "Historia del papel en España y sus filigranas" con la concesión de un proyecto I+D para la creación de una base de datos sobre filigranas papeleras que tuvo su continuidad en una acción especial I+D para difundir sus logros.

El principal impulsor de su creación fue D. José Luis Asenjo Martínez, consejero delegado del Instituto Papelero Español y director de la revista Investigación y Técnica Papelera, propiciada por esta institución, que falleció solo un año después de celebrarse el II Congreso.

Una de sus principales conclusiones establecidas en el primer congreso fue la necesidad de la creación de una Asociación que agrupase todo este colectivo y que fuesen una plataforma de dialogo entre tantos estudiosos en los diversos temas que encierra la historia del papel y potenciar cuantas actividades relacionadas con esta manufactura en sus más diversos aspectos.

Ésta se constituyó, en abril de 1996, como una entidad sin ánimo de lucro, teniendo como finalidad canalizar los esfuerzos de cuantas personas físicas o jurídicas desearan contribuir a la investigación histórica, científica y técnica de la historia del papel, cooperando con organismos del Estado, Entes Autonómicos, Ayuntamientos u otras entidades públicas o privadas así como ser una entidad capaz de proporcionar el soporte legal para poder organizar congresos, exposiciones, conferencias, etc.

Tomando como modelo los estatutos de otras asociaciones de características similares, se establecieron unas normas que se regulan a través de 38 artículos, aprobadas por el Ministerio del Interior, nº nacional 160.854 (adjuntamos las mismas al finalizar este artículo). Su Junta Directiva está formada por un presidente, un vicepresidente, un secretario general, un tesorero y ocho vocales. Todos ellos son personas pertenecientes a diferentes instituciones especialmente relacionadas con el mundo del papel en sus más variadas vertientes. Entre estos vocales contamos con dos personalidades portuguesas: Maria José Ferreira Santos y Henrique Tavares e Castro.

Según los estatutos de la Asociación, ésta debe celebrar una junta ordinaria anual. Pero, después de haberla celebrado así los primeros años y ante el problema de que la mayoría de los asociados vivían en ciudades geográficamente muy distantes, se decidió que fuese bianual coincidiendo con la celebración de los congresos ya que es, en esta ocasión, cuando nos reunimos un mayor número de asociados manteniéndonos en contacto, para otros temas, a través del correo electrónico o nuestra página Web.

Su sede fue, en principio, el Instituto del Patrimonio Cultural de España (C/ Greco 4, 28040 Madrid), pero posteriormente pasó a ASPAPEL (Asociación Nacional de Fabricantes de Pasta, Papel y Cartón) donde hoy en día se mantiene ya que durante el V congreso de la AHHP, celebrado en de Córdoba en 2001, se estableció un acuerdo marco de colaboración entre ambas instituciones².

² ASPAPEL es una organización profesional del sector papelero de España, formada por empresas fabricantes de pasta de papeles y/o cartón cuyo objetivo fundamental es la defensa y representación de los intereses del sector papelero español ante cualquier institución pública o privada.

Se eligió como “logo” una imagen simplificada inspirada en el grabado de Spiegel Van’t Menscheldyk Bedryf (1704-1718) el cual aparece en todas nuestras publicaciones.

Durante el II congreso, se nombró patrona de la Asociación la Virgen del Trapo que se encuentra en una pequeña capilla en la aldea Molinos de Papel, muy cerca de la ciudad de Cuenca. Cuenta la tradición que unos papeleros habían recogido una gran cantidad de trapo para hacer papel. Cuando lo estaban triturando, los mazos paraban de forma reiterada y no podían trabajar hasta que entre la pasta encontraron un fragmento de un cuadro al óleo representando a la Virgen. Esto se tomó como un milagro y en su honor se levantó una pequeña capilla.

En la actualidad, la Asociación cuenta con más de 100 miembros, estudiosos de la manufactura del papel en sus más diversas facetas – archiveros, bibliotecarios, profesores de universidad, fabricantes de papel, conservadores de documentos, arqueólogos, etc. – coordinados por la Junta Directiva y estructurados **en grupos de trabajo**.

Éstos son:

- 1: Técnicas de fabricación de papel. Investigación.
- 2: Papel para usos especiales.
- 3: Papel hispano-árabe.
- 4: Presencia del papel de la península ibérica en el mundo³.
- 5: Comercio papelerero. Legislación.
- 6: Filigranas.
- 7: Historia del papel. Sociología.
- 8: Arqueología industrial.
- 9: Terminología.
- 10: Tintas. Técnicas de impresión.
- 11: Conservación y restauración⁴.

Se acordó la celebración de **congresos bianuales** convocados los años impares para no coincidir con los del IPH, que se celebran los años pares.

En estos congresos, además de la presentación de las comunicaciones, se han realizado visitas a las zonas papeleras próximas y mesas redondas para conocer las características papeleras de la zona. Además, son una magnífica ocasión para el intercambio de opiniones y el conocimiento de los últimos avances e investigaciones en todos los aspectos relacionados con el papel y mantener vivos los lazos profesionales y de amistad que unen a los miembros de la Asociación.

Hasta el momento se han celebrado XII congresos y en la actualidad estamos organizando el número XIII. La media de asistentes ha sido de 100 congresistas.

³ El grupo 4 ha recogido, hasta el congreso XII, los estudios sobre el papel comercializado por la Corona española en Iberoamérica pero en la actualidad hemos querido darle muchas mayor amplitud ya que la corona portuguesa también comercializó papel, además que a Brasil, a África y Asia.

⁴ Este último grupo se estableció a partir del IX congreso al haber desaparecido los congresos del International Council of Museums (ICOM) español que recogían esta especialidad.

HAGAMOS UN BREVE RESUMEN DE LO QUE HAN SUPUESTO ESTOS CONGRESOS

I Madrid-Capellades, Sede: Instituto del Patrimonio Histórico (actualmente Instituto del Patrimonio Cultural de España) y el Museo Molí Paperer de Capellades. Fecha 15-18 de junio de 1995.

Objetivos: definir los objetivos de la Asociación, profundizar en el estudio de las filigranas y conocer el Museo Molí Paperer de Capellades y su comarca.

Actas: Publicadas por el Instituto Papelero Español en el nº 124 de la revista *Investigación y Técnica del Papel*.

II Cuenca, Sede: Palacio de Congresos de Cuenca. Fecha 9-12 de julio de 1997.

Objetivos: Estudiar el pasado esplendor de Cuenca como centro papelero y analizar las posibilidades estéticas que nos brinda el papel como soporte de la obra gráfica, tomando como ejemplo las obras de arte depositadas en Museo de Arte Abstracto de Cuenca.

Actas: Publicadas por la excelentísima Diputación de Cuenca.

III Banyeres de Mariola (Alicante), Sede: Museo Moí Paperer de Banyeres de Mariola. Fecha 1-4 de septiembre de 1999.

Objetivos: Estudiar el papel medieval español tomando como centro la ciudad de Xàtiva y profundizar en el conocimiento del papel de fumar en la comarca de Alcoy.

A este congreso asistió, y fue la última vez que pude disfrutar de sus grandes conocimientos de historia del papel, el ingeniero Alegre Ribeiro durante el cual se implicó en todas sus actividades y, con su enorme simpatía nos hizo pasar ratos inolvidables.

Actas: Publicadas por la Conselleria de Cultura Educació i Ciencia de la Generalitat Valenciana.

IV Córdoba, Sede: Palacio de Congresos de Córdoba. Fecha 28-30 de junio de 2001.

Objetivos: Estudiar las características del papel hispano-árabe y la especial incidencia que tuvo el al-Ándalus en la cultura europea.

Actas: Publicadas por la AHHP.

V Sarriá de Ter (Girona), Sede: Centre Cultural Parroquial Mn. Domingo Casanellas. Fecha 2-4 de octubre de 2003, coincidiendo con la V Feria del Papel.

Objetivos: Estudiar los restos conservados de su importante industria como muestra de la arqueología industrial de la fabricación del papel. Así como, la reconversión de esta industria ante los retos de la preservación del medio ambiente.

Actas: Publicadas por el Exmo. Ayuntamiento de Sarriá de Ter.

VI Buñol (Valencia), Sede: Castillo de Buñol "Sala del Oscurico". Fecha 23-25 junio 2005.

Objetivos: Estudiar el pasado esplendor de esta zona papelera con especial incidencia en la Hoya de Buñol donde se conservan los restos de un importantísimo complejo papelero que tuvo sus inicios en la Edad Media y un enorme desarrollo en el siglo XVIII.

Actas: Publicadas por la Generalitat Valenciana.

VII El Paular (Madrid), Sede: Monasterio de Santa María del Paular. Fecha 28-30 de junio 2007.

Objetivos: Estudiar la importancia de la Orden Cartuja en la fabricación del papel en España y el aprovechamiento de los recursos hidrográficos, haciendo especial hincapié en el estudio del molino papelerero del Monasterio del Paular cuyos inicios se remontan al siglo XIV y continuó funcionando hasta avanzado el XIX. En él se elaboró el papel para la primera impresión de Don Quijote y suministró gran cantidad de su manufactura a los impresores de Madrid, sobre todo en los siglos XVII y XVIII.

Actas: Publicadas por la AHHP.

VIII Burgos, Sede: Centro Cultural Caja Burgos. Fecha 9-11 julio 2009.

Objetivos: conocer la fabricación del papel en Castilla y la relación de Burgos con la industria del naipe.

Actas: Publicadas por la AHHP.

IX Zaragoza, Sede: Biblioteca María Moliner. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Zaragoza. Fecha 7-9 julio 2011.

Objetivos: Estudiar las fábricas papeleras a orillas del río Ebro y sus afluentes y poner de manifiesto la importancia de la fabricación del papel en la cuenca del río Matarraña, en la Provincia de Teruel, con el complejo fabril de Beceite.

Actas: Publicadas por la AHHP.

X Madrid, Sede: Auditorio del Ministerio de Cultura. Fecha 26-28 junio 2013.

Objetivos: Conocer el importante complejo industrial del siglo XVIII creado por Juan de Goyeneche en Nuevo Baztán (Madrid) con el apoyo de Felipe V. En él hubo un importante molino papelerero, ejemplo de la industria fomentada por la Ilustración Española. También por tratarse del X congreso establecimos una mesa redonda donde participaron todos los responsables locales de los diferentes congresos que nos expusieron sus experiencias.

Actas: Publicadas por AHHP.

XI Sevilla, Sede: Archivo General de Indias. Fecha 17-19 junio 2015.

Objetivos: El estudio del papel comercializado por la Corona española para abastecer, tras la creación del monopolio papelerero, la gran cantidad de esta manufactura, necesaria para la imprenta, las nuevas universidades así como la gran burocracia generada entre ambas orillas del Atlántico.

Actas: Publicadas por la Diputación de Sevilla.

XII Santa Maria da Feira, Sede: Museu Terras de Santa Maria y Biblioteca Municipal. Fecha 28-30 junio 2017.

Objetivos: Conocer la industria papelera del norte de Portugal y, sobre todo, establecer fuertes lazos de unión entre los dos países que ocupan la Península Ibérica con una historia que corre de forma paralela y cuyos intercambios culturales supondrán un enorme enriquecimiento para los estudiosos del papel en ambos países. Conocer el Museu do Papel Terras de Santa Maria.

Actas: Publicadas por AHHP.

XIII Málaga. Está en proceso de organización y esperamos celebrarlo en junio del 2019. Igualmente, durante la última Asamblea General celebrada en Santa Maria da Feira, se acordó, por unanimidad, que el **XIV congreso** tendría lugar **en Tomar** organizado por el Instituto Politécnico de esta ciudad portuguesa.

La publicación de las **actas**, en papel, de los doce primeros congresos, suponen un total de 361 comunicaciones, que conforman un valioso "corpus" de los últimos estudios que se han realizado en España sobre esta materia y que desde este XII Congreso se ha ampliado a toda la Península Ibérica. Éstas se entregan a los asistentes al inicio de los congresos para que sirvan como cuaderno de trabajo ya que presentación de las comunicaciones, dado el gran número de ponentes, se reduce a un tiempo limitado en el que se expone los hallazgos más importantes para dejar espacio a los debates. Gracias a la generosidad de ASPAPEL, hacemos una versión en CD, con las actas de todos los congresos, que nos permite difundir ampliamente nuestros trabajos.

Desde el tercer congreso, tras el fallecimiento de nuestro primer presidente y fundador, se establecieron los **Premios José Luis Asenjo y Trayectoria Profesional**, para homenajear aquellas instituciones o personas que han destacado en el estudio del papel en sus más variadas vertientes así como los investigadores que con sus trabajos han contribuido a la riqueza de datos recogidos en nuestras actas. Así han sido premios de nuestra Asociación el Museo Molí Paperer de Capellades, el Museo Molí Paperer de Banyeres de Mariola, Molino Sellarés, Torras Papel, José Luis Basanta Campos, Maria Dolores Diaz Miranda, José Carlos Balmaceda, José Luis Nuevo Ábalos, José del Real, Loreto Rojo, Taurino Burón, Carmen Sistach, etc. En el XII se entregó el premio al museo molino de Santa Maria da Feira.

Para amenizar nuestros congresos, a partir del celebrado en Banyeres de Mariola, hemos establecido un **concurso de trajes de papel** donde se premia "la elegancia", la "originalidad" y "la simpatía". La Asociación participa llevando papeles de diferentes texturas y colores y los asistentes hacen sus trajes y tras un pequeño desfile se otorgan los premios, ofrecidos por ASPAPEL. El jurado suele estar formado por algunos miembros de la asociación en los que descargamos la responsabilidad de tan difícil elección.

Para difundir la importancia del papel en la historia de la cultura hemos organizado una **exposición itinerante "El papel, 2.000 años de historia"** que pone de manifiesto el protagonismo que tiene esta materia como soporte de nuestra cultura y la importancia de España en su difusión. La exposición que, en principio estaba constituida por 18 paneles generales con textos e ilustraciones, adherido a un soporte rígido, en la actualidad, para facilitar su transporte y exhibición, está formada por 18 paneles estructurados en 9 roll-up dobles que facilitan su movilidad y valor didáctico.

La muestra es cedida gratuitamente a las entidades que lo solicitan y durante sus más de 19 años de existencia ha recorrido numerosas ciudades españolas. Esta exposición, frecuentemente, se ha completado con demostraciones de fabricación de papel a mano y algunas piezas de arqueología industrial para hacer más fácil y amena su comprensión y poner de manifiesto la importancia que ha tenido la fabricación del papel en aquellas comunidades donde se expone.

Esperamos, en breve, ampliarla con paneles explicativos de la historia del papel en Portugal y que sirva para un mejor conocimiento de este soporte cultural en nuestro país vecino.

ESQUEMA DE LA EXPOSICIÓN

La exposición se centra en seis fechas fundamentales en la fabricación del papel:

1. Aunque tenemos conocimiento de la existencia de un "pseudo" papel desde el año 98 a. J.C., su nacimiento, según la tradición, se remonta al año 105 d. J.C. cuando Ts'ai Lun, chambelán de la corte, mostró al emperador

la primera hoja de papel. A partir de entonces China ofreció a la humanidad un material escriptorio de bajo coste y alta permanencia y que, en poco tiempo fue sustituyendo al papiro y al pergamino con los que convivió en sus inicios.

2. La segunda fecha clave es el año 751 en que, tras la batalla de Samarcanda, el secreto de la fabricación del papel, celosamente guardado por los chinos durante seis siglos, cae en mano de los árabes al tomar como prisioneros a unos papeleros que se ven obligados a enseñar la técnica de su fabricación. Una vez en manos de los árabes, grandes conocedores del agua como fuerza motriz, se perfeccionó su fabricación utilizándose esta energía en la trituración de trapos.

3. El tercer hito es su llegada a España a través de la cultura árabe y desde aquí su difusión por toda Europa ayudada por los movimientos migratorios de las cruzadas. No sabemos en qué año se comenzó a fabricar papel en la Península Ibérica, pero debió ser a finales del siglo X o principios de XI. El camino seguido por el papel desde Samarcanda a Europa fue el de las antiguas caravanas, por las que llegaba a Occidente otro producto oriental: la seda.

4. El cuarto momento decisivo podemos encontrarlo en la invención de la imprenta para la cual en papel era un material imprescindible ya que sólo su abundancia y bajos costes permitieron el desarrollo de esta máquina, cuyo enorme poder de difusión de ideal y saberes dependía de disponer de esta materia prima.

El invento de la imprenta se ve potenciado por el descubrimiento de América con sus inmensas posibilidades de fomento de la riqueza y la multiplicación de la burocracia que hizo del papel un instrumento fundamental para mantener vivo el tejido de las complejíssimas relaciones políticas y humanas, siendo vehículo imprescindible para la propagación del idioma castellano en Hispanoamérica.

5. La invención de la máquina de papel continuo por Loui Robert en 1799 es el resultado del gran movimiento cultural de la Ilustración y la enorme necesidad de papel dando lugar a una serie de investigaciones para buscar materias primas alternativas al trapo. El aumento de esta demanda, en principio, fue provocada por la ingente cantidad de papel necesaria para la publicación, en Francia, de la "Enciclopédie" (1751-1772) y más tarde la aparición de algunos periódicos diarios europeos, *The Times* (1785), *Diario de Barcelona* (1792), etc. y que más tarde serán un elemento fundamental para los movimientos independentistas de América.

6. Actualmente el papel tiene que convivir con los nuevos soportes informáticos sumamente útiles para el almacenamiento de datos pero que nunca podrán sustituir al calor comunicativo, permanencia y durabilidad que ofrece una hoja de papel.

La primera exposición se realizó con motivo del Salón Internacional de las Artes Gráficas (GRAFISPAC) durante la Feria de Muestras, celebrada en Barcelona en febrero de 1998. La inauguró el entonces presidente de la Generalitat, Jordi Pujol. Ese mismo año la exposición viajó a Xàtiva e se publicó un extenso folleto bajo el título: "2.000 annis d'història del Paper: Xàtiva i la Comunitat Valenciana".

Barcelona Graphispag: (Salón Internacional de las Artes Gráficas). Feria de Muestras. 5-12 febrero, 1998.

Tolosa (Guipuzcoa): Zurmendi 98. Recinto Ferial 2024. Mayo 1998.

Madrid: Inauguración nueva fábrica Papelera Peninsular. 12 junio 1998.

Xàtiva (Valencia): Ayuntamiento y Consejera de Cultura de la Comunidad Valenciana. Museo de L'Almodi. 21 octubre - 22 noviembre 1998.

La Riba (Tarragona): Comissió Museu Municipal del paper de la Riba. Casa de Cultura. 1-24 enero 1999.

Granada, Universidad: Junta de Andalucía y Asociación de Editores de Andalucía. Biblioteca Universitaria del Hospital Real. 5-15 octubre 1999.

Córdoba: Asociación de Editores de Andalucía. Círculo de la Amistad. 12-15 noviembre 1999.

A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza. Sede de la propia fundación. 28 marzo - 4 abril 1999.

Banyeres de Manola (Alicante): A.HH.P. IES Manuel Broseta. 1-4 septiembre 1999

Mijas (Málaga): Ayuntamiento. Casa de Cultura. 14 enero - 2 febrero 2000.

Adra (Almería): Ayuntamiento. Casa de Cultura. Marzo 2000.

Sarria del Ter (Gerona): V Fira del Paper. Ayuntamiento. 6-8 octubre 2000.

El Paular (Madrid): Monasterio VII Congreso de Historia del Papel. 28-30 de junio 2007.

Solsona (Lérida): Centre Tecnològic Forestal de Catalunya. Junio - julio 2008.

Instituto Patrimonio Cultural de España (Madrid): 28 Congreso Internacional del IPH. 5-8 octubre 2008.

Zaragoza: Biblioteca Maria Moliner. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Zaragoza. Exposición "Papel, cartón, tijera: no sólo son libros". 1 de junio - 7 julio 2011.

Beceite y comarca del Matarraña (Teruel): Ayuntamiento. Septiembre 2011 - Marzo 2012.

Cádiz: Jornadas conmemorativas del día del libro. 2013.

Villagordo del Júcar (Ciudad Real): Universidad de Castilla-La Mancha. Curso de Verano "El papel como vehículo de cultura". Julio 2016.

Además de estas actuaciones, hemos organizado **visitas a lugares e instituciones** considerados de especial interés. Así, hemos visitado el Monasterio de Santo Domingo de Silos, donde se alberga el misal Mozárabe escrito en el papel más antiguo que se conserva en España (1036), la fábrica de papel moneda de Burgos, el molino del Monasterio de El Paular con cuyo papel se imprimió la primera edición de Don Quijote, los molinos papeleros de Beceite, a orillas del río Matarrañas, donde contamos con los restos arqueológicos de un majestuoso molino decorado con pintura mural, la exposición conmemorativa del segundo centenario de la invención de la máquina de papel continuo por Louis-Nicolás Robert, celebrada en 1999 en París y, finalmente, se han instituido los encuentros de las rutas papeleras del Mediterráneo siendo el primero "Los molinos de la Riba (Tarragona)" organizado por nuestros compañeros María Dolores Díaz Miranda y Marino Ayala.

Desde 1994 hemos asistido y contribuido con ponencias a los **Congresos internacionales del IPH** de Annonay (1994), Leipzig (1996), Porto (1998), Dortmund (2000), Roma-Verona (2002), Duszniaki (2004), Barcelona-Madrid (2006), Angulema (2010), Basilea (2012), Fabriano-Amalfi (2014), Valencia (2016), y Gante (2018).

De entre estos congresos debemos destacar el celebrado en Porto en 1998 que tuvo su continuidad en Coimbra y Lisboa donde se celebraba la Exposición Internacional.

Este congreso fue un éxito dado el valor de las ponencias, la magnífica organización y el elevado número de asistentes.

También hemos participado en las reuniones internacionales organizadas por el **Proyecto Bernstein “La memoria del papel”** que hasta el momento se han celebrado: Viena, Valencia, Santa Maria da Feira (Portugal) en mayo del 2016 y, nuevamente, en Viena en 2018.

Finalmente, hemos elaborado una página web: www.ahhp.es, donde recogemos toda la información sobre actividades y publicaciones de nuestro interés, así como favorecer la intercomunicación entre nuestros asociados y a la que invitamos a todos a consultar.

Creemos que, con esta nueva etapa de la Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, se nos abren grandes expectativas para el estudio del papel en nuestra Península pudiendo desarrollar numerosas cuestiones ya que tenemos grandes lagunas que se enriquecerán trabajando conjuntamente.

Entre estas cuestiones se nos ocurren los siguientes temas de estudio:

La gran revolución en la historia del papel en la Península Ibérica, se produce, como en el resto de Europa, con la llegada de la imprenta y el Renacimiento con la potenciación de la cultura que en nuestros países coincide con sus respectivas expansiones en ultramar. Pero, ¿Cómo afronta la Península Ibérica las enormes necesidades de papel que necesita para abastecer no sólo sus universidades si no también la cristianización y organización de sus grandes posesiones ultramarinas contando con tan pocas manufacturas locales? Indudablemente, por las filigranas halladas en estos documentos vemos que la mayoría procedía de Italia pero ¿Cuáles fueron sus vías de comercialización?

Deberíamos centrar nuestros estudios no sólo en Lisboa y Sevilla como grandes ciudades comercializadoras del papel sino que también contamos con otros enclaves, menos conocidos, pero de gran importancia para el estudio de su comercialización en nuestra Península como la ciudad de Ceuta que fue colonia portuguesa desde 1637 hasta 1674 cuando pasó a formar parte de la Corona española. Este enclave norteafricano era la vía de penetración de muchas mercancías en la Península, ya que en él se daban cita comerciantes portugueses, musulmanes castellanos, aragoneses e italianos. Además, en las descripciones de Ceuta medieval, se cita la existencia de 103 molinos y entre ellos varios batanes.

También sería interesante estudiar las vías de comercialización, sobre todo en el reinado de los Austrias, a través de las grandes ferias castellanas como la de Medina del Campo donde llegaba el papel italiano a través de los puertos de Valencia y Barcelona y de Lyon.

Otro tema digno de estudio sería conocer cómo influyo el comercio y fabricación del papel en Portugal tras la expulsión de España, por los Reyes Católicos, de los moriscos (grandes conocedores de la manufactura del papel) y los judíos (grandes comerciantes) y si habrían continuado con esta manufactura y comercio uniéndose a la potente población judía y musulmana ya existente.

Igualmente deberíamos analizar la influencia de las órdenes religiosas en el comercio y sus vías de abastecimiento dada la gran necesidad de papel para cumplir con la evangelización en las nuevas tierras conquistadas. Aunque sabemos que el papel usado era en su gran mayoría de origen genovés ¿Qué presencia encontramos del papel japonés en la Goa portuguesa y las Filipinas españolas? No debemos olvidar que, a la vez que el uso del papel

se extiende desde China por Europa, de igual manera viaja a Japón donde se crean grandes centros papeleros con manufacturas muy específicas. ¿Cuál fue la influencia de estas manufacturas en el uso del papel en estas lejanas tierras?

Estos y otros muchos temas de estudio en común esperamos desarrollar en un futuro próximo por lo que les animamos a formar parte de nuestra gran familia de la Asociación Hispánica de Historiadores del Papel y contar con su presencia en el próximo congreso de Historia del Papel en la Península Ibérica que tendrá lugar en junio del 2019 en la ciudad de Málaga.



ANEXO – ESTATUTOS DE LA ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE HISTORIADORES DEL PAPEL

ESTATUTOS DE LA "ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE HISTORIADORES DEL PAPEL"

CAPÍTULO I

DE LA ASOCIACIÓN

Artículo 1.- Con la denominación "Asociación Hispánica de Historiadores del Papel" o "AHHP", se constituye una asociación de carácter no lucrativo, acogida a lo dispuesto en la ley 191/64 de 24 de Diciembre y normas complementarias del Decreto 1440/65 de 20 de Mayo, con el propósito de canalizar y coordinar esfuerzos de cuantas personas físicas o jurídicas deseen contribuir a la investigación histórica, científica y técnica de la historia del papel, cooperando con los Organismos del Estado, Entes Autonómicos, Ayuntamientos y otras entidades públicas o privadas, cuyos objetivos y/o competencias confluyan con los de la Asociación.

Artículo 2.- La Asociación promoverá actividades de carácter científico y cultural que contribuyan al estudio y divulgación de estudios sobre historia del papel, mediante la organización de congresos, seminarios, cursos, conferencias, publicaciones, concursos, convocatorias de premios, etc.

Artículo 3.- La Asociación se registrará por los presentes estatutos y por los acuerdos - válidamente adoptados por su Asamblea General, aparte de sujetarse a la legalidad que afecte a la regulación de las Asociaciones culturales carentes de ánimo de lucro.

Artículo 4.- La Asociación tendrá su domicilio social en el Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, C/Greco, 4, 28040 Madrid.

Artículo 5.- El ámbito de acción asociativo se extenderá a todo el territorio español.

Artículo 6.- La duración será indefinida y sólo se disolverá por acuerdo de la Asamblea General o por cualquier de las causas de disolución previstas en las leyes.

Artículo 7.- La Asociación podrá concurrir a los concursos que convoque el Estado, Entes Autonómicos, Ayuntamientos o cualquier otro tipo de entidades, tanto nacionales como supranacionales o extranjeras.

ARTÍCULO II

DE LOS ASOCIADOS

Artículo 8.- Podrá ser miembro de la Asociación cualquier persona física o jurídica con plena capacidad de obrar, que acredite su interés por la Historia del Papel y se comprometa a cumplir cuanto se establece en los presentes Estatutos.

Artículo 9.- Los asociados podrán ser miembros fundadores, honorarios y numerarios. Son miembros Fundadores aquellos que soliciten el ingreso en la Asociación dentro de 90

días a partir de su inscripción en el Registro de Asociaciones.

Son miembros Numerarios los ingresados con posterioridad a dichos 90 días.

Son miembros Honorarios todas aquellas personas naturales o jurídicas que, a juicio de la Asamblea General, coadyuven de forma notable, cultural, técnica o económicamente al desarrollo de los fines asociativos.

La admisión de miembros numerarios se acordará en la primera Asamblea General Ordinaria que se celebre tras la recepción de la correspondiente solicitud, que deberá acompañarse de la cuota anual.

Artículo 10.- Los miembros Fundadores y Numerarios tienen los siguientes derechos:

- Tomar parte en las Asambleas Generales con voz y voto.
- Ser electores y elegibles para cargos asociativos.
- Disfrutar de todos los beneficios de permanencia en la Asociación.
- Elevar a la Junta Directiva cuantos proyectos o consultas consideren precisos para el mejor funcionamiento de la Asociación.
- Examinar la contabilidad de la Asociación con carácter previo a la Asamblea General y dentro del plazo que fija la Junta Directiva.
- Proponer miembros de Honor a la Junta Directiva.

Artículo 11.- Son deberes de los socios fundadores y numerarios:

- Acatar los Estatutos y las regulaciones legales que afecten a la Asociación.
- Asumir los acuerdos de la Asamblea General y cuantas normas establezca la Junta Directiva para el mejor funcionamiento de los fines de la Asociación.
- Aceptar el nombramiento de cargo directivo si fuera elegido para ello.
- Contribuir a los gastos de la Asociación con la cuota que se fije

Artículo 12.- Para adquirir la condición de miembro, deberán reunirse los requisitos siguientes:

- Ser persona física mayor de edad, o representante de entidad jurídica con capacidad de obrar.
- Acreditar un curriculum cultural, técnico o científico, estimado suficiente a juicio de la Asamblea General.
- Prometer cumplir los objetivos y acuerdos asociativos.

Artículo 13.- La condición de miembro se perderá:

- Por voluntad propia, solicitándolo por escrito a la Junta Directiva.
- Por impago de la cuota, durante dos años consecutivos.
- Por decisión mayoritaria de la Asamblea (ordinaria o extraordinaria) a propuesta de la Junta Directiva, cuando ésta considere que el asociado ha actuado en detrimento de los estatutos, normas y fines de la Asociación, o de la ética profesional, o por hechos o palabras que perturben gravemente la normal convivencia entre los asociados.

Artículo 14.- Los miembros honorarios no poseerán derechos políticos, pero podrán asistir a las Juntas Generales con voz pero sin voto.

CAPÍTULO III

ÓRGANOS DE GOBIERNO DE LA ASOCIACIÓN

Asamblea General

Artículo 15.- La Asamblea General estará compuesta por todos los socios y podrá ser ordinaria o extraordinaria y es el órgano supremo de la Asociación y en ella residen todas las facultades o atribuciones, obligando sus decisiones a todos los asociados, incluso a los no presentes en la reunión o a quienes disientan de ellas. Se levantará Acta de las deliberaciones y acuerdos, autenticadas con las firmas del Presidente y del Secretario. El Acta se aprobará al final de la propia Asamblea General.

Artículo 16.- La Asamblea General Ordinaria deberá ser convocada durante el segundo trimestre de cada año, en sesión ordinaria, para la aprobación de cuentas y presupuestos, y será convocada por el Presidente con quince días de antelación y por escrito, haciendo constar el orden del día, fecha, lugar y hora de la reunión, tanto en primera como en segunda convocatoria, que podrá celebrarse media hora después de la primera.

Se considerará válidamente constituida en primera convocatoria cuando concurren a ella, presentes o representados, la mitad más uno de los asociados y, en segunda convocatoria, cualquiera que sea el número de asociados asistentes.

Los acuerdos se tomarán por mayoría simple de votos de asistentes cuando se trate de Asamblea Ordinaria y por mayoría de 2/3 cuando se trate de Asamblea Extraordinaria.

Artículo 17.- Todos los temas que los asociados deseen introducir en el orden del día, deberán ser remitidos al domicilio social, durante el mes de marzo de cada ejercicio.

Artículo 18.- Las funciones de la Asamblea General Ordinaria serán las siguientes:

- Aprobar, en su caso, la liquidación de cuentas del ejercicio anterior.
- Aprobar, en su caso, los presupuestos anuales de ingresos y gastos del ejercicio corriente.
- Aprobar, en su caso, la gestión realizada por la Junta Directiva.
- Resolver toda clase de recursos planteados por los asociados en relación con el desarrollo presupuestario y/o los acuerdos de la Junta Directiva.
- Recoger y encauzar sugerencias de los asociados.
- Cualquiera otra que no sea de la competencia exclusiva de la Asamblea Extraordinaria

Artículo 19.- La Asamblea General Extraordinaria se convocará a solicitud de la Presidencia, acuerdo de la Junta Directiva o solicitud de un tercio de los miembros fundadores y numerarios. La convocatoria, constitución y régimen de mayorías se realizará según el sistema establecido en el artículo 16 de los presentes Estatutos.

Corresponde a la Asamblea General Extraordinaria:

- Nombramiento de los miembros de la Junta Directiva.
- Modificación de los Estatutos.
- Disolución de la Asociación.
- Disposición y enajenación de bienes.
- Expulsión de los socios, a propuesta de la Junta Directiva.
- Constitución de Federaciones o integración en ellas.
- Solicitud de declaración de utilidad pública.

Junta Directiva

Artículo 20.- La Junta Directiva estará formada por el Presidente, un Vicepresidente, un Secretario, un Tesorero y ocho Vocales, mandatos que deberán ser elegidos por la Asamblea General Ordinaria entre los miembros numerarios. Se admite reelección.

Artículo 21.- Los cargos que componen la Junta Directiva serán gratuitos.

Artículo 22.- Son facultades de la Junta Directiva:

- Dirigir las actividades sociales y llevar la gestión económica y administrativa de la Asociación, acordando realizar los oportunos contratos y actos.
- Ejecutar los acuerdos de la Asamblea General

desarrollo de sus actividades resulte necesaria o conveniente, sin perjuicio de dar cuenta posteriormente a la Junta Directiva.

g) Ejercer las atribuciones que le encomiende la Asamblea General o la propia Junta Directiva, y cuantas otras funciones sean inherentes a su cargo.

Artículo 29.— Corresponde al Vicepresidente:

Sustituir al Presidente, con las mismas atribuciones, en caso de ausencia o enfermedad.

Artículo 30.— Corresponde al Secretario:

a) Convocar la Asamblea General y la Junta Directiva por orden del Presidente.

b) Ejecutar los acuerdos de la Junta Directiva

c) Cumplir los acuerdos emanados de la Asamblea General.

d) Custodiar los libros, documentos y sellos de la Asociación, excepto los de contabilidad.

e) Llevar el registro de asociados, anotando las altas y bajas que se produzcan, dando cuenta al Tesorero.

f) Redactar las actas de las Asambleas Generales, Juntas Directivas y Mesa Permanente, que firmará junto con el visto bueno del Presidente.

g) Llevar la correspondencia y comunicar a quien proceda las resoluciones y acuerdos adoptados.

h) Expedir certificaciones de los libros y documentos de la Asociación, y de los acuerdos adoptados, con el visto bueno del Presidente.

i) Cuantas otras funciones se considere por la Junta Directiva y Asamblea General como inherentes a su cargo.

Artículo 31.— Corresponde al Tesorero:

a) Llevar las cuentas de la Asociación, los asuntos financieros y la preparación del borrador de presupuesto.

b) Custodiar los fondos de la Asociación.

c) Efectuar ingresos y pagos con autorización del Presidente.

d) Llevar los libros de contabilidad.

e) Firmar los documentos de Tesorería que deberán ser visados por el Presidente.

f) Cuantas otras funciones sean inherentes a su cargo.

Artículo 32.— Corresponde a los Vocales:

a) Realizar las funciones que establezca la Junta Directiva en cada caso.

b) Colaborar con el Presidente y Secretario en los temas en que se solicite su ayuda.

Artículo 33.— Las vacantes que se pudieran producir durante el mandato de cualquiera de los miembros de la Junta Directiva serán cubiertas provisionalmente entre dichos miembros hasta la elección definitiva por la Asamblea General Extraordinaria.

Mesa Permanente

Artículo 34.— La Junta Directiva nombrará una Mesa Permanente a fin de tramitar en forma directa y rápida cuantas decisiones se consideren urgentes. Estará formada por el Presidente, el Secretario, el Tesorero y un Vocal designado por los restantes Vocales.

RÉGIMEN ECONÓMICO

Artículo 35.— El patrimonio fundacional es de 100.000 pts.

Artículo 36.— El límite del presupuesto anual se estima en 3 millones de pesetas.

Artículo 37.— Serán recursos de la Asociación:

a) Las cuotas de los socios, sean de entrada, periódicas o extraordinarias.

b) Los donativos aportaciones, legados o herencias que reciba de personas naturales o jurídicas.

c) Las subvenciones del Estado, Comunidades Autónomas o Ayuntamientos.

d) Los ingresos que se obtengan mediante actividades lícitas que apruebe la Junta Directiva.

CAPÍTULO V

DISOLUCIÓN

Artículo 38.— La Asociación se disolverá:

a) Por acuerdo de Asamblea General Extraordinaria, convocada por una mayoría de 2/3 de sus asociados.

b) Por imperatividad legal.

f) Cuantas otras funciones sean inherentes a su cargo.

Artículo 32.— Corresponde a los Vocales:

a) Realizar las funciones que establezca la Junta Directiva en cada caso.

b) Colaborar con el Presidente y Secretario en los temas en que se solicite su ayuda.

Artículo 33.— Las vacantes que se pudieran producir durante el mandato de cualquiera de los miembros de la Junta Directiva serán cubiertas provisionalmente entre dichos miembros hasta la elección definitiva por la Asamblea General Extraordinaria.

Mesa Permanente

Artículo 34.— La Junta Directiva nombrará una Mesa Permanente a fin de tramitar en forma directa y rápida cuantas decisiones se consideren urgentes. Estará formada por el Presidente, el Secretario, el Tesorero y un Vocal designado por los restantes Vocales.

RÉGIMEN ECONÓMICO

Artículo 35.— El patrimonio fundacional es de 100.000 pts.

Artículo 36.— El límite del presupuesto anual se estima en 3 millones de pesetas.

Artículo 37.— Serán recursos de la Asociación:

a) Las cuotas de los socios, sean de entrada, periódicas o extraordinarias.

b) Los donativos aportaciones, legados o herencias que reciba de personas naturales o jurídicas.

c) Las subvenciones del Estado, Comunidades Autónomas o Ayuntamientos.

d) Los ingresos que se obtengan mediante actividades lícitas que apruebe la Junta Directiva.

CAPÍTULO V

DISOLUCIÓN

Artículo 38.— La Asociación se disolverá:

a) Por acuerdo de Asamblea General Extraordinaria, convocada por una mayoría de 2/3 de sus asociados.

b) Por imperatividad legal.

María del Carmen Hidalgo Brinquis, AHHP-Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, 28028-Madrid, Espanha / IPCE-Instituto del Patrimonio Cultural de España, Dirección General de Bellas Artes, Ministerio de Cultura y Deporte, 28040-Madrid, Espanha. carmen.hidalgo.brinquis@gmail.com

HIDALGO BRINQUIS, María del Carmen Hidalgo – La Asociación Hispánica de Historiadores del Papel y su nuevo reto en la organización de los congresos “Historia del Papel en la Península Ibérica”. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 10 (julho-dezembro 2018), p. XX – XX.

RECENSÃO

TAVARES, Rui – *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII.*

Lisboa: Tinta-da-China, 2018.*

José Subtil

O extenso livro de Rui Tavares sobre o censor iluminado, o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII é fruto de um demorado e “inquieto” processo de investigação e escrita (1998-2017) sobre o núcleo documental da Real Mesa Censória (RMC). O autor numa longa entrevista que deu à revista *LER* (III Série Nº 150 (2018), p. 22-34) relata este percurso de investigação e trabalho. O conjunto documental, à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo, conta com 1519 censuras, impressos, manuscritos, traduções e reimpressões, repartidos por vários géneros literários (Belas Artes, 18%, Religião, 36%, Filosofia e Artes, 27%, Direito, 10%, História, 9%) cujo desfecho processual foi o licenciamento de 53% das peças, a supressão de 35%, a emenda de 10% e a reserva de leitura para cerca de 2%.

O livro está dividido em outros três livros, formando uma espécie de tríptico sobre nove anos de censura “iluminada” (1768-1777) e a sua relação com o ambiente culto-mental da época. Cada livro está organizado em capítulos e/ou reservas temáticas. Logo a começar, nas «Palavras do Poder», Rui Tavares relata o protocolo e a cerimónia da inauguração da estátua de D. José (1775, inauguração a que o monarca não assistiu), para mostrar o lugar ocupado pelos deputados da RMC e as homenagens que prestaram, a censura a uma apologia do espetáculo e o curto texto que Pombal levou ao monarca, recebido na tenda real, sobre a síntese da mudança realizada durante o seu reinado. Depois de elencar outras distinções dos deputados, Rui Tavares irá selecionar processos de censura apropriados às situações que vão sendo descritas para, depois, regressar ao ano da criação da RMC (1768).

Convenhamos que não se trata de uma estrutura canónica, embora a divisão em livros possa evidenciar um conjunto articulado de momentos diferentes de produção textual, tanto mais que se trata de um trabalho académico, mais propriamente de uma tese de doutoramento apresentada à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, sob a orientação de Bernard Vincent. Apesar do tema ter sido já trabalhado por Rui Tavares na sua dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa sob a orientação de António Manuel Hespanha, na tese de doutoramento centrou-se, sobretudo, numa perspetiva de História Cultural e das Mentalidades com incursões na Sociologia, Filosofia e História Política, o que de certo modo se percebe atendendo aos mestres que teve nos seminários que frequentou para o curso de doutoramento

* Recensão apresentada por convite do Conselho Editorial da revista dos *Cadernos do Arquivo Municipal*.

(Roger Chartier, Bernard Vincent, Jean-Frédéric Schaub e Giovanni Levi). De notar, também, a assunção por uma visão historiográfica pós-moderna, chamando, contudo, a atenção que um historiador deverá ter como recurso sistemático fontes de informação credíveis e fundamentadas em documentos tomados “à letra e/ou a sério”.

Começemos por chamar a atenção para o que não foi dito que poderia ter enriquecido a historiografia institucional do século XVIII. Numa referência ao pólo empírico que usou, Rui Tavares diz-nos que a organização do núcleo de arquivo da RMC corresponde à que foi usada pela mesa/tribunal, portanto, segue a ordem original e natural. Como esta constatação é muito rara, entendemos que podia ter sido potenciada em termos de análise institucional, ou seja, tomarmos conhecimento da tramitação processual, sistema de decisão, quadro de pessoal, modelo de recuperação da informação, acervo dos processos (em trânsito, fechados e pendentes), composições e funcionamento da mesa, cerimoniais e disciplina de regulação, quadro evolutivo do conjunto de censores de nomeação definitiva, assiduidades em mesa, tabelas remuneratórias, formas de pagamento, despesas de funcionamento e eventuais receitas obtidas, circuitos de relacionamento com o exterior. Por aqui podíamos ter ficado a saber, também, como a RMC se articulou com a Junta do Subsídio Literário e o Real Colégio dos Nobres, qual a custódia arquivística e como os deputados da RMC se encarregaram da administração destes organismos. De facto, não ficamos a saber muito sobre o tribunal régio/mesa, de curta duração, central na política de controlo sobre a produção e circulação das ideias, embora, fragmentariamente, possamos retirar algumas conclusões. Dado o estado natural do arquivo teria sido uma excelente oportunidade para conhecermos de perto o único tribunal/mesa criado e extinto durante o pombalismo que, curiosamente, não despachava através de consultas, mas por competência própria o que lhe conferia, sem dúvida, uma singularidade próxima das secretarias de Estado.

Como se compreende, teria sido muito útil, também, uma biografia/prosopografia dos dezanove censores nomeados, embora Rui Tavares se tenha demorado, em particular, com análises aprofundadas sobre quatro censores religiosos que fizeram mais de metade das censuras e a quem decidiu atribuir cognomes: Manuel do Cenáculo, o bibliófilo-censor (presidente da RMC entre 1770 e 1777), António Pereira de Figueiredo, o ideólogo, João Baptista de São Caetano, o jansenista, e Luís do Monte Carmelo, o irrepreensível. Uma das matérias que não foi abordada foi a cobertura das censuras para o Império, em especial para certas capitânias do Brasil onde começava a circular literatura perigosa para a coesão do Império.

O autor escolheu, porém, outro caminho que foi adotar o enfoque em torno da História da Cultura para, usando uma instituição privilegiada neste campo (RMC), se aproximar do que terá sido o despotismo iluminado, particularmente, de feição pombalina. Para este percurso optou por dois tipos de abordagem. A primeira, referente à análise dos processos de censura e, a segunda, sobre a relação desta com o ambiente cultural, recursos, formas e consequências. Neste percurso, Rui Tavares teve a preocupação de associar os “objetos” censurados aos censores e, de forma inovadora, traçar os argumentos usados nas decisões e/ou no confronto com os pareceres contrários ou concordantes discutidos em mesa.

Uma das centralidades teóricas que Rui Tavares seguiu foi a distinção entre “censores intérpretes” e “censores legisladores”, na linha teórica de Zygmunt Bauman quando se referiu à metáfora do intelectual legislador (produtor de leis que decide a controvérsia e escolhe a opinião verdadeira) e do intelectual intérprete (que explica o que se diz de um lado e do outro para manter a comunicação). Ou, se quisermos outra metáfora, comparar o pré-moderno com o moderno, a imagem dos couteiros com os jardineiros, os couteiros para preservarem as formas de vida na “floresta” (defender a fé, as ordens do rei e os bons costumes) e os jardineiros para definirem um desenho para o jardim de forma a transformarem a confusão da vegetação numa imagem ordenada pela “boa razão” do príncipe. O censor pombalino foi este jardineiro iluminado cujo perfil de competências cobria a capacidade para ser um bom intérprete, conseguir uma eficiente análise textual e avaliar a qualidade dos textos longe, portanto, de um funcionário que tivesse aprendido simplesmente a aplicar critérios de exclusão. Com este quadro de qualidades, o censor pombalino ficava, portanto, apto para elaborar os relatórios e atuar como juiz, autorizando ou suprimindo a leitura pública.

A relação da censura praticada na RMC com o ambiente das Luzes levou Rui Tavares para longas incursões em terrenos filosóficos que, do ponto de vista historiográfico, pouco adiantaram para a compreensão da RMC no xadrez disciplinar e repressivo do pombalismo, inclusive a emergência tardia da sua criação (finais da década de 60) e a sua existência efémera (nove anos) visto que, ao contrário do que é imaginado pelos “viradeiros”, o reformismo iluminado continuou pelo reinado mariano-joanino o que significa que a extinção da RMC se terá devido a uma avaliação política da sua “(in)utilidade” para o sistema, mais do que a uma expropriação funcional pela Intendência Geral da Polícia a quem sempre bastou apreender livros e propaganda contra-revolucionária e sediciosa. Na linha, aliás, da retórica da “ciência de polícia” que alimentou a criação e o trabalho de censura da RMC, ou seja, o enalce do princípio de que “luzes” servem para polir uma Nação desde que ditadas pela Razão de um poder executivo forte e absoluto.

Quanto ao subtítulo «Ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII», alguns dos argumentos que conduziram Rui Tavares a invocar esta designação foram, no essencial, os seguintes: a) a adoção de uma caligrafia de qualidade que melhorou muito o ambiente administrativo; b) a utilidade dos livros em função das necessidades culturais e sociais; c) a boa ortografia e gramática que levaram a RMC a suprimir 10% dos livros censurados; d) a importância conferida às artes fabris e liberais; e) a centralidade da Filosofia e o envolvimento das ciências maiores; f) a procura do bem-estar dos súditos através de bons resultados do comércio interno e externo. Julgamos, porém, que, atendendo ao Antigo Regime, haverá algumas interpelações a fazer.

Desde logo, a expressão “revolução cultural” está muito marcada pela contemporaneidade da revolução cultural maoísta com propósitos claramente militantes, marcadamente popular e a favor de uma ideologia. Não foi o caso da RMC, cujas práticas nunca foram doutrinárias e não intervieram na massificação ideológica.

Depois, as Luzes foram uma corrente filosófica elitista que influenciou o mundo ocidental, incluindo Portugal, desde os finais do século XVII, seguindo as perspetivas filosóficas de Descartes contra as de Espinosa cujo confronto, de certo modo, prevalece, ainda, no debate do pós-modernismo da segunda metade do século XX. A chamada “República das Letras” foi, também por isso mesmo, uma encruzilhada de equívocos e paradoxos como demonstra a inúmera e polémica historiografia sobre o Iluminismo. Não se tratou, portanto, de uma revolução cultural, mas de um debate filosófico com circulação restrita às elites letradas.

Em terceiro, o termo “revolução cultural” nunca foi utilizado pelas elites intelectuais setecentistas o que faz resvalar a denominação para um anacronismo desnecessário, a bem ver indisponível para populações iletradas e rústicas, imersas na oralidade, nas tradições e costumes como era a maioria do reino.

Em quarto, no que se refere ao pombalismo, as práticas dos censores iluminados em nada se assemelham a uma orientação revolucionária. A RMC foi uma “instituição total” no sentido que Erving Goffman define o “sítio” onde um número de indivíduos trabalham separados da sociedade, levam uma vida fechada e agem autonomamente do ponto de vista formal para protegerem os vassallos do que entendem serem ameaças à sua integridade e/ou estímulos ao progresso e bem-estar. Onde, de facto, o reformismo iluminista pombalino brilhou, foi na reforma do ensino, desde as primeiras letras até à Universidade de Coimbra, ou seja, um programa eminentemente institucional, não panfletário. Por outro lado, a excepcional capacidade propagandística contra os jesuítas foi sustentada numa retórica regalista do exercício do poder, apesar de ter sido uma investida política que usou as Luzes para o serviço da Boa Razão do príncipe e não, propriamente, da República das Luzes.

No modelo, produção e tramitação processual da RMC, Rui Tavares realça a política de segredo, ao contrário do que tinha prevalecido quando a censura esteve repartida, durante cerca de 250 anos, por três instituições, o Desembargo do Paço, o Ordinário (episcopal) e a Inquisição, cujos resultados eram públicos e apensos às obras censuradas, isto é, tanto os autores como os leitores e impressores tomavam conhecimento de três relatórios

que explicavam as razões da sua publicação ou não. O novo dispositivo seguido na RMC é um encobrimento que resguarda tanto os censores como os critérios seguidos na censura. Acresce, ainda, que os novos deputados da RMC foram censores de nomeação definitiva e não recrutados, esporadicamente, conforme a especificidade dos conteúdos a censurar como aconteceu no modelo tripartido. Trata-se, portanto, de duas novidades que consolidam a intervenção da RMC no ambiente político e cultural do pombalismo.

O leitor pode, ainda, descobrir no trabalho de Rui Tavares três ideias, de certo modo surpreendentes, que explicam a mudança de posição epistemológica a que foi obrigado depois da leitura dos primeiros processos, obrigando-o a repensar as pré-compreensões inculcadas pelo modelo de censura contemporânea.

A começar pela ideia, várias vezes dita e redita por Rui Tavares, de que o censor da RMC não é um censor “polícia” mas um censor “intelectual” que filtra a luz da qualidade de uma obra para a autorizar a partilhar da “luz” da verdade, ou para a impedir de alimentar a “escuridão”. Essa incumbência cobria várias dimensões desde a salvaguarda da monarquia e, conjunturalmente, a defesa do regalismo, até ao rigor da narrativa, ortografia, sintaxe, passando pela retórica argumentativa e a escolha das palavras. A evidência destes critérios consta dos relatórios, obras de recensão crítica que espelham a erudição iluminista. Por isso são, igualmente, excelentes peças de análise sobre o nível de compreensão e consciência da época, aquilo a que poderemos chamar de “visão do mundo” captada pelo máximo de consciência possível dos melhores intelectuais da época.

Em seguida, a ideia que levou Rui Tavares a dissertar sobre a natureza do Iluminismo e a diferença da leitura moderna e pós-moderna deste movimento, é a de que a censura iluminada não admite a pluralidade, ou seja, é uma censura que se vê a si mesma como o único referencial da verdade, a leitura possível do mundo, sem admitir a substituição por outra qualquer. Basta-se, portanto, no seu processo de auto-referência. Contudo, através de uma nesga aberta pela controvérsia das decisões desconformes, discutidas em reunião de mesa, Rui Tavares defende a possibilidade desta “crença intelectual” começar a mostrar brechas no seu despotismo, em especial nos últimos três anos de mandato da RMC. De qualquer forma, os nove anos de “revolução da RMC” correspondem a uma censura antipluralista em que o trabalho censório corresponde a um processo de destilação para separar o certo do errado.

A terceira ideia tem a ver com o facto dos livros, mesmo possuindo qualidade e idoneidade, terem de provar utilidade para serem divulgados e lidos, ou seja, este carácter pragmático da nova censura diz bem do interesse político reservado à RMC de forma a garantir o aproveitamento da circulação dos livros para o progresso e desenvolvimento das “luzes” pombalinas.

Deixemos para uma breve reflexão prospetiva algumas indagações. Uma sobre a tardia criação da RMC no ponto mais alto do reformismo pombalino, quase uma década depois do atentado a D. José que abriu o caminho à tomada do poder por Pombal e as suas criaturas. Outra, a relação de poder entre a RMC e a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino dirigida pelo marquês de Pombal, o seu nível de autonomia e a conflitualidade jurisdicional com outros tribunais, nomeadamente com o Desembargo do Paço e a Inquisição. E, naturalmente, o alcance que a atividade da RMC teve na reforma do ensino, isto é, de que forma as suas decisões e práticas se refletiram nos programas de ensino das primeiras letras, na educação das elites e na reforma da Universidade de Coimbra.

A terminar, fixemos duas observações, uma para os académicos e outra para os leitores que se interessam pelo século XVIII. Para estes últimos, o livro não oferece os mesmos pontos de interesse em todos os capítulos e acaba por se tornar demasiado insistente na reflexão sobre a natureza da censura iluminista com abordagens filosóficas porventura excessivas. Teria sido preferível uma versão mais reduzida e centrada na identificação das práticas dos censores, explicitação dos processos e articulação da RMC com o regime pombalino.

Para os académicos, os conteúdos acabam por revelar detalhes importantes do pensamento de cada censor, da RMC e das questões sobre o Iluminismo e suas relações com o modernismo e o pós-modernismo.

Diríamos, para concluir, que o livro tríptico, equivalente ao texto da tese, constitui um contributo singular e rigoroso para a historiografia setecentista e uma oportunidade para se debater o polémico ambiente político e culto-mental do pombalismo.

José Manuel Louzada Lopes Subtil,
UAL – Universidade Autónoma de Lisboa, 1169-023 Lisboa, Portugal. josemsubtil@gmail.com

SUBTIL, José – Recensão ao livro de TAVARES, Rui – O Censor Iluminado:
ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII.
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 10 (julho-dezembro 2018), p. 259 – 263.

COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média: os Lobo entre a cavalaria e a baronia*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.*

J. A. de Sottomayor-Pizarro

A década de 1980 foi muito fecunda no alargamento dos horizontes historiográficos peninsulares, com a abertura de novos caminhos de investigação, sendo especialmente relevantes os que se foram materializando em torno dos séculos medievais. Os resultados desse esforço de atualização e abertura foram notáveis, como o revelam os inúmeros balanços que foram sendo feitos desde então por vários historiadores portugueses e espanhóis. Sirva de exemplo, para o caso nacional, e para os mais variados campos de trabalho, a mais recente avaliação global e análise prospetiva sobre a historiografia medievística portuguesa dos últimos sessenta anos¹.

De entre essas temáticas gostaria de destacar duas em particular, que claramente sobressaíram desde aquela década de 1980, e que, à época, ou pelo menos assim o julgaria a maior parte dos historiadores, seriam quase incompatíveis, ou pelo menos pouco articuláveis. Refiro-me, por um lado, aos estudos sobre o grupo aristocrático e, por outro, àqueles que se debruçaram sobre as cidades medievais, e que tiveram como principais mentores os Professores José Mattoso e A. H. de Oliveira Marques, respetivamente.

Em boa verdade, essa perspetiva disjuntiva entre nobreza e cidade assentava em dois pressupostos, mais fundamentados na tradição das “ideias feitas” do que em estudos objetivos, e que idealizavam o grupo nobiliárquico medieval essencialmente enquadrado pelo mundo rural, ao mesmo tempo que a cidade personificava a ideia mítica de um espaço laborioso e socialmente igualitário, raiando quase a democracia, onde se espraiavam princípios de autonomia e liberdade. Talvez o caso mais paradigmático fosse o da cidade do Porto, onde ainda hoje os cidadãos tidos como bem “informados” afirmam com orgulho que “aqui, na Idade Média, os nobres não entravam”!

Claro está que entravam, como em qualquer outro burgo medieval. A diferença, pelo menos quanto ao Porto radicava, não quanto ao grupo social, mas sim no lugar que cada um ocupava dentro da hierarquia do mesmo, ou seja, na verdade os membros da alta nobreza não podiam permanecer na cidade por mais de três dias ou ali ter casa de morada, mas os demais sim, como se comprova pela presença de vários cavaleiros nas vereações da cidade.

* Recensão apresentada por convite do Conselho Editorial da revista *Cadernos do Arquivo Municipal*.

¹ MATTOSO, José, dir. – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

Voltando à questão inicial, e o que importa agora sublinhar, é que os diferentes estudos que se foram desenvolvendo nas referidas áreas permitem, hoje, compreender a enorme multiplicidade de situações e de níveis em que a sociedade medieval se estruturava, desde o topo até à base, de forma muito hierarquizada, tanto no que respeita à sociedade do mundo rural como à do mundo urbano. Por outro lado, outra questão importante prende-se com os ritmos de desenvolvimento e de adaptação de cada grupo social às realidades políticas e económicas de cada etapa do desenvolvimento de cada monarquia.

Os diferentes reinos hispânicos, devido à conquista muçulmana de 711, e ao contrário do que ocorreu para lá dos Pirenéus, desenvolveram-se através de uma dinâmica de guerra permanente, condicionados, assim, pelo ritmo dos avanços e recuos fronteiriços. Desta forma, também o povoamento foi muito diverso e diferenciado entre o norte peninsular, pouco afetado pela presença muçulmana, e as regiões reconquistadas para sul do vale do rio Douro, onde a necessidade de atrair e fixar as populações em zonas bastante instáveis junto da fronteira levou os monarcas a concederem, através das cartas de foral ou de povoamento, condições altamente favoráveis, ou mesmo privilégios que em circunstâncias normais apenas competiam aos membros do grupo aristocrático. Assim aconteceu com os homens de extracção vilã, mas que possuíam cavalos e dominavam a prática das armas – vulgarmente conhecidos como cavaleiros-vilãos para os distinguir dos cavaleiros que eram de origem aristocrática – que receberam estatutos mais elevados, nomeadamente o de *infanção*, ou seja, nobre pelo nascimento, para que ali se fixassem e assumissem responsabilidades na defesa dessas comunidades; são conhecidos vários exemplos em concelhos fronteiriços, voltados quer para leste, para o vizinho Reino de Leão, quer para o sul muçulmano, desde a Beira até ao Alentejo. De resto, é bem conhecido o papel relevante desempenhado pelas milícias urbanas de Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora ou Beja nas campanhas militares conduzidas por D. Afonso Henriques e D. Sancho I, movimento que nos vizinhos reinos de Leão e Castela se prolongou pelo século XIII.

Como é evidente, o constante afastamento da fronteira para sul, primeiro, e a conclusão de todo o processo de Reconquista, depois, terá levantado a questão sobre o que fazer com a manutenção do estatuto especial dos cavaleiros-vilãos da fronteira, usufruindo de privilégios que as circunstâncias militares e políticas já não justificavam. Tanto quanto se sabe, não existe qualquer diploma régio que especificamente tenha regulamentado a questão, mas parece-me de bom senso deduzir que aquelas situações acabaram por ser resolvidas de forma natural, ou seja, perante a possibilidade de legalmente extinguir os privilégios de exceção, terá sido mais razoável permitir a ascensão desses cavaleiros-vilãos e os seus descendentes aos níveis inferiores da aristocracia, os quais, como é evidente, estavam estabelecidos maioritariamente nos centros urbanos.

*

Tudo isto vem a propósito de uma obra recentemente publicada pelas Edições Colibri, com a chancela científica do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora, cujo título e autoria abriram estas páginas de recensão. O texto agora editado parte de um anterior, que o autor, André Madruga Coelho, apresentou em 2015 à referida Universidade como dissertação de mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, devidamente reformulado e atualizado, tendo em vista uma redação menos pesada e de acesso mais acessível a público não especializado mas apreciador e interessado pelas temáticas históricas; esforço que naturalmente se saúda no quadro de uma vertente social de divulgação da investigação académica e científica.

O tema central da obra desenvolve-se em torno da ascensão de uma família da oligarquia urbana da cidade de Évora, os Lobo, muito provavelmente oriunda do meio da cavalaria-vilã eborense formada a partir da conquista da cidade em 1165, e que foi ganhando cada vez mais expressão social e política, não apenas a nível local ou regional, mas mesmo nacional, a ponto de já surgir nobilitada em finais da centúria seguinte, chegando mesmo um dos seus ramos, depois, a atingir o patamar da nobreza titulada dos finais de Quatrocentos.

O título, *Poder e Estatuto em Portugal no Final da Idade Média. Os Lobo entre a Cavalaria e a Baronía*, que também foi modificado em relação com o original – *As Elites Urbanas Medievais. O Exemplo de Évora e dos Lobo*

(*Sécs. XIII-XV*), o que do meu ponto de vista se lamenta, pois era muito mais adequado ao conteúdo –, remete-nos precisamente para esse fenómeno da nobilitação das famílias de cavaleiros-vilãos localizadas originariamente junto da(s) fronteira(s), fenómeno que, como acima se referiu, deverá ter ocorrido entre o início do segundo quartel do século XIII e o final do terceiro quartel da mesma centúria, ou seja, entre 1225 e 1275 – *grosso modo* ao longo dos reinados de D. Sancho II (1223-1248), quando a Reconquista avança célere por todo o Alentejo e parte do Algarve, em grande medida pela acção das Ordens Militares, o que colocou a região da Beira Interior definitivamente afastada da fronteira muçulmana, e o reinado do seu irmão, D. Afonso III (1248-1279), que ultimou a Reconquista com a tomada de Faro e de todo o Algarve (1249-1250), e que foi o responsável por profundas reformas da estrutura política, institucional e social da monarquia portuguesa, a ponto de ser considerado como um dos fundadores do *Estado* medieval português, juntamente com os seus dois sucessores, respectivamente o seu filho, D. Dinis (1279-1325) e o seu neto, D. Afonso IV (1325-1357).

É muito plausível, assim, que a família dos Lobo surja nos finais do século XIII, em documentação régia relativa a Évora, já com um estatuto consolidado no quadro da elite da cidade, sendo referidos como cavaleiros da fidalguia, a par do que sucedera com outras famílias eborenses do mesmo nível, como os Pestana ou os Façanha; fenómeno que poderíamos apontar, sensivelmente na mesma cronologia, ou até anterior, para o caso dos Silveiras, em Elvas, ou os Castelo-Branco e os Almeida mais para as terras interiores da Beira.

A temática, desde já o direi, é muitíssimo interessante e o caso estudado está bastante bem tratado, e aqui é da maior justiça que se deixe uma palavra de apreço pela responsável científica do estudo em causa, a Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar, ilustre medievalista e docente da Universidade de Évora, responsável, entre outros estudos significativos, por uma monografia sobre Abrantes na Idade Média, e que honra a publicação com um excelente Prefácio, que funciona como um convite muito bem feito para uma leitura atenta e bem conduzida. Mas olhemos primeiro, ainda que de forma sintética, para a estrutura da obra e para outros aspetos formais, para depois se fazerem alguns comentários sobre o conteúdo o qual, volto a repetir, e nas suas linhas gerais, foi de tão útil quanto agradável leitura.

Depois do referido Prefácio e de breve Nota Prévia, com os tradicionais esclarecimentos editoriais e agradecimentos, segue-se uma Introdução, espraiando-se depois o texto por seis capítulos, finalizados por breves páginas de Conclusões; a obra remata depois com uns Anexos, com mais de sessenta páginas, cuja composição variada – Notas biográficas, Genealogias, Referências documentais, Quadros e Bibliografia – se lamenta não seja especificada no Índice inicial, e onde o leitor poderá encontrar diversos elementos com interesse.

Começarei precisamente por aqui, para um par de notas críticas, de elogio, umas e de desacordo, outras. Quanto a estas, de teor meramente formal, desde já acrescento, levam-me a questionar a escolha, no Anexo B, do formato das genealogias, muito pouco elucidativas, lamentando também a ausência de uma árvore com a totalidade da família, perfeitamente exequível para um número tão reduzido de gerações e de indivíduos; por outro lado, não se entende, nos Anexos C a E, que sejam preteridos os indivíduos para destacar as fontes que suportam as respetivas cronologias; também no Anexo F, relativo a diversos quadros, convinha que houvesse uma uniformidade de critérios, com a coluna da fonte a encerrar todos eles; e, finalmente, quanto aos mapas, serão muito claros para quem conhece bem o Alentejo, mas em cartografia histórica exigem-se pontos de referência, hidrográfica e toponímica, por exemplo, ou pelo menos... Pela positiva – e reforço a ideia de que, antes, não estavam em causa os conteúdos –, por um lado, o Anexo A, de carácter prosopográfico, muitíssimo útil como complemento do texto principal e, por outro, o elenco das Fontes e da Bibliografia, onde se deve destacar, para além da utilização de fontes inéditas, um expressivo conjunto de estudos, saudando-se vivamente a presença de um bom número de trabalhos da historiografia espanhola. E se sublinho esta questão, faço-o por ver que as gerações mais novas já começam a entender a relevância da historiografia peninsular para a grande maioria das temáticas, fazendo todo o sentido que se procurem na Península Ibérica as fundamentações empíricas para os modelos interpretativos, antes de o fazerem em espaços geográficos muito diferentes dos nossos, quanto mais não fosse pela ausência, ali, do fenómeno da guerra permanente com o Islão e da Reconquista, poupando assim o leitor à citação de obras introduzidas “a martelo”, perdoe-se-me a expressão, só para dar um ar mais

“internacional” aos trabalhos, e que só genericamente têm a ver com estes, preterindo outros muito mais úteis em termos de análise comparada, e que se reportam à Galiza, às Astúrias ou à Andaluzia, apenas para dar alguns exemplos.

Deste ponto de vista, André Madruga Coelho compreendeu a importância dos trabalhos análogos para as cidades ou regiões espanholas vizinhas do território alentejano ou português; mas, numa outra perspectiva, estranha-se a ausência de alguma bibliografia portuguesa que abonaria algumas afirmações do autor ou reforçariam alguns dos problemas por ele levantados ao nível das metodologias. Voltarei depois a esta questão. Finalmente, e antes de abordar o conteúdo da obra em apreço, uma breve palavra sobre a sua estrutura, bastante equilibrada, sendo sempre uma questão subjetiva questionar se há capítulos a mais ou se são por excesso longos. Neste caso, fica-se talvez com a sensação de que a Introdução é algo excessiva, podendo uma boa parte das suas páginas ser facilmente integradas no primeiro capítulo, tal como o segundo e o terceiro capítulos talvez se pudessem fundir num único; mas, como disse, são apenas impressões, que em nada beliscam a justeza das escolhas da orientadora e do autor do trabalho.

Agora, deixando-nos levar pela dinâmica dos diferentes capítulos, acompanhem-se as diferentes trajetórias dos vários membros da família dos Lobo que André Madruga Coelho diligentemente resgatou das fontes, desde o final do século XIII até ao final do século XV. Previamente, a larga Introdução (p. 21-33) discorre por matérias de natureza teórica sobre as diferenças ou os estatutos sociais na Idade Média, sobre a evolução historiográfica em torno da cidade e da sociedade urbana medieval, para se aproximar de Évora pelos finais do século XIII, momento em que se registam as primeiras notícias documentais sobre um par de indivíduos identificados com o apelido Lobo, que já então integravam a elite eborense e da família que será o objeto de estudo dos capítulos seguintes. O primeiro capítulo (p. 35-45), porém, prolonga as matérias concetuais, agora em torno do que sejam as elites, e em particular as urbanas, e as suas possíveis designações, para concluir com uma breve síntese sobre a evolução histórica de Évora, desde a sua recuperação em 1165 até meados do século XV, com alguns apontamentos sobre a sua topografia ou a dimensão demográfica. Creio, como ficou dito antes, que a Introdução poderia ter incluído a já referida Nota Prévia, cedendo ao primeiro capítulo as várias páginas de concetualização, quanto a mim mais bem enquadradas neste primeiro capítulo, sobre *Conceitos e Contexto – Ser um dos “Melhores da Terra” em Évora*.

No capítulo seguinte, intitulado *O Estabelecimento de uma Elite nos Séculos XII e XIII – os Militares de Elbora* (p. 47-61), apresenta-se uma síntese bastante clara sobre a evolução da cavalaria-vilã, com especial enfoque sobre a da cidade de Évora, entre a segunda metade do século XII e a segunda metade do século XIII, ou seja, desde que a conquista de 1165 e o foral régio do ano seguinte convocaram e definiram a presença de um grupo armado de homens responsável pela defesa do burgo, até ao momento em que já tinham integrado o grupo da baixa nobreza, tal como se pode depreender dos vários textos normativos conhecidos. O processo, como no início se referiu, repetiu-se um pouco por todo o centro e sul do reino conforme a Reconquista se ia aproximando do seu final. E, desse processo evolutivo, terão participado os Lobo, muito embora já só surjam, como foi dito, no final de Duzentos.

Todavia, o que do meu ponto de vista não é devidamente sublinhado, e devo desde já dizer que André Madruga Coelho não é uma exceção, mas sim a regra de todos os autores que se têm debruçado sobre outros estudos de caso semelhantes ao dos Lobo, ou seja, não colocam a questão essencial para os compreender devidamente, quer na sua génese quer no seu desenvolvimento posterior: como foi possível a sua ascensão desde a cavalaria-vilã até à média ou baixa nobreza regional e, em concomitância, a sua assunção como elite urbana, em particular a sul do rio Tejo? Creio que essas trajetórias só se podem compreender tendo em conta dois fatores: por um lado, a quase total e absoluta ausência da nobreza mais antiga e poderosa nessas regiões até aos meados do século XIV, tal como tem vindo a ser demonstrado nos últimos anos, e de que o reinado de D. Dinis é um bom exemplo ao impedir a continuidade dos senhorios concedidos pelo pai, quer ao seu irmão, o infante D. Afonso, senhor de Portalegre, quer ao mordomo-mor e valido do Bolonhês, D. João Pires de Aboim, senhor de Portel, senhorio que a sua filha escambou com o monarca por Mafra e Ericeira, ou o senhorio de Alvito, que passou para a mão dos Trinitários por morte do chanceler D. Estêvão Anes; por outro, e em articulação com o anterior, o claro patrocínio

régio para a criação dessas elites urbanas, que pudessem contrariar qualquer iniciativa de expansão do regime senhorial nortenho para áreas que eram claramente concelhias e de domínio régio, mesmo quando na posse das Ordens Militares, também elas sujeitas a um apertado controle desde o início do reinado do mesmo D. Dinis, como também foi sobejamente demonstrado, quer pelos especialistas dessas milícias quer do referido monarca. Creio bem que é na articulação destes dois fatores que se deve procurar a explicação, pelo menos em grande parte, para a pujança das elites urbanas no centro e no sul desde os finais do século XIII.

Segue-se um capítulo bastante breve, o terceiro, intitulado *As Incógnitas do Século XIV. Dificuldades de Leitura de um Percurso em Ascensão* (p. 63-71), mas muito interessante, onde o autor coloca uma série de questões relevantes, e que se prendem com as dificuldades que teve de ultrapassar na hora de identificar os indivíduos de apelido Lobo que surgem na documentação do século XIV, mas muitos deles de forma que impede uma clara relação de parentesco entre eles, para não falar dos problemas levantados pelas homonímias, ou seja, pessoas com o mesmo nome e documentados num arco cronológico que permite a possibilidade de serem o mesmo indivíduo, mas geograficamente distantes ou a exercerem cargos diferentes em simultâneo. Enfim, nada que não seja bem conhecido por todos quantos se depararam com a necessidade de proceder a reconstituições genealógicas, e é por isso que, com alguma perplexidade, registo a ausência de referências na bibliografia de alguns autores com uma vasta obra nestas matérias, e onde há muito levantaram esses mesmos problemas e testaram metodologias originais no quadro da nossa historiografia, e bastaria mencionar os trabalhos pioneiros do Professor José Mattoso, ou de vários dos seus discípulos, até para cronologias bem mais recuadas e, logo, mais complicadas do que o século XIV. Admito, porém, que se trate de um lapso involuntário. Da mesma forma, quando André Madruga Coelho aventa a hipótese de os Lobo, desde o início do século XIV, pertencerem à vassalidade dos Cogominho (p. 57), estranha-se que não cite trabalhos anteriores que estudaram essa importante linhagem das cortes de D. Afonso III e de D. Dinis, nomeadamente a Professora Leontina Ventura. Até por serem das poucas exceções com bens situados muito cedo na área eborense.

De qualquer forma, é muito interessante apreciar a forma paulatina como a trajetória deste ou daquele membro dos Lobo os vai encaminhando para que estivessem no sítio certo e no momento certo para darem o “grande salto” que os catapultou para a ribalta política, já não apenas de âmbito local ou regional, mas também nacional.

É precisamente no quarto capítulo onde André Madruga Coelho nos revela os caminhos trilhados pelos Lobo nesse percurso ascensional, graças à articulação de vias diversificadas que os encaminharam até ao poder. Note-se, porém, e como muito bem sublinha o autor, nem todos os ramos da mesma família conseguem atingir os patamares mais elevados, o que de resto já há muito foi bem demonstrado por autores que trabalharam conjuntos familiares bem mais numerosos e densos. Para mim, de resto, considero este o capítulo mais bem conseguido da obra, muito bem intitulado *O Poder, Mecanismo de Promoção Social* (p. 73-94). E, de facto, de poder se trata, especialmente de poder político e de influência política aos mais diversos níveis.

Os Lobo, ou pelo menos um grupo de irmãos dessa família, de entre os quais se irá destacar Diogo Lopes Lobo, filhos de um Lopo Fernandes Lobo, regedor de Évora pelos últimos anos do reinado de D. Fernando, foram os grandes protagonistas da viragem, pois vão-se opor vigorosamente, no quadro da questão sucessória por morte daquele monarca, que o alcaide da cidade tome voz pela rainha D. Beatriz e o seu marido, o monarca castelhano Juan I, inclinando-se pelo partido do Mestre de Avis, acabando por participar todos na batalha de Aljubarrota, como ficou para sempre registado nas páginas imorredoiras da crónica de Fernão Lopes. Para o caso, é verdade, bem mais importante foi também surgirem nas páginas dos livros de Chancelaria, onde se registaram os atos de gratidão do fundador da nova dinastia régia, sendo de destacar a doação do senhorio das vilas de Alvito e de Vila Nova, em 1387, a favor do referido Diogo Lopes, que já em 1385 surgia como alcaide-mor de Évora.

O “patrocínio régio” foi, assim, uma das vias de ascensão, quase sempre a mais espetacular, que embora tenha também beneficiado os outros irmãos colocou Diogo Lopes num patamar distinto, o qual se consumará, já no tempo de D. Afonso V com a criação do título de barão de Alvito, a favor de uma sua bisneta, D. Maria de Sousa, casada com um importante membro do oficialato régio, o doutor João Fernandes da Silveira, sendo este casal

o tronco da ilustre casa de Alvito-Oriola. O exercício do “poder concelhio” era outra das vias de ascensão, de âmbito mais local ou regional, é certo, mas igualmente importante para a sedimentação das redes de influência familiar; e desse ponto de vista os Lobo tinham uma enorme experiência acumulada desde o século XIII. Não espanta, assim, que ao longo dos séculos XIV e XV se encontrem vários membros da linhagem, nomeadamente os descendentes dos outros irmãos de Diogo Lopes, no exercício de cargos relevantes na municipalidade eborense. Finalmente, também não se deve desdenhar a atividade assistencial, na aparência desinteressada dos olhares mundanos, mas que era na verdade uma outra via de promoção política e social. No caso de Évora o autor, e muito bem, voltou a sua atenção para o exercício de cargos de prestígio no âmbito da “Administração do Hospital de Jerusalém”, onde também os Lobo marcaram a sua presença. Em suma, e embora com alcances distintos, o certo é que a maioria dos descendentes dos irmãos que em 1385 combateram juntos com o Mestre de Avis souberam guindar-se a níveis superiores ao das gerações anteriores.

Como se sabe, tão difícil como conseguir o poder é saber ou poder mantê-lo e, se possível, acrescentá-lo. Disso mesmo trata o capítulo quinto, intitulado *Sangue, Clientelas e Memória, Ingredientes da Aristocratização* (p. 95-116), que nos leva para os caminhos sempre difíceis do parentesco, da criação de redes de influência através do patrocínio de clientelas, ou da perpetuação da memória familiar, mecanismos que, no seu conjunto, potenciavam a ascensão de qualquer indivíduo ou família no âmbito mais vasto do grupo aristocrático.

No primeiro caso, o do parentesco e o das alianças matrimoniais, e tal como acontece em quase todas as sociedades e em todos os tempos, por mais apontamentos românticos com que cada época o adorne, o matrimónio foi sempre um dos mecanismos mais importantes para a consumação das estratégias de poder pessoal ou familiar. André Madruga Coelho analisa bem as diferentes alianças levadas a cabo em cada geração da família Lobo, e também aqui se verifica uma clara articulação entre o nível de poder político de cada ramo da família e o nível social das respetivas alianças. Apenas me estranha, de novo, que nesta matéria não haja uma única referência à bibliografia portuguesa mais especializada e recente, nomeadamente quanto aos autores que desde há muito se debruçaram sobre estas áreas, e de novo referiria o Professor José Mattoso e os seus discípulos, nomeadamente os capítulos que elaboraram em obras relevantes e recentes². Por outro lado, e considere-se apenas um detalhe, tenho muita dificuldade em aceitar que se possa comparar o nível dos Lobo com o dos Melo (p. 104); aqueles, oriundos da cavalaria-vilã eborense e que despontam pelos finais do século XIV, enquanto estes tiveram origem num ramo bastardo da poderosa linhagem dos de Riba de Vizela, na primeira metade do século XIII, e desde então se assumiram como uma das mais importantes linhagens da nobreza média de Corte até atingirem também a nobreza titulada na segunda metade do século XV, como condes de Atalaia.

Quanto à constituição de clientelas, a matéria, ainda que de maneira simples fica bem enquadrada, tal como a questão da memória familiar, e de forma bastante interessante, através da onomástica, da heráldica ou do relato escrito preservando os momentos mais heróicos da linhagem. Enfim a sua conjugação permitiu aos Lobo, sempre em patamares diferenciados, integrar as distintas capas da aristocracia, desde o âmbito regional ao nacional.

Por fim, no sexto e último capítulo, sugestivamente intitulado *Sustentar o poder e o estatuto, a base patrimonial e os rendimentos* (p. 117-127), onde se desenha o quadro patrimonial da família, distinguindo-se os bens imóveis dos rendimentos (rendas, direitos e jurisdições), num texto muito claro e que se complementa devidamente com a consulta dos dados sistematizados nos já referidos quadros que integram os Anexos.

O estudo de André Madruga Coelho sobre os Lobo ultima-se com umas breves páginas de Conclusões (p. 129-131), que traçam, talvez de forma excessivamente genérica, as principais linhas que se foram esboçando ao longo do trabalho. Gostei, em particular, da excelente ideia de contrapor a opinião do rei D. Duarte, expressa no seu *Leal Conselheiro*, sobre o que ele entendia ser a organização e estrutura da sociedade, com a definição de

² Cf. SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – A Idade média. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2010-2011. vol. I.

“Barão” dada por António Ferreira de Vera, conhecido erudito Setecentista, no seu tratado sobre as *Origens da Nobreza Política*, aquela a abrir a Introdução e esta a Conclusão, como corolário exemplificativo deste estudo, ou seja, apontando o caminho percorrido pelos Lobo entre a cavalaria e a baronia.

Em suma, o que posso dizer a um potencial interessado, é que deverá entender este trabalho como um novo estudo de caso, agora o dos Lobo, a juntar a outros mais que se debruçaram por linhagens com perfis muito semelhantes e enquadrados pelas terras do centro e do sul de Portugal, e que se destacaram especialmente nos principais burgos dessas regiões, e que terá a oportunidade de usufruir de uma leitura agradável e com matéria de interesse. Trata-se de um estudo que ainda revela algumas lacunas, próprias de quem começa, mas também as aptidões de quem pode ir mais além. Pelo que sei, André Madruga Coelho prepara neste momento a sua dissertação de doutoramento, também em torno da senhoriação do espaço de Além Tejo. Ficaremos a aguardar com justa expectativa, e só posso exprimir os meus mais calorosos votos de que também o jovem autor percorra com sucesso o seu caminho *entre a cavalaria e a baronia...*

José Augusto de Sottomayor Pizarro, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais,
Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 4150-564 Porto, Portugal. pizarro.jo@gmail.com

SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – Recensão ao livro de COELHO, André Madruga –
Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média: Os Lobo entre a cavalaria e a baronia .
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 10 (julho-dezembro 2018), p. 265 – 271.
